

CLAUDIA NÓBREGA BARONCINI

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DO
REAL COLÉGIO DAS ARTES
E OFÍCIOS
DA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO
DO RIO DE JANEIRO:
O CASO DA NOVA IGREJA

VOLUME I



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE LETRAS E ARTES
ESCOLA DE BELAS ARTES
RIO DE JANEIRO
1996

CLAUDIA NÓBREGA BARONCINI

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DO REAL COLÉGIO DAS ARTES E OFÍCIOS
DA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO:
O CASO DA NOVA IGREJA

Dissertação de Mestrado em História da
Arte - apresentada à Coordenação do
Curso de Pós-Graduação em Artes
Visuais.

Orientador: Sandra P. de Faria Alvim

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE LETRAS E ARTES
ESCOLA DE BELAS-ARTES
RIO DE JANEIRO
1996

Baroncini. Cláudia Nóbrega

Subsídios para o Estudo do Real Colégio das Artes e Ofícios da cidade do Rio de Janeiro: o caso da Nova Igreja. Rio de Janeiro, UFRJ, EBA, 1996. 2v.

xii, 424f.

Dissertação: Mestre em História da Arte (História e Crítica da Arte)

1. Real Colégio das Artes e Ofícios da cidade do Rio de Janeiro
2. Arquitetura 3. Jesuítas 4. Igrejas

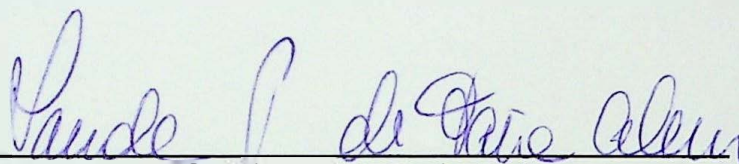
I. Universidade Federal do Rio de Janeiro

II. Título

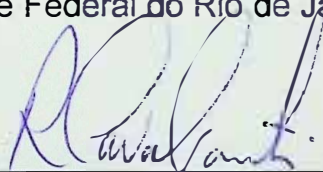
CLÁUDIA NÓBREGA BARONCINI

**SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DO REAL COLÉGIO DAS
ARTES E OFÍCIOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO:
O CASO DA NOVA IGREJA**

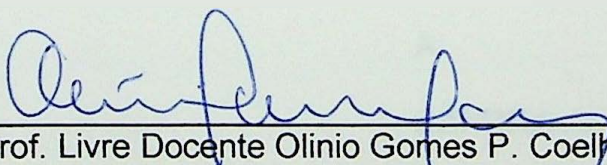
Dissertação submetida ao Corpo Docente da Escola de Belas-Artes da Universidade do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre.



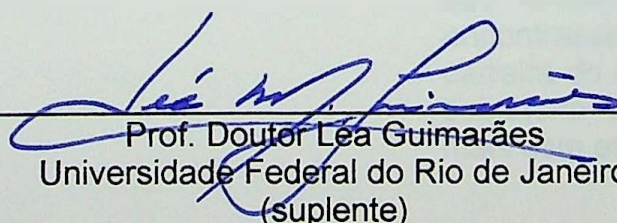
Prof. Doutor Sandra P. de Faria Alvim
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof. Doutor Roberto Cavalcanti
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof. Livre Docente Olinio Gomes P. Coelho
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof. Doutor Léa Guimarães
Universidade Federal do Rio de Janeiro
(suplente)

Rio de Janeiro
Março de 1996

A

SANDRA ALVIM

verdadeira mestra que através de seu exemplo fez com que eu encontrasse meu caminho, a carreira do magistério, e, com sua sabedoria e amizade, cumprisse mais esta etapa.

AGRADECIMENTOS

À minha filha, Ana Beatriz Nóbrega Baroncini, e ao meu marido, Angelo Baroncini, pela compreensão nas minhas ausências necessárias ao cumprimento do presente trabalho.

Às minhas queridas mãe, Vera Lúcia Carvalho Leme Nóbrega, e avó, Yvonne Nóbrega por todo apoio e carinho dispensados ao longo do Mestrado.

Ao meu pai, Arsênio Carlos Nóbrega, pelo exemplo de coragem e determinação.

À "Dinda" Maria Regina Câmara, pelo incentivo na mudança para a carreira do magistério.

À "Bá" Maria Vilma Nunes Fernandes pelo carinho dispensado à minha filha quando não pude estar presente.

À minha grande amiga e fiel companheira, Paula Cristina Curado dos Santos, pela amizade e suporte nas horas difíceis.

Aos queridos mestres pelo apoio e incentivo, Léa Guimarães, Roberto Cavalcanti e Olinio P. Coelho.

À coordenação, aos corpos docente e discente do Mestrado em História da Arte da Escola de Belas-Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro EBA/UFRJ, pelos conhecimentos transmitidos durante o curso e pelo apoio na elaboração desta dissertação. Em especial, aos queridos mestres: Míriam

Andrade Ribeiro, Léa Guimarães, Angela Âncora da Luz, Carlos Terra, Sônia Gomes Pereira, Guilherme Sias, Telênia Hill, Sandra Alvim. Aos meus queridos colegas: Piedade Grinberg, Suely de Godoy Weisz, Marcos Pires, Jussara de Moraes Mendes, Til Pestana e Marco Estevão Vicente Mesquita. À querida secretária Sueli de Lima Teixeira, por todo o apoio e atenção dispensados durante o curso.

A Silani Ferrara pela digitação e impressão dos textos.

A Roberta Freitas pela elaboração dos desenhos.

A Ricardo Vibranovski pelo processamento das imagens.

A Celi Pará pela programação visual e arte final do caderno das Ilustrações.

À diretoria do NEAC pela utilização do equipamento do núcleo.

À equipe do NEAC, estagiários e arquitetos, meus colegas de trabalho, pela paciência, apoio e carinho.

À Biblioteca Nacional, especialmente à Seção de Iconografia, por permitir a microfilmagem de mapas e vistas da cidade do Rio de Janeiro.

À Santa Casa da Misericórdia, pela reprodução fotográfica dos altares.

Ao Arquivo Histórico do Exército, pela reprodução fotográfica de mapas e das plantas do "Levantamento do Hospital Militar da Corte".

Ao Colégio Santo Inácio, pela reprodução fotográfica das imagens.

Ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, por

fornecer material iconográfico e textos para consulta.

Ao Observatório Nacional, pela reprodução fotográfica dos Anais dessa instituição.

Ao Museu Astronômico - MAST, que colocou à disposição o acervo para a realização da pesquisa.

Ao Museu da Imagem e do Som - MIS, pela reprodução fotográfica das fotos de Augusto Malta.

Em especial aos funcionários das instituições acima citadas: Laís Angela Lopes Tavares (Biblioteca do Observatório Nacional), Leocídis dos Reis Salles (Arquivo Histórico do Exército), Lúcia Maria de Aquino Lomba (BN - Sicon), Maria Eugênia Cardoso (MIS) e Telma Carvalho Pains de Matos (MAST).

A todos que diretamente ou indiretamente contribuíram para a realização do presente trabalho.

RESUMO

O presente trabalho teve como principal objetivo a análise do partido arquitetônico adotado na Nova Igreja do antigo Real Colégio das Artes e Ofícios da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Esta igreja iria substituir a antiga Igreja de Santo Inácio, que como sua substituta desapareceu com o desmonte do Morro do Castelo. Como tratava-se de um monumento inexistente, foi elaborada uma reconstituição hipotética da igreja em estudo, a partir de preciosa documentação encontrada. Uma vez reconstituída, a Nova Igreja é analisada como exemplo da Arquitetura da Companhia de Jesus no Brasil, constatando-se suas particularidades em relação à Arquitetura Jesuítica. Elabora-se também um estudo comparativo entre a Nova Igreja e às igrejas coloniais cariocas, visando situar a Nova Igreja no contexto da Arquitetura Religiosa Colonial do Rio de Janeiro.

ABSTRACT

The present work has as the main object, the analysis of the architectural standard adopted in the construction of the New Church of the ancient College of Arts and Trades of the city of São Sebastião do Rio de Janeiro. This church was meant to substitute the ancient Church of St. Ignatius which together with its substitute disappeared by the time of demolition of the hill of Castelo. As it is a non-existing monument, it has been elaborated a hypothetical reconstitution of the object Church, based on research of discovered valuable documentation. Once its design was reconstituted, the Church is analysed as an example of the architecture of the Company of Jesus in Brazil, outlining its peculiarities with regard to such standard of architecture. It has also been elaborated a comparative study between this masterwork and the previous colonial church in Rio de Janeiro, with an aim to the New Church within the context of the Religious Colonial Architecture of Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

VOLUME 1

- INTRODUÇÃO	01
- CAPÍTULO I: SUBSÍDIOS HISTÓRICOS PARA A COMPREENSÃO DA ARQUITETURA JESUÍTICA NO RIO DE JANEIRO	
1 - Organização e meta da Companhia de Jesus	21
1.1 Os principais reitores do colégio do Rio de Janeiro	23
1.2 O padre-visitador	27
1.3 O procurador	28
1.4 Os irmãos construtores	29
2- Os estabelecimentos da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro	36
2.1 O colégio	36
2.2 As "casas" e as "residências"	41
2.3 As quintas	44
2.4 As fazendas e os engenhos	45
- CAPÍTULO II: O COMPLEXO ARQUITETÔNICO: O REAL COLÉGIO DAS ARTES E OFÍCIOS DA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO	
1 - O Colégio	71
1.1 A casa-igreja de São Sebastião	71
1.2 O novo sítio	73
1.3 A construção	78
1.4 Após a expulsão	82
. A residência dos Vice-Reis	
. O Hospital Militar da Corte	
2 - A Igreja de Santo Inácio	85
2.1 A construção	85
2.2 A planta	87
2.3 Os retábulos	89
2.4 A fachada	94

- CAPÍTULO III: A NOVA IGREJA: PROPOSTA PARA RECONSTITUIÇÃO DO PROJETO

1 - Da necessidade de um novo templo	113
2 - A construção	120
3 - As intervenções após 1759	122
3.1 O período de abandono	122
3.2 O Observatório Imperial do Rio de Janeiro	125
4 - O processo metodológico para reconstituição	130
4.1 A planta	131
. Levantamento do Hospital Militar da Corte	
. Planta do Imperial Observatório do Rio de Janeiro	
. Cópia do Plano da Marinha do Sul da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.	
. Estudo para planta-baixa.- nº 1	
. Estudo para planta-baixa - nº 2	
. Proposta para a planta-baixa	
4.2 Os cortes	138
. Estudos para os cortes	
. Proposta para os cortes transversal e longitudinal	
4.3 A fachada	139
. Estudo para fachada	
. Proposta para fachada	
5 - Proposta atual X propostas anteriores	140

- CAPÍTULO IV: A NOVA IGREJA: ANÁLISE DO PARTIDO ARQUITETÔNICO

1 - A Nova Igreja como exemplo da arquitetura da Companhia de Jesus no Brasil.	152
1.1 O programa jesuítico	163
. A igreja como parte de um conjunto	
. Da necessidade de abrigar número crescente de fiéis	
. O coro e a sacristia	
1.2 A planta	167
. Nave única retangular	
. A Igreja de São Roque	
. A planta articulada X a planta concentrada	
. O transepto e as capelas laterais	
. A cúpula	
. As torres e o nártex	
. As tribunas e os púlpitos	
. Os acessos principais e secundários	
. A capela-mor	

. As dependências	
1.3 A fachada	188
. Duas tipologias	
. A igreja de Gesú X a Igreja de São Vicente de Fora	
1.4 O interior	193
2 - A Nova Igreja no contexto da arquitetura religiosa	
colonial carioca	194
2.1 A planta	194
. Nave única com capelas laterais	
. A cúpula	
. As tribunas e os púlpitos	
. Os acessos principais e secundários	
. A capela-mor	
. As dependências	
. A planta estruturada	
2.2 A fachada	209
. As três tipologias	
2.3 O interior	213
- CONSIDERAÇÕES FINAIS	222
- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	231

VOLUME 2

- ANEXOS	
. FIGURAS	237
. ÍNDICE DAS FIGURAS	404
. CRONOLOGIA DOS DADOS SOBRE A EDIFICAÇÃO DO COLÉGIO E DAS IGREJAS DE SANTO INÁCIO E NOVA IGREJA	420

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho é de natureza qualitativa, baseada na análise de documentos e entrevistas com especialistas. O objetivo principal é compreender as percepções e experiências dos participantes em relação ao tema em estudo. Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas e analisados utilizando-se a análise de conteúdo.

Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas e analisados utilizando-se a análise de conteúdo. O processo de análise envolveu a identificação de temas e a interpretação dos resultados à luz da teoria e da literatura existente.

Os resultados da pesquisa indicam que há uma percepção clara dos participantes sobre o tema em estudo. Os dados coletados foram analisados e os resultados foram interpretados à luz da teoria e da literatura existente.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal compreender as percepções e experiências dos participantes em relação ao tema em estudo. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, baseada na análise de documentos e entrevistas com especialistas.

INTRODUÇÃO

A análise do partido arquitetônico adotado no projeto da Nova Igreja (1) do Real Colégio das Artes e Ofícios da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (2), e a reconstituição deste projeto, constituíram-se no objeto de estudo da dissertação para obtenção de título de mestre, estando inserido na linha de pesquisa de História da Arte no Brasil, do Curso de Mestrado em Artes Visuais da Escola de Belas-Artes - EBA da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Esta igreja substituiria a antiga Igreja de Santo Inácio, mas não chegou a ser concluída. Iniciada em 1744, sua construção foi interrompida com a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759. O templo inacabado permaneceu abandonado até cerca de 1846, quando nele instalou-se o Observatório Imperial do Rio de Janeiro(3).

O complexo arquitetônico formado pelo prédio do colégio propriamente dito, torre e igreja (antiga Igreja de Santo Inácio), destacava-se no alto do extinto Morro do Castelo (4) (Fig. nº 1, 2 e 3). Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, decidiu-se posteriormente que o edifício seria adaptado para tornar-se o palácio dos vice-reis. Entretanto, mesmo tendo sofrido reformas para este fim, este não se concretizou. Em 1767, transformou-se em Hospital Militar da Corte, e nele funcionaram algumas aulas da antiga Escola Médico-Cirúrgica. No início do século XX, cedeu-se o edifício à Santa Casa da Misericórdia (5).

Com o desmonte do Morro do Castelo, todo o conjunto arquitetônico desapareceu, restando apenas alguns vestígios do mesmo espalhados pela cidade:

- três portais de mármore de lioz que pertenciam à Nova Igreja no Morro do Castelo - atualmente encontram-se na Igreja de Santo Inácio, situada à rua São Clemente (Fig. nº 4, 5 e 6);
- conjunto escultórico composto pelas imagens de Nossa Senhora, de São João Evangelista e de Jesus Crucificado, também conhecida como Bom Jesus dos Perdões - encontra-se na portaria do Colégio de Santo Inácio, situado à rua São Clemente (Fig. nº 7 a 13);
- restos de elementos arquitetônicos (capitéis, colunas...) que pertenciam à decoração do interior da Nova Igreja - situados nos jardins do prédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ (6) (Fig. nº 14 a 19);
- duas pias e restos de um "motivo ornamental arquitetônico" - acervo do Museu Nacional de Belas-Artes - MNBA (7);
- emblema do frontão da Igreja de Santo Inácio - acervo do Museu Histórico Nacional - MHN (8) (Fig. nº 20);
- três altares que teriam pertencido à antiga Igreja de Santo Inácio - encontram-se na Igreja de Nossa Senhora de Bonsucesso e pertencem ao acervo da Santa Casa da Misericórdia (9) (Fig. nº 21, 22 e 23);
- um púlpito que teria pertencido à antiga Igreja de Santo Inácio - situa-se na Igreja de Nossa Senhora de Bonsucesso e pertence ao acervo da Santa Casa da Misericórdia (Fig. nº 24);

- dois quadros que teriam pertencido à antiga Igreja de Santo Inácio - locados na sacristia da Igreja de Nossa Senhora de Bonsucesso e pertencem ao acervo da Santa Casa da Misericórdia (Fig. nº 25 e 26);
- um sino que teria pertencido à torre do colégio - encontra-se no campanário da atual paróquia de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé (10);
- livros da Biblioteca do Colégio - segundo Serafim Leite estes livros integram o acervo da biblioteca do Palácio São Joaquim (11).

A presente dissertação, ao localizar e reunir significativa documentação escrita e iconográfica sobre o Colégio Jesuíta do Rio de Janeiro, forneceu subsídios para a Arte e Arquitetura da Companhia de Jesus no Brasil. O interesse pessoal pelo tema e a carência de um estudo atual foram fatores decisivos na escolha do assunto em questão. O presente trabalho se propôs a:

- reconstituir o projeto da Nova Igreja do Colégio Jesuíta do Rio de Janeiro;
- analisar o partido arquitetônico adotado neste projeto, comparando-o com os demais templos jesuíticos da Companhia de Jesus no Brasil;
- analisar o partido arquitetônico adotado no referido projeto, comparando-o à arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro.

Ao que tudo indica, o monumento em estudo, caso fosse concluído, ocuparia um lugar de destaque no quadro da arquitetura da Companhia de Jesus desenvolvida no Brasil. Logo, acreditamos que tais propostas serão de grande valia para a História da Arquitetura Brasileira. Existem excelentes estudos sobre as obras dos jesuítas em todo o Brasil. Entre outros, podemos citar os trabalhos de Anna Maria Monteiro de Carvalho, Beatriz dos Santos Oliveira, Germain Bazin, John Bury, José Antônio de Carvalho, Lúcio Costa e Paulo Santos.

O artigo intitulado Utopia e Realidade - Real Colégio de Jesus da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, da professora Anna Maria Monteiro de Carvalho, publicado em 1993, foi de suma importância para a presente dissertação. Constitui-se no estudo mais atual e mais específico sobre o objeto de estudo desta pesquisa (12).

No referido estudo, a professora Anna Maria apresenta minucioso levantamento histórico sobre o Colégio Jesuíta do Rio de Janeiro, análise da planta-baixa e fachada principal da Igreja de Santo Inácio, reconstituição hipotética da planta da Nova Igreja, análise do partido arquitetônico adotado na planta desta igreja e análise dos retábulos e imaginária existentes de ambas as igrejas.

A reconstituição hipotética da planta-baixa da Nova Igreja foi nosso ponto de maior interesse no artigo acima referido. Trata-se da primeira hipótese apresentada sobre o projeto desta igreja. Conforme será visto na presente dissertação, concordamos em vários aspectos com a hipótese da referida autora. No que se refere aos pontos nos quais discordamos, ao apresentar novas possibilidades, acreditamos ter contribuído para ampliar o conhecimento do que teria sido o novo templo do Colégio da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro.

John Bury, em sua obra **Arquitetura e Arte no Brasil Colonial**, publicada em 1991, dedica um capítulo à Arquitetura da Companhia de Jesus no Brasil, onde trata basicamente das fachadas das igrejas jesuíticas. Destaca-se neste estudo a comparação entre as fachadas das igrejas jesuíticas construídas no Mundo Luso, englobando inclusive as do Oriente (Japão, China, Índia...) (13).

Constitui-se em uma análise bastante original sobre os colégios jesuíticos brasileiros a obra **Espaço e Estratégia - considerações sobre a arquitetura dos Jesuítas no Brasil**, de Beatriz dos Santos de Oliveira. Ao eleger o colégio como objeto de estudo, a referida professora relaciona pensamento e projeto. Em seu estudo, trata o espaço arquitetônico dos colégios vinculado à estrutura organizacional da Companhia de Jesus. Foi de extrema importância para o presente trabalho no que se refere à análise da igreja como parte integrante do complexo arquitetônico do colégio (14).

A obra **Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil**, de Germain Bazin, publicada em 1983, constitui-se ainda a obra mais completa sobre a arquitetura religiosa colonial brasileira. Organizada em dois volumes, analisa 300 (trezentos) monumentos construídos desde fins do século XVI até princípios do século XIX (15).

O primeiro volume é dividido em quatro partes: Condições Históricas, sociais e técnicas; Origens e tradições da Arquitetura Religiosa no Brasil; Expansão da Arquitetura Religiosa no século XVIII; e A Decoração Interior em escultura de madeira (talha). Na segunda parte, Germain Bazin dedica um capítulo inteiro aos jesuítas - Realizações Monumentais dos Jesuítas -, onde procurou estabelecer um "modelo luso-brasileiro da igreja jesuíta" e estudou os principais

monumentos da Companhia no Brasil, dando maior destaque à análise das plantas-baixas e fachadas das igrejas (16).

O segundo volume da obra de Germain Bazin apresenta uma relação dos monumentos estudados divididos pelos estados brasileiros em que se encontram. Sobre cada monumento, existe um histórico com os principais dados sobre a construção e a bibliografia específica consultada. No final do volume, encontram-se reproduções fotográficas dos monumentos estudados. Trata-se, como o próprio autor definiu, de um "Repertório Monumental". No repertório de Bazin encontram-se 34 monumentos jesuíticos relacionados (17).

Tratando-se especificamente da arquitetura da Companhia de Jesus, no Espírito Santo existe **O Colégio e as Residências dos Jesuítas no Espírito Santo**, trabalho de José Antônio Carvalho. Nesse estudo destaca-se a análise comparativa de elementos arquitetônicos, componentes de fachadas e plantas, elaborada pelo autor (18).

A comunicação do professor Paulo F. Santos, **Contribuição ao Estudo da Arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil**, publicada em 1966, é imprescindível para qualquer estudo que se desenvolva sobre o colégio jesuíta do Rio de Janeiro. Nesse trabalho, o professor Paulo Santos constata que as plantas existentes na Biblioteca Nacional de Paris, encontradas por Germain Bazin, não se referem ao colégio do Rio, como supunha Bazin, e sim ao colégio jesuíta de Olinda em Pernambuco (19).

No referido estudo, Paulo Santos também apresenta o levantamento da edificação do colégio do Rio que existe no Arquivo Histórico do Exército. O

levantamento data de 1881, época em que o colégio era Hospital Militar. Apesar de o prédio ter sofrido várias modificações, conforme constatamos ao longo de nossa pesquisa, a “nova sacristia” e um dos compartimentos anexos à “nova capela-mor” teriam conservado suas características originais (20). Logo, as plantas deste levantamento serviram como fundamento na elaboração da reconstituição da Nova Igreja.

O levantamento do perímetro do colégio do Rio, incluído na planta dos bairros litorâneos da cidade, realizada a mando do Conde de Rezende (1795), que Paulo Santos também apresenta em sua comunicação, seria de grande valia para o presente estudo, uma vez que também indica o perímetro interno da Nova Igreja (21). Infelizmente, esta planta não foi encontrada no Arquivo Histórico do Exército. Entretanto, ao procurar esta referência, acabamos encontrando a “Cópia do Plano da Marinha do Sul na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro com suas fortificações em 1794”, de 1863. Este plano também apresenta o perímetro do colégio e o perímetro interno da Nova Igreja, constituindo-se deste modo em valiosa fonte para nossa reconstituição (22).

Não poderíamos deixar de citar a obra **O Barroco e o Jesuítico na Arquitetura do Brasil**, também de Paulo Santos (23). Publicado em 1951, trata-se de um excelente trabalho de análise e crítica do partido adotado nas igrejas brasileiras em relação ao dito “estilo jesuítico” (24) e ao barroco. Neste estudo, o referido autor elege três igrejas da Companhia - igreja do colégio de Salvador na Bahia, igreja do colégio de Olinda, em Pernambuco, e igreja do colégio de Belém do Pará -, por apresentarem segundo ele as características fundamentais do dito “estilo jesuítico”. Analisa as semelhanças e as diferenças existentes entre estas

igrejas e as brasileiras no que se refere à planta-baixa, à fachada principal e aos retábulos.

Identifica e caracteriza dois momentos na Arquitetura brasileira, um período inicial denominado “estilo jesuítico” e uma segunda fase que corresponderia ao Barroco no Brasil. A referida obra foi de extrema importância para a presente dissertação, principalmente para a análise do monumento em estudo em relação à arquitetura da Companhia de Jesus no Brasil.

Lúcio Costa foi o primeiro autor a se dedicar ao estudo da Arquitetura da Companhia de Jesus no Brasil. Em sua obra **Arquitetura dos Jesuítas no Brasil**, publicada em 1941, destaca e analisa as premissas do programa jesuítico construtivo, verifica quais os sistemas técnico-construtivos utilizados relacionando-os com as diversas regiões do país e, agrupando as edificações, determina uma classificação tipológica no que se refere às plantas, às fachadas e aos retábulos das igrejas jesuíticas brasileiras. Trata-se do primeiro trabalho que reúne praticamente todo o patrimônio arquitetônico da Companhia de Jesus erguido no Brasil e que levanta o questionamento quanto à existência de um “estilo jesuítico” (25).

Conforme visto acima, tais trabalhos, excetuando o artigo da professora Anna Maria Monteiro de Carvalho, pela abrangência de seus domínios, não puderam se dedicar muito ao Real Colégio das Artes e Ofícios da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, e especificamente à sua Nova Igreja. Acrescenta-se também a ausência de estudos que relacionem a produção arquitetônica jesuítica no Rio de Janeiro com a arquitetura religiosa carioca no período colonial, a que justamente também se propôs o presente trabalho.

Visando à análise da Nova Igreja em relação à arquitetura religiosa colonial carioca, as obras **ARQUITETURA RELIGIOSA COLONIAL NO RIO DE JANEIRO: revestimentos, retábulos e talha** e **ARQUITETURA RELIGIOSA COLONIAL NO RIO DE JANEIRO: plantas, fachadas e volumes**, de Sandra Alvim, em fase de editoração, serviram simultaneamente como modelo e fundamento na presente dissertação. A metodologia desenvolvida pela referida autora agrupa os exemplos em conjuntos, determinando fases distintas na Arquitetura Religiosa Colonial do Rio de Janeiro. Tal metodologia, além de facilitar a compreensão da arquitetura em questão e sua comparação com outros exemplares é conjuntos arquitetônicos, permite sua aplicação em qualquer estudo, onde a Arquitetura seja o sujeito da questão. Na presente dissertação aplicamos a obra de Sandra Alvim para comparar a Nova Igreja não só com as igrejas coloniais cariocas, como também com as demais igrejas jesuíticas brasileiras.

O conhecimento apurado do feito arquitetônico, sem filiá-lo a nenhum estilo pré-determinado, constitui-se na principal meta desta pesquisa. Tratando-se de um monumento que já não mais existe, a pesquisa desenvolveu-se a partir de duas etapas básicas:

- a reconstituição do projeto da igreja;
- a análise do partido arquitetônico adotado em seu projeto.

Seguindo a metodologia de estudo desenvolvida pela professora Sandra P. de Faria Alvim em sua Tese de Doutorado **Architecture Religieuse Coloniale à Rio de Janeiro: une méthodologie d'étude** (26), foram analisados todos os aspectos que determinaram e caracterizaram o partido arquitetônico, tais como:

dimensões e formato da planta, relações de proporção entre nave e capela-mor, existência e localização das torres, principais acessos, modenatura empregada, decoração do interior... .

Procuramos compreender a significação formal do objeto arquitetônico em questão, em relação à arquitetura da Companhia de Jesus desenvolvida no Brasil e no contexto da arquitetura religiosa colonial do Rio de Janeiro. Para atingir tal fim, estabelecemos as seguintes hipóteses de trabalho:

- A Nova Igreja, caso fosse concluída, constituir-se-ia no primeiro e único exemplo de um novo partido arquitetônico adotado em planta pela Companhia de Jesus no Brasil;
- A planta da Nova Igreja, cuja pedra fundamental foi lançada em 1744, pode ser considerada de vanguarda no contexto da Arquitetura Religiosa Colonial do Rio de Janeiro;
- No que se refere às fachadas das igrejas jesuíticas brasileiras, distinguem-se duas fases, sendo que a fachada da Nova Igreja se incluiria na fase posterior;
- A fachada da Nova Igreja também pode ser considerada um projeto de vanguarda no contexto da Arquitetura Religiosa Colonial do Rio de Janeiro.

Relacionados com as hipóteses acima descritas, os seguintes objetivos foram estabelecidos:

gerais

- aprofundar o conhecimento da Arquitetura da Companhia de Jesus durante o período colonial brasileiro;
- ampliar o banco de dados disponível para pesquisas futuras sobre a Arquitetura Brasileira.

específicos

- levantar, reproduzir, reunir e organizar o maior acervo possível de documentação iconográfica sobre o Real Colégio das Artes e Ofícios da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro;
- reconstituir a planta-baixa e a fachada da Nova Igreja, tendo como base a documentação iconográfica encontrada;
- apontar as analogias e as diferenças entre o partido arquitetônico adotado na Nova Igreja e os partidos arquitetônicos adotados nas demais igrejas da Companhia de Jesus no Brasil;
- apontar as analogias e as diferenças entre o partido arquitetônico adotado na Nova Igreja e os partidos arquitetônicos adotados nos demais exemplos de arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro.

A fim de obter a maior quantidade possível de dados para a reconstituição do projeto da igreja, foi elaborado, além do levantamento bibliográfico e

documental (27), um rigoroso levantamento iconográfico sobre o Colégio Jesuíta do Rio de Janeiro, nas seguintes instituições de pesquisa:

- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - AGCRJ;
- Biblioteca Nacional - BN / Seção de Iconografia;
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN / Arquivo Noronha Santos;
- Museu da Imagem e do Som - MIS;
- Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST / Departamento de Informação e Documentação;
- Museu Histórico Nacional;
- Museu Nacional de Belas-Artes - MNBA;
- Observatório Nacional - Biblioteca;
- Palácio Duque de Caxias / Arquivo Histórico do Exército.

Todo o material obtido no levantamento iconográfico que fundamentou a referida reconstituição encontra-se reproduzido no presente trabalho. Em relação aos monumentos a serem comparados com a igreja em estudo, limitamo-nos a reproduzir a documentação encontrada no Arquivo Noronha Santos, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e nos estudos apresentados

pelos seguintes autores: Germain Bazin, José Antônio de Carvalho, Lúcio Costa, Paulo Santos e Sandra Alvim (27).

No que se refere ao histórico da edificação, nosso estudo estendeu-se além do período de ocupação do prédio pelos padres e irmãos da Companhia de Jesus. A pesquisa compreendeu desde a fundação do colégio em 1567 (28) até 1922, ano em que ocorreu o desmonte do Morro do Castelo.

O trabalho estrutura-se em quatro capítulos. Procura-se identificar os vários tipos de estabelecimentos erguidos no Brasil pela Companhia de Jesus no primeiro capítulo, visando à compreensão do programa construtivo jesuítico. No segundo, levantou-se todos os dados históricos relativos à construção do Real Colégio das Artes e Ofícios da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e suas igrejas. O terceiro trata da reconstituição propriamente dita da Nova Igreja. Através de um estudo comparativo, no quarto e último capítulo elabora-se uma análise da referida igreja enquanto exemplo da Arquitetura Jesuítica Brasileira e no contexto da arquitetura religiosa colonial local.

NOTAS: INTRODUÇÃO

- (1) . Como será visto na presente dissertação, não foi possível determinar qual teria sido a invocação desta igreja. Por isso optamos pela designação "Nova Igreja", para o novo templo do Real Colégio das Artes e Ofícios da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. objeto desta pesquisa.
- (2) . Apesar de depararmos com o colégio jesuíta do Rio de Janeiro sendo denominado apenas Colégio de Jesus do Rio de Janeiro, optamos pelo nome oficial deste estabelecimento: Real Colégio das Artes e Ofícios da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.
- (3) . Conforme será visto no capítulo III deste trabalho, não foi possível determinar a data precisa em que o observatório passou a funcionar nas ruínas da Nova Igreja.

Vide capítulo III, p. 125-126.

- (4) . "Não fossem algumas linhas de ônibus - Castelo-Ipanema, Copacabana-Castelo -, o Morro do Castelo não faria sentido para a maioria da população. Afinal, o seu nome não aparece mais nos mapas da cidade e nos documentos oficiais. O morro, para onde a cidade foi transferida após sua fundação, para melhor se defender de invasores, foi desmontado no início da década de 20, a pretexto de melhorar o clima e a ventilação na área central da cidade. (...) Em seu lugar surgiu um imenso vazio de 668 mil metros quadrados, logo ocupado por ruas, avenidas e praças, como Avenida Nilo Peçanha e Rua México."

THYS, Bruno. As origens do Rio no morro do Castelo. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 25 mar. 1991.

"Em 1922, quando prefeito Carlos Sampaio, procedia-se ao desmonte do Morro do Castelo, para melhorar as condições sanitárias da cidade e abrir terreno para a Exposição Internacional que se iria inaugurar no Rio. A sentença de morte que caía sobre o famoso morro, onde a fortaleza mais antiga dessa São Sebastião ostentava suas legendárias ameias, seteiras e guaritas, fez ferver a opinião pública. Além dos progressistas e dos saudosistas uns favoráveis outros contrários ao arrasamento, havia os que acreditavam piamente na lenda de que os piratas ou os jesuítas, (...) tinham depositado inestimáveis tesouros nos subterrâneos do Castelo."

Morro do Castelo, o berço da cidade. O Jornal, Rio de Janeiro, 1 mar. 1965. 2º Caderno, suplemento comemorativo do IV centenário, p. 94.

- (5) . "Expulsos os jesuítas do Rio de Janeiro, e desocupada a casa do Morro do Castelo, que servia-lhes de colégio, ordenou o Governo, em 19 de outubro de 1766, (...) que se transferisse para aí a residência dos Vice-Reis, (...) O Vice-Rei Conde da Cunha (1763-1767) deu princípio às obras no Colégio dos Jesuítas (...); porém não realizou-se a mudança, e no vice-reinado seguinte destinou-se para Hospital Militar a antiga casa dos Jesuítas, (...)"

AZEVEDO, Moreira de. O Rio de Janeiro - sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades. 3.ed. Anotada por Elysio de Oliveira Belchior. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1969. (Vieira Fazenda). v. 1, p. 14.

"(...) o vice-rei Conde da Cunha, que tinha sua residência junto a linha do mar, (...) tentou abandoná-la, indo fixar-se num próprio erguido pelos jesuítas, na assomada do Morro. Para activar o andamento das obras, todas as manhãs, ia ia elle, subindo a ladeira da Misericórdia, (...) E só não morou no sítio desejado, o vice-rei, porque lhe deram substituto, o Conde de Azambuja, (...)"

EDMUNDO, Luiz. O Rio de Janeiro do meu tempo. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 9 mai. 1937.

“O Conde da Cunha não chegou a ir residir no antigo colégio; porquanto, substituído por D. Antônio Rolim de Moura, Conde de Azambuja, este mesmo continuou a habitar a antiga casa na planície e destinou a casa reformada dos jesuítas, no morro, para fundação em hospital militar. Tal alvitre foi aprovado pelo governo, tendo tido ahi sede esse hospital até bem poucos annos.

Anteriormente o Bispo D. Antônio do Desterro pretendeo também, mas sem resultado, transferir os carmelitas para o collegio e fazer do convento destes, no Largo do Paço, Palácio Episcopal, nas salas do Hospital Militar funcionaram, no tempo de D. João VI, algumas aulas da antiga Escola Médico-Cirúrgica e mais tarde, durante alguns annos, ali teve sede a Faculdade de Medicina. O Collegio deixou de servir, ha pouco tempo de Hospital, sendo o edificio cedido à Santa Casa da Misericórdia, por lei do Congresso Federal, na presidência do sr. Campos Salles.”

FAZENDA, Vieira. O morro do Castelo e os jesuítas. Renascença, Rio de Janeiro, v. 2, n.16, p. 256-263, jun. 1905, p. 257.

(6) . As peças pertencem ao Museu D. João VI da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

(7) . Ficha técnica do Museu Nacional de Belas-Artes (MNBA) sobre as peças:

REF: 10.073 - pedra de lioz

Motivo Ornamental Arquitetônico.

90x55x55 cm

Primeira metade do século XVIII

esculpido

Transferido para o MNBA quando do desmonte do Morro do Castelo.

Segundo Gastão Cruis, este objeto seria um fragmento de um prédio iniciado pelos jesuítas no Morro do Castelo. Aparência do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1965. v.1, p.58.

REF: 10.074

Pia de uma Igreja no Morro do Castelo

Pedra de Lioz

50x1,30x48 cm

Século XVIII

esculpido

Transferido para o MNBA quando do desmonte do Morro do Castelo.

REF: 10.309

Pia de uma Igreja do Morro do Castelo

Pedra de Lioz

52x1,35x48 cm

Século XVIII

esculpido

Transferido para o MNBA quando do desmonte do Morro do Castelo.

. Conforme visto, não há certeza de que as pias tenham sido da Nova Igreja dos Jesuítas no Morro do Castelo.

(8) . Ficha técnica do Museu Histórico Nacional sobre a peça:

Frontão que ficava sobre a porta da Igreja de Santo Inácio, no Morro do Castelo

Peça SIGA 006292

Material - pedra - dimensões

alt. = 54,0 cm

comp. = 90,0 cm

espessura = 28,0 cm

(9) . A Igreja de Nossa Senhora de Bonsucesso situa-se no Largo da Misericórdia, no centro da cidade. Foi construída em 1780 e pertence à Santa Casa da Misericórdia.

- (10) . LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro; Lisboa: Instituto Nacional do Livro: Portugália, 1945. t.6. p. 24.
- (11) . Não foi encontrada nenhuma referência sobre estes livros na biblioteca do Palácio São Joaquim.
- Ibidem, p.28.
- (12) . CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de. Utopia e Realidade: Real Colégio de Jesus do Colégio da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. In: CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de (coord.). A forma e a imagem: arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro Colonial. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio 1993, p. 35-85.
- (13) . BURY, John. Arquitetura e arte no Brasil colonial. Organizado por Myriam Andrade de Oliveira. São Paulo: Nobel, 1991.
- (14) . OLIVEIRA, Beatriz dos Santos de. Espaço e estratégia: considerações sobre a arquitetura dos jesuítas no Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1988.
- (15) . BAZIN, Germain. A arquitetura religiosa barroca no Brasil. Traduzido por Glória Lúcia Nunes, revisado por Mário Barata. Rio de Janeiro: Record, 1983, 2 v.
- (16) . Ibidem, v. 1, p. 78-109.
- (17) . BAZIN, op. cit., v. 2, p.11-12,16,22-25,41,45-49,70,111-112,114,116-117,119.127-128,135-136,146,148-149,157-158,164-165,167-168,170,173-177.
- (18) . CARVALHO, José Antônio. O Colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.
- (19) . SANTOS, Paulo. Contribuição ao estudo da arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil. In: V COLOQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, separata das actas. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1966. v.4, p. 5-59.
- (20) . Ibidem, p. 52, tábua 1 - A e B, tábua 2 - C.
- Capítulo II, p. 84 e capítulo III, p. 131-133 do presente trabalho.
- Fig. n^{os} 47-50.
- (21) . SANTOS, op. cit., p. 53.
- (22) . Vide capítulo III, p. 132-133 da presente dissertação.
- (23) . SANTOS, Paulo F. O barroco e o jesuítico na arquitetura do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1951.
- (24) . Paulo Santos admite apenas este termo para designar as realizações da fase de implantação do barroco no Brasil: " post-renascentista ou proto-barroca, como têm designado - porque foi exatamente nessa fase (fins do século XVI até meados do XVII) ".
- Ibidem, p.89.
- (25) . COSTA, Lúcio. A arquitetura jesuítica no Brasil. Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Rio de Janeiro, n.5, p. 11-98, 1941.
- (26) . ALVIM, Sandra. Architecture religieuse coloniale à Rio de Janeiro: une méthodologie d'étude. Paris: Université de Paris I, Pantheon Sorbonne, 1991. 7 v. il.(Tese de Doutorado em Estética).

- (27) Com a expulsão dos jesuítas em 1759, os documentos se espalharam e muitos se perderam. No presente trabalho foram pesquisados, além das obras de Serafim Leite, que ainda constituem a pesquisa mais completa e cuidadosa sobre a ação da Companhia de Jesus no Brasil, os documentos publicados pelos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e pelas Revistas do IHGB.
As cartas jesuíticas publicadas também foram importantes fontes de consulta. No que se refere ao Observatório Nacional, destacaram-se os Anais desta instituição.
- (28) A referência completa das obras destes autores encontram-se nas Referências Bibliográficas do presente estudo.
- (29) "A primeira vez que o Rio de Janeiro aparece como casa da Companhia de Jesus, nos Catálogos, é em 1567, (...) o ano 1567 é o próprio da instalação da Cidade no Morro do Castelo. A cidade tinha sido fundada, segundo Anchieta, e já com todos os elementos essenciais da vida civil, dois anos, a 1º de Março de 1565, entre o Pão de Açúcar e o Morro de São João. (...) e é natural que se escolhesse também, para a instalação sumária da cidade no morro do Castelo, o dia do aniversário da fundação (1º de março). De 1º de Março de 1567, se deve datar, pois a fundação do Colégio do Rio de Janeiro."

LEITE, op. cit., t.6 p 3.

CAPÍTULO II
ANÁLISE DO PERÍODO
DE 1567 A 1759
A INSTITUIÇÃO JESUÍTICA
NO RIO DE JANEIRO

CAPÍTULO I:
SUBSÍDIOS HISTÓRICOS
PARA A COMPREENSÃO
DA ARQUITETURA JESUÍTICA
NO RIO DE JANEIRO

EXAMEN INSTITUTUM S.L., C.I. (1)

...

...

...

(...) o fim desta Companhia é não somente ocupar-se na salvação e perfeição das almas próprias com a graça divina, mas também com a mesma procurar intensamente ajudar à salvação e perfeição dos próximos.

Examen Institutum S.L., C.I. (1)

1. ORGANIZAÇÃO E META DA COMPANHIA DE JESUS

No início do século XVI, a Igreja católica, sob o impacto das contestações reformistas, vê-se obrigada a produzir um movimento de reformulação interna: a Reforma Católica ou Contra-Reforma, como é mais conhecida. Imbuídas deste espírito reformista, surgem novas ordens religiosas.

Estas ordens seiscentistas diferenciam-se das antigas ordens monásticas medievais, cuja vida religiosa era essencialmente contemplativa. Adotaram uma postura que equiparava a vida ativa à ascética. Acreditavam no princípio da vontade humana como colaboradora da salvação, combatendo, deste modo, a Teoria da Predestinação, imposta pela Reforma Protestante. Identificando-se com esta nova atitude espiritual, Inácio de Loyola (1491-1556) funda a Companhia de Jesus, aprovada pela Bula Papal **Regimini Militantis Ecclesiae**, de 27 de setembro de 1540 (2). Estabelecia-se como uma ordem “mista” pelo seu duplo objetivo: individual e apostólico (3).

Esta ordem, cujos membros são chamados de jesuítas (4), exerceu um papel preponderante na Reforma Católica. Além de combater o avanço do Protestantismo na Europa, a Companhia levou a fé cristã às terras recém-descobertas do Novo Mundo.

A propagação e a catequese da doutrina cristã foram determinadas pela Fórmula do Instituto da Companhia de Jesus como as principais metas dos jesuítas:

(...) procurar o proveito das almas, na vida e doutrina cristã, propagar a fé, pela pública pregação e ministério da palavra de Deus, pelos exercícios espirituais e obras de caridade, e, nomeadamente, ensinar aos meninos e rudes as verdades do cristianismo, e consolar espiritualmente os fiéis no tribunal da confissão (...) (5)

Recebem também especial referência na Fórmula a tarefa missionária e o princípio da obediência (6). O irmão jesuíta deveria aceitar toda missão que lhe fosse destinada:

O governo da Companhia, sabiamente organizado, supõe uma virtude essencial na vida religiosa: a obediência. Ela é a virtude característica da Companhia. O superior não pode mandar nada que implique desordem moral, nem esteja fora dos fins da Companhia. (7)

(...) para proveito das almas e propagação da fé, sejam quais forem as províncias a que nos enviar, quer nos mande para os turcos, quer para as terras de outros infiéis, ainda para as partes que chamam da Índia, como também para os países de hereges ou cismáticos ou quaisquer nação de fiéis (...)

Façam todos voto de obedecer ao Prepósito da Companhia em tôdas as coisas, que tocam à observância desta nossa regra: (...) (8)

O governo da Companhia fundamentava-se em uma estrutura de poder hierarquicamente organizada a partir do Padre Geral ou Prepósito. A Congregação Geral, presidida pelo Geral em Roma, constituía o poder legislativo da Companhia.

O Juízo, porém, do grau, que deve ter cada um, e a distinção e distribuição dos ofícios ficará inteiramente nas mãos do Prepósito ou Prelado, que havemos de eleger, para que se guarde a boa ordem, necessária em toda a comunidade bem formada. E este Prepósito, tomando o parecer dos companheiros, terá autoridade de fazer em Congregação, sempre a maioria de votos, as Constituições, que sejam conducentes à conservação do fim que nos é proposto. Entenda-se, contudo, que nas coisas mais importantes e perpétuas será formada a Congregação pela maior parte de toda a Companhia, que o Prepósito da Companhia poderá cómodamente convocar; e, nas de menos gravidade e transitórias, por todos os que suceder acharem-se presentes no lugar em que o Prepósito resida. A este, porém, compete todo o poder de mandar. (9)

As Constituições conferem certos poderes sobre a pessoa do Geral, mas só em casos limitadíssimos, para bem da Companhia: assuntos referentes ao modo de viver do Geral, ao cuidado que deve ter no que toca ao corpo e à alma. Num caso extremo, se o bem da Companhia o exigisse, poderiam ir até depor o Geral ou afastá-lo da Companhia. Tal caso nunca se deu. De todos os Superiores da Companhia só o Geral é vitalício. (10)

O supremo poder legislativo da Companhia está na Congregação Geral, composta por delegados das diversas províncias. Acabada a Congregação, é o Geral quem assegura, de acôrdo com as Constituições e Decretos das Congregações Gerais, que não pode abrogar nem mudar, o govêmo de tôda Companhia. (...) (11)

A Companhia era dividida em províncias. Estas por sua vez eram agrupadas, segundo critérios geográficos ou linguísticos, em assistências. A Província do Brasil fazia parte da Assistência de Portugal, uma das 6 (seis) assistências da antiga Companhia (12)

Cada assistência mantinha, na Congregação Geral em Roma, um representante - o assistente - responsável pelos assuntos referentes às províncias de sua assistência. Os assistentes eram eleitos ordinariamente nas Congregações Gerais. O provincial era o superior em cada província. O primeiro provincial de Portugal foi o Pe. Simão Rodrigues (13) e o primeiro do Brasil foi o Pe. Manuel da Nóbrega.

A fundação da Província do Brasil estava reservada para um jovem Padre de 32 anos, Manuel da Nóbrega. Frustrada a ida de Simão Rodrigues, escolheu-se, de certo com apaziguamento de El-Rei e de Tomé de Sousa, que ia por Governador Geral, o Pe. Manuel da Nóbrega, homem nobre, culto e decidido. (14)

1.1 OS PRINCIPAIS REITORES DO COLÉGIO DO RIO DE JANEIRO

Cada casa tinha um superior, que, no caso dos colégios, se chamava reitor (15). O primeiro Provincial do Brasil, o Padre Manuel da Nóbrega, foi também o fundador e o primeiro reitor do Colégio do Rio de Janeiro. Desde Nóbrega, em

uma série de 70 (16), destacamos no presente trabalho os seguintes reitores do Colégio do Rio de Janeiro:

- Gonçalo de Oliveira (1570-1573) - sucessor do Pe. Manuei da Nóbrega.

Fundou a primeira casa jesuíta em terras cariocas, exercendo importante papel na conquista da cidade do Rio de Janeiro.

Assistiram à morte do Pe. Nóbrega os Padres Gonçalo de Oliveira e Femão Luiz. Nóbrega, antes de morrer, nomeou o Pe. Oliveira para Superior. O sucessor de Nóbrega era natural de Arriana de Santa Maria, distrito de Aveiro, e foi menino para o Brasil, entrando na Companhia em 1552, com 17 anos de idade. Estava nos Campos de Piratininga, como estudante e como intérprete, por ocasião da fundação de S. Paulo, em cuja região se demorou até 1560, ano em que voltou à Baía, onde se ordenou. Seguindo pouco depois para Pernambuco, abriu de novo aquela casa. Voltou para o Sul com a armada de Estácio de Sá, desenvolvendo a maior actividade durante a campanha do Rio e depois como companheiro e amigo de Nóbrega, a quem sucedeu no govêmo da casa. Em 1573, foi nomeado procurador do Colégio. E, assim como tinha alcançado do Capitão-mor Estácio de Sá antes, em 1565, terras para o Colégio do Rio, assim também as defendeu agora com atenção e energia.

Em 1574, voltou para a Baía, saindo da Companhia algum tempo depois. Correu que saíra com achaque de doença para ficar com a mãe, herdar e voltar. (...) Por felicidade, o Pe. Gonçalo de Oliveira tomou a entrar na Companhia, em 1610, falecendo com morte edificante, no Colégio da Pernambuco, em 1620, com 93 anos de idade, segundo a ânuia correspondente. (17)

- Inácio de Tolosa (1583-1591) - presidiu a construção da Igreja de Santo

Inácio do Colégio do Rio de Janeiro

O padre Inácio de Tolosa chegou ao Brasil em 21 de abril de 1572. Veio como provincial, que foi o quinto, em substituição ao padre Inácio de Azevedo, trucidado com muitos companheiros, em 15 de julho de 1570, por piratas huguenotes comandados por Jacques de Sores. Tolosa era espanhol, natural de Medina Coeli; entrou para a Companhia em Portugal, e como era doutor em Teologia, professou essa matéria em Coimbra. Exerceu o provincialato de 1572 a 1577, sendo substituído por Anchieta. Era reitor do Colégio do Rio de Janeiro ao tempo da visitaçã do padre Cristóvão de Gouveia. Faleceu em 24 de maio de 1611, no Colégio da Bahia. (18)

- Fernão Cardim (1594-1598) - legou-nos importantes relatos sobre os aspectos da arquitetura do Colégio do Rio de Janeiro

Era natural de Viana de Alvaro, Arcebispado de Évora, (...) quando foi designado, em 1582, para companheiro do padre-visitador Cristóvão de Gouveia; (...), chegando à Bahia a 9 de maio seguinte. Daquela primeira data por diante, enquanto durou a missão do padre Gouveia, podemos segui-lo, quase dia a dia, através das páginas tão animadas quão encantadoras da Narrativa epistolar. Na Bahia, nos Ilhéus, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, esteve uma e mais vezes, em companhia do visitador, que ordenava as coisas necessárias ao bom moneio dos colégios e residências existentes naquelas partes. Da Bahia, em 1 de maio de 1590, datou a segunda e última carta da Narrativa; era reitor do colégio, cargo que ainda tinha em 1593, (...) No Rio de Janeiro, como reitor do Colégio de São Sebastião, estava em 1596, (...) No Colégio do Rio de Janeiro fez-lhe José de Anchieta companhia por algum tempo, antes de ir morrer em Reritiba, no Espírito Santo, a 7 de junho de 1597. Em 1598 foi eleito na congregação provincial para procurador da Província do Brasil em Roma; (...) Em 1604, tomou ao Brasil com o cargo de provincial, que exerceu até 1609, (...) Passando o cargo de provincial (...), Cardim assumiu o de reitor, pela segunda vez, do Colégio da Bahia, e de vice-provincial (...) Estavam ainda nas mãos de Cardim os cargos de reitor e vice-provincial, quando os holandeses tomaram a Bahia, em 9 de maio de 1624 (...) O colégio foi transformado em armazém de vinhos, (...) os padres, expulsos, perseguidos, refugiaram-se na aldeia do Espírito Santo, depois Abrantes (...) Na ausência do provincial, Cardim assumiu o governo da província, no momento inçado das maiores dificuldades e incertezas (...) caiu enfermo e veio a falecer a 27 de janeiro de 1625, naquela mesma aldeia, que foi das primeiras que conheceu no Brasil, e o destino lhe reservara para refúgio último da sua vida. (19)

- Simão de Vasconcelos (1646) (20) - historiador famoso, quando reitor teria feito obras no colégio. Escreve em 1648, que teria feito "quási a metade do colégio" de novo (21).

Representativa desta evolução dos colégios é a figura de Simão de Vasconcelos (1549-1671), espírito barroco por excelência, primeira grande expressão do ufanismo brasileiro pelo seu trabalho de ordem teológica O PARAÍSO NA AMÉRICA, no qual coloca o paraíso terrestre no Brasil. (22)

- Francisco de Matos (1693) - durante o seu reitorado, tiveram início as obras da "parte nova" do colégio.

Procurador em Lisboa, activo e caridoso. Escritor asceta importante. De exímia caridade para com o povo do Rio de Janeiro durante a grave epidemia que houve, durante o seu govêmo do Colégio. "Pai dos Pobres". (23)

- Luiz de Carvalho (1724) - realizou obras no colégio.

Empreendeu grandes obras no Colégio. Sabia admiravelmente as Letras Humanas e a História eclesiástica e profana. Indo Procurador a Roma, ao passar em Lisboa, criada a Academia Real de História, foi nomeado membro dela como representante dos Domínios Portugueses. Alegou para se escusar de outras incumbências, que estava encarregado de escrever a História da Companhia de Jesus no Brasil por ordem do Pe. Geral. Os ofícios em que o ocuparam impediram-no, infelizmente, de realizar a obra. Manso de carácter. E, podendo-o fazer, nunca se vingou de agravos. (24)

- Francisco Xavier (1742) - lançou a pedra fundamental da Nova Igreja.

Procurador a Roma e Professor. Lançou a primeira pedra da nova Igreja monumental do Rio, e faleceu no cargo de Reitor, a 10 de Outubro de 1746. Assistiram aos seus funerais o Governador do Rio de Janeiro, o do Paraguai, o Bispo de São Paulo, Dom Bernardo Rodrigues Nogueira, e os religiosos do Carmo e de S. Francisco. (25)

- Thomaz Lynch (1748) - teriam construído, em seu reitorado, um altar dedicado a Nossa Senhora da Anunciação para a Capela da Congregação dos Estudantes (26).
- Manuel Ferraz (1759) - último reitor do Colégio do Rio de Janeiro (27).

Destacavam-se também nos colégios, auxiliando os reitores, os admonitores. O admonitor era uma espécie de consultor do padre provincial e dos

superiores das casas. Assim como o geral se aconselhava com os assistentes, em cada província e em cada casa, havia um certo número de admonitores, que aconselhavam seus superiores nas questões mais importantes (28).

1.2 O PADRE-VISITADOR

(...) os Visitadores da Companhia de Jesus principalmente nos tempos antigos por motivos da distância, vinham munidos de uma autoridade plena e tomavam por assim dizer o monopólio das comunicações com o Padre Geral em Roma. (29)

O cargo de padre-visitador também merece especial menção em nosso estudo. Como o próprio nome diz, este padre, de três em três anos, visitava as províncias. Tinha pleno poderes para intervir em todas as questões pendentes, inclusive alterar os projetos e as obras das edificações da Companhia:

“ O Visitador prestou a sua atenção à cêrca do Colégio, onde realizou várias obras, “muito aceitas dêste Colégio: a primeira (...) “ (30)

“ Interveio também activamente, com as suas sugestões, na elaboração dos planos, o Visitador Cristóvão de Gouveia. No Memorial da sua visita, de 1º de Janeiro de 1589, quando o Colégio estava quasi concluído, estranha êle que se tivessem, feito mudança ao que tinha aprovado e ordenado, o que causava prejuízos, proibindo que daí em diante, se fizessem modificações, (...) “ (31)

No que diz respeito ao Colégio do Rio de Janeiro, tornaram-se relevantes os seguintes padres-visitadores:

- Inácio de Azevedo - veio ao Rio de Janeiro em 1567 para fundar o colégio jesuíta desta cidade.

Inácio de Azevedo, natural do Porto, (...), foi recebido no Colégio de Coimbra em 1547, (...) Enviado ao Brasil como visitador, chegou à Baía em 24 de agosto de 1566 (...) Em novembro desse mesmo ano, seguiu para o Sul na armada de Mem de Sá (...) Chegando ao Rio a 18 de janeiro de 1567, assistiu aos últimos combates contra os tamoios e franceses. Visitou depois a Capitania de São Vicente, subindo até Piratininga. Resolvida a fundação de um Colégio no Rio de Janeiro, para lá voltou em julho, com D. Pedro Leitão, Grã, Nóbrega e Anchieta. Do Rio partiu para a Baía, onde chegou em março de 1568, visitando no caminho as casas do Espírito Santo, Porto Seguro e Ilhéus. Realizada a congregação provincial em junho, embarcou para Portugal a 24 de agosto (...) Seguiu depois para Roma, aí tratando dos negócios do Brasil. De volta a Portugal (...) Chegou a reunir para a missão ao Brasil perto de setenta sujeitos (...) Em 1570 se transferiu com os companheiros para a casa professa de São Roque e embarcou com trinta e nove deles na nau Santiago, (...) atacada pelo corsário Jacques de Soria, que tirou a vida de Inácio de Azevedo e seus companheiros. (32)

- Cristóvão de Gouveia - modifica os planos do Colégio do Rio de Janeiro em meados de 1585, por ocasião de sua visita ao Rio de Janeiro. Nesta mesma época também ordena que se construa uma nova igreja para o colégio, que viria a ser a Igreja de Santo Inácio.

Cristóvão de Gouveia nasceu na cidade do Porto a 8 de janeiro de 1542; entrou para a Companhia de Jesus em 1556 (...), quando foi nomeado visitador da província do Brasil, sendo o segundo que veio nesse caráter. O primeiro foi o padre Inácio de Azevedo, em 1566. Era irmão do padre João Madureira, ou João de Gouveia (...) De seus serviços e dos índios aldeados, quando os corsários Withrington e Lister, em abril de 1587, atacaram a Bahia, em cuja defesa se cobriu de glória (...) Ao voltar para Portugal, finda a visita à província do Brasil, Cristóvão de Gouveia e seus companheiros foram aprisionados por corsários franceses, em 6 de setembro de 1589, (...) sendo largados no (...), em frágil embarcação, que milagrosamente os levou a Biscaia, (...), onde desembarcaram. Em Portugal o padre ainda exerceu cargos eminentes da Companhia; faleceu em Lisboa, a 13 de fevereiro de 1622, com oitenta anos de idade e sessenta e seis de roupeta. (33)

1.3 O PROCURADOR

No caso da Província do Brasil, destaca-se ainda, no corpo administrativo da Companhia, o procurador do Brasil em Lisboa. O procurador era o responsável

pelas contas e assuntos relativos à subsistência de uma casa, colégio ou província (34). O Brasil tornou-se província em 1553. Portugal, entretanto, continuou sendo centro irradiador de missionários e os soberanos portugueses dotavam com rendas próprias os colégios jesuítas brasileiros. Logo tornou-se necessária a assistência de um padre tratando destes assuntos referentes à província brasileira em Lisboa (35).

Ficava também sob a responsabilidade do Procurador de Lisboa enviar ao Brasil certos produtos que não haviam na Colônia, tais como vestimentas, vinho, azeite e farinha para as hóstias (36).

A princípio, o mesmo Procurador de Portugal era também do Brasil e da Índia. Em 1574, separou-se o Procurador de Portugal e criou-se o cargo de Procurador das Províncias Ultramarinas. Tal separação ainda não satisfazia os jesuítas do Brasil, que aspiravam ter procurador próprio. A Congregação Provincial da Bahia de 1583 solicitou procurador exclusivo mas o pedido foi rejeitado (37).

O Colégio do Rio de Janeiro teve também procurador próprio no Colégio da Bahia. Muitos assuntos dessa instituição tinham que ser tratados em Salvador. Em 1589, o Pe. Visitador Gouveia, ao verificar a necessidade deste cargo, determina: *“(...) um padre de prudência e autoridade, nomeado pelo Provincial que faça os negócios do Colégio do Rio de Janeiro e procure arrecadar os seus pagamentos.”* (38)

1.4 OS IRMÃOS CONSTRUTORES

Na Companhia de Jesus, nem todos os irmãos são necessariamente padres. Os religiosos podem pertencer a quatro categorias (39):

- o professo de quatro votos -

O primeiro é o de professo. Isto é: do que faz a chamada profissão dos 4 votos, acrescentando aos de pobreza, castidade e obediência (comuns aos demais religiosos) o "de especial obediência ao Sumo Pontífice, pera por seu mandato ir a qualquer parte do mundo, e andar entre fieis e infieis, em serviço e bem da Cristandade", (...) Á profissão dos 4 votos, principal estado da Companhia, só se admitem padres "mui provados em virtude, e mui aprovados em letras; a satisfação da virtude dão os Superiores ao Preposito Geral, que reside em Roma, por informações, que lhe mandam, depois de várias experiências, e de largas provações, que ordinariamente passam de vinte anos; e só o padre geral pode admitir religiosos a esta profissão solene (...) Êstes professos da profissão solene de 4 votos não podem ser despedidos da Companhia, senão pelo Padre Geral, (...) Dêstes professos se elegendem o Preposito Geral e seus assistentes, os Provinciais, Visitadores e Prepositos das casas professas: eles têm direito de entrar nas congregações gerais, e provinciais, (...) O professo, segundo determinou Loiola para cortar as ambições e vaidades, faz "juntamente o voto de não procurar, nem directamente, nem indirectamente, dignidade alguma na Companhia, ou fóra dela. (40)

- o coadjutor espiritual -

O segundo estado é o de Coadjutor espiritual, que ajuda "aos professos no ministerio espiritual das almas", sendo que "por isso tal estado pede sacerdotes virtuosos, zelosos, prudentes, instruidos em teologia moral". Incorporam-se às Companhias por votos públicos que, (...) Só são despedidos por ordem do Geral e por causas gravíssimas. Podem ser Procuradores e exercer ofícios de confiança, como os de Reitor, e participar das congregações gerais, tendo aí voto em tudo, salvo na eleição do Preposito Geral (...) (41)

- o coadjutor temporal -

O terceiro estado é o dos coadjutores temporais formados, que fazem os mesmos votos dos espirituais e são na Companhia o que eram na "primitiva Igreja, entre os apóstolos, os sete diaconos escolhidos para dispensar as esmolas e prover remédio temporal às viúvas, afim de desocuparem os apóstolos" (...) "Com o trabalho corporal ajudam o

espíritual; e ocupando-se em acudir á comunidade desocupam os professos e mais religiosos". Prêgam, confessam, ensinam, batizam e convertem. (42)

- o irmão -

Os demais religiosos, depois de dois anos de noviciado, fazem votos simples, ficando incorporados á Companhia e (...) Quando despedidos, ficam desobrigados dos votos. (43)

No presente estudo destacam-se os irmãos que se dedicaram a determinados ofícios relacionados à construção de edificações:

As Artes de construção foram as primeiras que os Jesuítas exerceram no Brasil, por necessidade local. Na Europa, grandes architectos profissionais se incumbiram das suas Igrejas e Colégios (...) Mas o Brasil, ao chegarem os Portugueses, era um imenso sertão florestal, sem cidades, nem vilas, nem artes liberais, e os Jesuítas em 1549 para residir tiveram que construir casa, igreja para rezar, escola para ensinar; e, por suas próprias mãos, com materiais pobres, paus, terra ou barro amassado, (...) (44)

De acordo com Germain Bazin não havia o ofício do arquiteto tal como o conhecemos hoje, ou seja, aquele que fornece a planta (risco) e o desenho (traça) de uma edificação e acompanha a obra.

O termo mestre-de-risco, que muito raramente é encontrado, designa uma qualidade e não um ofício, acontece o mesmo com o de arquiteto mais frequentemente. A parte intelectual do ofício de arquiteto se distingue, contudo, da parte material, pois quase sempre se observa que o mestre-de-obras trabalha com base em plantas fornecidas por outra pessoa. (45)

Os riscos, segundo Bazin, eram propostos por qualquer pessoa que tivesse adquirido conhecimentos na área de arquitetura, seja pela prática ou por uma atividade ligada à construção, como por exemplo os engenheiros (46).

Na Companhia de Jesus, com o objetivo de uniformizar a “traça”, os projetos dos edifícios estavam sujeitos às determinações e exigências do Governo Geral da Companhia. Muitos projetos de casas e colégios com suas igrejas eram enviados a Roma para aprovação do Padre Geral. Do Brasil muitas vezes mandavam apenas o esboço, retornando o projeto pronto de Roma (47).

Mesmo que estes projetos em geral não tenham sido seguidos à risca no Brasil, devido a dificuldades tais como falta de recursos, ausência de mão-de-obra qualificada, alterações do padre-visitador etc., diferenciava-se o autor do risco do executor da obra.

No século XVI, para “encaminhar as obras dos três colégios que se fazem de novo” (eram os da Bahia, Rio de Janeiro e Olinda), verifica-se a necessidade de um arquiteto da Companhia no Brasil. Este arquiteto é o primeiro que figura como “Arquitecto” nos Catálogos da Companhia (48).

Natural do termo de Alenquer, onde nasceu por 1538. (Os Catálogos do Brasil dão-no de Nossa Senhora de Merciana (...); o de Portugal, dá-o de Paúl, nas vizinhanças). Entrou (na Companhia) a 28 de maio de 1562, e o Catálogo de 31 de dezembro desse ano, trá-lo em Lisboa com a sua profissão de “architectus” (...) No mesmo ano em que fez os primeiros votos, isto é em 1564, residiu algum tempo, com o título expresso de Arquitecto, na Corte de El-Rei em Almeirim, e logo em Lisboa durante a construção da famosa Igreja de S. Roque, de que foi Mestre-de-Obras. A sua especialidade profissional era a de pedreiro, mas como architecto e mestre-de-obras superintendia às de construção geral. A Igreja de S. Roque inaugurou-se no dia 29 de Novembro de 1573, continuando as obras, até que ao pedir-se do Brasil um Architecto, foi ele o designado, por concessão e ordem do Pe. Geral (...) em 1579 o Pe. Geral ordenou a sua volta, conseguiram os do Brasil que ficasse. E foi Architecto e revisor das obras dos Colégios e Igrejas de toda a Província. Em breve se agregou ao grupo da Cúria Provincial, e, como as visitas eram por mar, tomou também conta do navio da Província como piloto; e em 1598 classifica-se de egrégio em Architectura e em Náutica (...). No seu tempo construíram-se três Igrejas, a dos Colégios do Rio de Janeiro, de Santos, e de Olinda, de que ele fez os planos. Também reviu os da Baía, com “muito acordo”, mas demorou-se tanto a construção desta última, que quando se edificou já houve mudanças. Da Igreja do Rio de Janeiro Francisco Dias traçou o plano em 1585 e a Igreja inaugurou-se no Natal de 1588; a de

Santos estipulou-se pelo mesmo ano de 1585 e abriu-se ao culto em 1660; a de Olinda. "pela traça de S. Roque", estava quase concluída em 1597 (...) Depois, já velho, quando não era para navegar, ficou a residir no Colégio do Rio de Janeiro, à frente da oficina de carpintaria, e assim era ainda em 1619 e 1621 (...) falecendo a 1 de janeiro de 1633 na cidade do Rio, com 95 anos de idade. (49)

Quanto à Nova Igreja sabe-se que o Irmão Francisco do Rego, arquiteto, teria vindo dirigir suas obras depois do término do Seminário de Nossa Senhora da Conceição da Bahia, por volta de 1576 (50). Certamente Francisco do Rego não foi o autor do projeto da referida igreja pois a pedra fundamental deste templo foi lançada em 1744 (51).

Natural de Caminha, onde nasceu a 16 de Abril de 1714. Tinha 36 anos de idade quando entrou na Companhia, no Brasil, a 22 de Julho de 1750. Bom Architecto e canteio. Em 1757, trabalhava, como architecto, no Seminário de Nossa Senhora da Conceição da Baía; e, concluído ele, passou ao Rio de Janeiro para as obras da nova Igreja do Morro do Castelo. Esta Igreja não chegou a concluir-se, por sobrevir a perseguição geral. O Ir. Francisco do Rego ficou no Rio de Janeiro em 1760. (52)

De acordo com Serafim Leite, o Irmão Inácio da Silva estaria em 1748, ocupado com a construção da Nova Igreja. Entretanto, é desconhecido o ofício exercido por este irmão (53).

Relacionados à arquitetura haviam ainda os pedreiros (54), os canteiros (entalhadores de pedra) e os rebocadores em pedra ou gesso. Distinguiam-se destes aqueles que trabalhavam a madeira: os carpinteiros, carapinas (faziam carpintaria fina e marcenaria), marceneiros e entalhadores (55).

Se a casa foi a primeira, nas obras de construção, nela já se empregou madeira, os próprios troncos de árvores, apenas desbastados, para sustentar a terra amassada e um tecto frágil. Mas logo também surgiu a necessidade da madeira trabalhada, (...) foi o humilde princípio das oficinas de carpintaria, marcenaria e escultura, que atingiram o apogeu na segunda metade do século XVII e primeiro quartel do século XVIII, período principal das grandes construções jesuíticas do Brasil. As madeiras escolhiam-se nas matas, segundo o fim a que se destinavam, madeiramentos ou marcenaria. E se há país rico em madeiras de lei, aptas para obras de dura ou de beleza, é certamente o Brasil. Nem faltavam nas próprias matas da Companhia desde o Amazonas ao Rio Itapicuru, na Vice-Província do Maranhão e Pará. Na Província do Brasil deixaram mais nome, sem serem as únicas, as de Sergipe de El-Rei, Camamu e Ilhéus, Espírito Santo e Cabo Frio. Cortavam-se e transportavam-se por terra até ao porto fluvial ou marítimo, onde se embarcavam para os Colégios. Já se lhes dava o primeiro desbaste no lugar do corte ou as transformavam em tábuas ou serradores (...) Dirigiam as oficinas dos Colégios um Irmão, e nelas às vezes havia outros Irmãos, e sempre pessoal de casa, Índios e Negros, bons carapinas, o que sucedia sobretudo nas Fazendas e Engenhos e mais ainda no Maranhão e Pará onde os Irmãos artífices nunca foram abundantes. Que produziam estas Carpintarias do Brasil sobretudo as das cidades maiores? Além dos grandes madeiramentos das Igrejas e Colégios, e cavemame e aparelhagem da indústria naval, e da obra de talha dos altares e dos artefactos comuns de utilidade imediata ou até industrial (aparece algum Irmão tanoeiro), havia os Irmãos que lavravam mobiliário artístico e marcenaria fina; lavravam-se credências, consolas (de igreja e de salão), retábulos, tocheiros, sacras; bufetes, aparadores, contadores, cadeiras de sola lavrada, arcas e arcazes com bronzes e embutidos de madeiras coloridas, casco de tartaruga e marfim, mesas com gavetas tauxiadas e secretárias, papeleiras (...) Os Catálogos deste tempo, 1589, não têm palavra especial para designar a arte de marceneiro e entalhador; tudo é carpinteiro ("faber lignarius"). Um século depois distinguem-se duas tendências: "faber lignarius et scriniarius"; "faber lignarius et sculptor", (...) (56)

Além dos irmãos acima mencionados, por terem participado diretamente do projeto, da construção e das reformas do Colégio do Rio de Janeiro, apontamos os seguintes irmãos:

- Padre Afonso Braz - encarregado das obras do colégio em 1572, por ser "um grande carpinteiro" (57).
- Natural de S. Paio de Arcos, Anadia (...), onde nasceu por 1524. Entrou na Companhia, em Coimbra, a 22 de Abril de 1546 (...) Afonso Brás foi o Superior da 2ª expedição missionária, que chegou ao Brasil em 1550, seguindo pouco depois para Porto Seguro e não

tardou em ir para o Espírito Santo, onde fundou Colégio em 1551. Nóbrega chamou-o para a Capitania de S. Vicente, e colocou-o como encarregado da casa e obras do novo Colégio de S. Paulo em 1554. Anchieta, um dos Irmãos presentes, escreve dois anos depois, que a Igreja nova de S. Paulo de Piratininga foi "feita com os trabalhos dos Irmãos, mormente com o suor do Pe. Afonso Brás" (...) E não trabalhou apenas em Piratininga, mas também em S. Vicente e nas Aldeias, como era próprio daquele tempo e as necessidades locais o requeriam. E depois do Espírito Santo e de S. Paulo, chegou a vez do Rio de Janeiro. Nóbrega tinha principiado o Colégio quando faleceu em 1570. O novo Provincial Inácio Tolosa, depois de visitar a Capitania de S. Vicente, onde deixou Superior ao Pe. José de Anchieta, nomeou Reitor do Rio de Janeiro "ao Pe. Brás Lourenço, e por Procurador do Colégio ao Pe. Gonçalo de Oliveira; e ao Pe. Afonso Brás encarregou as obras por ser grande carpinteiro" (...) a fase mais construtiva da sua vida coincidiu com a fundação do Colégio de S. Paulo, o seu nome anda ligado à fundação da Cidade. (...) título, (...) de primeiro arquitecto de S. Paulo. Aí viveu longos anos, e também no Rio de Janeiro, onde faleceu à roda dos 86 anos de idade e 60 de Brasil, a 30 de Maio de 1610. (58)

- Irmão Barnabé Telo - veio ao Brasil acompanhando o Pe. Visitador Cristóvão de Gouveia. Era pedreiro, oleiro (59), carreiro (60) e carpinteiro. Acompanhou o visitador nas viagens às casas e colégios do Brasil. Como esteve no Rio de Janeiro em dezembro de 1584, provavelmente trabalhou nas obras do colégio desta cidade.

Natural da cidade de Jaén, onde nasceu por 1542. Entrou na Companhia em 1558. O Pe. Visitador Cristóvão de Gouveia levou-o como companheiro ao Brasil, chegando à Baía a 9 de maio de 1583 (...) Acompanhou sempre o Visitador nas viagens às Casas e Colégios do Brasil. Passaram o Natal de 1583 na Baía, (...) O Natal de 1584 foi no Rio de Janeiro, e o Ir. Barnabé fez o mesmo. O seu parecer, nas obras que então se executavam no Brasil foi útil. Porque "o Ir. Barnabé Telo, que servira o Pe. Mestre Simão, sabia quase todos os ofícios, era pedreiro, oleiro, carreiro, alfaiate, carpinteiro, e todos estes ofícios fazia bem" (...) Voltou a Portugal com o Pe. Visitador em 1589, e com ele foi cativo e brutalmente maltratado por piratas franceses, (...) Barnabé Telo pouco sobreviveu aos maus tratos, falecendo no Colégio de S. Antão (Lisboa) a 19 de Julho de 1590. (61)

- Irmão Pedro Álvares - primeiro pedreiro em exercício na Companhia, trabalhou na construção da Igreja de Santo Inácio.

Natural de Mazarefes (Minho), onde nasceu por 1557. Entrou na Companhia em 1579, com 22 anos de idade. Mestre Pedreiro. Estava em 1586, na Bahia, e em 1589 no Rio de Janeiro. Concluída a Igreja do Morro do Castelo, passou a Pernambuco para a construção da Igreja do Colégio de Olinda, de que foi Mestre-de-Obras. (62)

- Irmão Jorge Esteves - carpinteiro, pode ter sido o autor dos retábulos da Igreja de Santo Inácio.

Natural de Minde (Ribatejo), onde nasceu por 1549. Entrou na Companhia em 1569 com 20 anos de idade. É o primeiro Irmão que no Brasil se nomeia nos Catálogos com a arte de carpinteiro e a exerceu por ofício próprio. Residia em 1574 no Colégio do Rio de Janeiro, ocupado nos primeiros e ainda provisórios edifícios, pouco depois da fundação da Cidade, mas que ainda no seu tempo se construíram ou transformaram em definitivos, como a Igreja do Arquitecto Ir. Francisco Dias. Todos os Catálogos de 1574 a 1601 assinalam a presença do Ir. Jorge Esteves no Rio de Janeiro, e no exercício da sua arte, (...) Voltou mais uma vez ao Rio de Janeiro, onde se encontrava em 1631 e onde faleceu, com 90 anos, a 7 de Setembro de 1639. (63)

2. OS ESTABELECIMENTOS DA COMPANHIA DE JESUS NO RIO DE JANEIRO

A Companhia de Jesus tinha como principal meta a conversão e a instrução do gentio (64). A fim de atingir tal objetivo, fundou no Brasil vários tipos de estabelecimentos. Visando especificamente à catequese e educação do povo, edificou colégios, casas, residências, seminários e noviciados. No intuito de proporcionar uma sólida base econômica para todo o projeto missionário, estabeleceu fazendas e engenhos. Fundou aldeias missionárias onde os índios eram catequizados. Para o tratamento e retiro dos irmãos e dos alunos, criou casas de campo, recolhimentos e hospitais (65).

2.1 O COLÉGIO

A formação de crianças constitui o ponto de partida do projeto missionário dos jesuítas no Brasil. Tal estratégia garantia resultados mais seguros. As crianças são mais fáceis de conquistar; com elas, estariam os padres a preparar a sociedade futura e o contato com os adultos certamente seria mais tranqüilo, uma vez que seria estabelecido através de seus próprios filhos. A instrução tornou-se então, deste modo, o caminho para a catequese: "*Convidamos os meninos a ler e escrever e conjuntamente lhes ensinamos a doutrina cristã (...)*" (66).

O processo civilizador a ser utilizado consistiu principalmente nesta inversão: no filho educar o pai; no menino servir de exemplo ao homem; na criança trazer ao caminho do Senhor e dos europeus a gente grande. (67)

Entretanto, para o estabelecimento e continuidade do ensino, era mister a existência de muitos professores no Brasil. Portugal não haveria de dar conta em enviar à Colônia um grupo tão numeroso de missionários. A Assistência de Portugal atendia à própria metrópole e enviava também missionários para suas províncias na África e no Oriente. Deveriam os padres jesuítas providenciar uma maneira de formar futuros missionários na própria colônia (68).

Ciente dessa necessidade, o Pe. Manuel da Nóbrega e os cinco companheiros, que haviam vindo com ele de Lisboa em 1549, decidem fundar um colégio na cidade de Salvador, capital da colônia e primeiro núcleo da atividade da Companhia de Jesus no Brasil (69). Contavam com o apoio do Pe. Simão Rodrigues e com a boa experiência dos outros colégios da Companhia para alunos externos (70).

As dificuldades, porém, foram muitas. Não havia verba excedente para a fundação de um colégio. A quantia que os padres recebiam do rei de Portugal mal dava para o seu próprio sustento. Além disto, tais pagamentos muitas vezes eram efetuados em gêneros alimentícios e em outros produtos de consumo:

(...) ao Padre Manuel, maioral dos Padres da Companhia de Jesus, dois mil e quatrocentos réis, por um quintal e vinte e cinco arráteis e quarta de ferro, a dois mil réis o quintal, que é o mantimento de seis padres da dita Companhia, à razão de quatrocentos réis cada um por mês [...] seis alqueires de farinha pela medida da terra e 12 canadas de vinagre e seis canadas de azeite pela medida do reino, que é a regra e mantimento que haviam de haver os ditos seis Padres dêste mês de Janeiro de 1551. (71)

Mesmo sem subsídios, a chegada de meninos órfãos de Lisboa, em meados de 1550, acaba por obrigar Nóbrega a fundar o Colégio dos Meninos em Salvador. Para tal empreendimento, ele obteve do Governador Geral Tomé de Sousa a primeira sesmaria da Companhia de Jesus no Brasil.

As confrarias dos Meninos de Jesus significaram um primeiro ensaio para a solução do problema das vocações sacerdotais em terras brasileiras (...) Datam de 1550 as primeiras tentativas dos jesuítas para a organização de internatos-seminários. A iniciativa partiu do Pe. Manuel da Nóbrega, aproveitando a chegada de um grande número de meninos órfãos de Lisboa, enviados para as primeiras escolas dos jesuítas (...) Os colégios dos Meninos de Jesus foram criados em Salvador, na Bahia, em Porto Seguro, em Vitória, em São Vicente; e se pensou também em Pernambuco. Tiveram vida efêmera, geralmente na década de 1550-1560. (72)

Nóbrega recorreu ao Governador. E êste, no dia 21 de Outubro do mesmo ano, deu-lhe a primeira sesmaria que possui no Brasil a Companhia de Jesus, denominada "Água de meninos", por ser para o sustento deles. (73)

Esta instituição, entretanto, teve os dias contados praticamente desde a sua fundação. Tratava-se de um estabelecimento religioso detentor de bens, o

que não era bem visto pelos oficiais do rei e nem pelo então bispo do Brasil. Pedro Fernandes Sardinha.

A primeira contradição grave surgiu no campo econômico. Sendo uma instituição eclesiástica a Confraria dos Órfãos deveria ficar, segundo a legislação do tempo, isenta de impostos. Ora, os oficiais de El-Rei começaram a exigir "dízimos e mantimentos dos meninos", e porque Pe. Nóbrega não consentiu que se pagassem, "se queixaram alguns" murmuravam outros de que os Padres tivessem casas, terras e escravos (...)

Nesta atmosfera, menos favorável, chegou o Bispo do Brasil, D. Pedro Fernandes Sardinha, (...) o Bispo começou a reparar nas coisas que possuía o Colégio. (74)

Ao mesmo tempo, Nóbrega constatava que, para estabelecer e manter um colégio no Brasil, era necessário que o mesmo possuísse rendas próprias:

Estava persuadido que eram necessárias nestas regiões, casas de meninos e que se não podiam ter sem bens temporais, e que havia de ter êstes e semelhantes escândalos (75)

Após uma série de desavenças, em 1556 decide-se por acabar com o Colégio dos Meninos de Jesus e funda-se o Colégio Jesuíta da Bahia, em outros termos. Não seria mais uma confraria de órfãos. Tornava-se um colégio canônico com estudos secundários (76). Passa a se chamar Colégio de Jesus e trata-se efetivamente do primeiro colégio da Companhia de Jesus no Brasil (77).

Os colégios jesuítas, no que se refere ao aspecto econômico, diferenciavam-se de todos os demais estabelecimentos da Companhia. Eram as únicas instituições jesuíticas que podiam possuir bens. Tal exceção fundamentava-se no próprio fim ao qual destinavam-se os colégios - "*formação de religiosos e educação gratuita da juventude*" (78).

Quanto à questão do voto de pobreza, que cada irmão professava ao se tornar membro da Companhia, este não foi empecilho para que os colégios viessem possuir bens temporais. Os colégios possuíam "coletivamente", permitindo assim, que o irmão jesuíta permanecesse fiel ao seu voto pessoal (79).

No Brasil havia também uma distinção entre os colégios. Os colégios da Bahia, do Rio de Janeiro e de Pernambuco eram chamados reais. Foram fundados pelo rei de Portugal, recebiam dotações da Coroa Portuguesa diretamente e administravam as demais casas da Companhia do Brasil. Dependiam destes estabelecimentos as aldeias e residências, que, respectivamente, lhes eram mais próximos (80).

No que se refere ao programa arquitetônico, os colégios possuíam, além da igreja principal, capelas internas, celas (cubículos para dormir), salas de aula e oficinas. Fora as dependências internas e de serviço tais como a copa, a cozinha, o refeitório e a cerca (81), possuíam biblioteca, farmácia (botica) e enfermaria que, mesmo sendo concebidas para uso interno, acabavam por prestar serviços a toda a comunidade (82).

A biblioteca do Colégio da Bahia possuía 3.000 exemplares em 1694. Na época, era a biblioteca mais importante do Brasil. Com a expulsão dos jesuítas em 1759, dispersou-se (83). A biblioteca do Colégio do Rio de Janeiro, segundo Serafim Leite, era uma das "peças" mais importantes do colégio. Servia não só aos estudantes, como ao público em geral, constituindo-se na primeira biblioteca pública da cidade do Rio de Janeiro. Os livros desta biblioteca permaneceram em completo abandono em uma "casa" do próprio colégio durante os quinze anos que

se seguiram à expulsão. Com uma vistoria realizada a 22 de julho de 1775 iniciou-se a dispersão (84).

A assistência médica não era objetivo primordial da Companhia de Jesus; entretanto, tornou-se tão necessária que seus colégios mantiveram botica e enfermaria até a expulsão do Brasil, em 1759. De acordo com Lycurgo Santos Filho, em pleno século XVIII ainda existiam cidades brasileiras que apenas possuíam botica ou hospital instalados em colégios da Companhia (85).

Segundo Paulo Santos, as boticas mais importantes foram as do Colégio do Rio de Janeiro e do Colégio da Bahia. Segundo este autor a botica da Bahia era tão freqüentada pelo público que teve de ser transferida para um local fora da edificação para que o movimento não continuasse a perturbar o funcionamento do colégio (86). Quanto às enfermarias o Colégio do Rio de Janeiro chegou a possuir duas, uma privativa para os padres e outra para os seus trabalhadores e familiares (87).

Os seminários e os noviciados destinavam-se à formação de novos irmãos. De um modo geral, a casa do Noviciado pertencia ao complexo de edifícios que formavam o colégio. No Colégio do Rio de Janeiro, a princípio, teria existido Casa de Noviciado. Posteriormente, a Companhia centralizou esta atividade na Bahia, a fim de obter unidade na formação dos noviços (88).

Quanto à localização, os colégios eram fundados nas principais vilas ou povoados em formação. Entretanto, seja nas vilas ou nas aldeias de índios os padres sempre fundaram estabelecimentos de ensino, as ditas "casas" jesuíticas (89).

2.2 AS “CASAS” E AS “RESIDÊNCIAS”

As chamadas “casas” jesuíticas também eram estabelecimentos de ensino. Diferenciavam-se dos colégios, além do aspecto econômico, por não apresentarem estudos secundários em seus currículos escolares (90) e por possuírem apenas “alunos de fora” (91). As casas possuíam escolas elementares que complementavam o ensino catequético. Eram administradas pelos colégios e deles dependia a sua subsistência.

No que se refere ao programa arquitetônico jesuítico, as casas diferem apenas em proporções. Conforme visto anteriormente, os colégios apresentam programas mais complexos: várias capelas, biblioteca, botica, enfermaria etc. e um número maior de cubículos (celas) do que as casas.

Nas aldeias onde os padres residiam a casa é conhecida como “residência” (92). Na região que atualmente corresponde ao Estado do Rio de Janeiro os jesuítas fundaram as seguintes aldeias missionárias: Aldeia de São Lourenço dos Índios (Niterói), Aldeia de São Barnabé (Itaboraí), Aldeia de São Francisco Xavier (Itaguaí) e Aldeia de São Pedro de Cabo Frio (São Pedro da Aldeia):

Além dalguns motivos particulares, de menor monta, os Aldeamentos dos Índios obedeceram no Brasil a um tríplice fim: catequese, educação pelo trabalho, e defesa militar. Nos do Rio de Janeiro, os sítios em que ficaram as três Aldeias, S. Lourenço (Niterói), S. Francisco Xavier (Itinga-Itaguaí), S. Barnabé (Macacu) caracterizam sobretudo o pensamento de defesa, à roda do incomparável centro geográfico fluminense, que é Guanabara, uma de cada lado da baía, e outra no fundo dela, formando o triângulo defensivo da Cidade (...) Tem o Colégio do Rio de Janeiro quatro Aldeias ou Missões (...) (93)

A Aldeia de São Lourenço localizava-se no atual município de Niterói.

Fundada em 1568, era a mais antiga dentre as aldeias situadas no Estado do Rio de Janeiro. A princípio era uma aldeia de "residência fixa"; com a fundação de outras aldeias mais distantes do colégio, passou a ser de "visitação" (94). Em 1720, voltou a ter "residência fixa", assim permanecendo até a expulsão da Companhia em 1759 (95). A igreja desta aldeia, também dedicada a São Lourenço, ainda existe e encontra-se em bom estado de conservação, tendo sido tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN em 1948 (96).

A Aldeia de São Barnabé teria possuído mais de um sítio. A igreja desta aldeia, erguida em 1705, encontra-se bem conservada no atual distrito de Itambi, município de Itaboraí (97). Segundo Serafim Leite:

S. Barnabé, além do Cabuçu, seu primeiro local, teve mais de um sítio, quer por deficiência das terras quer por motivos de ordem social, a proximidade de europeus que perturbavam a vida interna da Aldeia. Um século depois do seu estabelecimento em Macacu, tratou-se mais uma vez de a mudar para terras da Aldeia de S. Lourenço (...) Não possuímos elementos confirmativos desta derradeira mudança. Talvez, para evitar perpétuos conflitos, a Aldeia voltou a situar-se definitivamente em terras do Colégio, na grande Fazenda do Macacu, onde esteve em 1640. (98)

Sob a invocação de São Francisco Xavier havia uma aldeia situada em terras do Colégio do Rio de Janeiro, na grande fazenda de Santa Cruz (99). Teria surgido entre 1722 e 1725, quando houve a transferência da Aldeia de Itinga, fundada em 1627 (100). De acordo com Cláudia M. Corrêa Lannes a Igreja de São Francisco Xavier foi concluída em 1729. Acha-se hoje no município de Itaguaí em "lamentável estado de descaracterização" (101).

Com índios do Espírito Santo fundaram os jesuítas a Aldeia de São Pedro

em 1617 (atual município de São Pedro d'Aldeia):

Exercitam nela os ministérios da Companhia dois Padres, que trouxeram para ela, da Capitania do Espírito Santo, 500 Índios (...) E os Padres, feito o desembarque, principiaram por Deus, (...) Celebrou solenemente o Santo Sacrifício da Missa, (...) Depois seguiram para o lugar escolhido, levantaram a Igreja e construíram as casas (...) Tôda razão de se fundar a Aldeia foi guardar a Fortaleza, a que se deu o nome do nosso Patriarca Santo Inácio, (...) A situação económica de S. Pedro de Cabo Frio nestes primeiros tempos era precária. Provia-a e ajudava-a o Colégio do Rio. Depois com as fazendas, que logo se organizaram (...), ficou a Aldeia suficientemente provida. A Aldeia de S. Pedro teve sempre população eievada, a começar naquele núcleo inicial de 500 Índios. Algum tempo depois era três vezes mais populosa que a cidade de Cabo Frio. O movimento demográfico manteve-se sempre bom, contando com 1.250 Índios, quando deixou de ser da Companhia. Em 1657 a Aldeia desdobrou-se em duas: Cabo Frio e S. Pedro, para logo tomar-se a ser apenas uma, S. Pedro do Cabo Frio. Talvez se refira a esta época a Aldeia, que se diz ter existido algum tempo na Ponta dos Búzios, célebre pelas suas pescarias (...) Chama-se hoje S. Pedro da Aldeia. Os Jesuítas erigiram nela Igreja, "construção muito pura, tanto do ponto de vista técnico com plástico, onde se vê, na sua forma mais rudimentar o partido de três naves". Não vimos documentos sôbre o ano exacto da construção. A Residência, reconstruída depois, ostenta no cunhal a data de 1723. (102)

2.3 AS QUINTAS

Para melhor aproveitamento do ensino nos colégios da Companhia, os estudantes tinham, durante o ano letivo, dias de descanso e férias. Quando não havia casa de campo, as chamadas quintas, os alunos passavam as férias anuais em uma aldeia indígena ou fazenda próxima em que houvesse ermida. Entremeavam-se as distrações com a catequese do gentio e ofícios humildes (103).

Ficavam também para o período das férias os Exercícios Espirituais de Santo Inácio, que todo membro da Companhia deveria praticar uma vez por ano. Tal prática, entretanto, só teve início no Brasil quando o Colégio da Bahia já

possuía casa apropriada. Nestas quintas, os padres jesuítas também tinham o costume de receber hóspedes ilustres (104).

Na Bahia, ficou famosa a Quinta do Tanque (105). No Rio de Janeiro, os estudantes passavam os feriados semanais em uma ilha que ficava na Baía de Guanabara, em frente ao colégio (106). Para as férias anuais o Colégio do Rio de Janeiro possuía, desde do início do século XVII, a Quinta de São Cristóvão, nas terras da fazenda jesuíta de mesmo nome.

Em S. Cristóvão passavam os estudantes o feriado semanal e as férias anuais. Construíram-se duas Capelas, uma no Campo de S. Cristóvão, pública, no fim do século XVI ou começo do seguinte e outra, um pouco mais tarde, privativa da Quinta, a poucas braças da primeira, num lugar alto, (...) O "Inventário" fala da Igreja, cujo orago era S. Cristóvão "com menino Jesus" [o padroeiro dos viajantes]; e da "Capela da Casa da vivenda ou Quinta", cujo orago era S. Pedro (esta só com o estrito necessário). Aquela Igreja de S. Cristóvão tinha anexa uma sacristia e "Casa de Fábrica", diferente da "Casa de Vivenda e Quinta" - e nesta casa da Fábrica havia diferentes imagens entre as quais outra "de S. Cristóvão, pequena" (...) S. Cristóvão como Casa de Campo dos Estudantes, possuía recreações próprias ao bom entretenimento da saúde, como se usava na Europa, jogos de movimento, entre os quais a bola e o bilhar (...) A Casa de S. Cristóvão, excelente e grande, aplicou-se depois a Hospital dos Lázaros. (107)

2.4 AS FAZENDAS E OS ENGENHOS

A princípio, todas as casas jesuíticas brasileiras eram subordinadas ao Colégio da Bahia e dele dependiam economicamente. Era a única instituição da Companhia que podia possuir bens no Brasil. Ao longo do século XVI, com a fundação dos Colégios do Rio de Janeiro (1567) e de Pernambuco (1568) e, com a posterior separação de bens e poderes, dividiram-se as propriedades jesuíticas em três instituições: o Colégio de Salvador, o Colégio do Rio de Janeiro e o Colégio de Pernambuco (108).

No caso do Colégio do Rio de Janeiro, ficavam sob sua responsabilidade e conseqüentemente lhe eram subordinadas todas as casas jesuíticas das capitanias de S. Vicente, de São Tomé e do Espírito Santo (atuais estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo) (109).

Como foi visto, sob o aspecto jurídico a questão dos colégios do Brasil possuírem bens estava resolvida. Entretanto, sob o aspecto econômico propriamente dito, a maneira pela qual tais bens seriam adquiridos, encontrava-se a questão ainda pendente.

As esmolas concedidas pelo povo à Companhia não eram assíduas e nem suficientes. Haviam outras entidades religiosas e de assistência pública no Brasil, as quais o povo também amparava (110). Ademais, se os padres se afastassem de suas obrigações para "andar e pedir esmolas", acabariam por prejudicar todo o projeto missionário (111).

Ao longo do século XVI, a Companhia de Jesus se expande pelo Brasil (Fig. nº 27). O aumento constante do número de casas e, conseqüentemente, de um número cada vez maior de missionários, exigia um sólido suporte econômico. Em 1556, já escrevia Nóbrega:

Na Baía, se El-Rei ordena de fazer Colégio da Companhia, deve-lhe dar coisa certa e dotá-lo para sempre, que seja manutenção para certos estudantes da Companhia; e não deve aceitar Vossa Paternidade dada de terras com escravos, que façam mantimento para o Colégio, senão coisa certa ou dízimos, ou tanto cada ano do seu tesouro, (...) (112)

Apesar de conhecida a intenção de D. Sebastião, rei de Portugal, de construir um colégio jesuíta em cada povoação do Brasil quinhentista, o

estabelecimento de uma dotação real só se efetua em 1565 (113).

Neste documento, D. Sebastião, sob as invocações de rei cristão, de administrador da Ordem de Cristo e de neto de D. João III, comprometeu-se a dar à Companhia de Jesus no Brasil uma redízima de todos os dízimos e direitos que tinha e dos que viria a ter nesta província:

D. Sebastião, por graças de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, (...) e como governador e perpétuo administrador, que sou, da ordem e cavalaria do Mestrado de Nosso Senhor Jesus Cristo, (...) e havendo também a respeito a El-Rei, meu Senhor e Avô, (...) vendo quão apropriado Instituto dos Padres da Companhia de Jesus é para conversão dos infieis e gentios daquelas partes e instrução dos novamente convertidos, (...) e pela sustentação do dito colégio (Colégio da Bahia) e religiosos dêle, hei por bem aplicar e dotar, e de feito por esta minha carta de doação, doto e aplico, uma redízima de todos os dízimos e direitos que tenho e me pertencem e ao diante pertencerem, nas ditas partes do Brasil, (...) (114)

Entretanto, esta dotação real, que passou a vigorar desde 1º de janeiro de 1566, também não solucionou a questão econômica dos jesuítas no Brasil. Os termos em que estava redigida a carta de doação geravam dúvidas e escrúpulos, e a forma de pagamento através do sistema de redízima não funcionava bem. Os padres ficavam à disposição dos interesses econômicos e políticos dos funcionários públicos, sendo os subsídios raramente pagos em dia (115).

Tirando um ou outro período, nunca os jesuítas receberam, em paz e sem lutas, uma dotação, que parecia prometer segurança na catequese e colonização do Brasil, mas que, na realidade, obrigava os religiosos, para não se endividarem, a buscar por outro lado os meios de subsistência, imprescindíveis para a vida e para a construção de um Colégio digno do Brasil. (116)

(...)E, para o pagamento das rendas dos Colégios sobreditos, ordenou El-Rei uma dízima sobre os ditos dízimos, a qual assinou aos Padres dos ditos Colégios, até à quantidade das respectivas rendas, e a esta chama redízima. Eu não entendo êste embrulho de Portugal nem sei como El-Rei, sem autoridade do Papa, sobre os dízimos possa assinar outros dízimos, e não vejo como esta coisa seja legítima e firme. Ora os pobres Padres sempre no pagamento são prejudicados [strapazati

pelos oficiais de El-Rei, que pagam mal e tarde(...) (117)]

No final do século XVI, a fim de melhorar a situação, decidiu-se que o pagamento se efetuasse nas redizimas de açúcar, conforme havia pedido o Padre-Visitador Cristóvão de Gouveia em 1583 (118). Tal decisão facilitava o pagamento, mas os oficiais da Coroa marcavam os piores engenhos (119).

Em 20 de julho de 1604, o rei expede um alvará, no qual os padres poderiam escolher os engenhos dos quais lhes seriam pagas as redízimas de açúcar. Esta resolução abrandava a difícil situação dos jesuítas no Brasil mas não consolida ainda o projeto missionário da Companhia (120).

As faltas e atrasos nos pagamentos causaram grandes dívidas e, da dotação real dos colégios da Bahia, do Rio de Janeiro e de Pernambuco, dependiam não só outras casas jesuíticas brasileiras como também até casas fora do Brasil (121). Da dotação do Colégio do Rio de Janeiro, conforme visto, proviam-se, além das casas e aldeias do atual Estado do Rio de Janeiro, as do Estado do Espírito Santo e as do Estado de São Paulo. Era preciso estabelecer, além da dotação real e das possíveis esmolas, uma outra fonte de renda profícua e estável.

Por volta de 1562, sendo o Brasil um país eminentemente agrícola e não havendo outra maneira de os colégios brasileiros prosperarem, a Companhia de Jesus resolve adquirir terras. Formaram-se então os primeiros núcleos territoriais a partir de sesmarias, de doações inter-vivos, de heranças, de compras e de trocas (122).

A princípio, provavelmente pela dificuldade do plantio das terras, proveniente da escassez de mão-de-obra e da qualidade das terras, fracas a longo prazo, os jesuítas utilizaram suas terras como fonte de rendimento, por meio de aluguéis e para pasto do gado (123).

A criação de gado bovino da Companhia de Jesus no Brasil, que teve início com apenas 3 (três) espécimes doadas por D. João III, constitui-se uma poderosa fonte de renda. Em 1561, o Pe. Manuel da Nóbrega já apontava esta atividade econômica como a mais adequada para as terras da Companhia. O aproveitamento total da produção que este tipo de criação fornece (carne, couro, leite, queijos etc.) era o principal argumento de Nóbrega (124).

Por volta de 1588, o consumo de carne na Bahia era tão intenso que o Padre-Visitador Cristóvão de Gouveia determinou que "*andassem sempre vivas 500 vacas parideiras*" (125). Beneficiavam-se deste produto não só padres, irmãos e alunos como também os índios e "gente de fora" (126).

Durante o século XVI, os jesuítas não exploravam diretamente suas terras em grande escala. Percebendo que o solo brasileiro, apesar de fértil, não podia ser lavrado muitos anos seguidos, optaram, a princípio, pelo plantio de gêneros alimentícios de primeira necessidade, tais como a mandioca, que era o pão da terra, legumes e frutas. Destinavam-se estas lavouras apenas ao próprio consumo da Companhia no Brasil (127).

Em 1587, também já era cultivado o algodão na Bahia. O Pe. Manuel da Nóbrega incentivou a plantação do algodão, a fim de remetê-lo a Portugal para terem roupas para os padres, irmãos e principalmente para os índios (128).

A cultura da cana-de-açúcar só é desenvolvida em terras jesuíticas, no princípio do século XVII, após a obtenção da respectiva licença (129). Quando a dotação real passou a ser paga em redízimas de açúcar, em 1604, o pagamento do Colégio do Rio de Janeiro começou a ser feito nos engenhos de Pernambuco (130).

No atual Estado do Rio de Janeiro os jesuítas possuíram as seguintes fazendas e engenhos (Fig. nº 28):

- Sesmaria de Iguaçu - adquirida em 1565. Constituíam-se em dois engenhos e uma fazenda.

. Engenho Velho - ficou conhecido como "velho" quando se estabeleceu um outro na mesma sesmaria:

A produção de açúcar no Engenho Velho em 1757 foi de 40 caixas. Neste Engenho Velho ergueu-se primeiro, e ainda no século XVI, uma ermida, e depois, o Pe. Manuel André, falecido em 1678, construiu a Igreja de S. Francisco Xavier. Não se diz o ano certo, mas o Pe. Manuel André deixara no ano anterior o cargo de Reitor do Colégio do Rio. A Igreja de S. Francisco Xavier, do Engenho Velho, reconstruída nos princípios do século XIX, e de novo, já no século actual, por Mons. MacDowell, é uma das grandes paróquias da Cidade. (131)

A igreja de São Francisco Xavier, fundada em 1625 na antiga fazenda do Engenho Velho, sofreu várias reformas e hoje é a matriz de São Francisco Xavier na Tijuca, município do Rio de Janeiro; não apresenta vestígio algum da época dos jesuítas.

• Engenho Novo - criado no começo do século XVIII, para substituir em parte o Engenho Velho:

(...) estava pronto a funcionar em 1707. Era da Invocação do Arcanjo S. Miguel, cujo nome já aparece neste ano (...) Iniciaram-se logo grandes obras, Residência e Igreja nova. A Residência podia comparar-se a um pequeno Colégio e a Igreja inaugurou-se solenemente no dia 8 de Dezembro de 1720 com o título de "S. Miguel e Imaculada Conceição" (...) Além da Igreja e Residência e das senzalas, o Engenho

Novo dispunha de Olaria, Ferraria, Carpintaria, Serraria de madeira e Tanoaria para a fabricação de pipas e tinas. Produzia 60 caixas de açúcar em 1757, e alguns tonéis de aguardente de cana. Demoliu-se este Engenho pouco antes de 1820, pelos que sucederam aos Jesuítas na sua posse. (133)

A igreja de São Miguel e Conceição, construída em 1720 na antiga fazenda do Engenho Novo, onde hoje é o bairro de Engenho Novo, município do Rio de Janeiro, foi demolida juntamente com o engenho pouco antes de 1820. (134)

Fazenda de São Cristóvão - além da plantação de árvores frutíferas e legumes, possuía um forno de cal (135). No local da Igreja de São Cristóvão, construída na antiga fazenda homônima, foi erguida a atual matriz de São Cristóvão (136).

- Fazenda de Macacu ou Papucaia - fundada em terras da Aldeia de São Barnabé, cerca de 1571.

Entretanto, ficaram terras ainda suficientemente vastas para nelas se situar com o tempo esta Aldeia, e constituir, separada dela, uma importante fazenda, a que se dá o nome de Macacu, ora de Papucaia e às vezes Macacu na Papucaia. A Fazenda incluía em si outros sítios, toponímia miúda, que às vezes aparece nos documentos e nos quais havia a sua Casa e pequena Capela e Cruz, que a tradição ainda hoje conserva, aqui e além, na região.

Tentou-se em Macacu a criação do gado e a policultura, habitual às Fazendas dos Jesuítas, mas verificando-se que as suas terras se prestavam mais à cultura da mandioca, centralizou-se nela a fabricação da farinha do Brasil e diz-se em 1757 que era a mais importante Fazenda do Colégio na produção de farinha. Ocupavam-se então nesse trabalho 223 servos. Para o serviço de lavragem e carretos, existiam nela 117 bois e 20 cavalos. (137)

A igreja de N. Sra. da Conceição de Papucaia, construída na grande fazenda do Macacu ou Papucaia. Foi abandonada no início do século XIX e inteiramente destruída para dar lugar a um loteamento particular no distrito de Japuiba, município de Cachoeiras de Macacu. (138)

- Fazenda de São Francisco Xavier - estabelecida em 1513, conhecida também como Fazenda do Saco. Situava-se próximo à Aldeia de São Lourenço dos Índios.

Não muito longe da Aldeia de S. Lourenço possuíram os Jesuítas a Fazenda de S. Francisco Xavier, conhecida também por Fazenda do Saco ou Enseada, que recebeu o mesmo nome de Saco de S. Francisco (...) Os Jesuítas traziam alugados, a terceiros, terrenos e locais desta Fazenda, como se diz a 1 de Janeiro de 1753 (...) Depois dos Padres saírem de S. Lourenço, ainda ficaram ano e meio na "Fazenda de S. Francisco Xavier, ou Saco", quando em 1759 se apresentou a tomar conta dela o Desembargador Gonçalo José de Brito (...), nunca teve vida autônoma, como simples dependência que era do Colégio do Rio, de carácter rural ou antes florestal, de serradores e lenhadores, que em 1757 eram 55, cortavam madeira e abasteciam de combustível a cozinha do Colégio. (139)

A igreja de São Francisco Xavier, fundada em 1696 na antiga fazenda do mesmo nome, no atual município de Niterói, acha-se em bom estado de conservação e foi tombada pelo SPHAN, juntamente com o outeiro onde situa-se, em 20/05/1938. (140)

- Fazenda de Santa Cruz - as primeiras terras foram adquiridas em 1596. No local da sede e da Igreja de Santa Bárbara (que já não existe mais) funciona atualmente o 1º batalhão de Engenharia de Combate Villagran Cabrita.

A grande Fazenda de Santa Cruz, cujas origens datam do século XVI, cresceu em 1616 com um terreno (500x1500 braças), contíguo a Guaratiba (...) Alguns anos mais tarde, em 1654 o Colégio do Rio comprou três léguas de terra (...) nas cabeceiras do Rio Guandu (...) E dois anos depois, em 1656 compraram-se outras três léguas junto às anteriores (...) Assim se constituiu a famosa Fazenda de 10 léguas (4+3+3) de terra em quadra, que ia desde a marinha à Serra de Matacões em Vassouras (...) em 1742 a Fazenda de Santa Cruz aparece à parte. "Gado bovino, 7.658 cabeças; equino, 1.140 e ovino,

200. *A fazenda costumava fornecer 500 cabeças de gado bovino para sustento do Colégio. E outros bois necessários para os trabalhos do Colégio e de outras Fazendas. Tem 700 servos, que na maior parte cuidam do pastoreio (...) A Fazenda de Santa Cruz era povoação perfeita, com tudo o indispensável à vida civilizada progressiva, com as características de grande estabelecimento agrícola-industrial, modelar para o tempo: Igreja, vasta Residência de sobrado, Hospedaria, Escola de rudimentos para os meninos e de catequese, Hospital, Cadeia, e variadas oficinas de trabalho, (...) Ferraria, Tecelagem, Carpintaria, Olaria, Casa de Cal, Casa de Farinha, Descasca de Arroz, Casa de Cortumes, Engenhoca de Aguardente, Engenho de açúcar (em construção), Estaleiro, (...) A Igreja tinha três altares, e tanto ela como a sacristia eram "azulejadas". A pia baptismal, de pedra do Reino. Na sacristia, grande arcaz de jacarandá, com ferragens de bronze lavrado e quarenta e duas gavetas. Retábulo, imagens, painéis, (...), ornamentos, Presépio (...) O Hospital para a servidão (além da enfermaria privativa dos Padres) era uma vasta repartição com frontais de tijolo e coberto de telha. Duas grandes salas separadas, uma para cada sexo. E em caso de emergência ou epidemia pública, dispunha de pavilhões anexos (...) O pessoal da grande Fazenda distribuía-se por centenas de habitações. Só no núcleo central havia 232 senzalas, onde as famílias viviam sôbre si mesmas, à parte, se eram de prole numerosa (...) A Fazenda transformou-se depois em Paço, uma espécie de Residência Imperial, antes de fundar Petrópolis. (141)*

- Fazenda de Macaé - foi concedida ao então reitor do colégio do Rio, Francisco Fernandes, a 1º de agosto de 1630.

A Fazenda de Macaé, doada ao Colégio do Rio de Janeiro por Martim Correia a 1 de Agosto de 1630, encravada entre as duas grandes Fazendas de Campos dos Goitacazes e Campos Novos, ficou durante muito tempo na órbita daquelas e diz-se em 1701 que continha algum gado e fabricava farinha (...) O aproveitamento intensivo da Fazenda de Macaé, como núcleo autônomo e título privativo, separado dos Campos dos Goitacazes e dos Campos Novos, iniciou-se em 1734; (...) Vinte anos depois começou-se a fábrica de um Engenho e diz o Memorial dêsse ano (1775), que a produção da Fazenda, de pouco lucro, consistia em madeira, de que era abundante e própria para construções navais e edifícios em peixe sêco, em alguma farinha, e em gado, então quási nenhum. Depositavam-se mais esperanças, dada a fertilidade da terra, no novo engenho, para o qual se plantavam canaviais. Os Jesuítas erigiram nesta Fazenda a Igreja de Santa Ana. (142)

A igreja de Santana, erguida em 1639 na antiga fazenda de Santana, atual município de Macaé, acha-se em razoável estado de conservação. Sua fachada original, porém, foi alterada em 1845. (143)

- Fazenda do colégio de Campos dos Goitacazes -

A fazenda de Nossa Senhora da Conceição e Santo Inácio pertencia ao Colégio Jesuíta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, sendo por isso denominada de "Fazenda do Colégio" e sua sede de "Solar do Colégio". Localiza-se em Goitacazes, distrito de Campos, município do Estado do Rio de Janeiro. Adquirida em 1648 foi uma importante fazenda de gado na época dos jesuítas. Após a expulsão foi vendida a particulares, tomando-se um importante centro produtor de açúcar durante o século XIX. Tombada pelo IPHAN em 1946, a sede e a igreja estão atualmente sendo restauradas. (144)

- Fazenda de Santo Inácio de Campos Novos - formou-se em terras anexas

à Aldeia de São Pedro de
Cabo Frio, adquiridas por
volta de 1648.

Nas terras do Colégio anexas à Aldeia de S. Pedro de Cabo Frio (...) fundaram os Padres a Residência e Igreja de S. Inácio, que só tomou incremento nos fins do século XVII e que, para se distinguir da Fazenda de Campos dos Goitacazes, já anteriormente em laboração, se chamou Fazenda de Campos Novos. Fazenda, que só para o fim adquiriu importância, ficando estável durante muito tempo a sua vida econômica. A quantidade de gado vacum em 1707 era ainda a mesma com ligeira diferença meio século depois (1.500 cabeças). Nunca teve engenho. Em compensação era campo de policultura, em que todavia preponderava a mandioca. (145)

A igreja de Santo Inácio, fundada na fazenda de Campos Novos (a fazenda ainda conserva o mesmo nome da época dos jesuítas) no município de Cabo Frio, possui tombamento provisório do IMEPAC- Instituto Municipal de Patrimônio Cultural de Cabo Frio, de 01/02/83. Hoje é propriedade particular, porém encontra-se abandonada e em ruínas. (146)

NOTAS: CAPÍTULO I

(1) . Examen Institutum S.I., C. I. n. 2, Sumário das Constituições. r. 2. Cf.Regras. p. 4. In: LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Lisboa: Rio de Janeiro: Portugalia: Civilização Brasileira, 1938. t.1, p. 10.

(2) . Sérgio Buarque de Holanda destaca a importância da Companhia de Jesus no combate à Teoria da Predestinação:

" (...) irla ter o papel decisivo, contra os princípios predestinacionos, uma instituição de origem nitidamente ibérica, a Companhia de Jesus, que procurou impor seu espírito ao mundo católico, desde o Concílio de Trento."

Raízes do Brasil, Dirigida por Afonso Arinos de Melo Franco. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1989. v. 1, p. 9. (Documentos brasileiros).

Inácio de Loyola era um cortesão espanhol. Nasceu no Castelo de Loyola, nas Vascongadas, por volta de 1491. Tornou-se soldado, convertendo-se à fé cristã enquanto se convalescia de uma grave ferida obtida em uma batalha na cidade espanhola de Pamplona, durante a guerra entre a Espanha e a França.

Após a leitura de uma Vida de Cristo e de um Florilégio de Santos, Inácio fez peregrinações à ermida de Nossa Senhora na Espanha, indo inclusive até Jerusalém, na Palestina, em 1523. Durante estas peregrinações, redigiu os seus famosos Exercícios Espirituais, pequeno livro de onde deriva toda a espiritualidade própria da Companhia de Jesus.

Em 1524, retornou à Espanha, onde estudou nas universidades de Alcalá e Salamanca. Concluiu seus estudos em Paris (1528), nos colégios de Montaigú e Santa Bárbara. Recebeu o grau de mestre em Artes em 1534.

Reuniu em Paris os primeiros seguidores: Pedro Fabro, Francisco Xavier, Diogo Laines, Afonso Salmeron, Simão Rodrigues e Nicolau Bobadilha. Os dois primeiros foram companheiros de quarto de Santo Inácio no Colégio de Santa Bárbara. Tornaram-se posteriormente também companheiros de altar, sendo São Francisco Xavier o Padroeiro Universal das Missões. Simão Rodrigues foi o fundador da Província de Portugal.

Por volta de 1536, o grupo deslocou-se para Roma, colocando-se à disposição do Papa Paulo III. Santo Inácio e seus companheiros fundaram a Companhia em 1539, sendo a mesma aprovada pela Bula Regimini Militantis Ecclesiae de 27 de setembro de 1540.

LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.1, p.3-5.

(3) . Ibidem, t.1, p. 10.

(4) . " Sob a liderança de Inácio de Loyola, este grupo vem a ser a Companhia de Jesus e seus membros são denominados 'jesuítas'. O nome 'jesuíta' seguiu-se a este primeiro. Incorporou-se na linguagem popular para denominá-los com clara intenção pejorativa, pois nesta época esta palavra (jesuíta) continha um matiz desprestigiante. Sua origem entre os teólogos da Idade Média significava 'um outro Jesus', não num sentido depreciativo, mas no século XVI ela passa a significar 'um falso Jesus'. Esta primeira reação popular à Companhia, que se exprime nesta troca de nome, vem nos mostrar que desde a sua fundação a Ordem se viu representada por atitudes que despertam posições contrárias (ou favoráveis) a ela bastante passionais."

OLIVEIRA, Beatriz dos Santos de. Espaço e estratégia: considerações sobre a arquitetura dos jesuítas no Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1988, p. 17.

(5) . LEITE, op. cit., t.1, p. 6.

- (6) De acordo com René Füllöp Miller, a origem espiritual histórica da obediência e o forte sentido de hierarquia dos jesuítas encontram-se na concepção hierárquica do universo da escolástica medieval.

"Essa concepção hierárquica do universo enraiza-se em uma disposição profunda do espírito humano. Já Aristóteles havia reconhecido que as formas da lógica rigorosa representam, simultaneamente, uma espécie de reflexão sobre o mundo: tôdas as conclusões lógicas se apoiam no fato de que a uma idéia geral primeira está subordinada uma idéia especial segunda; de maneira análoga, qualquer parte do universo pode também ficar subordinada a uma parte mais geral e sobreposta a uma mais especial, pelo que lhe é atribuída sua posição, inequivocamente determinada, no universo, isto é, o seu 'locus naturalis'.

A aceitação da lógica aristotélica pela escolástica medieval e sua fusão com o mundo ideológico do cristianismo levou, depois, à adoção de um sistema cósmico original, hierarquicamente graduado. Partindo da idéia, em vias de se tornar sempre mais geral, da lógica aristotélica, originou-se então um 'ens generalissimum', um ser generalíssimo, o qual outra coisa não podia ser senão Deus mesmo.

Quem estivesse acostumado a considerar o universo, qual uma pirâmide hierárquica que se vai elevando gradualmente para Deus, deveria naturalmente, entrever uma tarefa ética no fato de se enquadrar humildemente no 'lugar natural' que lhe competia; pois tudo no universo, desde a pedra lherite até ao arcanjo parecia estar imbuído do desejo fervoroso de alcançar êsse seu 'locus naturalis', e, uma vez que aí tivesse chegado, não se afastar dêle.

Mas isso de se enquadrar e se subordinar, outra coisa não é senão obedecer; assim é que a concepção medieval do universo levou de per si, ao espontâneo reconhecimento da autoridade e engendrou assim a disposição para a obediência.

Essa tradicional concepção da Escolástica manteve-se bem viva no seio do Jesuitismo ainda além da Idade Média; Inácio, valendo-se de um sistema de obediência, no qual, 'o inferior se submete ao superior, em virtude de uma certa harmonia e uma certa ordem', procurou imitar, justamente, esta harmonia hierárquica da criação."

Os jesuítas, seus segredos e seu poder. Tradução de Álvaro Franco. Porto Alegre: Globo, 1946, p. 44-46.

Sérgio Buarque de Holanda, ao falar sobre a obediência nos povos ibéricos, cita os jesuítas como os melhores representantes do princípio da disciplina pela obediência:

"Foram ainda os jesuítas que representaram, melhor que ninguém, este princípio da disciplina pela obediência. Mesmo em nossa América do Sul, deixaram disso exemplo memorável com suas reduções e doutrinas. Nenhuma tirania moderna, nenhum teórico da ditadura do proletariado ou do Estado totalitário, chegou sequer a vislumbrar a possibilidade desse prodígio de racionalização que conseguiram os padres da Companhia de Jesus em suas missões."

Op. cit., p. 11.

- (7) . LEITE, op. cit., t.1, p. 13.

(8) . Ibidem, t.1, p. 7.

(9) . Ibidem, t.1, p. 6.

(10) . Ibidem, t.1, p. 12.

(11) . Ibidem, t.1, p. 11.

- (12) . “A Companhia está repartida em províncias e cada grupo de províncias, segundo critérios geográficos ou linguísticos, constitui uma Assistência. Na Companhia antiga existiram 6 Assistências: Itália, Portugal, Espanha, Alemanha, França e Polônia. A Assistência de Portugal compreendia, além da metrópole, a Província da Índia, que se desdobrou depois em duas, Goa e Malabar, o Japão, a Vice-Província da China, a Província do Brasil e a Vice-Província do Maranhão. Além disto, Missões em Angola, Moçambique e Etiópia. O critério seguido para formar uma Província depende dos seguintes adjuntos: ter recursos suficientes para substituir, por si mesma, no que toca à sustentação e recrutamento. Também influem, como na formação da Assistência, circunstâncias geográficas e linguísticas. Quando as casas se tornam numerosas e distam entre si, a Província dá origem a outra, ou, quando o recrutamento ainda não está plenamente assegurado, a uma Vice-Província.”

Ibidem, t.1, p. 12.

- (13) . Simão Rodrigues fez parte do grupo de companheiros que se reuniu em torno de Santo Inácio em Paris.

Ibidem, t.1, p. 5.

“O Pe. Mestre Simão veio de Roma para Portugal com destino à Índia, com S. Francisco Xavier. Retiveram-no na Côrte de Lisboa. Simão Rodrigues não teve a glória de fundar a Província do Brasil como teve a de fundar a de Portugal e ser o primeiro Provincial de Aragão.

O próprio Simão Rodrigues desistiu, depois, de ir ao Brasil, como ele próprio diz em carta sua de Barcelona, em 1552.”

Ibidem, t.1, p. 17-18.

- (14) . Idem, ibidem.

Sobre o padre Manuel da Nóbrega ver também:

ANCHIETA, José de. Cartas: Informações, fragmentos históricos e sermões. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Editora da USP, 1988. (Cartas Jesuíticas, 3; Reconquista do Brasil, 2ª série, 149). p. 475-488.

LEITE, op. cit., t.1, p. 362-401.

NÓBREGA, Manuel da. Cartas do Brasil - 1549-1560. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Editora da USP, 1988. (Cartas jesuíticas, 1; Reconquista do Brasil, 2ª série, 147). p. 21-69.

“O Pe. Manuel da Nóbrega não fora somente a grande alma das missões brasileiras, mas também, (...), a maior cabeça política da colônia, o conselheiro de maior relevo do governo de Mem de Sá.”

LACOMBE, Américo Jacobina. A Igreja no Brasil Colonial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). História geral da civilização brasileira. 6. ed. São Paulo: Difel, 1985. t.1, v.2, p. 71.

- (15) . As casas eram administradas pelos colégios. Logo, o superior das casas era subordinado ao reitor do colégio, cuja casa era por ele administrada. Vide esquema a seguir:



Ibidem, p. 12.

“Os Padres Assistentes de Portugal, e, portanto, do Brasil, foram: Luiz Gonçalves da Câmara (1558), Francisco de Borjam (1564), Diogo Mirão (1565), Pedro da Fonseca (1573), Manuel Rodrigues (1582), João Álvares (1594), Antônio Mascarenhas (1608).”

Gesù, *Informationes*, n. 104; L. Schmitt, *Synopsis historiae societatis Iesu* (Rastibonae 1914) In: LEITE, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t.1, p. 12.

(16) . Ibidem, op. cit., t.6, p. 13.

(17) . Ibidem, t.6, p. 402-403.

Para o primitivo arraial de S. Sebastião do Rio de Janeiro, foram enviados dois jesuítas. O padre Gonçalo de Oliveira e o irmão José de Anchieta. José de Anchieta esteve no arraial apenas no primeiro mês; retornou em 1567 por ocasião do embate final entre portugueses, franceses e tamoios.

Com a partida de Anchieta, em primeiro de março de 1565, o padre Gonçalo de Oliveira continuou trabalhando no arraial do Rio de Janeiro com os companheiros que Nóbrega ia enviando de São Vicente, em constante revezamento.

LEITE, op. cit., t.1, p. 385.

“Gonçalo de Oliveira, capelão militar da praça, companheiro de Estácio e assistente dos Índios, todo este tempo, desde o primeiro dia até ao último. A êle se refere este passo de Pero Rodrigues: ‘algumas vezes deram os inimigos assalto na cidade, que não era mais que uma cêrca de pau a pique e casas de palha; e, numa delas, ajuntando-se muitos inimigos, estava o Padre junto ao altar de grialhos, as flechas, que vinham de mais alto, passavam o telhado de palha e se pregavam no chão, ao redor dêle, sem lhe tocarem’. Os soldados, vendo isto, ‘cobravam ânimo e tornavam ao combate, com mais esforço, até que de todo fizeram fugir o inimigo’.”

Ibidem, t.1, p. 389.

Gonçalo de Oliveira também edificou a primeira igreja da Aldeia de S. Lourenço dos Índios em Niterói por volta de 1570.

Ibidem, t.1, p. 424.

Sobre Gonçalo de Oliveira ver também:

ANCHIETA, op. cit., p. 465-468.

- (18) . CARDIM, Fernão. Tratados da terra e gente do Brasil. Introdução de Rodolfo Garcia. Belo Horizonte; S. Paulo: Itatiaia; Editora da USP, 1980, p. 188.

"Inácio Tolosa (1583-1591) - O Pe. Cristóvão de Gouveia, em carta de 31 de Dezembro de 1583, comunica que nomeou Reitor do Rio de Janeiro a Inácio Tolosa, por ter as condições requeridas. ser de confiança e poder visitar o Sul. Pedia para êle a patente. Tolosa tinha acabado de ser Provincial. poucos meses antes. A patente veio, com data de 15 de Agosto de 1584."

LEITE, op. cit., t.1, p. 404.

Sobre a Igreja de Santo Inácio:

"Presidiu à construção o Pe. Reitor, Inácio Tolosa."

Ibidem. t.1, p. 393.

- (19) . CARDIM, op. cit., p. 14-17.

"Fernão Cardim (1594-1598). - Data da sua patente: 22 de Março de 1594."

LEITE, op. cit., t.1, p. 405.

- (20) . "As datas, sem determinação de começo ou fim, indicam o ano em que exercia de facto o govêrno do Colégio, com Reitores ou Vice-Reitores, (...)"

LEITE, op. cit., t.6, p. 8.

- (21) . "Pe. Simão de Vasconcelos (1646). - Provincial. Personalidade considerável. Historiador de renome."

Foi Reitor do Colégio do Rio de Janeiro duas vezes.

"Pe. Simão de Vasconcelos, 2ª vez (1670)."

"Simão de Vasconcelos, sendo Reitor, escreve em 1648, que 'neste meio tempo' fêz mais obras, do que nunca se fizeram. 'quâsi a metade do Colégio', de novo, muitas obras na sacristia, Igreja, refeitório, e outras partes do Colégio, cinco moradas de casas na Cidade, e outras obras que custaram muitos mil cruzados'."

Ibidem, t.6, p. 9, 10, 13.

- (22) . HOORNAERT, Eduardo. História da Igreja no Brasil. Petrópolis: Vozes, Edições Paulinas, 1983. v.2.,(História geral da Igreja na América Latina), p. 51

- (23) . LEITE, op. cit., t.6, p. 10.

"Começou-se a parte nova sob o impulso do Pe. Francisco de Matos, (...)"

Ibidem, t.6, p. 14.

- (24) . Ibidem, t.6, p. 11.

- (25) . Ibidem, t.6, p. 12.

- (26) . Ibidem, t.6, p. 13, 19.

- (27) . Ibidem, t.6, p. 13.
- (28) . Idem. ibidem.
- (29) ANCHIETA, op. cit., p. 446.
- (30) . Sobre o Visitador Cristóvão Gouveia em sua visita ao Colégio da Bahia, no último quartel do século XVI.
LEITE, op. cit., t.1, p. 54.
- (31) Sobre as mudanças no projeto do Irmão Francisco Dias para o Colégio da Bahia.
Ibidem, t.1, p. 55.
- (32) . ANCHIETA, op. cit., p. 268-269.
LEITE, op. cit., t.1, p. 398 - 400.
- (33) . CARDIM, op. cit., p. 181
LEITE, op. cit., t.1, p. 392, 399.
- (34) . Havia na Companhia um outro tipo de procurador: era o delegado das Congregações Provinciais, que vai a Roma levar, em períodos trienais, os postulados destas congregações.
Ibidem, t.1, p. 131.
- (35) . "Por volta de 1557, O Padre Manuel da Nóbrega solicitou ao então encarregado dos interesses do Brasil em Lisboa, Pe. Francisco Henriques, para que o mesmo intercedesse, junto ao rei, sobre a questão da construção de novas casas no Colégio da Bahia."
Ibidem, t.1, p. 50.
"O Pe. Vale-Régio, Procurador em Lisboa, alcançou ainda de El-Rei um novo auxílio, desta vez, pecuniário."
Ibidem, t.1, p. 52.
O Pe. Baltazar Duarte, que teria sido reitor do colégio do Rio de Janeiro em 1698, foi procurador em Lisboa:
"Durante cinco anos da sua função de Procurador, enviou para o Brasil e Maranhão 65 Padres e Irmãos. Encarregado por D. Pedro II de organizar o 'Bulário do Padroado', O Pe. Baltazar Duarte, em nome dos 'Oficiais e Bispo da Capitania do Rio de Janeiro', pediu à Coroa a fundação de um convento de Religiosas Capuchas no Rio. A Rainha D. Catarina deu a licença a 19 de fevereiro de 1705."
LEITE, op. cit., t.6, p. 10-11.
- (36) . "(...) encarregado de prover ao embarque dos missionários e agenciar na Côrte não só o pagamento da dotação dos Colégios, mas despachar as coisas necessárias no Brasil 'vestido, vinho, azeite, farinha para hóstias e outras que não há na terra e hão-de vir necessariamente de Portugal', (...) O Padre encarregado desses assuntos chamava-se Procurador."

LEITE, op. cit., t.1, p. 131.

- (37) . Ibidem. t.1, p. 142, 143.
- (38) . Ibidem, t.1, p. 116.
- (39) . Ibidem. t.1, p. 10.
- (40) . ANCHIETA, op. cit., p. 468-469.
- (41) . Idem, ibidem.
- (42) . Idem, ibidem.
- (43) . Idem, ibidem.
- (44) . LEITE, Serafim S. J. Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil; (1549-1769). Lisboa: Brotéria, 1953. p. 39.
- (45) . BAZIN, Germain. A arquitetura religiosa barroca no Brasil. Traduzido por Glória Lúcia Nunes, revisado por Mário Barata. Rio de Janeiro: Record, 1983, 2v. v.1, p. 43.
- (46) . Idem, ibidem.
- (47) . CARVALHO, José Antônio. O Colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982. p.28.
- (48) . SANTOS, Paulo. Contribuição ao estudo da arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil. In: V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, separata das actas. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1966. v.4, p. 45-49, 52.
- (49) . LEITE. Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil, p. 158-160.
- (50) . BAZIN, op. cit., v.2, p. 41.
- (51) . Vide capítulo III, p. 121 da presente dissertação.
- (52) . LEITE. Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil, p. 243-244.
- . LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.6, p. 23.
- (53) . Idem, ibidem.
- . Além da referência citada acima não há qualquer informação adicional sobre este irmão. O Ir. Inácio da Silva, que aparece na obra "Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil", de Serafim Leite, é um enfermeiro (p. 162), e certamente não se trata da mesma pessoa.
- (54) . "Pedreiro naquele tempo era quase sinônimo de mestre de obras. Assim foi o Ir. Francisco Dias antes de ser arquitecto"
- LEITE. Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil, p. 43.
- (55) . BAZIN, op. cit., v.1, p. 42.
- (56) . LEITE. Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil, p. 44-45.
- (57) . LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.1, p. 398, 400.

. ANCHIETA, op. cit., p. 67.

(58) . LEITE. Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil, p. 135-136.

(59) . “Os Portugueses levaram as olarias para o Brasil no período das Donatarias e chegaram vários em 1549 para a fundação da cidade do Salvador da Baía. Nem tardaram os Padres da Companhia em as possuir próprias para assegurar com regularidade e eficácia as obras dos Colégios e igrejas (...) sem que nunca deixasse de haver olarias da Companhia, não em todas mas nas principais Fazendas e Engenhos (...) As Olarias eram de carácter industrial (que não é o mesmo que comercial) e nelas se produziam tijolos, ladrilhos, telha e louça variada.”

Ibidem, p. 64-66.

(60) . carreiro = “guia de carro de bois; guieiro”

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 353.

(61) . LEITE. Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil, p. 270.

(62) . Ibidem, p. 118.

(63) . Ibidem, p. 166-167.

(64) . “A obra da Companhia de Jesus compreendeu dois setores principais. No terreno das missões, pela fundação das aldeias indígenas. Na educação, pelo estabelecimento de colégios, que constituíram a base de toda cultura colonial.”

LACOMBE, op. cit., p. 71.

. Segundo Hoornaert:

(...) “a obra jesuítica tem que ser encarada como essencialmente missionária e todas as expressões, como colégios e aldeamentos, só recebem plena valorização dentro desta perspectiva. O colégio, por exemplo, era concebido como suporte da missão, conforme reza o ‘regulamento das missões’ de 1586, (...) com a experiência da dureza do sistema e de suas leis inexoráveis, tem a explicitar-se o colégio como ‘ensino dos colonos’ e instala-se a alternativa colégio-aldeamento, tão característica dos séculos XVII e XVIII.”

Op. cit., p. 47.

(65) . SANTOS. Contribuição ao estudo da arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil, p. 33.

(66) . LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.1, p. 31.

(67) . FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. 21. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981. p.205.

(68) . LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.1, p. 32.

(69) . O padre Manuel da Nóbrega com mais cinco companheiros - padres Leonardo Nunes, Antônio Pires, João Aspilcueta Navarro e os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome - vieram na armada de Tomé de Sousa, Governador Geral, para a fundação da cidade de Salvador. Chegaram em 24 de março de 1549.

Ibidem, t.1, p. 18, 19.

. Com a fundação de Salvador, dá-se o início efetivo do processo de colonização e do projeto missionário da Companhia de Jesus no Brasil.

. Sobre os jesuítas na fundação de Salvador ver: *Ibidem*, t.1, capítulo II.

"O primeiro núcleo de actividade da Companhia de Jesus no Brasil foi a cidade de Salvador, a cujo sitio, em 1549, na armada de Tomé de Sousa, que vinha para exercer o primeiro governo geral e fundá-la, chegaram três padres e dois irmãos sob a chefia do Pe. Manuel da Nóbrega.

Logo no mesmo ano fizeram viagens de reconhecimento pela costa, e no seguinte já iam, e iam para ficar, às duas mais importantes vilas da colônia: Olinda e S. Vicente."

SANTOS, op. cit., p. 33, 34.

- (70) . "Simão Rodrigues, ao dar, em Lisboa, o abraço de despedida ao Pe. Nóbrega, recomendou-lhe espressamente a criação de meninos. Na Sicília já a Companhia havia ensaiado com êxito o seu primeiro colégio para alunos externos. Em Roma também. Em Lisboa, Pedro Doménech fundava o Colégio dos Órfãos."

LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.1. p. 32.

- (71) . *Ibidem*, t.1, p. 33.

- (72) . HOORNAERT, op. cit., p. 192-193.

- (73) . Além das terras concedidas e do "cruzado de praxe", Nóbrega obteve do Rei três escravos, três vacas e um auxílio em roupa.

LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.1, p. 34, 35.

- (74) . *Ibidem*, t.1, p. 39.

- (75) . *Idem*, *ibidem*.

- (76) . Além das dificuldades econômicas e políticas pelas quais vinham passando os jesuítas, por volta de 1555, S. Inácio decide não aceitar para a Companhia o encargo de instituições de órfãos. Tal determinação leva ao fim do Colégio de Meninos de Jesus da Bahia. Entretanto, este colégio terminou virtualmente em 1556, com a sua elevação a colégio canônico.

Ibidem, t.1, p. 42-44.

"Mas como, em 1556, ao Colégio dos Meninos de Jesus, da Bahia, sucedeu o que leva o nome simples do Colégio de Jesus, a história deste será a daquele continuado e subido a categoria mais nobre."

Ibidem, t.1, p. 46.

- (77) . Se considerarmos os "Colégios de Meninos de Jesus", o Colégio da Bahia teria sido o segundo no Brasil, sendo o de São Paulo, o primeiro, como considera Fernão Cardim.

CARDIM, op. cit., p. 184.

Entretanto, como veremos a seguir a palavra Colégio, na Companhia de Jesus, exprimia também um sentido de hierarquia administrativa em relação aos demais estabelecimentos jesuíticos. Pertencendo a essa categoria, o Colégio da Bahia foi o primeiro estabelecimento.

SANTOS, op. cit., p. 36.

- (78) . "Determinou S. Inácio, nas Constituições, que a pobreza dos Padres e Irmãos da Companhia fosse rigorosa, e que só os Colégios, com entidade moral, pudessem possuir os meios indispensáveis para a consecução do seu objetivo comum. Entrava nêta a formação de religiosos e a educação gratuita da juventude."

LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.1, p. 107.

- (79) . Ibidem, t.1, p. 109, 110.

- (80) . "No Brasil do século XVI, dividiam-se as propriedades dos jesuítas em três grandes seções ou entidades jurídicas, possuidoras de bens, correspondentes aos três Colégios da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, fazendo-se depender de cada qual as Aldeias e Residências mais próximas."

Ibidem, t.1, p. 109.

- (81) . "Em todos esses edifícios (colégios e residências jesuíticas) havia quase sempre uma 'cerca'. Aí eram cultivadas árvores frutíferas, hortaliças, com o objetivo de ajudar a manutenção dos habitantes da residência ou Colégio. Essa espécie de pomar era cercado (daí o nome 'cerca')."

CARVALHO, J. A., op. cit., p. 27.

- (82) . SANTOS, op. cit., p. 36.

- (83) . Idem, ibidem.

- (84) . LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.6, p. 25-28.

- (85) . SANTOS FILHO, Lycurgo. Medicina colonial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). História geral da civilização brasileira. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 145-155.

- (86) . SANTOS, op. cit., p. 37.

- (87) . LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.6, p. 15.

- (88) . Ibidem, t.6, p. 397.

. Sobre os estudos no colégio do Rio:

"Os estudos progrediam. Em 1583, vamos achar o Colégio com três cursos: elementar, Humanidades e Teologia Moral ou casos de consciência para tôda a sorte de gente, (...) A Baía era então a capital do Brasil. É natural que fôsse ela a sede do Colégio Máximo. Em todo o caso, os estudos do Rio de Janeiro iam-se também desenvolvendo, (...)"

Ibidem, t.1, p. 401.

. "Só na Bahia haviam classes de Teologia (...) que era o curso mais elevado."

Ibidem, t.1, p.397.

- (89) . SANTOS, op. cit., p. 36.

- (90) . "O ensino do latim (o mesmo que chamam de gramática nas cartas) e de casos de consciência definiria, praticamente, o colégio diferenciando-o das "casas", que não tinham esse tipo de ensino."

CARVALHO, J. A. op. cit., p. 21.

- (91) . O termo "alunos de fora" significa o mesmo que "alunos externos", ou seja, que não são internos nos colégios. Havia órfãos que eram internos nos colégios e por isso eram chamados de "alunos de casa". Nos cursos superiores eram aceitos irmãos de outras ordens religiosas, que também eram conhecidos como "alunos de fora", distinguindo-se dos noviços jesuítcos que eram "da casa".

"Os estudantes externos vestiam como toda a gente (...) Termina o século XVI com o curso de Artes aumentado e florescente. Iniciou-se em Junho de 1598, com 40 estudantes, seis de casa, e cinco religiosos carmelitas "

LEITE. História da Comoanhia de Jesus no Brasil, t 1, p. 84-85

"No dia de 2 de Julho de 1590 (Visitação de Nossa Senhora), deu o grau de bacharel a 12 alunos externos com as costumadas festas, assistindo o Bispo D. Antônio Barreiros."

Ibidem, t 1, p. 98

"Os estudantes externos do Pátio do Colégio dos Jesuítas, como em todas as mais cidades, gozaram de privilégios. Não eram obrigados a sentar praça, exceto em caso de guerra ou rebate de inimigos. Formaram então uma companhia militar, cujo comandante era escolhido de uma lista de três nomes, que a câmara apresentava ao Governador, (...) De que eram capazes estes estudantes, alunos dos jesuítas, mostrou-o no Rio a sua resistência às invasões de 1710 e 1711, constituindo a parte mais nobre e heróica dessa resistência, (...)"

LEITE, Serafim. Real Colégio das Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, século XVII e XVIII. Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 2 mai. 1943.

- (92) . "Com o nome de residência entendiam os jesuítas as doutrinas, ou paróquias dos índios, em que residiam um, dois ou muitos sacerdotes seculares ou regulares cum animarum cura."

PIZARRO e ARAÚJO. Memórias históricas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: INL, MES, Imprensa Nacional, 1945. 10v. (Biblioteca Popular Brasileira, 6). v. 2, p. 215.

- (93) . LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.6, p. 95.

- (94) . "em numerosas aldeias mantinham os missionários residência, casa e Igreja; a outras visitavam apenas, mas faziam-no assiduamente, de modo a tê-las sob sua tutela e não deixar que percesse a obra evangélica a que as submetiam."

SANTOS, op. cit., p. 35-36.

- (95) . LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.6, p. 95-129.

- (96) . Sobre a Igreja de São Lourenço ver:

LANNES, Cláudia Maria Corrêa. As igrejas jesuíticas fluminenses. In: CARVALHO, Anna Maria Monteiro de (coord.). A forma e a imagem - arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro colonial. Rio de Janeiro: PUC, 1993, p. 183-184.

- (97) . Sobre a Igreja de São Barnabé ver:

LANNES, op. cit., p. 183, 187-188.

- (98) . LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.6, p. 113.
- (99) . Sobre esta fazenda ver p. 52-53 do presente capítulo.
- (100) . LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.6, p. 115.
- (101) : LANNES, op. cit., p. 183, 191-192.
- (102) . LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.6, p. 120.
- (103) . Ibidem, t.1, p. 93.
- (104) . Ibidem, t.1, p. 94-95.
- (105) . Ibidem, t.1, p. 96.
- (106) . Ibidem, t.1, p. 95, 413.
- (107) . LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.6, p. 71-72.
- (108) . Ibidem, t.6, p. 109.
- (109) . Ibidem, t.6, p. 409.
- (110) . Serafim Leite ilustra esta questão com o caso dos Irmãos da Misericórdia de Olinda ocorrido em 1598.
- “ Em 1598, os Irmãos da Misericórdia de Olinda pediram a El-Rei esmolas e recorreram aos Capitães e Governadores, para corroborarem o seu pedido. Com o fim de alcançar o donativo real, faziam prevalecer as dificuldades econômicas da terra, que tinha muita opressão, por haver nela quatro mosteiros religiosos, ‘como são o Colégio da Companhia de Jesus, o mosteiro dos Capuchos e de S. Bento e de Nossa Senhora do Carmo, que viviam de esmolas’.”
- Ibidem, t.1, p.108-109.
- (111) . Ibidem, t.1, p. 108.
- (112) . Ibidem, t.1, p. 111.
- (113) . Ibidem, t.1, p. 112.
- (114) . Ibidem, t.1, p. 113-114.
- (115) . Ibidem, t.1, p. 115.
- (116) . Ibidem, t.1, p. 117.
- (117) . Carta do Pe. Sebastião ao Pe. Geral de Lisboa, 20 de Agosto de 1579, Lus. 68, 229, em italiano. In: LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.1, p. 118.
- (118) . LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.1, p.119-125.
- (119) . Ibidem, t.1, p. 125-126.
- (120) . Ibidem, t.1, p. 127-128.
- (121) . “(...) chegou o colégio da Baía ao começo do século XVII com dívidas avultadas. Notemos que desta dotação régia do colégio se valiam também as casas isoladas pelas capitánias

e até outras fora do Brasil e de difícil sustentação, 'como é a de Angola', que o Provincial do Brasil, visitara havia pouco."

Ibidem, t.1, p. 128

(122) . Ibidem, t.1, p. 150.

(123) . Ibidem, t.1, p. 181.

(124) . Ibidem, t.1, p. 174.

(125) . Ibidem, t.1, p. 177.

(126) . Idem, ibidem.

(127) . Ibidem, t.1, p. 178-179.

(128) . Ibidem, t.1, p. 180.

(129) . Ibidem, t.1, p. 181-182.

(130) . Ibidem, t.1, p. 127.

(131) . Ibidem, t.1, p. 68.

(132) . LANNES, op. cit., p. 184.

(133) . LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.6, p. 68-69.

(134) . LANNES, op. cit., p. 184.

(135) . LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.6, p. 69.

(136) . LANNES, op. cit., p. 184.

(137) . LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.6, p. 114.

(138) . LANNES, op. cit., p. 184.

(139) . LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.6, p. 111-112.

(140) . LANNES, op. cit., p. 184.

. Sobre a Igreja de S. Francisco Xavier ver também:

LANNES, op. cit., p. 197-199.

(141) . LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.6, p. 54-60.

. Sobre a fazenda de Santa Cruz ver também.

TELLES, Maria Laura Mariani da Silva. A conquista da terra e a "conquista" das almas. In: CARVALHO, Anna Maria Monteiro de. (coord.). A forma e a imagem - arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro colonial. Rio de Janeiro: PUC, 1993, p. 86-128.

(142) . LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.6, p. 92.

(143) . LANNES, op. cit., p. 184.

(144) . BARONCINI, Cláudia Nóbrega. O Solar do Colégio: um exemplo da arquitetura jesuítica fluminense. In: CARVALHO, Anna Maria Monteiro de. (coord..) A forma e a imagem - arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro colonial. Rio de Janeiro: PUC, 1993, p. 129-146.

. LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.6, p. 78-92.

(145) . LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.6, p. 93.

(146) . LANNES, op. cit., p. 184.

CAPÍTULO II:

**O COMPLEXO
ARQUITETÔNICO: O REAL
COLÉGIO DAS ARTES E
OFÍCIOS DA CIDADE DE
SÃO SEBASTIÃO DO
RIO DE JANEIRO**

Vinte e dois de

UMA CIDADANIA EM CONSTRUÇÃO

Em 1763, o Brasil foi dividido em duas partes: a Capitania de Minas Gerais e a Capitania de São Paulo. A Capitania de São Paulo foi a primeira a ser criada e a primeira a ser extinta. Ela foi criada em 1763 e extinta em 1765. A Capitania de São Paulo foi a primeira a ser criada e a primeira a ser extinta. Ela foi criada em 1763 e extinta em 1765.

A Capitania de São Paulo foi a primeira a ser criada e a primeira a ser extinta. Ela foi criada em 1763 e extinta em 1765. A Capitania de São Paulo foi a primeira a ser criada e a primeira a ser extinta. Ela foi criada em 1763 e extinta em 1765.

A Capitania de São Paulo foi a primeira a ser criada e a primeira a ser extinta. Ela foi criada em 1763 e extinta em 1765. A Capitania de São Paulo foi a primeira a ser criada e a primeira a ser extinta. Ela foi criada em 1763 e extinta em 1765.

A Capitania de São Paulo foi a primeira a ser criada e a primeira a ser extinta. Ela foi criada em 1763 e extinta em 1765. A Capitania de São Paulo foi a primeira a ser criada e a primeira a ser extinta. Ela foi criada em 1763 e extinta em 1765.

“Escrevo do Rio de Janeiro, que é uma nova povoação, que se fêz de dois anos a esta parte, e agora a manda El-Rei aumentar, e que se faça uma cidade. Para Colégio talvez venha com o tempo, a ter mais disposição que noutras partes do Brasil.”

B. Inácio de Azevedo (1)

1 O COLÉGIO

1.1 A CASA-IGREJA DE SÃO SEBASTIÃO

Em 20 de fevereiro de 1567, escrevia o jesuíta padre-visitador B. Inácio de Azevedo (2) a São Francisco de Borja (3), indicando o Rio de Janeiro como sendo o melhor local para o colégio da Companhia de Jesus nas capitanias ao sul do Brasil.

Segundo Serafim Leite, a fundação de um colégio no Rio de Janeiro já era intenção do padre Nóbrega desde 1565. Neste ano, havia o padre Gonçalo de Oliveira (4) fundado uma “casa-igreja” dedicada a São Sebastião, no primitivo núcleo da cidade do Rio de Janeiro (5).

Em 1565, fundou o Pe. Gonçalo de Oliveira “uma casa-igreja da evocação de São Sebastião”, na cidade que Estácio de Sá fundou à sombra do Pão de Açúcar. Era de palha e algumas vezes a furaram as flechas dos tamoios. Ali exercitou êle os seus ministérios sacerdotais, celebrando missa, confessando e administrando a sagrada comunhão aos combatentes, esforçando-os na luta. (6)

Nóbrega, nesta ocasião, por intermédio de Gonçalo de Oliveira, teria solicitado a Estácio de Sá (7) terras para a fundação e sustento de um colégio na região (8). Datava também de 1565 (15 de janeiro) uma provisão onde o rei de Portugal garantia dotação real para um colégio destinado a 50 religiosos. Mem de Sá (9) deveria procurar, entre as capitanias do sul, local adequado para este estabelecimento (10).

Entretanto, viviam os primeiros colonizadores do Rio de Janeiro em verdadeiro estado de guerra contra os franceses e seus aliados, os índios tamoios

(11). Os jesuítas só puderam retomar o projeto de estabelecer um colégio na cidade após a chegada de uma nova armada chefiada por Mem de Sá, que possibilitou a conquista definitiva das terras cariocas a 20 de janeiro de 1567 (12). Com a paz estabelecida, o governador geral resolveu transferir a cidade para um local mais seguro: o alto de um morro, situado ao sul do primitivo núcleo, o extinto Morro do Castelo (13).

Já à minha partida tinham feito muitas roças em derredor da cêrca, plantados alguns legumes e inhames, e determinavam de ir a algumas roças dos Tamoios a buscar alguma mandioca para comer, e a rama dela para plantar; tinham já feito um baluarte mui forte de taipa de pilão com muita artilharia dentro, com quatro ou cinco guaritas de madeira e taipa de mão, todas cobertas de telha que trouxe de São Vicente, e faziam-se outras e outros baluartes, e os Indios e Mamelucos faziam já suas casas de madeira e barro, cobertas com umas palmas feitas e cavadas como calhas e telhas, que é grande defesa contra o fogo. Os Tamoios andavam se ajuntando para dar grande combate na cêrca (...) todos viviam com muita paz e concordia; ficava com eles o Padre Gonçalo d'Oliveira, que lhes dizia cada dia missa, e confessava e comungava a muitos para a glória do Senhor.

O maior inconveniente que ali havia, ultra da fome, é que estão lá muitos homens de todas as capitânicas, os quais passa de ano que lá andam, e desejam ir-se para suas casas (como é razão): se os não deixam ir perdem-se suas fazendas, e se os deixam ir fica a povoação desamparada, e com grande perigo de serem comidos os que lá ficarem, de maneira que por todas as partes ha grandes perigos e trabalhos, e se não fosse o capitão-mór amigo de Deus e afável, (...) e terem todos grande e certa confiança que Sua Alteza proverá, tanto que souber estar já feito pé no Rio de Janeiro, (...) a cêrca que tem feita não é mais que um pé a tomar posse da terra, sem se poder dilatar nem sair dela sem sôcorro de Sua Alteza, a quem Vossa Reverendissima deve lembrar e incitar que logo proveja, porque ainda que é cousa pequena a que se tem feito, contudo é maior, e basta-lhe chamar-se cidade de São Sebastião para ser favorecida do Senhor, e merecimentos do glorioso martir, e acrescentada de Sua Alteza que lhe tem tanta devoção e obrigação (...) Esta é a breve informação do Rio de Janeiro; resta pedir a Vossa Reverendissima nos encomende e faça encomendar muito a Nosso Senhor, e tenha particular memoria dos que residem e ao deante residirão naquela nova povoação, oferecidos a tantos perigos, da qual se espera haver de nascer muito fruto para glória do Senhor e salvação das almas. (14)

(...) partiu o governador Mem de Sá da Baía com outra armada que El-Rei lhe mandou, (...), e chegou lá no Janeiro de 67, vespera de São Sebastião, cujo nome tinha tomado a pobre cidade que tinham feito á honra deste martir e por respeito d'El-Rei D. Sebastião. Depois de destruir duas aldeias, como acima se apontou, em uma das quais

morreu seu sobrinho Estacio de Sá de uma flechada, e então mudou a cidade ao lugar onde agora está (...) (15)

1.2 O NOVO SÍTIO

A nova cidade, efetivamente fundada em 1º de março de 1567 (16), leva o nome de São Sebastião, mantendo a homenagem ao jovem rei português D. Sebastião. A permanência de tal denominação provavelmente também se deve ao fato de a batalha decisiva ter sido travada a 20 de janeiro, dia comemorativo do referido Santo (17). O primitivo arraial de São Sebastião passa a ser conhecido, a partir desta data, como Vila Velha, e conseqüentemente é abandonado. Quanto à "casa-igreja" jesuíta de São Sebastião, sabe-se que a mesma existia pelo menos até 1583, quando os restos mortais de Estácio de Sá que nela se encontravam, são transferidos para a Sé, no Morro do Castelo (18).

No novo sítio da cidade, o povo reedificou a Igreja de São Sebastião, oferecendo-a aos jesuítas. Até a nomeação do primeiro pároco, em 20 de fevereiro de 1569, os jesuítas ficariam responsáveis por este templo. O padre-visitador B. Inácio de Azevedo, tendo chegado ao Rio de Janeiro em 24 de julho de 1567, tomou posse oficialmente desta igreja em agosto desse mesmo ano. Com Inácio de Azevedo veio o padre Manuel da Nóbrega, que assumiria o reitorado do futuro colégio. Iniciaram a construção de uma casa "junto" à igreja para que padres e irmãos residissem e que posteriormente servisse de colégio (19).

Em 1570, Mem de Sá afirmou ter construído 2 (duas) igrejas no morro: a Sé, um novo templo que teria substituído a primeira ermida de São Sebastião; e

uma igreja para os padres jesuítas. “*Fiz a Igreja dos padres de Jesus, onde agora residem, telhada e bem concertada. e a Sé ‘de três naves’ também telhada e bem concertada.*” (20)

Provavelmente, a Sé deve ter sido construída no mesmo local da primitiva Igreja de São Sebastião no Morro do Castelo, pois era comum a reedificação de igrejas sobre a primitiva ermida (21). A construção, iniciada em 1570, só foi concluída em 1583. Localizava-se em um largo e junto a ela havia um marco de mármore com as quinas portuguesas. Neste largo, Mem de Sá teria, também, construído uma casa assobradada onde se instalaram os “oficiais do conselho de vereanças”. Contígua ao paço municipal ficava a cadeia (Fig. nº 29) (22).

Em 11 de janeiro de 1568, o rei D. Sebastião confirmou a provisão de 1565, tornando-se oficialmente fundador do colégio jesuíta do Rio de Janeiro (23). Entretanto, em 1570, encontravam-se os jesuítas precariamente instalados no Rio de Janeiro, como relata o padre Gonçalo Oliveira:

Está ainda por acabar tudo o começado até uma casa, que deixou já principiada o Pe. Inácio de Azevedo, pera que por entretanto se recolhessem os padres, está coberta de telha e, a míngua de carpinteiros e taboado, não é acabada. Até agora estamos ainda recolhidos em uma casinha, que será do tamanho de dois cubículos, e nela cabemos com tudo que temos que sempre nos cheira a santa pobreza, por estarmos faltos de tudo. (24)

Como vimos acima, o padre Gonçalo de Oliveira, ao lamentar o estado em que se encontraram os jesuítas no Rio de Janeiro, diferencia o local em que residem os padres em 1570 daquela casa cuja construção havia sido iniciada pelo padre Inácio de Azevedo, em 1567. Segundo o padre Gonçalo de Oliveira, esta casa, em 1570, ainda não estava concluída. Ademais, Mem de Sá menciona que

os padres passaram a residir na igreja que ele construiu para os mesmos (25).

Logo, acreditamos que a igreja dos jesuítas, construída por Mem de Sá, foi erguida em sítio diferente da primitiva Igreja de São Sebastião e da casa da Companhia construída “junto” a ela, em 1567. Conforme visto acima, na provisão de 1565, o rei D. Sebastião determinava a construção de um colégio para 50 religiosos (26). Provavelmente a igreja que Mem de Sá construiu para os jesuítas foi o ponto de partida para o futuro colégio, e já se localizava no sítio definitivo onde este estabelecimento permaneceu até o desmonte do Morro do Castelo (27).

O Morro do Castelo era formado por três montes (Fig. nº 30):

O monte de São Sebastião é o mais elevado dos três cabeços altos, que se divisam no principio da cidade, o qual se coroou com a fortaleza dedicada ao Santo Padroeiro; domina sôbre o mar da enseada, sobre a cidade, e por tôda sua circunferência, (...) sôbre o segundo cabeço fundaram os jesuítas a sua casa conventual e no terceiro, se ediñcou a Igreja 1ª da cidade sob a dedicação de S. Sebastião. (28)

O monte sobre o qual situava-se a Sé, em relação à fachada principal do Colégio, localizava-se atrás e era separado do monte sobre o qual erguia-se o referido colégio por um vale. A descrição do sítio doado ao colégio na “**Escriptura do sítio e cêrca do Collº do Rio de Janrº e Estrom^{to} de posse e confirmação do G.^{dor} Men de Sá por mandado D’El Rey**”, datada de 28 de agosto de 1567, corresponde à descrição do sítio definitivo do colégio, o que de certa forma, confirma nossa hipótese (Fig. 31 A 33):

Pedem a V.S. q. pera sítio do dito collégio, digo, do edificio do dito collégio e escollas, e cêrqua, horta e todo o mais q. pera o tal collégio pode pertencer lhes dêe, desde a Igreja (29) q. hora fêz pello caminho acima, vinte braças, e day cordeando em quadra contém o valle q. está pera detrás da dita igreja, até chegar à descida do dito valle, e depois indo pera cima ao longo de testada q. estão rossadas pera sítio dos moradores, por todo o valle ao derredor até o cume do outeiro q. parte

com Pedro Martins e Antônio Esteves, depois, tomando à igreja, lhes dê V.S. pera baixo ao longo do dito caminho até onde elle fêz hum cotovelo e volta. E dali da dita volta pella várzia contra o mar outro tanto mais da parte de cima do outeiro sobredito, respeitando a se poderem cercar de maneira q. não possa sua cêrqua ser davassada dos vizinhos, e ter lugar suficiente pera se huma caza grande poder fundar, e crescer q. qual será // (...) pera serviço de nosso S^{or}. e augmentação e nobrecimento da dita cidade. E receberão muita Charidade. (30)

Convém ressaltar que o sítio onde se encontrava o colégio acabou por se tornar mais importante do que o da Sé, no lado fronteiro à barra por detrás do colégio. A cidade estendeu-se para a várzea, transferindo-se o centro social e político. A Casa de Câmara mudou-se em 1639 (31) e o próprio cabido trasladou-se da Sé para a Igreja de Santa Cruz dos Militares em 1734 (32).

Em contrapartida, o Colégio localizava-se de frente para a baía e, junto com a Fortaleza de São Sebastião, destacava-se no alto do Morro do Castelo (Fig. nº 34 a 37) (33). Fernão Cardim (34) em 1585 afirmava ser o melhor sítio da cidade: *“Os padres têm aqui o melhor sitio da cidade. Têm grande vista com toda esta enseada defronte das janelas”* (35).

Em relação aos acessos ao morro, também encontrava-se em situação privilegiada. Dos três acessos ao morro - Ladeira do Castelo (Fig. nº 38 e 39), Ladeira da Misericórdia (Fig. nº 40 e 41) e Ladeira do Seminário (Fig. nº 42) -, dois desembocavam no Colégio. A Ladeira do Castelo terminava à frente da Igreja de Santo Inácio e a Ladeira da Misericórdia à frente da edificação do Colégio propriamente dita (36).

No que se refere à localização específica da primeira igreja dos jesuítas no Morro do Castelo, provavelmente a mesma não ocupava o sítio onde iria

posteriormente erguer-se a Igreja de Santo Inácio. Em uma escritura de compra de terrenos por parte dos padres em 1579, no Morro do Castelo, verifica-se menção a um terreno destinado ao terreiro da "Igreja Nova".

*CHÃO QUE COMPRARÃO (os jesuítas) A JOÃO D'OLIVEIRA
DEFRENTE DONDE HÁ DE FICAR O TERREIRO DA IGREJA NOVA
(Igreja de Santo Inácio). (37)*

Pouco se conhece a respeito desta primeira igreja dos jesuítas, construída por Mem de Sá. Em dezembro de 1584, Fernão Cardim legou-nos sobre ela o seguinte relato:

Estava um theatro à porta da Misericórdia, (...) por onde acabado o diálogo, por a nossa igreja ser pequena lhes preguei no mesmo theatro dos milagres e mērces, (...) depois continuamos com a procissão e danças até nossa igreja (...) a igreja é pequena, de taipa velha. Agora se começa a nova de pedra e cal, todavia tem bons ornamentos com uma custódia de prata dourada para as endoenças, uma cabeça das Onze Mil Virgens, o braço de S. Sebastião com outras relíquias, uma imagem da Senhora de S. Lucas (...) (38)

Esta nova igreja de pedra e cal, a que se refere o p. Fernão Cardim, vem a ser a Igreja de Santo Inácio, cuja construção foi efetivamente determinada em 1585, sendo ereta no sítio ao lado do Colégio, próximo à Ladeira do Castelo (39).

A invocação do primeiro templo dos jesuítas no Morro do Castelo, que também viria a ser a primeira dedicação da Igreja de Santo Inácio, é desconhecida. A Sé assumiu a invocação de São Sebastião, patrono da cidade. Apesar de São Sebastião ter sido mártir, um dos temas preferidos pelos jesuítas (40), e apesar de esta igreja ter recebido uma relíquia deste santo em dezembro de 1584 (41), achamos pouco provável que coexistissem, nos primórdios da cidade, duas igrejas tão importantes com a mesma invocação. Brasil Gerson

refere-se ao primeiro templo dos jesuítas no Morro do Castelo, como sendo a Igreja do Bom Jesus dos Perdões (42). Como não foi encontrada nenhuma referência a respeito desta invocação nos demais autores pesquisados, permanece a questão da invocação deste templo jesuíta em aberto (43).

1.3 A CONSTRUÇÃO

Retomando a construção do colégio, sabe-se que, em 1572, assume o reitorado do colégio o padre Braz Lourenço (44), e, nesse mesmo ano, encontra-se no Rio de Janeiro o padre Afonso Braz (45), encarregado das obras do colégio por ser “grande” carpinteiro (46).

Em 20 de fevereiro de 1575, o rei D. Sebastião expediu dois alvarás: um para o ouvidor geral e outro para o governador do Rio de Janeiro, ordenando que os mesmos fornecessem todo o material e mão-de-obra necessária para a construção do colégio:

(...) tôda a pedra, cal, madeira e mais achegas que forem necessárias pera as obras dos Colégios da Comp.^a de IESV da dita governança. E assim dareis, e apenareis, e fareis dar e apenar pera servirem nas ditas obras, todos os pedreiros, carpintr.^{os}, cavouqueiros, carreiros, embarcações e servidores e quaisqr. outros officiais e cousas q. pera ellas forem necessárias (...) (47)

Em 1579, pedia-se ao Geral que deixasse o ir. Francisco Dias (48), arquiteto, no Brasil para encaminhar as obras dos três colégios, sendo um deles o do Rio de Janeiro:

Vossa Paternidade concedeu ao Pe. Gregório Serrão que trouxesse consigo o Ir. Francisco Dias, architecto, para encaminhar as obras dos três colégios que se fazem de novo [eram os da Baía, Rio de Janeiro e

Olinda]. Pedimos a V. P. no-lo deixe, enquanto durarem as obras, pois em Portugal há muitos e aqui há só ele. (49)

As obras se arrastavam e a edificação principiada acabou por deteriorar-se. Em 1584, tornou-se necessário a construção de um novo edifício, aproveitando o que fosse possível da edificação anterior (50).

Em fins de 1584, segundo Serafim Leite, por ocasião de sua visita ao Colégio do Rio de Janeiro, o Visitador Cristóvão Gouveia (51) teria reduzido o projeto da edificação, provavelmente de autoria do Irmão arquiteto Francisco Dias, a praticamente a metade (52). Conforme visto, também nesta ocasião, o mesmo Visitador ordenou que se construísse uma nova igreja, a Igreja de Santo Inácio (53). Fernão Cardim, acompanhando o Visitador Cristóvão de Gouveia, nos legou a seguinte descrição da edificação:

Têm começado o edificio novo e têm já 13 cubiculos de pedra e cal que não dão vantagem aos de Coimbra, antes lhe levam na boa vida. São forrados de cedro. (54)

A descrição de Cardim confere com a de Anchieta, datada de 1585 (55):

Aqui temos colégio, está bem situado em lugar eminente, de bom prospecto ao mar, tem feito um quarto de edificio e parte do outro; os cubiculos que estão feitos são 10 a 12 assobradados e forrados de madeira de cedro, a igreja é pequena e velha, e as oficinas, ainda que estão bem acomodadas, são mui velhas. Sempre se faz algo no edificio, ainda que devagar por não haver tanta comodidade de cal e oficiais, e por não se pagarem 166 ducados que El-Rei D. Sebastião lhe deu de esmola para as obras. Tem junto ao Colegio cêrca muito grande com tanque e fonte de agua salobra: nela têm uma vinha como em Portugal, e outras árvores de laranjas, limas, limões, bananeiras e outros frutos, é mui amena e de grande recreação; (56)

O número de quartos, de acordo com Serafim Leite, teria aumentado entre

1601 e 1602. A dispensa, a cozinha e o refeitório foram concluídos em 1607, formando o colégio uma quadra com um pátio no meio. Pouco depois destas obras, a portaria da casa também teria sido transferida para o espaço sobre o qual ergueu-se a torre do relógio (57).

Com o crescimento da cidade na várzea, em 1643, pensou-se em mudar o colégio para a parte baixa da cidade. Entretanto, de acordo com Serafim Leite, como os jesuítas teriam que abandonar uma série de obras anteriores, esta idéia foi rejeitada. Decidiram os padres jesuítas aumentar sua assistência religiosa, melhorando os acessos ao colégio e posteriormente, em 1683, criando a confraria de Nossa Senhora da Boa Morte em uma paróquia da "cidade baixa" (58).

De um modo geral, as edificações da Companhia de Jesus no Brasil sofriam sucessivas reformas. Neste aspecto, o Colégio do Rio de Janeiro não constitui exceção (59). Em 1648, o padre Simão de Vasconcelos, sendo o reitor, afirma que teria realizado tantas obras que "*quási a metade do colégio*" teria sido refeita (60).

De acordo com Serafim Leite, em 1691, o Colégio do Rio de Janeiro teria um bom número de artífices, artesões e operários especialistas em suas respectivas áreas. O edifício era considerado amplo e cômodo, possuía um quintal anexo, duas capelas interiores, farmácia, a enfermaria com sua capela de Nossa Senhora e biblioteca (61).

Além da Igreja de Santo Inácio e da capela da enfermaria, o Colégio do Rio de Janeiro possuía mais duas capelas interiores: a capela doméstica, de uso exclusivo dos padres, e a Capela da Congregação dos Estudantes Externos,

como o próprio nome diz, para os estudantes externos. Serafim Leite não determina quando estas capelas foram erguidas, apenas menciona que as mesmas já existiam em 1691 (62). Sabe-se que havia na capela doméstica um relicário de mármore branco com embutidos de jacarandá, e que neste relicário colocaram 12 (doze) estátuas de santos, cada qual com suas respectivas relíquias (63), que provavelmente são as estátuas a que a Ânua de 1620 se refere (64). No reitorado do padre Thomas Lynch (65), iniciado em 1746, constrói-se um altar dedicado a Nossa Senhora da Anunciação para a Capela da Congregação dos Estudantes (66).

Durante o reitorado do padre Francisco de Matos (67), cerca de 1693, teve início a construção da "parte nova" (68). Tal obra teria sido dada como concluída em 1701 (69). Entretanto, continuava o colégio em obras em 1706. O passageiro anônimo da fragata L'Aigle legou-nos o seguinte relato em seu diário:

No fim está o convento dos beneditinos ou, como dizem de San Benito (?) cuja igreja é a mais bela da cidade. Na outra está a casa dos jesuítas, também magnífica pela estrutura e por seus alojamentos. Está construída, em parte, sobre uma montanha de modo que o edifício principal que tem suas fundações até bem embaixo da montanha tem neste lugar uma altura prodigiosa e é tudo de pedra talhada (?). Os interiores não deixam a desejar em nada ao exterior. A planta é magnífica e muito extensa. Todos os belos quartos dos padres têm lambri (sont boisés). A farmácia é magnífica, bem ornada, mantida e provida de todas as espécies de drogas que possamos ter em França. É quem provê todas as farmácias da cidade. A igreja é pequena, mas extremamente ornamentada e dourada. Atrás da casa está o colégio, do qual nada direi por que ainda, não está terminado (?) (70)

Destaca-se a importância da botica do Colégio do Rio de Janeiro no testemunho do passageiro da L'Aigle. Esta botica, além de fornecer remédios para todas as demais boticas da cidade, quando havia epidemias, colocava à disposição do povo da cidade todos os medicamentos necessários (71).

Prestavam os jesuítas também assistência hospitalar a todos os seus escravos e respectivos familiares. Em 1707, quando a quadra do colégio é concluída, os padres haviam construído uma outra enfermaria para atender a seus escravos e familiares. além da enfermaria privativa dos padres (72).

Durante o período em que o Padre Luiz de Carvalho foi reitor (73), cerca de 1724, realizaram-se novas obras. Cortou-se a parte do morro que ficava ao lado da igreja e fez-se um largo murado. A igreja ganha, deste modo, um adro. Esta obra, além de ter facilitado o acesso à Igreja de Santo Inácio, solucionou o problema da água que escorria do morro e entrava pela porta lateral da igreja (74).

A biblioteca do Colégio também sofreu reformas no início do século XVIII. Com sala própria, teria recebido estantes novas de madeira lavradas:

Não lavradas de qualquer modo, mas com tal pumor que no dizer dos que a viam e admiravam, assim deviam ficar, nuas, na arte de entalhe e polimento, sem mais pinturas nem dourado, por belas que fossem. (75)

O Colégio do Rio de Janeiro sofreu várias reformas até 1759, ano em que os jesuítas foram expulsos do Brasil. Serafim Leite apresenta, em similitude, um projeto enviado ao Geral, datado de 1728. Tal empreendimento aumentava ainda mais as dependências do colégio. Este documento é de suma importância pois trata-se do único registro da fachada do colégio e da igreja de St. Inácio na época dos jesuítas (Fig. nº 43 e 44) (76).

Finalmente, como últimas intervenções antes da expulsão, sabe-se da construção de uma “grande e artística” fonte (77) e do início das obras da Nova Igreja, assunto da presente dissertação, cuja pedra fundamental foi lançada em 1744 (78).

1.4 APÓS A EXPULSÃO

Quando os jesuítas foram expulsos em 1759, conseqüentemente as obras em andamento foram interrompidas e o prédio abandonado foi entregue à Coroa. A primeira tentativa de ocupação do prédio partiu de Francisco Xavier de Mendonça, então Bispo do Rio de Janeiro. Em carta datada de 10 de janeiro de 1763, o referido bispo sugere que se transfira o convento de Nossa Sra. do Monte do Carmo para o colégio dos jesuítas:

(...) mais pia e mais util, que se possa fazer ao bem comum, do edificio do Collegio dos Padres denominados de Jesus desta cidade, considerando-se poderia subrogar-se com outro convento, que faça mais conta ao bem commum ou á utilidade publica. Depois de um maduro conselho, e consideração sobre esta dependencia, vendo que a situação deste collegio, ainda que fundado em logar aprazivel fica fóra da cidade, e com poucos vizinhos, além do incommodo de uma grande subida por cuja cauza não será fácil descobrir-se utilidade publica, para que podesse servir sem subrogar-se por outro convento, me pareceo expor a Vossa Excellencia a ideia seguinte, que julgo será muito do agrado do Deus, e de grande utilidade espiritual para estes moradores, e não deixa tambem de ser mui conveniente ao Real serviço de Sua Magestade (...)

podia subrogar-se este Convento por aquelle Collegio dos Padres Jesuítas, que certamente ficariam mais bem acomodados por ser este maior na sua extensão, e comprehende maior numero de cubiculos, tem uma cerca mui grande, o que falta no Convento do Carmo, e ficam os seus religiosos mais livres da communicação do seculo, de que talvez resulte um grande bem espiritual, e ainda temporal a esta religião, ficando desta sorte o seu Convento, e Igreja livre para a applicação que agora exponho a Vossa Magestade.

Passando os religiosos do Carmo para o Collegio dos Jesuítas, pode servir a sua Igreja para Sé Cathedral deste Bispado que tem para isso toda a capacidade necessaria, e o seu Convento serve para rezidencia dos Bispos, onde se podem accommodar com toda largueza (...) (79)

. A residência dos Vice-Reis

A referida transferência do Convento do Carmo não se efetivou e, em 1766, o vice-rei Conde da Cunha (80) decide transferir a residência dos vice-reis para o

antigo Colégio dos Jesuítas. A carta régia, datada de 23 de julho de 1766, estabelece oficialmente a residência dos vice-reis no colégio e determina as adaptações a serem realizadas na edificação, necessárias para tal fim:

Hey porbem unir evincular ao seu Cargo para nele ficar perpetuado o dito Edifício que em sitio mais alto, edominante, e com as acomodasoens mais amplas, edecentes vagou para aminha Coroa pela desnaturalização e confíscasão dos Regulares da Companhia denominada de Jesus. Noqual Edifício vos ordeno que logo mandeis fazer as mudansas. edivizoens que necessarias forem, para ficar reduzido aosternos de Consthituir arezidencia de Corozas dos mesmos Vice-Reis. edealojar as Suas Familias com acomodidade necessaria. Em ordem a este fim fique segura apartada da referida rezidencia dos Vice-Reis, sem haver para ela comunicasão alguma q não seja adehumia Tribuna Alta, evedada com grades de ferro, para dela poderem os Vice-Reis assistir as Missas, e Ofícios Divinos. A mesma Igreja, e suas Sacristias, Cazas de Fabrica, e as dos Altarez dequaes quer Confrarias, que nela haja, se conservarão debaixo da administrasão do Ordinario dela Diocèsi, enquanto eu não der outra providencia emtempo oportuno. As Sobreditas Sacristias, Cazas de Fabrica, e das Confrarias ficarão também independentes da referida Caza do Governo, tendo portas para a Igreja e para a rua conforme as situasoens delas, para a emtodo e cazo ficarem independentemente separadas (...) (81)

A Igreja a que a carta se refere seria a de Santo Inácio, uma vez que a Nova não chegou a ser concluída. A palavra sacristia aparece no plural. Provavelmente, refere-se à sacristia da Igreja de Santo Inácio e àquela que seria a da Nova Igreja, identificada como sendo o compartimento localizado no fundo do terreno, ocupado posteriormente pela 4ª enfermaria do Hospital Militar (82).

Conforme a carta acima mencionada, nas obras a serem empreendidas pelo Conde da Cunha, excetuando-se a tribuna, a Igreja de Santo Inácio e a edificação incompleta do novo templo não iriam sofrer nenhuma intervenção, permanecendo isoladas do resto do estabelecimento (Fig. nº 45).

O referido vice-rei teria dado início às obras, entretanto a mudança não se

efetivou. No vice-reinado seguinte, ou seja, do Conde de Azambuja (1767-1769) (83), transformou-se o prédio em Hospital Militar (Fig. 46) (84).

. O Hospital Militar da Corte

Como Hospital Militar da Corte, através do precioso levantamento, datado de 1881, descoberto por Paulo Santos (85), verifica-se que a Igreja de Santo Inácio passa a ser a capela do hospital e a sacristia da Nova Igreja passa a ser a 4ª enfermaria. O restante do espaço destinado à Nova Igreja não se encontra representado neste levantamento, pois esta área pertencia ao Observatório Nacional desde aproximadamente 1846 (Fig. nº 47 a 50) (86).

Do início do século XX, quando foi cedido à Santa Casa da Misericórdia, até o seu desaparecimento em 1922, permaneceu o prédio como hospital infantil, denominado São Zacarias (Fig. nº 51) (87). A foto nº do Álbum de Augusto Malta apresenta uma visão de todo o conjunto arquitetônico, por volta de 1920 (Fig. nº 52).

2 A IGREJA DE SANTO INÁCIO

2.1 A CONSTRUÇÃO

De acordo com Serafim Leite, a decisão de construir uma nova igreja para o Colégio Jesuíta do Rio de Janeiro coube ao Visitador Cristóvão de Gouveia, em fins de 1584. Entretanto, conforme visto na primeira seção do presente capítulo,

em 1579 os jesuítas teriam adquirido um terreno que se destinaria ao "terreiro da nova igreja" (88). No projeto para o Colégio do Rio de Janeiro provavelmente já era prevista a construção de uma nova igreja. Apesar de o Visitador Cristóvão de Gouveia ter reduzido este projeto, como a primeira igreja do colégio foi considerada "velha e pequena", o referido visitador teria ordenado a construção de uma nova, que viria a ser a Igreja de Santo Inácio (89).

A Igreja de Santo Inácio, inaugurada em 25 de dezembro de 1588, permaneceu até o desmonte do Morro do Castelo, em 1922. Anexa à residência, serviu de capela para o Real Hospital Militar da Corte e depois para o Hospital São Zacarias (Fig. nº 52 e 53).

Paulo Santos acredita que o irmão Francisco Dias teria sido o autor do projeto do Colégio do Rio de Janeiro e conseqüentemente da Igreja de Santo Inácio. Fundamenta sua hipótese no fato de Francisco Dias encontrar-se no Brasil desde 1577, para traçar os planos dos Colégios de Salvador, de Olinda e do Rio de Janeiro (90).

Seriam do plano de Francisco Dias aquelas "grandes obras" que o visitador em 1585 reduziu para a metade? É de admitir que o fossem, e também a da Igreja que em três anos se construiu (1585-1588). (91)

A construção da Igreja foi presidida pelo padre-reitor Inácio de Tolosa (92). A princípio, parece ter possuído apenas 3 (três) altares. Em 1604, fizeram pinturas na parede da entrada da igreja (93). Pintou-se um quadro da Virgem Mãe de Deus, fez-se o sepulcro e forrou-se a sacristia com teto artesoadado. Comprou-se, em 1607, uma lâmpada para arder diante das relíquias e um tabernáculo para conservar as relíquias (94).

No decorrer do século XVII, vários benfeitores contribuíram para o luxo e o esplendor deste templo, ofertando alfaias e ornamentos preciosos. De acordo com Serafim Leite, cada altar apresentava uma lâmpada suspensa de prata. Pouco depois de 1619, teriam chegado de Lisboa para esta igreja 17 (dezessete) estátuas de santos (95).

A compra de 22 castiçais de prata, em 1707, levou Serafim Leite a levantar a hipótese de que neste ano a igreja teria tido 5 (cinco) altares. Sendo os referidos castiçais distribuídos pelos quatro altares laterais (quatro em cada um) e pelo altar-mor, onde haveriam 6 (seis) castiçais (96).

Até meados do século XVIII, quando se decide construir uma nova igreja, sabe-se que a Igreja de Santo Inácio adquiriu os seguintes ornamentos e imagens:

- 1717 - custódia e tabernáculo novo (97)
- 1722 - um novo púlpito e uma imagem de São Francisco Xavier (98)
- 1725 - 2 (dois) grandes tocheiros de prata e uma estátua de Santo Inácio (99)
- 1732 - uma coroa para a imagem de Nossa Senhora da Paz e um diadema para a imagem de Cristo Crucificado (100)

2.2 A PLANTA

No que se refere ao perímetro e ao formato da planta-baixa, Paulo Santos acredita que a Igreja de Santo Inácio, ao longo de sua existência, não tenha

sofrido alterações. Conforme o registro do Pe. Antônio de Matos (101), teria a Igreja de Santo Inácio 115 palmos de comprimento, 50 de largura e 45 de altura, o que corresponde respectivamente a 25,3. 11 e 9,9 metros. Entretanto, segundo um levantamento, realizado em 1794 e no levantamento do Hospital Militar da Corte realizado em 1881, ambos citados por Paulo Santos, a igreja apresentava 85 palmos de comprimento, o que corresponde a 18,7 m, ou seja, uma diferença de 6,6 m no comprimento (102).

A planta de Santo Inácio, tal como a conhecemos, constitui-se uma exceção quando comparada com as demais igrejas jesuítas brasileiras. Lúcio Costa, ao estabelecer os quatro tipos diferentes do partido geral de nave única para as plantas das igrejas, não inclui nenhum exemplar semelhante à planta-baixa da Igreja de Santo Inácio. O tipo mais simples de todos já apresentava nave e capela-mor separadas por arco-cruzeiro (103).

Esta simplicidade no tratamento da cabeceira da Igreja de Santo Inácio levou a profa. Sandra P. de Faria Alvim a levantar a hipótese de que esta igreja tenha sido uma construção não concluída:

O interior atípico, simples, sem capela-mor e desprovido de importância formal, dava a impressão de uma obra inacabada, contrastando com sua fachada e com a planta da Igreja da Graça de Olinda (1584-1662), obra bem mais elaborada do mesmo arquiteto. (104)

De acordo com Paulo Santos a cabeceira da Igreja de Santo Inácio pode ter sido modificada, o que explicaria a diferença no comprimento da igreja. Como a construção era encravada no Morro, o desmonte de terra teria sido evitado, segundo este autor, quando o Visitador Cristóvão de Gouveia, em 1585, reduziu

os planos do colégio pela metade. Provavelmente não teriam alterado o registro do projeto desta igreja existente em Roma, no qual o Pe. Antônio de Matos teria se baseado (105).

Entretanto, convém ressaltar que os levantamentos nos quais Paulo Santos se baseia são ambos posteriores à expulsão dos jesuítas, tendo a edificação do colégio sofrido várias modificações. Permanece a dúvida se a diferença no comprimento da Igreja de Santo Inácio foi fruto de alguma reforma que este templo possa ter sofrido. Ademais, como será visto na presente dissertação, a Nova Igreja englobaria a Igreja de Santo Inácio, logo parte de sua cabeceira poderia já ter sido destruída, por ocasião das obras de construção do novo templo (Fig. nº 54) (106).

Quanto ao interior da Igreja de Santo Inácio, reproduzimos no presente trabalho a foto publicada na revista **Renascença** (Fig. nº 55), em abril de 1907, sobre a qual Paulo Santos elaborou a seguinte descrição:

1.º) o tecto em masseira, decorado com pinturas bem no "estilo" dos Jesuítas; 2.º) o púlpito com reflector de som (que vimos ter sido colocado em 1722); 3.º) um dos retábulos primitivos - o do altar-mor vê-se ter sido substituído por outro de data posterior . (107)

A construção de uma tribuna em 1766 constitui a única referência de alguma modificação nesta igreja após a expulsão dos jesuítas. (108)

2.3 OS RETÁBULOS

Os três retábulos que teriam pertencido à Igreja de Santo Inácio encontram-

se hoje na Igreja de Nossa Senhora de Bonsucesso, no Rio de Janeiro. Um destes altares, aquele que apresenta uma imagem de Santo Inácio no nicho central, foi considerado por Lúcio Costa, Paulo Santos, Germain Bazin e Ana Maria Monteiro de Carvalho como sendo o altar-mor da Igreja de Santo Inácio (Fig. nº 21) (109).

Provavelmente, o fato de este altar diferenciar-se, no que se refere às características formais, dos outros dois que apresentam a mesma composição, a presença da imagem de Santo Inácio e de um suntuoso sacrário, levou estes autores a considerar este retábulo como sendo o do altar-mor.

Sabemos que esta igreja teve outra invocação antes da canonização de Santo Inácio, ocorrida em 1622. Provavelmente, de 1588 a 1622, a Igreja de Santo Inácio teve a mesma invocação da primeira igreja do colégio, uma vez que a substituiu. Como foi visto na primeira parte deste capítulo, a questão da invocação do primeiro templo jesuítico no Morro do Castelo permanece em aberto. Se o referido retábulo foi o altar-mor da Igreja de Santo Inácio, é certo que, entre 1588 e 1622, era dedicado a outro santo ou tema religioso (110).

Em 1725, segundo Serafim Leite, a Igreja teria recebido uma imagem de Santo Inácio, que teria sido inclusive lavrada no Brasil (111). A rigidez e a atitude frontal da imagem de Santo Inácio, que hoje se encontra no altar, nos permitem não descartar a hipótese de esta imagem ser aquela que, de acordo com Serafim Leite, teria chegado em 1725 (Fig. nº 56). Segundo Germain Bazin, o “espírito barroco” teria se manifestado tardiamente nas estátuas dos santos beneditinos e jesuítas, de acordo com este autor, apenas por volta de 1740, quando passam a corresponder a uma concepção nova de expressão de santidade (111).

Provavelmente, o altar em questão é mais antigo do que a referida imagem. Pela sua composição, data da época da construção da igreja, fins do século XVI e início do século XVII (113). Segundo Serafim Leite, a igreja já possuía altares logo após a sua inauguração: "*Não a primeira, senão já a segunda. inaugurou-se a 25 de dezembro de 1588, e logo nos altares, com que se adorna, se começou a celebrar missa*" (114).

Verifica-se também que o nicho deste altar é um painel liso de formato retangular, possivelmente suporte para um quadro. O quadro central no frontão do entablamento deste retábulo representa uma Nossa Senhora de joelhos sobre as nuvens, iconografia ainda não identificada (115).

A imagem e o sacrário, hoje dispostos no altar, causam um certo "desconforto" visual ao expectador. O sacrário, que apresenta um formato de um meio hexaedro, com colunas inteiramente lavradas em cada um dos seus vértices, provavelmente também é posterior ao retábulo (116). Paulo Santos também admite que o sacrário está disposto em posição que não seria a primitiva (Fig. nº 57) (117).

Quanto às outras duas imagens que encontram-se hoje no referido altar de Santo Inácio, uma imagem de São Francisco Xavier e uma de São Francisco de Borja, de acordo com a análise elaborada pela profa. Anna Maria Fausto Monteiro de Carvalho, apenas a de São Francisco de Borja pertenceria à Igreja de Santo Inácio. Segundo a referida autora, esta imagem se assemelha, no que se refere aos seus aspectos morfológicos, à imagem de Santo Inácio (Fig. nº 58) (118). Não foi encontrada qualquer referência quanto à chegada desta imagem na igreja nem quanto à sua procedência.

Logo, lançamos a hipótese de que o conjunto formado pelo sacrário e as imagens de S. Inácio, S. Francisco Xavier e S. Francisco de Borja não pertenceu originalmente ao exemplar considerado como o altar-mor da Igreja de Santo Inácio. Admitindo esta hipótese, o fato de estas imagens se encontrarem neste altar não determina que o mesmo tenha sido o retábulo-mor da referida Igreja.

Como foi visto na seção anterior do presente capítulo, Serafim Leite, quando se refere à compra de 22 (vinte e dois) castiçais para a Igreja, afirma que a mesma, nessa época, possuía 4 (quatro) altares laterais (119). Tal afirmação suscita a hipótese de que o altar de Santo Inácio possa ter sido também um altar lateral, tendo sido perdido o seu par e o exemplar do altar-mor. Notemos que os outros dois altares existentes são posteriores ao de Santo Inácio, no que se refere à composição (120). Entretanto, parecem ter sido feitos de modo a formar com o mesmo um conjunto harmonioso na nave da igreja (121).

O altar de S. Inácio pode ter sido um altar lateral. No lugar do primitivo altar-mor teriam erguido um novo altar, pois o anterior, dedicado a Santo Inácio, pode ter sido desmontado por ocasião da construção da Nova Igreja ou quando os jesuítas foram expulsos em 1759 (122).

Quanto ao altar-mor que aparece na foto da revista **Renascença** (Fig. nº 59), concordamos, com a profa. Anna Maria Fausto Monteiro de Carvalho, tratar-se de uma versão simplificada, construída para conter o conjunto escultórico da cena do Calvário (123).

Infelizmente, só foi possível trabalhar ao nível de hipóteses, uma vez que não encontramos documentação precisa sobre o referido altar-mor de S. Inácio.

Este retábulo, inclusive, pode ter sido o altar principal da primeira igreja dos jesuítas no Morro do Castelo, com uma outra invocação e adequando-se melhor ao espaço de uma capela-mor menor. Com a construção da igreja de Santo Inácio, teria sido transferido para ela em 1588 e, quando mudou-se a invocação desta igreja, teriam erguido um outro altar-mor dedicado a Santo Inácio encomendando-se as imagens que iriam povoá-lo, que possivelmente seriam de Santo Inácio, de São Francisco Xavier e de São Francisco de Borja, imagens do fundador da Ordem e dos seus principais colaboradores (124). A questão permanece em aberto, mas lança-se a dúvida quanto ao fato de este altar ter sido realmente o altar-mor da referida Igreja de Santo Inácio.

Excetuando o sacrário na base do nicho central, os outros dois altares, que teriam pertencido à Igreja de Santo Inácio, apresentam a mesma composição, o que nos leva a crer que realmente tenham sido sempre altares laterais (Fig. nº 22 e 23). Existe hoje, em cada um destes altares, uma imagem de Nossa Senhora da Conceição. Não há qualquer referência quanto à chegada ou confecção destas imagens. Nota-se que as mesmas não são idênticas: a do retábulo, cujo quadro do frontão representa a Adoração dos Reis Magos, é mais estática e rígida do que a do outro retábulo. Provavelmente, estas imagens não foram feitas na mesma época e nem pelo mesmo atelier ou artista (125).

Através da observação da Profa. Myriam A. Ribeiro de Oliveira (126), verificou-se que um destes altares, em sua origem, talvez não tenha sido dedicado a Nossa Senhora da Conceição. O referido altar apresenta no emblema central do frontão as iniciais da Companhia de Jesus - IHS (Fig. nº 60).

No altar em cujo emblema aparece o nome de "Maria" (Fig. nº 61),

identificamos a representação pictórica do quadro do coroamento como sendo uma imagem de Nossa Senhora da Misericórdia, por corresponder à sua iconografia mais comum: "*Em corpo inteiro, coroada, de mãos postas, acolhendo um grupo de pessoas sob seu manto aberto.*" (127).

Quanto à procedência destes altares, Lúcio Costa acredita que eles foram elaborados em Portugal, vindo da metrópole para o Brasil já prontos. Entretanto, Germain Bazin admite a possibilidade de os mesmos terem sido executados no Brasil. Reforça sua hipótese com a presença do Irmão Jorge Esteves, designado nos catálogos como "*faber lignarius*" (128), no Rio de Janeiro, entre 1574 e 1639 (129). Paulo Santos aceita as duas possibilidades acima levantadas. Para este autor, entretanto, os dados existentes relativos aos retábulos, tais como o tipo de madeira com o qual foram feitos e a presença de entalhadores da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro, não são suficientes para afirmarmos com certeza a sua procedência (130).

2.4 A FACHADA

No que diz respeito à fachada da Igreja de Santo Inácio, o registro mais antigo é a similigravura de um projeto de 1728 (Fig. nº 43). Não podemos garantir que este tenha sido o seu aspecto original, pois o colégio até essa data, conforme foi visto, já havia sofrido várias reformas. No entanto, o aspecto da fachada da igreja registrado nesta gravura parece não ter sofrido nenhuma modificação até o desaparecimento desta igreja (131).

A fachada da igreja apresentava corpo principal retangular coroado por

frontão reto. Os cunhais eram marcados por pilastras de cantaria. No primeiro pavimento, apresentava ao centro uma portada de verga reta, encimada por um frontão retangular. No pavimento que corresponderia ao do coro, três janelas, sendo a central com altura menor que a das extremidades. Estas janelas eram de verga reta e não apresentavam sobrevergas. O corpo central era separado do frontão por cimalha de cantaria. No centro do tímpano do frontão, havia um óculo circular.

A fachada de Santo Inácio era semelhante à fachada original da Igreja de Nossa Senhora da Graça em Olinda (132) e às igrejas portuguesas jesuítas, tais como: Igreja de São Roque de Lisboa; São Paulo de Braga; e... Vila Viçosa. Em relação às portuguesas, entretanto, tanto a Igreja de Santo Inácio como a Igreja de Nossa Senhora da Graça apresentavam, como definiu Paulo Santos, uma simplificação capital (133).

NOTAS: CAPÍTULO II

(1) . LEITE Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Lisboa: Rio de Janeiro: Portugalia; Civilização Brasileira. 1938 t.1 p.409

(2) . Sobre B. Inácio de Azevedo ver capítulo I. p. 27-28 da presente dissertação

(3) . " Francisco Borja, Jesuíta. Nasceu em Gandia em 1510; morreu em Roma, em 1572. Canonizado em 1671 (...) em 1546 e, no ano seguinte, ele foi recebido privadamente na Companhia de Jesus (...) ordenou-se sacerdote em 1551 (...) na Espanha e em Portugal e, em 1554, Santo Inácio de Loyola nomeou-o representante da Companhia nesses países. Seu trabalho tornou famosa a Companhia de Jesus, até então pouco conhecida, fundando inúmeras instituições e colégios e atraindo muitos e bons noviços. Em 1561 Francisco Borja foi chamado para Roma e, quatro anos depois, foi eleito superior geral dos jesuítas. A ordem conheceu grande progresso durante sua curta administração e ele foi qualificado como seu segundo fundador."

ATTWATER, Donald. Dicionário dos santos. São Paulo: Circulo do Livro, 1993. p. 122-123

(4) . Sobre Gonçalo de Oliveira ver capítulo I. p. 24 da presente dissertação.

(5) Povoado fundado por Estácio de Sá, sobrinho do então Governador Geral do Brasil, Mem de Sá, em 1º de março de 1565, entre os Morros Cara de Cão e Pão de Açúcar.

"Estácio de Sá deixou a Baía de Todos os Santos em fins de 1563, obteve novos combatentes em Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, chegando ao Rio de Janeiro em fevereiro do ano seguinte. Não lhe sendo possível fixar-se na Guanabara, prosseguiu viagem para São Vicente, após travar escaramuças com franceses e tamoios. Depois de uma estada de cerca de nove meses nessa Capitania, durante os quais recuperou navios avariados e redobrou o poderio humano e material da armada, levantou âncoras a 22 de janeiro, franqueando a Barra do Rio de Janeiro e desembarcando entre os Morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, para fundar a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a 1º de março de 1565."

AZEVEDO, Moreira de. O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades. Anotada por Elysio de Oliveira Belchior. 3.ed. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1969, v. 1. (Vieira Fazenda, 12), p. 58.

"No ano de 1564 chegou Estácio de Sá, sobrinho do governador Mem de Sá, ao Rio de Janeiro, com a armada que trouxe de Portugal e muitos moradores do Brasil, assim Portugueses como Índios cristãos e não indo bem fornecida do necessario para aquela empreza, se foi a São Vicente onde esteve apercebendo-se de mantimentos e do mais necessario. E fez canôas ligeiras em que no Janeiro seguinte com muita gente de São Vicente, Portugueses, Mameiucos e Índios, tornou ao Rio de Janeiro com os mais navios da armada, e no princípio de Março tomou logo terra ao longo do porto, que chamam Pão de Assucar, na entrada da barra, e fez casas de madeira e cerca, onde se recolheu com parte da gente, ficando a outra nos navios, e dali com as canôas começou a conquistar os Tamoios e os foi levando pouco a pouco, havendo muito notáveis e milagrosas vitórias (...) E assim sustentou a povoação e guerra contínua dos Tamoios que de todas as partes se ajuntavam a lha dar, padecendo grandissima fome por falta dos mantimentos até todo o ano de 1566, no fim do qual partiu o governador Mem de Sá da Baía com outra armada (...)"

ANCHIETA, José de. Cartas: Informações, fragmentos históricos e sermões. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Editora da USP, 1988. (Cartas Jesuíticas, 3; Reconquista do Brasil, 2ª série, 149). p. 315-316.

"No dia 1º de Março de 1565, estabeleceu-se o Capitão-mor à entrada da Baía, no sítio limitado da parte do mar pelos dois morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, e pela parte da Baía pelo mesmo Cara de Cão e outro morro, que vai até junto ao Pão de Açúcar. É o

espigão da Urca. Ai armaram os soldados as tendas e construíram casas de palha. Do lado dos morros defendia-os a própria natureza. Do lado das praias cravaram-se estacas. O arraial de Estácio de Sá recebeu a invocação de S. Sebastião, homenagem a El-Rei, e deu-se princípio, na cidade que se fundava, a uma administração rudimentar, mas disciplinada.

LEITE, op. cit., t.1, p. 383-384.

“A fundação da cidade do Rio de Janeiro a 1º de março de 1565 na várzea do Cara de Cão, atendeu a necessidade imperiosa de se exteriorizar o domínio português nas águas da Guanabara, para se contrapor às guerrilhas francesas e tamoias. A cidade se assemelhou mais a um acampamento, do que propriamente a um centro urbano de atividade civil. ‘Levantemos esta cidade - disse o capitão-mor Estácio de Sá - que ficará por memória do nosso heroísmo e de exemplo do valor às vindouras gerações, para ser a rainha das províncias e o empório das riquezas do mundo’.”

SANTOS, Noronha. Anotações. In: SANTOS, Luiz Gonçalves de Padre Perereca). Memórias para servir à história do reino do Brasil. Belo Horizonte: São Paulo: Itatiaia; Editora da USP, 1981. p. 66.

- (6) LEITE, op. cit., t.1, p. 391.

“Na praia, junto do Pão de Açúcar, lançou Estácio de Sá o fundamento da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, e na nascente Cidade ergueu uma ermida de pau a pique, coberta de palha, dedicada ao santo do nome do Rei de Portugal. Nesse pobre e mesquinho recinto sagrado, erguido pela devoção do guerreiro, veio ele dormir o sono da Eternidade e da Glória, depois de haver pelejado valorosamente contra os franceses.”

AZEVEDO, op. cit., p. 31.

- (7) . Conforme visto na nota (5), Estácio de Sá, sobrinho de Mem de Sá, foi enviado ao Rio de Janeiro para garantir a posse das terras cariocas dominadas por franceses. Foi ferido na batalha decisiva de 20 de janeiro de 1567, falecendo cerca de um mês depois.

Na carta “ao padre Diogo Mirão da Baía, a 9 de julho de 1565”, José de Anchieta elogia Estácio de Sá:

“(...) e, se não fosse o capitão-mór amigo de Deus e afável, que nunca descança de noite e dia, acudindo a uns e outros sendo o primeiro nos trabalhos, (...)”

ANCHIETA, op. cit., p. 263.

- (8) . “As primeiras terras do Colégio do Rio de Janeiro foram-lhe doadas por Estácio de Sá. O Pe. Gonçalo de Oliveira, Superior dos Jesuítas no arraial, com delegação do Pe. Nóbrega, comunicou ao jovem Capitão a necessidade de reservar algumas terras para o futuro Colégio, e de comum acôrdo lhe apresentou o requerimento legal. O Capitão-mor despachou favoravelmente no dia 1º de Julho de 1565, nem podia deixar de ser, dado que os Jesuítas estavam ali a concorrer como ninguém para a conquista da mesma terra. Não havia ainda escritão das sesmarias, que se nomeou pouco depois, sendo então registrada no livro respectivo, no dia 27 de Novembro do mesmo ano.

A sesmaria constava de ‘uma água que se chama Iguaçú, que poderia estar légua e meia do arraial de Estácio de Sá’. A sesmaria ia desde a nascente de água até à baía de Guanabara, seguia a praia ao longo dela, ‘para a banda do noroeste, cortando direito até uma tapera, que se chama Inhaum, outro tanto em quadra pela terra dentro’. De acôrdo com estas confrontações, e para as fixar, determinou o Capitão-mor que aquela terra pelo sertão, de Iguaçú a Inhauma, fôsse de duas léguas.”

LEITE, op. cit., t.1, p. 413-414.

"(...) e certo dia o próprio Estácio, (...), para entregar aos colonizadores mais prestimosos as primeiras terras a eles doadas. E foi nessa ocasião - assegura-nos João da Costa Ferreira - que dêle o Padre Gonçalo de Oliveira obteve uma vasta sesmaria para os jesuitas, dois anos depois ampliada por Mem de Sá, e que chegou a estender-se do Rio Comprido a Inhaúma."

GERSON, Brasil. História das ruas do Rio. 4. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1965 (Vieira Fazenda. 9) p. 14.

(9) . Mem de Sá - terceiro governador geral do Brasil - fundador da Cidade do Rio de Janeiro

"Na éra de 1557 veiu o terceiro governador Mem de Sá. Êste sujeitou quasi todo o Brasil, teve guerra com os Indios do Paraguaçu fronteiros da Baía e muito poderosos, em que lhes queimou 160 aldeias, matando muitos e o mais sujeitou. Amansou os dos Ilhéus que estavam levantados e tinham destruidas muitas fazendas e oosta a capitania em grande apêto. Dêstes houve muitas insignes vitórias ate que ficaram sujeitos todos os Indios comarcãos da Baía desde Camamú até o Itapucurú que são 40 leguás. Sujitou à lei de Deus e os fez ajuntar e fazer egrejas e desta maneira foi em grandissimo aumento a conversão que foi começada em tempo de dom Duarte da Costa.

Na éra de 1560 foi ao Rio de Janeiro e destruiu a torre fortissima dos Franceses, que tinham aí edificada em uma ilha com muita artilharia e gente. (...)

Na éra de 1566 tornou outra vez ao Rio de Janeiro que se começava a povoar por seu sobrinho Estácio de Sá, e com sua chegada se destruíram duas aldeias fortissimas que eram fronteiras e toda a confiança dos Tamoiros e com essas vitórias se começaram a entregar e fazer pazes os outros que estavam espalhados por todo o Rio de Janeiro, sua terra possuida de tantos anos.

No ano de 1572 morreu na Baía, e em 14 anos que governou o Brasil sempre se confessou e comungou na Companhia (...). Fez á sua custa a igreja do Colegio, na qual foi sepultado, e além disto lhe fez doação das suas terras do Camamú. (...)"

ANCHIETA, op. cit., p. 311-312.

(10) . LÊITE, op. cit., t.1, p.410.

(11) . "(...) de sorte que, até princípio de 1567, todo o dia era de guerra. De manhã, uma emboscada no francês, de tarde uma sortida valente no tamóio. Só a presença dos Padres e a certeza da protecção de S. Sebastião, sem se contar com a valentia provada de Estácio de Sá, davam uma coragem religiosa à população, tôda ela tornada guerreira. (...)"

Ibidem, t.1, p. 384.

"Nêle (no aldeamento do Cara de Cão) a vida dos colonizadores era praticamente de sitiados, o que não os impedia, no entanto, de excursionar pelos arredores, à procura de madeiras para ampliação do seu estabelecimento, e de frutas, peixe e caça. Os indios obrigavam-nos a ser cautelosos, mas não ao ponto de parecerem covardes."

GERSON, op. cit., p. 13-14.

(12) . "Para livrar seu sobrinho da arriscada posição, em que se achava, saiu Mem de Sá da Bahia, e soltando as velas às naus, apareceu no Rio de Janeiro em 18 de janeiro de 1567: dois dias depois atacou a aldeias de Uruçumirim, onde travou-se renhido combate, do qual saíram os portugueses vitoriosos: mas entre os feridos estava o valente Estácio de Sá, que, tocado no rosto por uma flecha ervada, sobreveio-lhe alguns dias depois a morte, sendo sepultado na ermida, coberta de palha, que erguera ao padroeiro da recém povoação, conhecida mais tarde com o nome de Vila Velha."

AZEVEDO, op. cit., p. 31.

(13) . "(...) Monte mais para o interior da baía de Guanabara, na margem ocidental, com altitude

máxima de cento e trinta braças - distante, mais ou menos, uma légua do arraial do Cara de Cão. (...)”

SANTOS, N. Anotações. In: SANTOS, G., op. cit., p. 69

O Morro do Castelo, como ficou mais conhecido, teve várias denominações. Entre elas, Morro do Descanso. De acordo com Noronha Santos esta denominação deveu-se ao fato do morro ter sido um “refúgio tranquilo” após lutas:

“Aquele lugar, em frente ao mar, a cavaleiro da Ilha de Serigipe e do forte de Coligny, oferecia evidentemente, condições para contínua vigilância. Daí se descortinava todo o porto, desde a entrada da barra até os confins orientais da baía. Era bem o refúgio tranquilo - o Monte do Descanso - como o denominaram, após lutas travadas, a ferro e fogo, pelos homens de guerra nos entrincheiramentos do Cara de Cão, na Ilha da Carioca e nas águas de Guanabara.”

SANTOS, N. Anotações. In: SANTOS, G., op. cit., p. 70.

A denominação Morro do Castelo deve-se ao aspecto da fortaleza de São Sebastião, erguida em um dos cabeços do referido morro.

“(...) rebatizado mais tarde de São Sebastião (o forte), ficava na parte posterior da colina e foi feito, como as demais edificações, de pedra e ôleo de baleia: as paredes internas chegavam a ter um metro de espessura e sua aparência era a de um castelo, daí o nome do lugar, que meses antes chegou a se chamar Morro do Descanso.”

GARCIA, Sérgio. O Morro do Castelo (1567-1922) Jornal do Brasil-Domingo, Rio de Janeiro, 27 fev. 1994. Ano 18, n.930, p. 22.

Sobre a demolição do Morro do Castelo vide a Introdução da presente dissertação, p.

(14) . ANCHIETA, op. cit., p. 262-264.

(15) . Ibidem, p. 316.

(16) . “Mem de Sá mudou, no dia 1º de março de 1567, a cidade para sítio mais amplo, a uma légua, no Morro do Castelo, (...)”

LEITE, op.cit., t.1, p. 387.

(17) . “A batalha que decidiria, de uma vez por tôdas, da sorte da cidade nova foi travada a 20 de janeiro de 1567 - dia de São Sebastião - e culminou com a derrota dos tamoios e dos franceses nas fortificações no Flamengo, até a encosta sul do outeiro da Glória, (...)”

GERSON, op. cit., p. 14.

(18) . “Da capela do arraial na Vila Velha, onde foi sepultado se transladaram seus ossos para nova Igreja de São Sebastião [...] Essa capela acabou no ano de 1583.”

PIZARRO E ARAÚJO. Memórias históricas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: INL, MES, Imprensa Nacional, 1945. 10 v. (Biblioteca Popular Brasileira, 6). v.1, p.137-138.

“Ferido no combate de Birauçu-Mirim a 20 de janeiro de 1567, morreu o governador Estácio de Sá a 19 de fevereiro, no verdor dos anos (...) Sepultado na capela da confraria de São Sebastião, existente na várzea do Cara de Cão, foram seus restos mortais transladados por seu primo, o governador Salvador Corrêa de Sá, em 1583, para a capela-mor da Igreja de São Sebastião, no Morro do Descanso, (...)”

SANTOS, N. Anotações. In: SANTOS, G., op. cit., p. 70.

(19) . LEITE, op. cit., t. 1, p. 392. 398

(20) . Ibidem, t.1, p. 392.

(21) . No levantamento da obra de Monsenhor Pizarro "Memórias Históricas do Rio de Janeiro", realizado pela profa. Sandra P. de Faria Alvim, 43 (quarenta e três) igrejas no Estado do Rio de Janeiro foram reedificadas sobre o templo primitivo, sendo 31 (trinta e uma) igrejas matrizes e 12 (doze) filiais. Dentre as matrizes, 5 (cinco) templos possuíram duas construções sobre a primitiva:

Nossa Senhora de Piedade de Iguaçú (Iguaçú)

Nossa Senhora dos Remédios de Parati (Parati)

Santo Antônio de Sá (Itaboraí)

São João Baptista (Itaboraí)

São João Marcos (Rio Claro)

No município, 21 (vinte e uma) igrejas foram reedificadas sobre a primeira ermida. Sendo 8 (oito) matrizes, 11 (onze) filiais, 1 (uma) conventual e 1 (uma) monástica.

ALVIM, Sandra. Architecture religieuse coloniale à Rio de Janeiro: une méthodologie d'étude. Paris: Université de Paris I, Pantheon Sorbonne, 1991. 7 v. (Tese de Doutorado em Estética).

Acrescenta-se, também de acordo com a profa. Sandra Alvim, o processo construtivo de algumas igrejas mineiras, onde as construções definitivas acabavam por envolver as primeiras ermidas construídas em caráter provisório, de modo que estas ermidas ficaram inseridas nas capelas-mores destas igrejas.

ALVIM, Sandra P. de Faria. Arquitetura Religiosa Colonial do Rio de Janeiro: plantas, fachadas e volumes (em fase de editoração), p. 55.

(22) . SANTOS, N. Anotações. In: SANTOS, G., op. cit., p. 70-72

(23) . LEITE, op.cit., t.1, p 410.

(24) . Ibidem, p. 398.

(25) . Vide citação p. 73-74 do presente capítulo.

(26) . Vide p. 71 do presente capítulo.

(27) . Como veremos a seguir em 1584 decidiu-se construir uma nova edificação para o Colégio. A nova construção deveria aproveitar o que fosse possível da edificação anterior, logo não houve mudança de sítio, no que se refere ao colégio.

LEITE, op. cit., t.1, p. 399.

(28) . PIZARRO E ARAÚJO, op. cit., v. 1, p. 161.

(29) . Como esta escritura data de 1567, esta "Igreja q. hora fêz" só pode ser a primeira Igreja de São Sebastião no Morro do Castelo.

(30) . ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: BN, 1962. v. 82., p.34.

(31) . "Mudança do conselho da Câmara para a várzea da cidade - A 18 de julho de 1639, em presença dos oficiais e juizes, do governador Salvador Corrêa de Sá e Benevides, do ouvidor geral da repartição do Sul, do licenciado Simão Álvares e de algumas pessoas do governo desta cidade, lavrou-se o auto e acórdão de verança - pelo qual se determinou a mudança do conselho para uma casa de pedra e cal, que à custa dos cofres municipais se construíra na várzea. Justificava o ouvidor a necessidade urgente dessa mudança, atendendo a que a casa da Câmara estava em miserável estado e por estar neste alto tão

desviada da gente e da cidade, e que se acha quase despovoado.”
SANTOS, N. Anotações. In: SANTOS, G., op. cit., p. 70

“Os autos de correições dos ouvidores e as atas das sessões da Câmara fazem frequentes referências ao abandono em que caíra o Morro do Castelo, já nos primeiros decênios do século XVII. Por exemplo, aos 18 de julho de 1639, diziam os vereadores que a Cadeia estava neste ‘alto tão desviada do concurso da gente e da cidade o qual alto está quase despovoado e em estado que em breve se acabará de despovoar’ (O Rio de Janeiro no século XVII, p. 35).”

AZEVEDO, op. cit., p. 92.

- (32) “Primeira matriz da cidade e primeira sede da catedral do bispado, em 1676, nela se instalou o cabido da Sé, de 29 de janeiro desse ano até 1734 - ano em que se trasladou a 23 de fevereiro, para a igreja de Santa Cruz dos Militares.”

SANTOS, N. Anotações. In: SANTOS, G., op. cit., p. 72.

A Sé já começara a entrar em decadência mesmo antes da transferência do cabido.

“Instalou-se o corpo capitular na Igreja de S. Sebastião que servia de Sé; mas deixando o povo o Morro do Castelo para vir habitar a várzea circunvizinha, foi pouco a pouco se despovoando a montanha, ergueram-se casas nas ruas abertas na planície, (...)

O monte que servira de berço à Cidade do Rio de Janeiro tornou-se deserto, o mato começou a crescer no lugar em que outrora erguiam-se habitações; e por estar em lugar êrmo a Igreja Catedral, colocou-se ali uma sentinela (Poço do Porteiro=Poço do Sentinela); mas apesar disso penetraram os ladrões na Igreja por uma porta travessa, e roubaram diversos castiçais; da segunda vez levaram uma caldeira de prata para água benta.

Êsses atentados, o mau estado da Igreja Catedral, que era de telha Vã, e a distância em que se achava do centro da povoação, resolveram o Bispo a representar a El-Rei em 1702, pedindo a mudança da Sé para a Capela de S. José.”

AZEVEDO, op. cit., p. 77.

- (33) “Existiram no Morro do Castelo os fortins: reduto ou baluarte da Sé e o de S. Sebastião - este reconstruído em 1713 e aquele restaurado pelo marquês de Lavradio. Do fortim de S. Sebastião restavam em 1921 as mulharas não atingidas pelas ‘*águas do monte*’ de 1811 e ainda podiam ser observadas naquelas muralhas os estragos produzidos pela artilharia da esquadra, na revolução de 1893-94.”

SANTOS, N. Anotações. In: SANTOS, G., p. 72.

Além da Fortaleza de São Sebastião, depois das invasões de Duclerc e Duguay Trouin, foi construído um outro forte: “(...) Mais para o sul, afim de defender a praia da Piaçava ou Santa Luzia, denominado forte de São Januário.”

CORRÊA, Magalhães. O Morro do Castelo. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 15 nov. 1940.

- (34) Sobre Fernão Cardim ver capítulo I, p. 25, da presente dissertação.
- (35) CARDIM, Fernão. Tratados da terra e gente do Brasil. Introdução de Rodolfo Garcia. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Editora da USP, 1980. p. 171.
- (36) Sobre a Ladeira da Misericórdia e a Ladeira do Castelo o Passageiro da fragata L’Aigle nos legou o seguinte relato:
“Sobe-se a estas duas igrejas, a dos Jesuítas e dos Beneditinos, por duas ladeiras compridas, calçadas e cujo declive é quase imperceptível. O trabalho que ali se vê e o tempo empregado para torná-las acessíveis e tão cômodas como o são fazem pensar em somas imensas despendidas. Estas ladeiras (pois existem duas que levam à casa dos

jesuítas) são cortadas na montanha onde a igreja foi construída e guarnecida de parapeitos dos dois lados.”

FERREZ, Gilberto. Diário anônimo de uma viagem às costas d'África e às Índias Espanholas e os muros da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 267, p. 4-92, abr / jun. 1965. p. 40.

(37) . ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil), op. cit., p. 115.

(38) . CARDIM, op. cit., p. 169-171

(39) . Sobre a Igreja de Santo Inácio ver p. 85-95 do presente capítulo.

(40) . SEBASTIÁN, Santiago. Contrarreforma y barroco - pinturas iconográficas e iconológicas. 2. ed. Madrid: Alianza, 1985. p. 275-286.

. Acrescenta-se ainda que: das 11 (onze) imagens que Serafim Leite afirma que a capela doméstica do colégio possuía, 8 (oito) são de santos mártires, sendo uma delas a de São Sebastião; também de acordo com Serafim Leite, a Igreja de Santo Inácio possuía pelo menos 7 (sete) imagens de santos mártires, sendo uma delas também do padroeiro da cidade, São Sebastião.

LEITE, op. cit., t.1, p. 394.

(41) . “Trouwemos no navio uma relíquia do glorioso Sebastião engastada em um braço de prata. Esta ficou no navio para a festejarem os moradores e estudantes como desejavam, por ser esta cidade do seu nome, e ser elle o padroeiro e protector. Uma das oitavas á tarde se fez uma celebre festa. O Sr. governador com os mais portugueses fizeram um lustroso alardo de arcabuzaria, e assim juntos com seus tambores, pífaros e bandeiras foram á praia. O padre visitador com o mesmo governador e os principaes da terra e alguns padres nos embarcámos numa grande barca bem embandeirada e enramada: nella se armou um altar e alcatifou a tolda com um pallio por cima; acudiram algumas vinte canôas bem equipadas, algumas dellas pintadas, outras empennadas, e os remos de várias côres.”

CARDIM, op. cit., p. 169.

(42) . GERSON, op. cit., p. 16.

Provavelmente Brasil Gerson refere-se ao primeiro templo dos jesuítas como sendo dedicado a Bom Jesus dos Perdões, pois seria esta a dedicação da Nova Igreja segundo Noronha Santos. Entretanto, como veremos a seguir (capítulo III), a invocação da Nova Igreja não pode ser ainda confirmada. Acrescenta-se ainda que, caso a Nova Igreja possuísse tal dedicação, isto não significa que o primeiro templo apresentasse a mesma invocação.

(43) . Serafim Leite não menciona a invocação do primeiro templo jesuítico no Morro do Castelo e nem, como veremos a seguir, qual teria sido a primeira invocação da Igreja de Santo Inácio, que veio a substituir este templo. Mem de Sá diz: “Fiz a igreja dos padres”.

Op. cit., t. 1, p. 392.

(44) . Sobre o Pe. Braz Lourenço ver:
Ibidem, t.1, p. 403-404.

(45) . Sobre o Pe. Afonso Braz ver capítulo I p. 34-35 da presente dissertação.

(46) . LEITE, op. cit., t.1, p. 398.

(47) . ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil), op. cit., p. 11.

- (48) Sobre o irmão arquiteto Francisco Dias ver capítulo I, p. 32 da presente dissertação.
- (49) . SANTOS, Paulo. Contribuição ao estudo da arquitetura da Comoanhia de Jesus em Portugal e no Brasil. In V COLOQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIRO, separata das actas. Coimbra: Gráfica de Coimbra. 1966 v.4. p.5-49. p. 46.
- (50) . LEITE. op. cit . t.1. p.399.
- (51) . Sobre o padre-visitador Cristóvão de Gouveia ver capítulo I, p. 28 da presente dissertação.
- (52) . Sobre a possibilidade de o projeto ser do irmão Francisco Dias ver SANTOS, P., op.cit , p.46, 52.
- (53) . LEITE, op. cit., t.1, p.392, 399.
- (54) . CARDIM, op. cit., p. 171.
- (55) . Esta "Informação da Província do Brasil para Nosso Padre - 1585" é atribuída ao Pe. Anchieta. Entretanto, permanece a dúvida se Anchieta foi apenas o redator, sendo Cristóvão Gouveia o informante oficial.
- ANCHIETA, op. cit., p. 445-448.
- (56) . Ibidem, p. 428-429.
- (57) . Serafim Leite não determina quantos quartos teria o colégio após este aumento. Não determina também quando a portaria se mudou e quando ergueu-se a torre do relógio.
- LEITE, op. cit.,t.1, p. 400.
- (58) . Ibidem, t.6, p. 14.
- (59) . "O Colégio do Rio foi objeto de sucessivas remodelações, como a maior parte das obras dos jesuítas do Brasil. Na Europa, benfeitores régios ou particulares ricos eram capazes de erguer, de uma só vez, amplos edifícios. No Brasil, que começou do nada, foi preciso que os recursos próprios, penosamente adquiridos nos trabalhos das Fazendas ou com donativos esparsos, se amontoassem, para de vez-em-quando dar novo impulso a obras, que se revelavam pequenas em face da evolução das cidades e dos encargos correspondentes ao alojamento e ensino público."
- LEITE, op.cit., t.6, p. 13.
- (60) . Idem, ibidem.
- (61) . Ibidem, p. 14.
- (62) . Idem, ibidem.
- (63) . "Dentro do Colégio, construiu-se também a capela doméstica, onde se colocou um relicário de mármore branco com elegantes embutidos pretos de jacarandá. Povoaram-no 12 estátuas de Santos, tendo cada qual, incrustada no peito, uma caixinha de cristal com a respectiva relíquia. As estátuas, pintadas de oiro e outras suaves côres, guardavam-se em relicários de madeira, envidraçados. Havia ainda uma preciosa cruz de prata com o Santo Lenho."
- As estátuas eram de: S. Macário, mártir; S. Demétrio, mártir; S. Julião, mártir; S. Zenão, soldado; S. Sebastião, mártir; S. Tiago Maior; S. Maurício, mártir; Santa Mônica e três Santas das Onze Mil Virgens.
- LEITE, op. cit., t.1, p. 393.

- (64) . Ibidem, t.6, p. 17.
- (65) . Sobre o padre Thomas Lynch ver capítulo I, p. 26 da presente dissertação.
- (66) LEITE, op. cit., t.6, p. 19.
- (67) . Sobre o padre Francisco de Matos ver capítulo I, p. 26 da presente dissertação
- (68) . Serafim Leite não determina que "parte nova" seria esta. Só menciona que a portaria principal teria sido "enobrecida com pinturas e dourados".
- LEITE, op. cit., t.6, p. 14.
- (69) . Idem, ibidem.
- (70) . FERREZ, op. cit., p.39.
- (71) . LEITE, op. cit., t. 6, p.15.
- (72) . Idem, ibidem.
- (73) . Sobre o padre Luiz de Carvalho vide capítulo I, p. da presente dissertação.
- (74) . LEITE, op.cit., t.6, p.16.
- (75) . Ibidem, t.6, p.25-26.
- (76) . Ibidem, t.6, p. 9, 16.
- (77) . Ibidem, t.6, p. 17.
- (78) . Ibidem, t.6, p. 22.
- (79) . REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO. Rio de Janeiro: IHGB, 1901. Trimestral, t.63, parte 1, p. 80-83.
- (80) . "Transferida em 27 de janeiro de 1763 a Capital do Brasil da Cidade da Bahia para o Rio de Janeiro pela importância deste porto, mais próximo das guerras do sul, foi eleito vice-rei em 27 de junho, o Conde da Cunha, D. Antônio Álvares da Cunha."
- AZEVEDO, op. cit., p. 41.
- (81) . ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Carta régia e ofício de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Conde da Cunha. Rio de Janeiro: BN, 1982. v. 102, n.1112. p. 58-59.
- (82) . Vide levantamento do Real Hospital Militar da Côrte - 1881, p. da presente dissertação.
- (83) . "D. Antônio de Moura, Conde de Azambuja, nascido em 12 de março de 1709, filho de D. Nuno de Mendonça e D. Leonor Maria Antônia de Noronha, filha do Marquês de Angeja, assentou praça em 23 de janeiro de 1726; nomeado Governador de Mato Grosso tomou posse em 1751, e em 19 de março de 1752 criou a povoação chamada Vila Bela; nomeado brigadeiro em 1754, e sucessivamente Governador da Bahia, Conde, Marechal do Exército, foi eleito vice-rei em 31 de janeiro de 1767, de cujo cargo entrou em exercício em 17 de novembro do mesmo ano, e governou até 31 de outubro de 1769, dia da chegada do Marquês do Lavradio."
- AZEVEDO, op. cit., p. 45.
- (84) . "Mas o Conde de Azambuja não gostou da residência no alto do Morro do Castelo, principalmente, pela dificuldade de transporte. Alegando impropriedade do local, o Conde

de Azambuja preferiu residir no Palácio dos Governadores, na Várzea, no que foi seguido pelos demais vice-reis que governaram o Brasil.
Em 1767, no prédio histórico do Colégio dos Jesuítas, foi instalado o Hospital Militar, origem do atual Hospital Central do Exército e, (...)"

TEIXEIRA FILHO, Álvaro. Roteiro cartográfico da Baía de Guanabara e cidade do Rio de Janeiro séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro: São José, 1975. p. 68.

(85) . Planos citados na p. 8 da presente dissertação.

Figuras nº 47 a 50

SANTOS. Contribuição ao estudo da arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil. Tábuas I e II, ilustrações A, B e C.

(86) . Sobre a instalação do Observatório, vide capítulo III, p. 125-126 da presente dissertação.

(87) . Vide Introdução, p. 2 do presente trabalho.

(88) . Vide p. 76 do presente capítulo.

(89) . ANCHIETA, Cartas 420. In: LEITE. op.cit., t.1, p. 392.

. Conforme citado no presente capítulo, p. 77, Cardim também considerava a primeira igreja do colégio "velha e insuficiente".

(90) . SANTOS, P., op.cit., p.46.

. Serafim Leite afirma que Francisco Dias teria traçado o plano em 1585. "Da Igreja do Rio de Janeiro Francisco Dias traçou o plano em 1585 e a Igreja inaugurou-se no Natal em 1588; (...)"

LEITE, Serafim S.J. Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil: (1549-1760). Lisboa: Brotéria, 1953. p. 159.

(91) . SANTOS, P., op. cit., p.52.

(92) . Sobre Inácio de Tolosa, ver capítulo I, p. 24 da presente dissertação.

(93) . LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.1, p. 393.

(94) . Ibidem, t.6, p. 17.

(95) . "Eram de S. Fabião, papa, S. Ponciano, papa, S. Xisto, papa, S. Remigio, S. Basílio, S. Gabínio, S. Domicio, mártir, S. Sebastião, mártir, São Ponciano, mártir, S. Antimo, mártir, S. Tipúrcio, mártir, S. Valeriano, mártir, S. Demétrio, mártir, Santa Julia, Santa Inez, Santa Praxedes, Santa Basilissa. Comparando com as da capela (capela doméstica - vide no presente capítulo, p.), vê-se que há algumas estátuas repetidas, como S. Demétrio e S. Sebastião, padroeiro da cidade. Também se nomeia duas vezes S. Ponciano."

Ibidem, t.1, p. 394.

(96) . Ibidem, t.6, p. 18.

(97) . Idem, ibidem.

(98) . Idem, ibidem.

(99) . Idem, ibidem

- (100) . Idem, ibidem
- (101) . Ibidem, t.6 p. 8.
- (102) . SANTOS, P., op.cit., p.54.
- (103) . COSTA, op. cit., p. 31, 42.
- (104) . ALVIM, Sandra P. de Faria. Arquitetura religiosa colonial do Rio de Janeiro: revestimentos, retábulos e talha (em fase de editoração). p.118.
- (105) . SANTOS, P., op.cit., p.54.
- (106) . Vide capítulo III. p. 124,132.
- (107) . SANTOS, P., op.cit., p.53.
- (108) . Vide p. 84 do presente capítulo.
- (109) . "os que pertenceram aos três altares da igreja do antigo colégio desta cidade hoje guardados na Igreja da Misericórdia, salvos à última hora de total destruição, (...) acham-se em perfeito estado de conservação, muito embora no retábulo do altar-mor faltem o arco central e o corpo inferior correspondente ao riquíssimo sacrário e tenham sido discretamente repassados, todos eles, com retoques de pintura e verniz."
- COSTA, op. cit.. p. 57.
- . Paulo Santos admite que o sacrário não esteja em sua posição original, mas, ao reconstituir o corte transversal da Igreja de Santo Inácio, o coloca na posição de altar-mor.
- SANTOS, P., op. cit., p.53, tábua de figuras V.
- . "Os três altares que, na antiga igreja do colégio do Rio, constituíram o altar-mor e os dois altares laterais, (...)"
- BAZIN. A arquitetura religiosa barroca no Brasil, p. 282.
- . "De acordo com De Prima Institutione, quando se inaugurou a segunda igreja do colégio, já se falava na existência de retábulos. Estes, em número de três, foram consagrados, o do altar-mor a Santo Inácio e os dos dois altares laterais, a Nossa Senhora da Imaculada Conceição."
- CARVALHO, A.M., op. cit., p. 70.
- (110) . Vide p. 77 do presente capítulo.
- (111) . LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.6, p. 18.
- (112) . BAZIN, Germain. O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil. Traduzido por Marisa Murray. São Paulo: Record, 1971, p. 44, 45, 48.
- (113) . Baseado na analogia com a arte portuguesa, Paulo Santos classificou a talha brasileira em 4 (quatro) grupos, no primeiro dos quais insere os referidos retábulos da Igreja de Santo Inácio. Denomina este grupo "Retábulos proto-barrocos", que corresponderiam aos retábulos construídos em fins do século XVI e princípios do século XVII e marcariam a passagem das formas renascentistas para as barrocas.

O barroco e o jesuítico na arquitetura do Brasil, p. 155-185.

Lúcio Costa também insere os retábulos da Igreja de Santo Inácio no primeiro grupo de sua classificação. De fins do século XVI e princípios do século XVII, segundo este autor, as obras deste período podem ser chamadas de pós-renascentistas ou proto-barrocas, porque "pertencem à fase de transição em que os traços renascentistas e barrocos se justapõem e confundem".

Op. cit., p. 53-64.

De acordo com a classificação de Germain Bazin, estes altares pertenceriam ao tipo 4, que ele denominou maneirista. Neste grupo se inserem os exemplares confeccionados por volta de 1620-1670.

A arquitetura religiosa barroca no Brasil, p. 282.

(114) . LEITE. História da Comoanhia de Jesus no Brasil, t.6, p. 17.

(115) . O fato de estar sobre as nuvens indica tratar-se de uma aparição de Nossa Senhora.

SOARES, Ernesto (org.). Inventário da coleção de registros de santos. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1955

MEGALE, Nilza Botelho. 107 invocações da Virgem Maria no Brasil. - história - folclore - iconografia. Ilustrações de Eduardo Paes. Petrópolis: Vozes, 1980.

(116) . De acordo com Robert Smith, as colunas de fuste entalhado por completo são mais comuns em Portugal após 1640:

"De origem espanhola, estas colunas 'lavradas' começam a aparecer em obras de talha portuguesa posterior a 1640, tornando-se gradualmente, mais frequentes até dominar a talha das últimas décadas deste período (1650-1680)."

SMITH, Robert. A talha em Portugal. Lisboa: Livros Horizonte, 1962. p. 54.

Sabe-se que a igreja adquiriu um tabernáculo (sacrário) novo em 1717; as características morfológicas do tabernáculo acima mencionado não descartam a hipótese do mesmo ser aquele sacrário adquirido em 1717.

Vide p. 87 do presente capítulo.

(117) . SANTOS. Contribuição ao estudo da arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil, p. 53.

(118) . CARVALHO, A. M., op. cit., p. 76-77.

(119) . Vide p. 86 da presente dissertação.

(120) . No âmbito da composição, pode-se afirmar que os retábulos de Nossa Senhora da Conceição são mais leves, elegantes e dinâmicos do que o retábulo de Santo Inácio, o que nos leva a considerá-los posteriores.

A forma básica do retângulo coroado por um triângulo do altar de Santo Inácio se repete nestes altares. Entretanto, o contorno curvo maleável de seus frontões, limitado por pináculos e pelas cornijas das mísulas que flanqueiam o quadro central, não permite que a linha de contorno, enquanto elemento formal, diferencie tanto o frontão do corpo principal, como acontece no retábulo de Santo Inácio.

As colunas destes retábulos se encontram separadas, o que produz mais dinamismo e conseqüentemente divide a composição em mais tramos verticais do que o altar de Santo Inácio.

Quanto à relação das alturas entre o coroamento, corpo principal e entablamento, constata-se que: as alturas do coroamento e corpo principal praticamente se equivalem,

tornando a composição destes retábulos mais "esbelta" do que a do retábulo de Santo Inácio.

- (121) . A presença nestes retábulos dos mesmos motivos ornamentais e fitomorfos que o retábulo de Santo Inácio apresenta e os mesmos tipos de colunas usados nos três retábulos em questão confirmam esta hipótese.
- (122) . Conforme será visto no capítulo II. do presente trabalho, a Nova Igreja englobaria a antiga Igreja de Santo Inácio.

“Com a tormenta de 1759 pararam as obras. E em breve começou a dispersão dos objectos da Igreja. Como se sabia, o Conde de Oeiras ordenou que se lhe remetessem para a côrte os objectos preciosos dentro de fardos de mercadoria com sinais "secretísimos". A dispersão, assim iniciada, consumou-se século e meio mais tarde, com o desmorte do Morro do Castelo, (...)”

LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.6, p. 23.

- (123) . “Como vimos, a revista Renascença mostra que mais tarde a igreja possuiu ainda um segundo retábulo-mor (...) - uma composição classicizante que abrigava três esculturas barrocas portuguesas setecentistas, de tamanho um pouco acima do natural, compondo a já mencionada cena do Calvário (...). O retábulo era de uma modéstia decorativa não condizente com os requintes marmóreos mostrados na ornamentação parietal da Igreja de Santa Cruz (a Nova Igreja). Assim, supomos não se tratar do verdadeiro retábulo a ela destinado, mas sim uma versão simplificada, construída para conter o magnífico conjunto escultórico barroco, (...)”

CARVALHO, A. M., op. cit., p. 75.

- (124) . “(...) devoções que foram instituídas no início do século XVII, logo após suas canonizações em 1620.”

Ibidem, p. 77.

“A iconografia dos três principais santos jesuítas, Santo Inácio, São Francisco Xavier, e S. Francisco de Bórgia, foi constituída, em princípios do século XVII, pelos imagineiros de Sevilha, e os portugueses tomaram-lhes emprestado os modelos. Essas estátuas apresentam a mesma rigidez e a mesma atitude frontal que as dos santos beneditinos. A velha igreja da aldeia jesuítica de Reritiba (hoje Anchieta), construída cêrca de 1600, conservou duas estátuas de Santo Inácio e S. Francisco Xavier; o talhe singelo, como que feito a golpes de foice, é muito primitivo. Um esforço notável, no entanto, é realizado para dar vida à estátua de São Francisco Xavier; o santo, consumido pela caridade, (...) Essas duas imagens estão, sem dúvida, entre os incunábulo da escultura brasileira.

A grande igreja jesuíta da Bahia devia ter três estátuas - de Santo Inácio, São Francisco de Bórgia e São Francisco Xavier - feitas no momento em que foi acabada, em 1680. Resta apenas a de São Francisco de Bórgia, colocada na capela deste nome entre 1681 e 1696. Nenhuma evolução se manifesta no tipo iconográfico, desde os princípios do século. Ao contrário, das estátuas de Santo Inácio e São Francisco Xavier, que foram colocadas nos novos altares, ainda inacabados, no momento da expulsão dos jesuítas em 1759, são obras animadas, enfim, pelo espírito barroco.”

BAZIN. O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil, p. 44.

Algumas vezes temos altares separados para cada um destes três santos, conforme na Igreja jesuíta do colégio de Salvador.

- (125) . A prof. Anna Maria Fausto Monteiro de Carvalho, em sua análise, situa estas imagens de

Nossa Senhora da Conceição até as primeiras décadas de seiscentos, junto com as imagens de Santo Inácio e São Francisco de Borja:

"No entanto, a análise tipológica permite-nos situar as imagens de Santo Inácio, de São Francisco de Borja e das duas Nossa Senhora da Conceição até às primeiras décadas de seiscentos, as duas primeiras representantes de um maneirismo arcaico, as outras mais próximas ao barroco."

Op. cit., p. 76.

(126) . Observação feita pela referida professora Myriam, em sala de aula, no curso " " ministrado pela mesma, durante o semestre de , no mestrado em História e Crítica da Arte da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

(127) . Inventário da coleção de registros de santos, p. 200, n. 02805.

(128) . Faber lignarius - "sob esta designação se entendia no século XVI, também a marcenaria e artes afins de escultura em madeira, que só um século mais tarde, nos Catálogos da Companhia se desdobrou nos seus diversos vocábulos próprios, por ocasião da construção da Igreja da Baía (...)"

SANTOS. O barroco e o jesuítico na arquitetura do Brasil, p. 183.

(129) . Vide p. 36 no capítulo I da presente dissertação.

(130) . "Quanto à procedência daqueles nossos retábulos, parece mais verossímil - os da igreja do Castelo, pelo menos - que, muito embora fabricados com madeira do país, tivessem vindo já prontos da metrópole, pois a análise dessa madeira, feita pelo Instituto Tecnológico de São Paulo, revelou tratar-se de 'freijó' ou louro amarelo, espécie vegetal abundante na Bacia Amazônica e, segundo nos consta, desconhecida aqui. Teria sido, na verdade, inadmissível que, dispondo à mão de material de primeira ordem, fossem os padres do Colégio do Rio de Janeiro recorrer à importação de madeiras de tão longe. Ao passo que a hipótese dos altares terem sido feitos em Portugal fica fortalecida quando se considera que esse comércio era feito diretamente do extremo norte do país com a metrópole, utilizando-se os reinóis dessa madeira inclusive na execução de obras de marcenaria e de talha destinada aos trópicos, pois que a experiência já desaconselhara o emprego das espécies européias para esse fim."

COSTA, op. cit., p. 60-61.

"O grande requinte de sua execução evidencia serem de autoria de um excelente artesão e chegou-se mesmo a pensar que os jesuítas tivessem mandado vir da metrópole esses altares, porém a análise da madeira revelou que foram talhadas em freijó ou louro amarelo, madeira que existia bem próximo do Rio, na floresta de Cabo Frio. Isso nos leva a crer que tenham sido executados in loco por um artesão português, talvez um jesuíta."

BAZIN. A arquitetura religiosa barroca no Brasil, p. 282.

"O fato de serem êsses retábulos, feitos com madeira brasileira (freijó ou louro amarelo) não significa que tenham sido aqui fabricados, porque naquela época fazia-se exportação, em larga escala, das nossas madeiras para a Metrópole. É verdade que em apoio da hipótese de terem sido fabricados aqui mesmo, pode dizer-se que na região em que foram encontrados (Rio de Janeiro), até princípios do século XIX havia aquela madeira, (...), e também é verdade que já no século XVI tinham os jesuítas aqui pessoas habilitadas: (...)"

SANTOS. O barroco e o jesuítico na arquitetura do Brasil, p. 182-183.

(131) . Comparar figura nº 43 com figura nº 53.

(132) . Segundo a reconstituição da fachada primitiva desta igreja, elaborada por Lúcio Costa.

Op. cit., p. 25, fig. I.

(133) SANTOS. Contribuição ao estudo da arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil, p. 59

CAPÍTULO III
SANTA MARIA
MONTANA
SANTA
SANTA

CAPÍTULO III:

**A NOVA IGREJA:
PROPOSTA PARA
RECONSTITUIÇÃO
DO PROJETO**

1. O monumento e o edifício

O monumento é um edifício que conserva seu valor e o transmite além de sua própria grandeza histórica (...) uma forma arquitetônica que transmite um conteúdo que se supõe conservar um valor além de seu término (...)

O monumento é um edifício que conserva seu valor e o transmite além de sua própria grandeza histórica (...) uma forma arquitetônica que transmite um conteúdo que se supõe conservar um valor além de seu término (...)

O monumento é um edifício que conserva seu valor e o transmite além de sua própria grandeza histórica (...) uma forma arquitetônica que transmite um conteúdo que se supõe conservar um valor além de seu término (...)

O monumento é um edifício que conserva seu valor e o transmite além de sua própria grandeza histórica (...) uma forma arquitetônica que transmite um conteúdo que se supõe conservar um valor além de seu término (...)

O monumento é um edifício que conserva seu valor e o transmite além de sua própria grandeza histórica (...) uma forma arquitetônica que transmite um conteúdo que se supõe conservar um valor além de seu término (...)

Giulio Carlo Argan (1)

1 DA NECESSIDADE DE UM NOVO TEMPLO

De acordo com Serafim Leite, o colégio havia adquirido “*magnificência e luxo*” desde sua fundação até princípios do século XVIII. O fato de a Igreja de Santo Inácio não corresponder ao “luxo” do colégio, segundo este autor, teria levado à decisão de se construir uma nova igreja (2).

Araújo Vianna, em seu artigo “Das Artes Plásticas no Brasil em geral e na Cidade do Rio de Janeiro em particular” (1915), definiu a Igreja de Santo Inácio como sendo uma construção muito simples, não podendo ser a mesma a igreja definitiva do colégio jesuíta do Rio de Janeiro: “*a pobreza de linhas, simplicidade demasiada na construção e proporções indicam que não seria essa igreja definitiva (...)*” (3).

A Igreja de Santo Inácio, conforme visto no capítulo anterior, foi a segunda igreja do colégio. Sua construção, de acordo com Serafim Leite, deveu-se ao fato de a anterior ter sido considerada “*velha e pequena*”. Logo, que a Igreja de Santo Inácio tivesse que ser substituída anos mais tarde, por ser considerada inadequada, ou seja, pelo mesmo motivo que havia levado à sua construção, não seria estranho (4).

Tratando-se de uma igreja importante dentro da hierarquia da Companhia de Jesus, pois pertencia a um colégio real, localizado em uma cidade cuja importância havia aumentado consideravelmente desde sua fundação aos primórdios do século XVIII, era de se esperar que os padres não desejassem continuar com a Igreja de Santo Inácio, uma edificação quinhentista e simples no tratamento de seu interior, conforme visto no capítulo passado (5).

O caso da igreja do colégio jesuíta de Salvador na Bahia constitui-se em exemplo desta vontade dos padres jesuítas de sempre ampliarem suas igrejas acrescentando-lhes melhorias. A terceira igreja do colégio foi construída em pedra e cal, a mando de Mem de Sá, pois os templos anteriores haviam se deteriorado facilmente pelo tipo de material empregado em suas construções (taipa coberta de palha). Entretanto, através da descrição quinhentista desta igreja, verificamos um outro tipo de preocupação por parte dos jesuítas, além da perpetuidade de suas edificações, pelo menos no que se refere às dimensões de suas igrejas. A igreja é definida como razoável, "*grande o bastante por agora para a terra*". (6).

A igreja de Mem de Sá foi substituída por outra que acabou por ser a definitiva: Lúcio Costa inclusive levanta a hipótese de que Francisco Dias tenha sido o autor do projeto da igreja definitiva do Colégio de Saivador, tendo este arquiteto chegado ao referido colégio apenas 5 (cinco) anos após a construção da igreja de Mem de Sá (7).

No século XVI, a igreja do colégio do Rio de Janeiro e todas as demais igrejas jesuítas à ele subordinadas eram muito procuradas pelos fiéis e exerciam todos os ministérios: confissões, comunhões, batismos, casamentos (...), como verdadeiras paróquias.

Em 1583: Confissões e comunhões, cerca de 3.000. (...) ; batismos, nas 2 aldeias, 530, no Colégio e Missões, 590.

Em 1585: 6.000 confissões e 2.000 comunhões. Não se dá o número dos batismos; mas no ano anterior foram 160.

Em 1589: 6.500 confissões e 4.000 comunhões.

Em 1595: 12.687 confissões, 9.067 comunhões, 555 batismos e 267 casamentos.

Este cômputo final abrange tôdas as casas dependentes do Rio de Janeiro. Só no Colégio: 3.895 confissões, 305 comunhões, 45 batismos, 7 casamentos.

Em 1597: Confissões, 6.556; comunhões, 5.254; batismos, 42; casamentos, 11. (8)

Convém lembrarmos que a Igreja de Santo Inácio localizava-se no Morro do Castelo, que começou a entrar em decadência praticamente desde a mudança da Câmara em 1639 (9). Em 1643, conforme visto no capítulo anterior, pensou-se inclusive em mudar o colégio para a parte baixa da cidade (10). No Rio de Janeiro seiscentista, além da Igreja de Santo Inácio, só havia a Igreja de São Sebastião (a Sé). No século XVII são construídas mais 5 (cinco) igrejas, e na primeira metade do século XVIII são construídas mais 12 (doze), sendo, desse total de 17 (dezesete), 12 (doze) situadas na região que hoje corresponde ao centro da cidade, relativamente próximas ao Morro do Castelo. Naturalmente, os jesuítas queriam possuir um templo grandioso não só para corresponder “à *magnificência do colégio*”, como também para rivalizar com as demais igrejas que haviam sido construídas na cidade (11).

O terreno no qual se situava o colégio era acidentado. A Igreja de Santo Inácio localizava-se em um plano acima da torre e do primeiro piso do colégio (plano AB) (12). Entretanto, tal situação não conferia maior destaque à referida igreja, pela protuberante volumetria da torre. Analisando o complexo arquitetônico do colégio jesuíta do Rio de Janeiro, percebe-se três volumes (colégio, torre e igreja) unidos (Fig. nº 62) e não uma massa arquitetônica coesa composta por três corpos articulados onde, de acordo com Beatriz Santos de Oliveira, somente a igreja se sobressairia:

Evidencia-se na arquitetura uma concepção hierárquica de mundo que se revela apriorística para que o indivíduo se submeta aos seus superiores. Nas fachadas das construções jesuíticas brasileiras apenas a igreja sobressai. É colocada sua importância no corpo da Companhia como a casa de Deus, ou seja, do Grande Pai, do chefe. Permite-se então decorá-la, variar suas formas e aberturas e diferenciá-la do resto. As outras partes, colégio e residência, conservam a sobriedade e uniformidade arquitetônicas para dar lugar de destaque à igreja, e juntos obterem e simbolizarem a grandiosidade harmônica da estrutura hierárquica da Congregação. É uma diferenciação que conserva a

homogeneidade de linguagem. Há uma evidenciação dos graus de importância sem a perda da unidade visual do conjunto. (13)

Conforme visto no capítulo anterior, a Igreja de Santo Inácio foi construída entre 1585 e 1588. Em 1585, parte da nova edificação do colégio já existia e a torre teria sido construída somente pouco depois de 1607 (14). Logo, mesmo que colégio, torre e igreja tenham sido concebidos como partes integrantes de um mesmo projeto, não foram eretos como tal. A passagem que existia entre a torre e a igreja evidencia a necessidade de unir corpos que não foram construídos como integrantes de um mesmo volume (15). Acreditamos que a torre não tenha sido concebida para a situação em que se encontrava.

Acrescenta-se ainda que a torre do relógio, como era mais conhecida, parece ter sido construída naquela localização para cumprir exigências e necessidades programáticas do colégio. No primeiro pavimento da dita torre, passou a funcionar a portaria do colégio, entrada principal da edificação (16)

O projeto das igrejas dos colégios do Rio de Janeiro (Igreja de Santo Inácio), de Salvador (a Sé dessa cidade) e de Olinda (Igreja de Nossa Senhora da Graça) é atribuído ao Ir. Francisco Dias, arquiteto da Companhia de Jesus enviado ao Brasil em 1577 (17). Não sabemos ao certo se Francisco Dias teria sido o autor do projeto da Igreja de Santo Inácio (18) e da igreja do colégio de Salvador na Bahia (19). Quanto à igreja de Nossa Senhora da Graça em Olinda (Fig. nº 63), ao que tudo indica, teria sido o projeto de sua autoria, tendo como fonte de inspiração a Igreja de São Roque em Lisboa, que não apresenta torre em sua fachada principal (Fig. nº 64) (20).

A igreja do colégio de Salvador apresenta duas torres sineiras; entretanto convém lembrar que sua construção, iniciada por volta de 1616, só foi retomada em 1654 (21). Logo, as torres, como provavelmente todo o frontispício dessa igreja, podem ter sido fruto de modificações do projeto original de Francisco Dias (Fig. nº 65).

De acordo com Paulo Santos, o fato de a Igreja de Nossa Senhora da Graça em Olinda não possuir torre na frente constitui-se uma exceção. Segundo esse autor, as igrejas jesuítas brasileiras, apesar de inspiradas em São Roque, apresentavam, como uma das diferenças em relação àquela igreja, a inclusão de uma ou duas torres na parte anterior (22).

O partido arquitetônico de dispor os vários corpos da construção em “quadra”, tradicionalmente empregado pelas ordens religiosas, teria sido, segundo Lúcio Costa, utilizado pelos jesuítas no Brasil (23). De acordo com esse autor:

Um dos “quartos” da quadra era sempre ocupado pela igreja, cujo frontispício, mantido no alinhamento do quarto contíguo, formava com este, em elevação, um plano só, correspondendo ao colégio uma linha horizontal contígua e ao corpo da igreja um frontão de empena, com a torre, servindo de remate à composição. (Fig. nº 66). (24)

Segundo o professor Lúcio Costa, quando no projeto havia a previsão de duas torres, primeiro se construía a que ficava entre o colégio e a igreja. Entretanto, a construção da segunda torre, aquela que serviria de “*remate à composição*”, conforme o autor, nem sempre era concluída, muitas vezes nem sequer iniciada. Como um dos exemplos da situação acima descrita, Lúcio Costa cita o colégio do Rio. Logo, para o referido professor, a torre existente se localizaria na situação onde realmente se encontrava, e no projeto haveria a

previsão de uma segunda torre do outro lado (lado da Epístola), contígua à igreja (25).

Germain Bazin, entretanto, afirma que nas primeiras fachadas jesuíticas o frontispício não apresentava campanário (26). Acrescenta ainda que, muito mais que a Igreja de Nossa Senhora da Graça de Olinda, a Igreja de Santo Inácio teria sido inspirada "na traça" de São Roque. De acordo com Bazin, não existiria torre na frente da Igreja de Santo Inácio, como ocorre em São Roque e em Nossa Senhora da Graça. O autor fundamenta sua hipótese no fato de a referida torre só ter sido construída no século XVII (27).

John Bury concorda com Germain Bazin. Segundo ele, as primeiras igrejas dos jesuítas portugueses no Oriente e em Portugal também não tinham torres. Quanto às igrejas jesuíticas brasileiras do início do século XVII, que apresentam uma torre, esta deve ser considerada um campanário unido à fachada (28).

Sabemos também que uma torre maciça, possivelmente destinada à defesa, ladeava a frente das igrejas, já desaparecidas dos Colégios de Vitória, Rio de Janeiro, Santos e São Paulo (...) O campanário, porém, mesmo quando ligado e não independente do conjunto, é um traço isolado do ponto de vista arquitetônico, distinto da estrutura principal e, em muitos casos, projetado separadamente. Por outro lado, o par de torres flanqueando a fachada representa um legado arquitetônico tradicional na arquitetura cristã, com numerosos precedentes românicos e góticos, nos quais os três elementos se unem num conjunto harmonioso - embora conservando, cada um, sua integridade individual. (29)

Em resumo:

LOCALIZAÇÃO DA TORRE NA FACHADA DA IGREJA DE SANTO INÁCIO

- Germain Bazin

Não haveria torre no projeto da fachada da igreja

- Paulo Santos

A torre já fazia parte do projeto da fachada

- John Bury

Sendo uma única torre esta não faria parte do projeto da Igreja, sendo concebida isoladamente.

- Lúcio Costa

Não só existiria esta torre como uma outra diametralmente oposta a ela

- Presente Proposta

Não haveria torre no projeto da fachada da igreja

Na fachada principal do Colégio, a torre do relógio constituía um volume maciço, compacto e pesado (30) (Fig. nº 67 a 71), comprometendo a homogeneidade de linguagem que segundo Beatriz Santos de Oliveira era característica nos conjuntos jesuítcos (31), e tornando a Igreja de Santo Inácio “*pequena e acanhada*” aos olhos do observador. Tal impressão foi provavelmente o que levou Araújo Viana a considerar a “*simplicidade demasiada nas proporções*” da Igreja de Santo Inácio (32).

Neste aspecto, a Nova Igreja provavelmente se adequaria melhor ao conjunto. Ocuparia o espaço da Igreja de Santo Inácio, acarretando a demolição da mesma. Apresentaria, ao que tudo indica, duas torres em sua fachada principal, o que nos leva à hipótese de que a antiga torre do relógio também iria ser destruída. Além disto, suas dimensões seriam aproximadamente 7 (sete) vezes maiores do que as da Igreja de Santo Inácio (33).

Araújo Vianna menciona também a “*pobreza das linhas*” da Igreja de Santo Inácio como fator responsável para que esta igreja não fosse a definitiva do colégio (34). A fachada da Igreja de Santo Inácio, conforme visto no capítulo anterior, era compatível com as igrejas jesuíticas construídas na época em que esta igreja foi construída (35). Se a fachada do colégio havia se modificado, era necessário uma nova igreja cuja fachada se adequasse melhor ao conjunto.

2 A CONSTRUÇÃO

A Nova Igreja, que viria substituir a Igreja de Santo Inácio, teve sua pedra fundamental lançada em 1744:

A 1º de janeiro de 1744 lançou-se a primeira pedra, na presença de todo o povo e nobreza da Cidade, e dos Capelães da Misericórdia, que pediram a honra de a benzer. O governador, acompanhado do Comandante da Praça, conduziu a pedra fundamental, segurando a fita de ouro; e chegando ao local escolhido, entre músicas, morteiros e sinais festivos de alegria, aí lançou a primeira pedra da futura Igreja.
(36)

Era uma construção de grande vulto, pois chegaram a fundar alicerces de mais de 15 pés de profundidade (equivalente a 4,95 metros). Trabalhavam na obra cerca de 100 (cem) homens. O Governador Gomes Freire de Andrade (37) apoiava a construção do novo templo jesuíta, pois colocou à disposição dos padres as pedreiras reais e a pólvora necessária para retirar as pedras (38).

Quanto ao projeto, desconhece-se o autor. Sabe-se que, em 1748, o irmão Inácio da Silva estava “*in fabrica novae ecclesiae occupatus*” (39) e que o arquiteto irmão Francisco do Rego veio dirigir as obras desta igreja, depois do término do

Seminário de N. Sra. da Conceição em Salvador, onde trabalhou como arquiteto (40).

Não há qualquer referência quanto à invocação da Nova Igreja. Serafim Leite também a denomina de Santo Inácio: "*Na actual Igreja da Rua S. Clemente com o mesmo nome da que se andava construir em 1760 (...)*" (41). Noronha Santos, em documento do IPHAN, chama-a de Igreja de Santa Cruz (42). Anna Maria Monteiro de Carvalho concorda com Noronha Santos:

Em princípio, concordamos com Noronha Santos. Com efeito, uma foto, publicada pela revista Renascença em 1920, mostra o interior da antiga igreja de Santo Inácio com um novo e imenso altar-mor, ornado de um magnífico conjunto escultórico barroco português do século XVIII, compondo a cena do calvário. Este conjunto (Fig. nº 7) fora provavelmente encomendado como devoção principal do altar-mor da nova igreja, aquela que lhe daria o nome. (43)

Não foi encontrada nenhuma documentação referente ao conjunto escultórico composto pelas imagens de Nossa Senhora (Fig. nº 8 e 9), São João Evangelista (Fig. nº 10 e 11) e Cristo Crucificado (Fig. nº 12 e 13). O fato de estas imagens aparecerem no altar-mor da Igreja de Santo Inácio na foto da revista **Renascença** (Fig. nº 59) não pode ser considerado como prova de que as mesmas ocupariam o altar-mor da Nova Igreja. Consideramos no mínimo arriscado lançar alguma hipótese quanto ao destino destas imagens. De acordo com Suely de Godoy Weiz, a imagem de Nossa Senhora seria portuguesa:

(...) já a imagem de N. Sra. da Soledade, componente do conjunto escultórico representativo da crucificação de Cristo do antigo Colégio Jesuíta do Rio de Janeiro e hoje no Colégio de Santo Inácio, seguramente é obra de algum artista português possivelmente inspirado em N. Sra. da Piedade de Frei Cipriano da Cruz e hoje exposta no Museu Machado de Castro. (44)

Em 1759, quando os jesuítas foram expulsos no Brasil, as obras da Nova igreja ainda não haviam sido concluídas. Iniciou-se a dispersão dos objetos e a desapropriação dos bens dos jesuítas no Brasil. Do novo templo restaram, no Morro do Castelo, apenas as ruínas da construção (45). A litografia de Heaton e Rensburg, de cerca de 1840 (46), reproduzida na presente dissertação, nos fornece uma imagem das ruínas do novo templo (Fig. nº 72). Gastão Cruis residiu no Observatório que se instaliou sobre as ruínas desta igreja e nos legou a seguinte descrição desta litografia:

Na litografia de Heaton e Rensburg, aqui reproduzida, aparece o início de uma construção em três corpos, um central, no fundo, e dois dispostos em alas laterais. A parede frontal do primeiro, cega e com arco abatido, seria destinada ao altar-mor, enquanto que nos segundos, ladeadas por pilastras de ordem compósita, já se abrem as tribunas. Destas, na estampa, vêem-se apenas as duas da ala direita, mas, no corpo da esquerda, já haviam também sido rasgadas aquelas que lhes ficavam em situação correspondente. Se assim o digo, e com certeza, é porquê essas ruínas estão cheias de recordações da minha infância e juventude. Uma das tribunas que não aparece, era a janela do meu quarto quando rapaz. As duas da ala oposta, pertenciam ao quarto de meus pais, onde nasci. No pátio, que não chegou a ser transformado na nave do grande templo, dei eu os meus primeiros tombos de bicicleta. E tudo isto porque, como já observei, foi sôbre essas mesmas obras setecentistas dos inacianos, que se veio instalar, quase um século depois, o Observatório Astronômico, aí mantido até o desmonte do Morro do Castelo, em 1922. (47)

3 AS INTERVENÇÕES APÓS 1759

3.1 O PERÍODO DE ABANDONO

O mapa da cidade levantado pelo engenheiro militar Francisco João do Roscio em 1776, apesar da escala reduzida, indica as partes construídas e o espaço vazio que corresponderia à nave e à capela-mor do novo templo que não chegaram a ser cobertas. Através de uma ampliação deste mapa (Fig. nº 73)

verificamos uma figura em forma de cruz que corresponderia à nave, ao transepto e à capela-mor da Nova Igreja.

A "cópia do Plano da Marinha do sul da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro", datada de 9 de dezembro de 1863, apresenta desenho semelhante ao do mapa acima citado, porém, elaborada em escala maior, fornece mais detalhes. Trata-se de um desenho simplificado da edificação do colégio, onde o autor preocupou-se em registrar as massas construídas e o perímetro dos espaços vazios. Como referência iconográfica, foi de extrema importância para a presente dissertação. Realizadas as conversões de escala necessárias, serviu como fundamento para a nossa reconstituição. Constitui-se no registro mais antigo dentre os utilizados na elaboração da reconstituição do projeto da Nova Igreja. Apesar de datar de 1863, é uma cópia de um desenho elaborado em 1794 (Fig. nº 74) (48).

Através destes dois mapas (vide também fig. nº 103), percebe-se que, quando os jesuítas foram expulsos, já haviam construído da Nova Igreja:

- . a sacristia - compartimento localizado ao fundo, contíguo ao que seria a capela-mor. Foi utilizado como enfermaria do Hospital Militar da Corte, sendo em 1895 cedido ao Observatório, transformando-se na biblioteca desta instituição (49).

- . os dois compartimentos adjacentes à capela-mor - um destes compartimentos encontra-se representado no Levantamento do Hospital Militar (50).

- . as paredes da capela-mor e do transepto com cruzeiro, cujos pilares

provavelmente sustentariam uma cúpula;

. as fundações, os arcos e as paredes das capelas laterais

. parte de uma torre do lado da Epístola.

A Nova Igreja localizar-se-ia ao lado do colégio, englobando o espaço ocupado pela passagem contígua à torre e pela Igreja de Santo Inácio, estendendo-se além da largura desta para o lado da Epístola até a nova torre, e no comprimento também avançaria até a nova sacristia nos fundos.

Conforme visto no capítulo anterior, a primeira intervenção que o colégio sofreu foi em 1766, quando o Conde da Cunha resolveu transferir o Palácio dos vice-reis para o colégio dos padres de Jesus (51). De acordo com a carta régia de 23 de julho de 1766, também tivemos conhecimento que as partes que corresponderiam à igreja, sacristias, altares etc. não sofreriam nenhuma modificação, excetuando-se a construção de um tribuna na Igreja de Santo Inácio (52).

Quando, em 1767, transformou-se o prédio em Hospital Militar, a Igreja de Santo Inácio tornou-se a capela do hospital; quanto ao espaço que corresponderia à Nova Igreja, ao que tudo indica, permaneceu em completo abandono até a instalação do Observatório Astronômico, por volta de 1846 (53).

Como registros do espaço da Nova Igreja em planta-baixa, foram encontrados quatro mapas do início do século XIX, anteriores à instalação do Observatório. Estes mapas indicam um grande retângulo com uma cruz para a área ocupada por Santo Inácio e pelo trecho já construído da Nova Igreja (Fig. nº

75 a 78).

Várias gravuras também registraram a fachada do Colégio e da Igreja de Santo Inácio em data anterior a 1846. Provavelmente, por suas dimensões grandiosas, todas estas gravuras registraram o suposto "arco-cruzeiro", que, conforme pudemos constatar, tratava-se da parede de fundo da capela-mor e não do arco-cruzeiro propriamente dito. De certa forma comprovamos a hipótese de Germain Bazin: (Fig. nº 79 a 90).

(...) provavelmente uma capela-mor precedida de seu transepto; o tipo de construção sem parede de fundo confirma que se trata do fundo de uma capela-mor destinada a ser revestida por um retábulo." (54)

3.2 O OBSERVATÓRIO IMPERIAL DO RIO DE JANEIRO

Não se pode precisar a partir de quando o Observatório Imperial do Rio de Janeiro passou a funcionar na Nova Igreja dos jesuítas no Morro do Castelo. Sabe-se que teria estado em um torreão da Escola Militar, e no Forte Conceição, antes de se instalar no referido templo inacabado:

O Observatório, até fins do ano de 1920 esteve alojado na Antiga Igreja do Morro do Castelo, a qual estava em acentuado estado de ruína, que motivou veementes reclamações por parte de seus diretores. Antes, porém, esteve em um torreão da Escola Militar e no Forte Conceição, não havendo meio de saber em que época foi transferido daquela primitiva localização, para o Morro do Castelo, onde decorrerá a parte mais ativa de sua existência. (55)

Segundo Henrique Morize, a instalação do Observatório no Morro do Castelo deve ter ocorrido entre 1846 e 1850:

Há entretanto, uma comprovação histórica de que Soulier de Sauve (1º diretor do Observatório) instalou definitivamente o Imperial Observatório no Morro do Castelo, entre 1846 e 1850. Em seu relatório de janeiro de

1846 ele aponta a necessidade de que se adquirisse uma casa para moradia do Diretor, junto ao Observatório. (...) No relatório de 1848 ele informa que, por falta de espaço, muitos aparelhos estavam guardados na "residência do Diretor de onde, em poucos minutos, poderiam ser colocados para observação"

O almanaque do Ministério da Guerra do ano de 1850 fornece os endereços dos lentes da Academia militar e indica como residência do Dr. Eugênio Fernando Soulier de Souza (Soulier de Sauve), no Morro do Castelo, o edifício do Imperial Observatório, construído sobre as abóbodas e muralhas da Igreja construída pelos jesuítas. (56)

Para a instalação do Observatório Imperial do Rio de Janeiro foram realizadas obras para adaptar ao novo uso aquele espaço que inicialmente se destinaria a uma igreja. Luiz Muniz Barreto afirma que, até 1850, a preocupação com as obras da construção do prédio para o Observatório, sobre as ruínas da dita igreja, era uma constante nos relatórios do então diretor daquela instituição, Soulier de Sauve (57).

Nos *Annales de l'Observatoire Impérial da R. Janeiro - tome I*, redigidos em 1882 (58), encontramos uma minuciosa descrição do observatório e uma planta do terraço, onde funcionava o observatório propriamente dito, indicando os principais instrumentos nele instalados (Fig. nº 91).

A descrição nos fornece importantes dados, tais como: largura e comprimento total do terraço; espessura das paredes externas; altura dos pisos em relação ao pátio interno (nave da igreja); identificação dos espaços abobadados; observações sobre o uso dos compartimentos; e indicações sobre a estabilidade de determinados trechos da edificação.

Através destes dados, e pelas indicações da planta do terraço, foi possível determinar:

- parte sul AA'B'B:

(...) forma na sua parte sul um único andar e uma grande abóbada separa, na parte AA'B'B, o primeiro andar e o andar térreo. Este último não pertence ao observatório, mas forma enfermarias do hospital militar, que está em um nível inferior ao observatório. O primeiro andar concentra diversos salões, dos quais um é para Sua Majestade o Imperador quando ele visita o observatório, um outro é para a biblioteca, por fim o escritório e o alojamento do Diretor. (59)

- O pavimento térreo desta parte corresponderia à sacristia da nova igreja.

Verifica-se que a mesma era separada do compartimento acima por uma abóbada. Nesta ocasião, a "sacristia" pertencia ao Hospital Militar (4ª Enfermaria).

(...) a 4ª Enfermaria do Hospital Central ocupava boa parte das dependências do prédio, os doentes ali internados eram portadores de distúrbios mentais, em geral durante a noite, tomando-se agitados e seus gritos acabavam por interromper os trabalhos dos astrônomos. (...) Em 1895 foi posta a disposição do Observatório, a sala que, pertencendo ao estabelecimento servia de 4ª enfermaria do Hospital Central (...)

Em 1896, (...) Deu-se, porém, começo a transformação da sala, que foi restituída ao observatório e servia ao Hospital Central do Exército, a fim de adaptá-la para Biblioteca - Secretaria e Arquivo. (60)

- as alas EDCB' e A'FGH:

(...) a elevação dos terraços é de 17 metros acima do nível do pátio interno, pelo menos em toda a parte ABCDEFGH, formando um grande corpo de construção com duas alas (...) O andar térreo da ala A'FGH forma o prolongamento do atelier de construção e o primeiro andar serve de depósito de material. A ala EDCB' é ocupada pela escada e pelas entradas do andar térreo e do primeiro andar, assim como por uma câmara dentro da qual é mantida a máquina de gradação dos círculos, que é de grande dimensão (...) As alas EDCB' e A'FGH são solidamente arqueadas e apresentam uma estabilidade considerável. (61)

- Estas alas corresponderiam no pavimento térreo aos compartimentos que flanqueiam a capela-mor. O primeiro piso corresponderia ao piso das

tribunas que se abriam para a referida capela. Cada uma dessas alas, assim como na parte sul, apresentava uma abóbada entre o térreo e o primeiro piso. A descrição indica a cobertura do primeiro andar destas alas, ou seja, do piso das tribunas, como sendo também abobadada. Os terraços sobre essas alas e sobre a parte sul (sacristia) situavam-se à mesma altura (17 metros), ou seja, esta parte da edificação estava concluída, já coberta na época dos jesuítas (*"corpo de construção com duas alas"*).

- o terraço MPQL:

(...) comunica esse terraço com um outro em um nível inferior MPQL. Em HO, uma escada de trinta degraus (Fig. nº 92) permite que se desça do terraço superior sobre a muralha HOMN e daí uma outra escada Mnab desce o terraço a um nível inferior, que está a 9,25 m acima do nível do pátio interno.

(...) os outros alojamentos abaixo dos terraços se encontram sob o terraço MPQL e servem à guarda e ao pessoal subalterno do estabelecimento. (62)

- Este terraço corresponderia ao piso das tribunas sobre as capelas laterais da Igreja. Apresentava altura inferior à dos outros terraços pois sua cobertura não deve ter sido efetuada. Os alojamentos situavam-se nas capelas laterais da igreja que já estavam construídas do lado da Epístola (63). Provavelmente as capelas laterais apresentavam teto abobadado (abóbadas de aresta).

- o ângulo NEIJK do retângulo grande:

(...) o ângulo NEIJK, do retângulo grande, está ocupado por uma capela de construção bastante delicada, que tem inscrita a data de 1567, que hoje está rachada. Ela ainda serve ao hospital militar, que se

encontra a leste do observatório, contíguo a ele. (64)

- O referido retângulo corresponde à Igreja de Santo Inácio.

- o espaço central KJfdcDEFGONPQ:

Todo o espaço central KJfdcDEFGONPQ constitui um pátio interno no qual, em rPON, se acha construído um andar térreo que serve ao abrigo do atelier mecânico de construção e reparação dos instrumentos do observatório. (65)

- Corresponde ao piso da nave e da capela-mor, sendo rPON a capela do transepto do lado da Epístola.

- muralha HMNO:

Uma muralha HMNO de 1,60 m de largura, (...) (66)

- Espessura das paredes externas da igreja é igual a 1,60 m.

- fachada da parte sul:

Vista do lado sul, sua fachada apresenta uma aparência bastante bonita. (67)

- Fachada posterior da igreja que corresponderia à sacristia. Serviu de logotipo para o observatório. É curioso pois o acesso ao Observatório se dava pelo outro lado, correspondendo esta face do prédio à fachada posterior da edificação (Fig. nº 93 e 94).

A planta do terraço do observatório e a descrição acima referida constituíram-se em importantes fontes para elaborar a reconstituição do projeto da Nova Igreja.

Através da “Planta dos Melhoramentos projetada pela Prefeitura do Distrito Federal”, datada de 1903, verifica-se que o espaço vazio que corresponderia à capela-mor, ao transepto e à parte da nave continuaram abertos como um pátio (Fig. nº 95).

As instalações do observatório foram construídas sobre as ruínas do que já estava construído (Fig. nº 96).

Logo, são somente os terraços que constituem o observatório propriamente dito, sobre os quais estão estabelecidas as construções destinadas ao abrigo dos instrumentos. (Fig. nº 97) (68)

Salas de observação, biblioteca no que deveria ser sacristia (Fig. nº 98), oficinas do Observatório n'uma antiga capella (Fig. nº 99), se instalam nos espaços do projectado templo, espaços tão de largueza que permittiram ao novo estabelecimento páteo e verduras no que não chegára a nave. (69)

Até janeiro de 1921, quando ocorre a transferência dos funcionários para o novo prédio em São Cristóvão, o Observatório Imperial funcionou no Morro do Castelo sobre as ruínas da Nova Igreja dos jesuítas (70).

4 O PROCESSO METODOLÓGICO PARA RECONSTITUIÇÃO

O “Levantamento do Hospital Militar da Corte” (1881), a “Cópia do Plano da Marinha do Sul da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro” (1794) e a “Planta do Observatório Imperial Astronômico do Rio de Janeiro” (1882), com sua

respectiva descrição, aliados a algumas fotos da revista **Renascença** e de Augusto Malta, da época da demolição do Morro do Castelo (1922), viabilizaram a elaboração da reconstituição do projeto da Nova Igreja.

4.1 A PLANTA

No que se refere à planta-baixa tínhamos as 3 (três) referências acima mencionadas, que, por indicarem o perímetro da planta da Nova Igreja, constituíram nosso ponto de partida.

. Levantamento do Hospital Militar da Corte

O primeiro documento utilizado na elaboração da reconstituição foi o “Levantamento do Hospital Militar da Corte”. Tratam-se de 6 (seis) plantas-baixas representando os 6 (seis) pavimentos do hospital (antigo colégio) e 2 (duas) vistas, sendo uma do conjunto e a outra da torre e Igreja de Santo Inácio (Fig. nº 47 a 50).

Desenhadas em escala métrica na razão 1:200, somam 4 (quatro) pranchas que ilustram os seis pisos. O trecho da edificação que se destinaria à Nova Igreja apresentava 3 (três) pavimentos distintos: - o térreo (4ª Enfermaria - plano AB); - o 1º andar (o piso da torre - 4º plano); e o 2º andar (piso da Igreja de Santo Inácio - 5º plano). A primeira etapa do processo de reconstituição da igreja consistiu em sobrepor os três pisos a fim de obter maior conhecimento da área construída naquela parte da edificação (Fig. nº 100).

Indicamos em legenda os espaços da Nova Igreja que já tinham sido construídos: 4ª enfermaria/sacristia (nº 5); sala da irmã enfermeira/compartimento adjacente à capela-mor (nº 4); e capela/capela existente contígua à sacristia (nº 6), que aparece na foto de Augusto Malta, na época da demolição do Morro do Castelo (Fig. nº 101). Assinalamos também os compartimentos que se inseriram na área da Nova Igreja, que não chegaram a ser demolidos: a Igreja de Santo Inácio (nº 1); corredor (nº 2); e a torre do relógio (nº 3). O sanitário (nº 7) será retirado a partir desta etapa por ser acréscimo posterior à construção da igreja.

. Planta do Observatório Imperial do Rio de Janeiro

A “Planta do Observatório Imperial do Rio de Janeiro” foi desenhada na escala 1:200 (Fig. nº 91), para incluí-la em nosso estudo comparativo (71) (Fig. nº 102).

. Cópia do Plano da Marinha do Sul da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro

A “Cópia do Plano da Marinha do Sul da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro” encontrava-se desenhada em uma escala bem reduzida e cotada em braças. Fez-se necessário uma transferência de escala (72). A fim de obter maior precisão inserimos uma reprodução fotográfica (Fig. nº 74) ampliada do original do desenho no computador, através de um scanner, utilizando o programa Picture Publisher. Depois, transferimos para o programa Corel Draw, tendo como base a medida em planta do fundo do compartimento que se destinaria à sacristia, retirada do mapa original. Voltamos com o croqui do Corel Draw sobre a imagem

da foto e conferimos as linhas. As cotas também foram comparadas com o original. Finalmente, com os dados mais precisos, elaborou-se um novo desenho na mesma escala métrica dos anteriores (1:200) para que este pudesse também servir de fundamento para o nosso estudo (Fig. nº 103 e 104).

. Estudo para planta-baixa - nº 1

A próxima etapa do processo de reconstituição constitui-se em sobrepor os três desenhos acima referidos (Fig. nº 100, 102 e 104) tendo como referência a linha de fundo da sacristia e as linhas que delimitavam o que viria a ser o cruzeiro e a capela-mor. Elaboramos então um novo desenho, como resultado dos três anteriores, o qual denominamos "Estudo para planta-baixa - nº 1" (Fig. nº 105).

Indicamos em legenda e através do uso de três cores diferentes a superposição dos três planos. Constatamos que algumas linhas coincidiram e outras não. Logo, o esclarecimento destas divergências constitui-se em nosso próximo passo para a reconstituição da planta-baixa.

. Estudo para planta-baixa - nº 2

Através de fotos de Augusto Malta e a partir da fachada principal até o fundo (sacristia), foram estabelecidas as seguintes etapas:

- 1ª etapa: o perímetro de Santo Inácio

Conforme constatou-se no "Estudo para planta-baixa - nº 1" o retângulo que indica o perímetro da Igreja de Santo Inácio na "Planta do Imperial Observatório

do Rio de Janeiro” e o que representa esta igreja na “Cópia do Plano da Marinha do Sul da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro” não coincidem com a planta desta igreja representada no “Levantamento do Hospital Militar da Corte “ (Fig. nº 105).

Adotamos o perímetro do levantamento de 1881, por corresponder às medidas citadas por Serafim Leite (73) e posteriormente por Paulo Santos em “Contribuição ao Estudo da Arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil “ (74). O fato de a “Cópia do Plano da Marinha do Sul da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro “ apresentar-se em escala muito reduzida e a planta do “Terraço do Imperial Observatório Astronômico “ indicar apenas a linha do telhado também contribuíram nesta opção.

- 2ª etapa: a linha da fachada da Nova Igreja

Verifica-se no “Estudo para planta-baixa - nº 1” que, na “Cópia do Plano da Marinha do Sul da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”, o trecho que corresponde à parte da fachada principal da Nova Igreja (um tramo que corresponderia à torre e outro que apresentaria um nicho) está à frente da linha da fachada da Igreja de Santo Inácio (Fig. nº 105). Constata-se tal situação também através de uma foto da fachada da Igreja de Santo Inácio e do Observatório (Fig. nº 53). Nesta foto inclusive percebe-se que a entrada do Observatório era inclinada, unindo o cunhal da Igreja de Santo Inácio ao tramo da fachada da Nova Igreja.

Inserimos a reprodução desta foto (Fig. nº 53) no computador e, através dos programas Picture Publisher e Corel Draw, elaboramos uma perspectiva (75)

para obtermos proporcionalmente a distância entre a Igreja de Santo Inácio e o bloco construído da fachada da Nova Igreja (g) (Fig. nº 106). Tínhamos a largura do cunhal da Igreja de Santo Inácio (f) através do “Levantamento do Hospital Militar da Corte” (Fig. nº 47). Tendo como base outra foto (Fig. nº 107), elaboramos outra perspectiva através do mesmo processo e obtivemos as medidas em planta dos elementos do trecho que corresponderia à parte do corpo principal da fachada e da torre da Nova Igreja (Fig. nº 108).

Voltamos com os resultados das perspectivas para o “Estudo para planta-baixa - nº 1 ” e ajustamos a frente da Nova Igreja (Fig. nº 109).

- 3ª etapa: as capelas laterais

Conforme o “Estudo para planta-baixa - nº 1 ” (Fig. nº 105), apenas a “Cópia do Plano da Marinha do Sul da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro ” indicava as capelas laterais cujas fundações e paredes já haviam sido erguidas. Precisávamos de mais referências para obtermos maior precisão do espaço destinado às capelas laterais.

Utilizando o mesmo processo citado acima, inserimos as imagens da foto publicada pela revista *Renascença* em 1905 no computador (Fig. nº 110). Elaboramos uma perspectiva e obtivemos as medidas da face externa dos pilares que separavam as capelas laterais (Fig. nº 111). Quanto ao formato destes pilares, este foi obtido através da observação de uma outra foto da época da demolição, que mostra os pilares vistos de dentro das respectivas capelas (Fig. nº 112). Como na etapa anterior, voltamos ao “Estudo para planta-baixa - nº 1”, ajustando os resultados obtidos ao espaço das capelas laterais (Fig. nº 113).

- 4ª etapa: o cruzeiro, as capelas do transepto e a capela-mor

Na área que corresponderia ao cruzeiro da Nova Igreja, os três planos coincidiram (Fig. nº 105) (76). Sobre o cruzeiro desta igreja, Germain Bazin elaborou um croqui (77).

A fim de obtermos mais detalhes da área do cruzeiro, transepto e capela-mor, desenhamos o cruzeiro de Bazin em uma escala de trabalho (78) (Fig. nº 114) e elaboramos uma perspectiva sobre a litografia de Heaton e Rensburg (Fig. nº 72) e sobre uma reprodução de uma foto de Augusto Malta da área do cruzeiro na época da demolição (Fig. nº 115).

Para a elaboração das perspectivas (Fig. nº 116 e 117), tínhamos como fundamento as medidas reais dos capitéis da igreja (situados no jardim da FAU/UFRJ) (Fig. nº 14 a 19).

Como resultado destas perspectivas, verificou-se que a distância entre as pilastras adossadas do cruzeiro (intercolúnio (i)) são iguais e não diferentes como sugere o croqui de Germain Bazin (79). Uma vez que a sacristia e um dos compartimentos que flanqueavam a capela-mor (sala da irmã-enfermeira) já estavam representados no "Levantamento do Hospital Militar da Corte" (Fig. nº 47), completamos o desenho da planta com as medidas das pilastras e do intercolúnio obtidas. Denominamos este desenho "Estudo para planta-baixa - nº 2" (Fig. nº 118), pois trata-se do "Estudo para planta-baixa - nº 1" com os ajustes obtidos através das perspectivas sobre as fotos.

. Proposta para a planta-baixa

O “Estudo para planta-baixa - nº 2” (Fig. nº 118) indica toda a área que chegou a ser construída da Nova Igreja. A partir dele teríamos que “completar” a planta para reconstituir o projeto da referida igreja.

Retiramos então, do grande retângulo que corresponderia à igreja propriamente dita, as partes que deveriam ser demolidas (a Igreja de Santo Inácio e o corredor contíguo).

Partindo do princípio de que todas as plantas das igrejas jesuítas brasileiras são simétricas (80), rebatemos a partir de um eixo central as capelas laterais e a torre existentes do lado da Epístola para o lado do Evangelho. Inserimos também as portadas existentes na atual Igreja de Santo Inácio (Fig. nº 4 a 6) a partir deste eixo. O compartimento que flanqueava a capela-mor do lado do Evangelho também foi rebatido para o lado da Epístola, incluindo as escadas, pois tínhamos, a partir dos **Annales de l’Observatoire Impérial da R. Janeiro - tome I**, a referência de uma outra diametralmente oposta à indicada do lado do Evangelho (81).

As portas de acesso destes compartimentos ao transepto também foram relocadas, pois a foto de Augusto Malta (Fig. nº 115) indica que as mesmas situavam-se no centro da parede. Diametralmente opostas e estas portas foram abertos vãos, porque acreditamos que todo o interior do transepto apresentaria o mesmo tratamento. Nos pilares do arco que separa o cruzeiro da nave há registros de dois nichos; possivelmente haveria um púlpito adossado em cada um destes pilares.

Uma vez concluída a presente proposta (Fig. nº 119) a Nova Igreja, segundo ela, apresentaria planta retangular de nave única com duas torres à frente e 6 (seis) capelas laterais comunicantes dispostas ao longo da nave, sendo 3 (três) de cada lado. Possuiria transepto reduzido com uma capela em cada um dos seus braços e cruzeiro quadrado que provavelmente receberia uma cúpula. A capela-mor seria flanqueada por dois compartimentos iguais dispostos simetricamente, um de cada lado da mesma. A sacristia encontrava-se ao fundo, perpendicular à nave e à capela-mor. Toda a planta da igreja, incluindo espaços principais (nave e capela-mor) e espaços secundários (sacristia, corredores...), estaria inserida dentro de um grande retângulo (82).

A nave apresentaria aproximadamente 42 m de comprimento por 12 m de largura. A capela-mor possuiria a mesma largura da nave por 13 m de profundidade. As 6 (seis) capelas laterais seriam iguais com 6 m de largura por 5 m de profundidade. O lado do quadrado do cruzeiro corresponderia à largura da nave.

4.2 OS CORTES

. Estudos para os cortes.

Através da observação de fotos da época da demolição (fig. nº 120 e 121) e utilizando o mesmo processo adotado para a planta-baixa, sobre a foto do interior (Fig. nº 115), elaboramos uma perspectiva tendo como fundamento a altura do terraço do observatório (A=17 m) (83) (Fig. nº 122). A partir desta perspectiva elaboramos um "Estudo para corte transversal " (Fig. nº 123) e dois estudos para

o corte longitudinal (Fig. nº 124 e 125).

. Proposta para os cortes transversal e longitudinal

A partir dos estudos acima descritos elaboramos uma proposta para corte transversal (Fig. nº 126) e para corte longitudinal (Fig. nº 127) (84).

4.3 A FACHADA

. Estudo para fachada

Voltamos à fotografia da fachada principal da Igreja de Santo Inácio e do Observatório (Fig. nº 53) e elaboramos uma perspectiva sobre esta imagem através do computador, tendo como base a medida dos terraços da frente do observatório ($a=9,25$ m) (85) (Fig. nº 128).

Proporcionalmente chegamos a algumas medidas na parte da edificação que corresponderia à fachada principal da Nova Igreja (o tramo vertical que corresponderia à torre e um tramo que apresentava um nicho). Elaboramos uma elevação sobre a fachada de Santo Inácio existente no “Levantamento do Hospital Militar da Corte” (Fig. nº 47), à qual denominamos “Estudo para fachada” (Fig. nº 129).

. Proposta para fachada

A inexistência de registros sobre a fachada só permitiu a elaboração da

reconstituição de parte da mesma. Conforme o processo adotado na reconstituição da planta-baixa, inserimos as portadas e rebatemos o tramo da torre existente para o lado do Evangelho, a partir de um eixo central (Fig. nº 130).

De acordo com a presente proposta a fachada principal apresentaria cinco tramos verticais, sendo que os dois tramos das extremidades corresponderiam às torres. O corpo principal, dividido em três tramos verticais, estaria um pouco à frente do plano das torres, o que certamente produziria uma movimentação na fachada.

No corpo principal os tramos laterais ao tramo central apresentariam nichos que provavelmente portariam estátuas; abaixo dos nichos haveria um painel, um paralelogramo em relevo. Ao inserirmos os vãos das portadas existentes no tramo central da atual Igreja de S. Inácio (Fig. nº 4 a 6), verificamos que o somatório dos mesmos era superior à largura do referido tramo. Logo, optamos por inserir a porta principal no eixo desse tramo e repetimos o painel em relevo dos tramos laterais, um de cada lado da porta. Decidimos colocar cada uma das portas laterais em um tramo da extremidade, aqueles que corresponderiam às torres.

5 PROPOSTA ATUAL X PROPOSTAS ANTERIORES

Conforme visto anteriormente, existem dois estudos hipotéticos sobre o projeto da Nova Igreja. O primeiro, elaborado pelo prof. Germain Bazin, apresenta apenas um croqui da área que corresponderia ao transepto e à capela-mor (86). O segundo seria a reconstituição hipotética para a planta-baixa, apresentada pela profa. Anna Maria Monteiro de Carvalho (87) (Fig. nº 131).

No que se refere ao croqui de Germain Bazin, discordamos apenas nos tramos do intercolúnio do cruzeiro. Ao elaborarmos nossa hipótese verificamos através da construção que os tramos do intercolúnio do cruzeiro (i) não diferem, como o referido autor sugere (88).

Quanto à proposta da profa. Anna Maria, concordamos em muitos aspectos. Entretanto, tendo como fundamento o processo adotado para a presente reconstituição, constatamos alguns pontos não verificados pela professora em sua reconstituição. Acreditamos que a nossa proposta para a planta-baixa acrescenta mais dados a esta investigação, na qual a profa. Anna Maria foi a pioneira:

- posição e dimensão da nova torre (lado da Epístola)

Segundo a proposta da referida professora, a torre nova estaria fora do retângulo e paralela à primeira capela lateral. Ao que tudo indica, ela considerou que a torre antiga seria aproveitada na nova fachada. De acordo com a nossa proposta a nova torre encontrava-se na direção das capelas laterais, inserida no retângulo. Quanto à antiga torre, ao nosso ver, seria demolida junto com a Igreja de Santo Inácio.

- alinhamento da fachada da Igreja de Santo Inácio com a fachada da Nova Igreja

A professora Anna Maria coloca a fachada da Nova Igreja no mesmo alinhamento da fachada da Igreja de Santo Inácio. A fachada da Nova Igreja em

nossa proposta localiza-se à frente da fachada da Igreja de Santo Inácio. Esta situação pode ser inclusive comprovada através de fotografias (Fig. nº 53).

- comprimento da nave

Utilizando o processo acima citado a nave em nossa proposta apresentava aproximadamente 42 m de comprimento, enquanto a nave na hipótese da profa. Anna Maria teria aproximadamente 39 m de comprimento.

- profundidade das capelas laterais

As nossas capelas laterais se apresentaram menos profundas do que as capelas da proposta de Anna Maria. A referida professora teria afastado as paredes laterais da igreja a partir do transepto.

. os pilares da nave

Os pilares que definem as capelas laterais em nossa proposta apresentam formato e dimensões diferentes dos pilares da proposta da profa. Anna Maria. Conforme a figura nº 110, elaboramos uma perspectiva para obter proporcionalmente as medidas dos respectivos pilares. Quanto ao formato, através da foto (Fig. nº 109) sobre a qual elaboramos a perspectiva acima mencionada, e de uma foto da época da demolição do prédio (Fig. nº 111), verifica-se que são pilares isolados formando arcos inclusive entre as capelas.

NOTAS: CAPÍTULO III

- (1) . ARGAN, Giulio Carlo. El concepto del espacio arquitectónico. Buenos Aires: Nueva Visión, 1966. p. 20-23.
- (2) . LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Lisboa; Rio de Janeiro: Portugália; Instituto Nacional do Livro, 1938. t.6. p.22.
- (3) . VIANNA, Ernesto da Cunha Araújo. Das artes plásticas no Brasil em geral e na cidade do Rio de Janeiro em particular. Revista do IHGB, Rio de Janeiro. t.78, v.132, parte 2, p.505-608, 1915. p. 525.
- (4) Vide capítulo II, p. 85 do presente trabalho.
- (5) . Idem, ibidem.
- (6) . COSTA, Lúcio. A arquitetura jesuítica no Brasil. Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, n.5, 1941. p. 19.
- (7) . Ibidem, p. 43, 45.
- (8) . Knivet apud LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Lisboa; Rio de Janeiro : Portugália; Civilização Brasileira, 1938, t.1. p. 397.
- (9) . Capítulo II, p. 76 do presente trabalho.
- (10) . Vide capítulo II, p. 79-80.
- (11) . séc. XVI
- Igreja de S. Inácio (1567-1585)
Igreja de S. Sebastião (1583)
- . séc. XVII
- Capela de N. Sra. da Cabeça (início do séc. XVII)
Igreja do Convento de S. Antônio (1608/1620)
Igreja de N. Sra. de Monserrate do Mosteiro de S. Bento (1633-1670/1690)
Igreja de N. Sra. do Desterro (1628 - data provável)
Igreja de N. Sra. da Conceição da Ilha de Governador (primeira metade do séc. XVII)
- . 1ª metade do séc. XVIII
- Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência (1657/1747)
Igreja de Santa Rita de Cássia (princípio do séc. XVIII)
Igreja do Bom Jesus (1705)
Igreja de S. Domingos (1706)
Igreja de N. Sra. do Rosário e S. Benedito (1708)
Igreja de N. Sra. da Glória do Outeiro (1714/1739)
Igreja de S. Pedro dos Clérigos (1733/1738)
Igreja de N. Sra. da Conceição e Boa Morte (1735)
Igreja de N. Sra. do Terço (1737)
Igreja de S. Francisco da Prainha (1738/1748)
Igreja de N. Sra. da Saúde (1742)
Igreja de N. Sra. da Ajuda da Ilha do Governador (1743-1898)
- ALVIM, Sandra P. de Faria. Arquitetura religiosa colonial do Rio de Janeiro: plantas, fachadas e volumes (em fase de editoração). p. 169-196.
- (12) . Vide levantamento do Hospital Militar, figuras nº 47-50, capítulo II.

(13) . OLIVEIRA, Beatriz Santos de. Espaço e estratégia: considerações sobre a arquitetura dos jesuítas no Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1988. p. 58-59.

(14) . Vide capítulo II, p. 79 da presente dissertação.

(15) Conforme as figuras nº 43, 45 e 46, capítulo II, esta passagem já existia a muito tempo.

(16) . Vide capítulo II, p. 79 da presente dissertação.

(17) . SANTOS, Paulo F. Contribuição ao estudo da arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil. In: V COLOQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO BRASILEIROS, separata das Actas. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1966, v.4. p. 45-46.

(18) . Vide capítulo II, p. 86.

(19) . Quanto à hipótese de Francisco Dias ter sido o autor do projeto da Igreja do colégio de Salvador, Serafim Leite escreve: "Também reviu os da Baía, com 'muito acordo', mas demorou-se tanto a construção desta última, que quando se edificou já houve mudanças".

LEITE, Serafim S. J. Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil: (1549-1769). Lisboa: Brotéria, Livros de Portugal, 1953. p.159.

. COSTA, op. cit., p. 43-45.

. SANTOS, Paulo F. O barroco e o jesuítico na arquitetura do Brasil. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951. p.106.

(20) . COSTA, op. cit., p. 25.

(21) . "Por duas vezes foi essa igreja iniciada (4ª igreja do Colégio de Salvador), sem que tivessem andamento as obras, que só foram atacadas, afinal, em 1657. Desde 1597 já se esperava começar essa quarta igreja. Fazia ela parte do plano de conjunto do colégio construído sob a direção do Irmão Francisco Dias, 'aqui chegado em 1577', vindo de Portugal expressamente para isso. É possível que o plano do colégio tenha sido senão feito, pelo menos refundido por Francisco Dias, porque o padre visitador Cristóvão de Gouveia no Memorial que escreveu quando da sua visita em 1589 estranhou tivessem sido introduzidas modificações nos planos do colégio, elaborados 'com muito cuidado e acôrdo do Irmão Francisco Dias, arquiteto'. Parece que a igreja nova não foi então construída por falta de fundos. Pelo menos, em 1604 o padre Fernão Cardim tratou de construir um engenho de açúcar 'com o fim expresso de angariar os indispensáveis meios econômicos para a Igreja nova'. Em 1616 já tinha sido iniciada, tanto que nessa data as obras 'recomeçaram'. Em 1624 sobreveio a invasão holandesa e um largo período de lutas e temores. Em 1654 retomaram-se os estudos para a construção da igreja, fazendo-se referência, em meio aos debates que então se travavam, ao que ficára 'assentado pelos antigos, como mostrava a planta'. Que planta, indagamos nós? Seria a de Francisco Dias? Não se sabe. Certo é, porém, que o respectivo partido se enquadra perfeitamente no da versão seiscentista da igreja de S. Roque de Lisboa: nave única, capelas laterais, transepto pouco profundo, capela-mor ladeada de nichos ou capelinhas, ausência de cúpula; e talvez não diferisse muito da versão quinhentista da mesma igreja."

SANTOS. O barroco e o jesuítico na arquitetura do Brasil, p. 106.

(22) . "Embora as nossas principais igrejas jesuíticas se tenham inspirado na de S. Roque, apresentam, em relação a essa, uma grande diferença: a inclusão de uma ou (e com mais frequência) duas tôrres na parte anterior (com algumas excessões como na igreja do colégio de Olinda, que não tem tôrre na frente)."

Ibidem, p. 133-134.

(23) . COSTA, op. cit., p. 27.

(24) . Ibidem. p. 27, 29.

(25) . Ibidem, p. 29.

(26) . BAZIN, Germain. A arquitetura religiosa barroca no Brasil. Traduzido por Glória Lúcia Nunes, revisado por Mário Barata. Rio de Janeiro: Record, 1983, 2v. v.1, p. 90.

(27) . Ibidem, p. 92.

(28) . BURY, John Arquitetura e arte no Brasil colonial. Organizado por Myriam Andrade de Oliveira. São Paulo: Nobel, 1991. p. 50.

(29) . Idem, ibidem.

(30) . A construção da torre era tão maciça que a sua demolição durou três dias.

SANTOS, Noronha. Anotações. In: SANTOS, Luiz Gonçalves de (Padre Perereca). Memórias para servir à história do reino do Brasil. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Editora da USP. 1981. p. 76.

(31) . OLIVEIRA, op. cit., p. 59.

(32) . VIANNA, op. cit., p. 525.

(33) . Conforme será visto na parte 3.3 do presente capítulo, na reconstituição do projeto da Nova Igreja.

(34) . VIANNA, op. cit., p. 525.

(35) . Vide capítulo II, p. 94-95.

(36) . LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.6, p. 22-23.

(37) . "(...) em que iniciou Gomes Freire de Andrade a sua governação que durou trinta anos; edificou o Convento de Santa Teresa; erigiu um chafariz de pedra mármore no Largo do Palácio; reconstruiu o aqueduto da Carioca, e fez a dupla ordem de arcaria de volta inteira, que conduz a água dêste aqueduto desde o Morro de Santa Teresa até o de Santo Antônio; recolheu os lázaros em duas casinhas em S. Cristóvão, e lançou a primeira pedra da Catedral do Rio de Janeiro; criado o Tribunal da Relação, em 16 de fevereiro de 1751, pô-lo em execução em 15 de junho de 1752, sendo ele o primeiro presidente a regedor. Em virtude das ordens do Marquês de Pombal cercou o Colégio dos jesuítas em 3 de março de 1760, prendeu-os, e no dia 16 enviou-os para Portugal; (...) Em 1758 obteve Gomes Freire de Andrade o título de Conde de Bobadela, (...) Permitiu o Rei que se colocasse o retrato dêste fiel servidor no Paço da Câmara (...) Pereceu o Conde de Bobadela em 1 de janeiro de 1763, (...) sendo o corpo enterrado no presbitério da Igreja de Santa Teresa."

AZEVEDO, Moreira de. O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades. Anotada por Elysio de Oliveira Belchior. 3.ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1969, v. 1 (Vieira Fazenda, 12). p. 39-40.

(38) . LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.6, p. 23.

(39) . Vide capítulo I, p. 33 da presente dissertação.

(40) . Idem, ibidem.

- (41) . LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.6, p. 23.
- (42) . PASTA - INVENTÁRIO MORRO DO CASTELO. Rio de Janeiro. Arquivo: Noronha Santos. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.
- (43) . CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de. Utopia e realidade: Real Colégio de Jesus do Colégio da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. In: CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de (coord.) A forma e a imagem: arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro colonial. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-RIO, 1993. p.66.
- (44) . WEIZ, Suely de Godoy. Notas sobre a imaginária setecentista do Rio de Janeiro., 1989, Coimbra. In: 1^{AS} JORNADAS LUSO-BRASILEIRAS DE HISTÓRIA DA ARTE.
- (45) . LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.6, p. 23.
- (46) . De acordo com Gastão Cruls esta gravura teria sido elaborada por volta de 1840. "George Heaton e Eduardo Rensburg, (...), foram excelentes litógrafos e em 1840 mantinham uma oficina de impressão à Rua do Ouvidor, onde se incumbiam de qualquer trabalho da sua especialidade. A estampa aparece no Ostensor Brasileiro, revista literária que se publicou aqui de 1845 a 1846. É, portanto, trabalho anterior a êsses anos."
- CRULS, Gastão. Aparência do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1965. (Rio 4 séculos, 1). p. 54.
- (47) . Idem, ibidem.
- (48) . "Cópia do Plano da Marinha Sul da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro com suas fortificações em 1794". Copiado pelo cap. Raymundo M. de S. Everaro em 9 de Dezembro de 1863 - M11, G2, 263 - Arquivo Histórico do Exército/Palácio Duque de Caxias.
- (49) . O compartimento retangular localizado ao fundo do espaço destinado à Nova Igreja seria a sacristia. Foi utilizado como enfermaria do Hospital Militar da Corte, sendo em 1895 cedido ao Observatório, transformando-se na biblioteca desta instituição.

. Vide figura nº 47.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS (Rio de Janeiro). Observatório Nacional: do Castelo ao S. Januário. Artigo para a exposição: Brasil, acertai vossos ponteiros. Rio de Janeiro, 1991. p. 29.

- (50) . Vide, figura nº 47, do presente capítulo.
- (51) . Vide capítulo II, p. 83-84 da presente dissertação.
- (52) . Idem, ibidem.
- (53) . Conforme será visto no presente capítulo desta dissertação, não se pôde determinar exatamente quando o Imperial Observatório Astronômico passou a funcionar no Morro do Castelo. Vide p. 125-126.
- (54) . BAZIN, op. cit., p. 108.

. A figura nº 77 demonstra bem tratar-se da parede do fundo da capela-mor.

- (55) . MORIZE, Henrique. Observatório Astronômico - um século de história (1827-1927). Rio de

Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins. Salamandra, 1987. p. 39.

- (56) . BARRETO, Luiz Muniz. Observatório Nacional - 100 anos de história. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências e Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro, 1987 p 25-26.

(57) . Ibidem, p. 35

- (58) ANAIS DO OBSERVATÓRIO IMPERIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Lombaerts, 1882. t.1.

- (59) . A descrição original encontra-se em francês, tendo sido traduzida para o português. (versão: prof. Mônica Carvalho).

“L'établissement forme dans sa partie Sud un seul étage. et une grande voûte sépare dans la partir AA'B'B. le premier etage et le rez-de-chausée Ce dernier n'appartient pas á l'observatoire, mais forme des infirmeries de l'hôpital militaire, qui est en contre-bas de l'observatoire. Le premier etage renferme divers salons, dont um pour Sa Majesté l'Empereur lorsqu'il visite l'observatoire, un autre pour la bibliothèque, enfin le cabinet et le logement du Directeur.”

Ibidem, p. 2.

- (60) . MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, op. cit . p. 24, 29, 30.

- (61) “(...) l'élévation des terrasses est de 17 mètres au-dessus du niveau de la cour intérieure, du moins dans toute la partir ABCDFGH, formant un grand corps de bâtiment avec deux ailes (...) Le rez- de-chausée de l'aile A'FGH forme le prolongement de l'atelier de construction, et le premier étage sert de dépôt de matériel. L'aile EDCB' est occupée par l'escalier et les vestibules du rez-de-chaussée et du premier étage, ainsi qua par une chambre dans laquelle est renfermée la machine à graduer les cercles, laquelle est de grande dimension.”

OBSERVATÓRIO IMPERIAL DO RIO DE JANEIRO, op. cit., p. 1-3.

“Les ailes EDCB' et A'FGH sont très-solidement voûtées et présentent une stabilité considérable.”

Ibidem, p. 3.

- (62) . “(...) fait communiquer cette terrasse avec une autre en contre-bas MPQL. En HO, un escalier de trente marches permet de descendre de la terrasse supérieure sur la muraille HOMN, et de lá un autre escalier Mnab, descend sur la terrasse en contre-bas, qui est à 9^m,25 au dessus du niveau de la cour intérieure.”

Ibidem, p. 2.

“Les autres logements inférieurs aux terrasses se trouvent sous la terrasse MPQL et servent pour le garde et le personnel subalterne de l'établissement.”

Idem, ibidem.

- (63) . Vide figura nº 110.

- (64) . “L'angle NEIJK, du grand rectangle est occupé par une chapelle de construction assez légère, portant la date de 1567, et aujourd'hui lézardée. Elle sert encore á l'hôpital militaire, qui se trouve á l'Est de l'observatoire et attenant á lui.”

ANAIS DO OBSERVATÓRIO IMPERIAL DO RIO DE JANEIRO, op. cit., p. 2.

- (65) . “Four l'espace central KJfcdDEFGONPQ constitue une cour intérieure dans laquelle en

rPON se trouve construit un rez de-chaussée servant à abriter l'atelier mécanique de construction et réparation des instruments de l'observatoire."

Idem, ibidem.

(66) . "Une muraille HMNO de 1^m,60 de largeur, (...) "

ibidem, p. 1.

(67) . "Vue du côté Sud, (...) sa façade présente une assez belle apparence."

Idem, ibidem.

(68) . "Ce sont donc exclusivement les terrasses qui constituent l'observatoire proprement dit et sur lesquelles sont établies les constructions destinées à abriter les instruments."

ibidem, p. 3.

(69) . Escragnoles Doria. O Observatório do Castelo. Revista da Semana, Rio de Janeiro, p.22-23. 1941.

(70) . O Serviço de Meteorologia ainda permaneceu no Castelo até junho de 1921. MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, op. cit., p. 46.

(71) . Os desenhos foram todos elaborados na escala 1.200, posteriormente foram reduzidos para serem inseridos no formato A4.

(72) . O original encontrava-se em braças. Efetuamos a transferência de escala na razão de 1 braça=2,20 m.

ÁVILA, Affonso; GONTIJO, João Marcos Machado; MACHADO, Reinaldo Guedes. Barroco mineiro - glossário de arquitetura e ornamentação. São Paulo: Fundação João Pinheiro, Fundação Roberto Marinho e Companhia Editora Nacional, 1980. p.211.

(73) . LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.1, p. 393.

(74) . SANTOS, P. . Contribuição ao estudo da arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil, p. 54.

(75) . Através de uma consulta com a prof. Wanda Vilhena Freire, utilizamos processos de perspectiva para auferir medidas de elementos arquitetônicos, de modo a fornecer dados mais precisos para nossa reconstituição.

(76) . A "Cópia do Plano da Marinha do Sul da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro" indica uma linha separando o cruzeiro da capela-mor, como se a capela-mor estivesse isolada do resto da igreja. Como não há nenhum registro a este respeito e no "Levantamento do Hospital Militar da Corte" e na "Planta do Imperial Observatório do Rio de Janeiro" não existe nenhuma indicação de parede de arco no início da capela-mor, não consideramos esta linha (Fig. nº 102 e 103).

(77) . BAZIN. A arquitetura religiosa barroca no Brasil, p. 104.

. Fig. nº 113 do presente capítulo.

(78) . Vide nota 71 do presente capítulo.

(79) . Voltaremos a este croqui no item 5 do presente capítulo.

- (80) . Todas as plantas das igrejas jesuíticas brasileiras estudadas por Paulo Santos, Germain Bazin e Lúcio Costa são simétricas em relação a um eixo longitudinal central.
- (81) . ANAIS DO OBSERVATÓRIO IMPERIAL DO RIO DE JANEIRO, op. cit., p. 2.
- (82) . Sobre o fato da planta da Igreja inserir-se em um retângulo vide:
ALVIM, op. cit., p. 44-45.
- (83) . ANAIS DO OBSERVATÓRIO IMPERIAL DO RIO DE JANEIRO, op. cit., p. 2.
- (84) . Por falta de dados não foi possível completar o trecho ocupado pela capela do transepto neste corte.
- (85) . ANAIS OBSERVATÓRIO IMPERIAL DO RIO DE JANEIRO, op. cit., p. 2.
- (86) . Vide figura nº 144.
- (87) . CARVALHO, A. M., op. cit., p. 67.
- . Desenhemos a proposta da prof. Anna Maria na mesma escala de nossos estudos (Fig. nº 131).
- (88) . Vide figuras nº 113 e nº 117.

CAPÍTULO IV:

**A NOVA IGREJA:
ANÁLISE DO PARTIDO
ARQUITETÔNICO**

Quando se estuda qualquer obra de arquitetura, importa ter primeiro em vista, além das imposições do meio físico e social, consideradas no seu sentido mais amplo, o "programa", isto é, quais as finalidades dela e as necessidades de natureza funcional a satisfazer; em seguida, a "técnica", quer dizer, os materiais e o sistema de construção adotados; depois, o "partido", ou seja, de que maneira, com a utilização dessa técnica, foram traduzidas, em termos de arquitetura, as determinações daquele programa; finalmente a "comodulação" e a "modenatura", entendendo-se por isto as qualidades plásticas do monumento.

Lúcio Costa (1)

1 A NOVA IGREJA COMO EXEMPLO DA ARQUITETURA DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL

Devido à expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, todo o seu patrimônio arquitetônico brasileiro foi edificado no período que abrange desde o descobrimento do país no século XVI até o início do século XVIII.

A grande época da civilização jesuíta foi nos séculos XVI e XVII. No século XVIII - reduzido à metade por causa da perseguição pombalina - a ação jesuíta não era tão dominante: entrou em concorrência com o desenvolvimento de uma sociedade secular que, aliás, os próprios jesuítas ajudariam muito a formar. (2)

A obra em estudo, iniciada praticamente às vésperas da expulsão (pedra fundamental lançada em 1744), se filia às igrejas construídas na fase final da produção arquitetônica da Companhia de Jesus no Brasil. Ao nosso ver, estas últimas construções apresentam características bem distintas tanto em planta como em fachada dos primeiros templos jesuíticos erguidos no Brasil.

Baseados nos dados fornecidos por Germain Bazin, José Antônio Carvalho e Cláudia M. Corrêa Lannes, no que se refere à data de construção das igrejas jesuíticas brasileiras formulamos o seguinte quadro contendo 44 (quarenta e quatro) monumentos (3):

Igrejas	Período	Séc. XVI	1ª met. séc. XVII	2ª met. séc. XVII	1ª met. séc. XVIII
Aldeia do Espírito Santo Abrantes		A fundação da Aldeia.	1ª reconstrução da Aldeia.	A Aldeia é novamente modificada.	
Quinta do Tanque Salvador		Construção da Quinta.		Reconstrução da Quinta.	

Igrejas Período	Séc. XVI	1ª met. séc XVII	2ª met. séc. XVII	1ª met. séc. XVIII
Noviciado de N. Sra. Anunciada Giquitaia				Construção do Seminário e da Igreja.
Seminário de Belém da Cachoeira			Construção da Igreja.	Reconstrução da Igreja.
Colégio de Jesus (Sé Nova) Salvador	Construção do 1º, 2º e 3º templo.		Construção da Igreja definitiva.	Reedificação dos Altares.
Seminário Maior de N. Sra. da Conceição Salvador				Construção da Igreja.
Aldeia de N. Sra. da Assunção Vila Viciosa		Retábulo da capela-mor da 1ª Igreja.		Inauguração da 2ª Igreja.
Aldeia de Sto. Inácio e Reis Magos Nova Almeida	Construção da Igreja.	Inauguração da Igreja.		
Aldeia de N. Sra. da Assunção Anchieta	Construção da Igreja.			
Aldeia de São João em Carapina	Fundação da Aldeia.		A igreja e a aldeia são abandonadas.	
Aldeia de N. Sra. da Conceição de Guarapari	Fundação da Aldeia.		A igreja e a residência são abandonadas.	
Igreja de São Maurício - Colégio de Santiago Vitória	Construção da Igreja.		Reconstrução da Igreja.	Reforma na Igreja.
Igreja de N. Sra. da Luz (Sé) - Antigo Colégio de São Luís			Início da 2ª Igreja. Consagração do templo.	Construção da torre e do frontispício da Igreja.
Capela do Recolhimento São Luís				Construção.
Seminário da N. Sra. da Boa Morte Mariana				Inauguração do Seminário e da 1ª Igreja.
Igreja de São Francisco Xavier do Colégio de S. Alexandre Belém do Pará			Construção da 1ª Igreja. Consagração da 2ª Igreja.	Inauguração da 3ª Igreja.
Igreja de N. Sra. de Nazaré do Colégio de Vigia (atual matriz Nª Sra. Mãe de Deus)				Fundação da casa e da Igreja.
Colégio de São Gonçalo João Pessoa			Construção da 1ª Igreja.	Construção da 2ª Igreja.
Colégio de Nª Sra. do Terço Paranaguá				Construção.

Igrejas	Séc. XVI	1ª met. séc. XVII	2ª met. séc. XVII	1ª met. séc. XVIII
Igreja de N. Sra. da Graça do Colégio de Olinda	Construção da Igreja		Restauração da Igreja.	Renovação do teto. Ampliação da capela-mor.
Igreja de N. Sra. do O do Colégio do Espírito Santo de Recife			Reconstrução da Igreja.	
Aldeia de São Lourenço dos Índios Niterói	Construção da 1ª Igreja	Construção da 2ª Igreja.		
Igreja de N. Sra. da Conceição da Fazenda de Macacu ou Papucaia Cachoeiras de Macacu	Fundação da Fazenda.			
Igreja de St. Inácio Rio de Janeiro	Construção desta Igreja (2ª do colégio).			
Aldeia de São Pedro São Pedro da Aldeia		Construção da Igreja.		
Fazenda de São Cristóvão Rio de Janeiro		Construção da Igreja.		
Quinta de São Cristóvão Rio de Janeiro		Construção da Igreja.		
Igreja de São Francisco Xavier do Engenho Velho Rio de Janeiro		Construção da Igreja.		
Igreja de Santana da Fazenda de Santana Macaé		Construção da Igreja.		
Igreja de Santo Inácio da Fazenda de Campos Novos Cabo Frio		Aquisição das terras da Fazenda.		
Igreja de Nª Sra. da Conceição e Sto. Inácio da Fazenda de Campos dos Goitacazes (Solar do Colégio) Campos			Construção da Igreja.	
Igreja de São Francisco Xavier da Fazenda de São Francisco Xavier de Niterói			Fundação da Igreja.	
Igreja de São Barnabé da Aldeia de São Barnabé Itaboraí	Fundação da Aldeia.			Construção da atual Igreja.
Igreja de São Miguel e Conceição do Engenho Novo Rio de Janeiro				Construção da Igreja.

Igrejas Período	Séc. XVI	1ª met. séc. XVII	2ª met. séc. XVII	1ª met. séc. XVIII
Igreja de São Francisco Xavier da Aldeia de São Francisco Xavier Itaguaí				Conclusão da Igreja.
Nova Igreja do Real Colégio das Artes e Ofícios da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro				Lançamento da pedra fundamental.
Igreja de Santa Bárbara da Fazenda de Santa Cruz Rio de Janeiro	Aquisição das terras.			Inauguração da Igreja.
Igreja do Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente (atual matriz)	Construção da Igreja.			
Aldeia jesuítica de São Miguel	Fundação da Aldeia.	Consagração da Igreja.		
Igreja do Colégio de São Miguel de Santos	Construção da casa e possivelmente da 1ª Igreja.	Restauração da Igreja.	Reconstrução da Igreja (2º templo).	Nova reconstrução da Igreja (3º templo).
Colégio de São Paulo São Paulo	Inauguração da 1ª Igreja.		Reedificação da Igreja.	Construção de uma nova torre. Construção de Altares.
Igreja de São João Batista da Aldeia de Carapicuíba		Aquisição das terras.	Substituição da Igreja por uma nova.	
Igreja de Nª Sra. do Rosário da Aldeia de Embu				Data provável da construção da Igreja.
Igreja de Nª Sra. do Socorro da Aldeia de Geru			Fundação da Aldeia.	Talha do Arco - cruzeiro e dos altares colaterais.

Conforme visto no capítulo I do presente trabalho, os jesuítas fundaram no Brasil vários tipos de estabelecimentos: colégios, residências, fazendas... (4). Dentre as igrejas relacionadas no quadro acima destacamos aquelas que, construídas ou reconstruídas a partir da 2ª metade do século XVII, pertenceriam à mesma categoria da Nova Igreja, ou seja, seriam também igrejas de colégios. Consideramos também, excetuando o Seminário de N. Sra. da Boa Morte de

Mariana, cuja igreja não foi construída pelos jesuítas (5), as igrejas dos seminários construídas no mesmo período acima referido. Estes estabelecimentos funcionaram algumas vezes como extensões dos colégios (Seminário Maior de N. Sra. da Conceição de Salvador) (6), sendo seus programas construtivos semelhantes ao programa destes estabelecimentos. Toda a análise da Nova Igreja como exemplo da arquitetura jesuítica brasileira será efetuada basicamente a partir de estudos comparativos com estas 13 (treze) igrejas relacionadas abaixo:

- Igreja do Seminário de Belém da Cachoeira (Bahia)

No interior do Recôncavo, às margens do rio Paraguaçu, próximo de Cachoeira, (...), foi fundado, pelo Padre Alexandre de Gusmão, um seminário para educação religiosa e os estudos secundários dos habitantes da região.

1687, 13 de abril - Lançamento da pedra fundamental.

1687, 4 de junho - O Padre Alexandre de Gusmão solicitou de Roma licença para construir. Ele apresentou um projeto (...), que não foi executado, contendo dois pátios de dimensões diferentes, o menor para os padres e o maior para os alunos, com a igreja entre os dois.

1693 - O Padre Provincial informou ao Geral do andamento das obras. A igreja, bem grande, de pedra e areia, já estava terminada em sua maior parte.

1695 - Transferiu-se solenemente o Santíssimo Sacramento para a igreja.

1698 - Terminaram-se as construções do seminário.

1701 a 1707 - Efetuavam-se algumas ampliações.

1701 - A igreja foi concluída por completo. O Padre Alexandre de Gusmão declarou que ela era a melhor da Companhia de Jesus no Brasil depois da de Salvador.

1707 - Menção do trabalho para a ornamentação da igreja e da sacristia.

1719 - Instalaram-se dois púlpitos, ornados de relevos, na igreja.

1726 - A umidade arruinou o templo, e foi necessário proceder a uma reconstrução. Pesquisas apuradas revelaram a existência nas redondezas de pedras de boa qualidade, que foram utilizadas para a reedificação do frontispício e das torres desde as fundações. Este trabalho terminou em 1732.

Uma menção do Catálogo indica que a igreja ameaçava ruir de novo e que se trabalhou para reconstruí-la. O Catálogo de 1743 não menciona mais trabalhos, o que prova que eles foram terminados (...)

O seminário era um quadrilátero cercado de galerias; na metade de um lado menor, estava situada a igreja em destaque no pátio.

A igreja tinha primitivamente duas torres, que foram reconstruídas em 1732; mas uma deve ter desabado mais tarde, (...)

Embora reconstruído no segundo terço do século XVIII, o frontispício

permanece de acordo com o modelo jesuíta primitivo.

Atualmente, deste conjunto, só resta a igreja. O frontão e a porta de entrada foram modificados no fim do século XVII (...) (7)

- Igreja do Colégio de Jesus de Salvador (Bahia - Sé Nova)

1657 - Antes de 29 de julho, a pedra fundamental foi lançada (...)

1665-1670 - Na capela-mor foi colocado o santuário, sustentado por 18 colunas ricamente trabalhadas (...)

1672 - A igreja foi dada como terminada. Esta grande obra durou apenas 15 anos. No mesmo ano, a estátua de N. Sra. da Paz foi instalada na capela.

1679 - Transformou-se a parte superior do altar-mor para aí abrir um camarim, onde o Santíssimo seria exposto nos dias de festa. Sobre as duas almofadas da porta corrediça deste camarim estão pintados os santos: São Francisco Xavier e Santo Inácio. Com este fim, cavou-se a parede da capela-mor.

No mesmo ano, providenciou-se a decoração do frontispício (...)

1700 - Conclusão da molduragem do teto da igreja que estava sendo dourado (...)

Os trabalhos de arumação dos altares e da instalação das imagens estenderam-se durante a primeira metade do século XVIII.

1717 - Construiu-se na igreja o altar de São Francisco Régis.

1719 - Execução e douradura do altar da capela do Cristo crucificado.

1722 - Começou-se a fazer a abóbada (de madeira) da capela de N. Sra. da Conceição.

1723 - A capela de N. Sra. da Conceição foi dourada e recebeu sua imagem, enquanto que a de São Francisco Régis ia juntar-se a seu altar. No mesmo período, discutia-se a "reedificação de altares" e a "nova construção dos altares".

1733 - Foi feito o altar de Santa Ana.

1736 - Foi feito um retábulo da Nossa Senhora dos Quarenta Mártires para a capela interior, que desapareceu em 1905 num incêndio da Faculdade de Medicina (ainda resta uma fotografia).

1740 - Reconstrução geral dos telhados do colégio.

1746 - Restauração e ampliação da capela interior. Na igreja, colocou-se, sobre o arco-cruzeiro, uma grande estátua de madeira do Salvador e no frontispício três estátuas de mármore de Santo Inácio, São Francisco Xavier e São Francisco de Borja (...)

1765 - A catedral passou para a igreja do colégio, devido ao precário estado da antiga Sé. (8)

Desde 1597 já se esperava começar essa quarta igreja. Fazia ela parte do plano de conjunto do colégio construído sob a direção do Irmão Francisco Dias (...) É possível que o plano do colégio tenha sido feito, pelo menos refundido por Francisco Dias, porque o padre-visitador Cristóvão de Gouveia no Memorial que escreveu quando da sua visita em 1589 estranhou tivessem sido introduzidas modificações nos planos do colégio, elaborados "com muito cuidado e acôrdo do Irmão Francisco Dias, arquiteto" (...) Parece que a igreja nova não foi por então construída por falta de fundos (...) Em 1654 retomaram-se os

estudos para a construção da igreja, fazendo-se referência, em meio aos debates que então se travaram, ao que ficara "assentado pelos antigos, como mostrava a planta" (...) Que planta, indagamos nós? Seria a de Francisco Dias? Não se sabe. Certo é, porém, que o respectivo partido se enquadra perfeitamente no da versão seiscentista da igreja de S. Roque de Lisboa: nave única, capelas laterais, transepto pouco profundo, capela-mor ladeada de nichos ou capelinhas, ausência de cúpula; e talvez não diferisse muito da versão quinhentista da mesma igreja. (9)

- Igreja do Seminário Maior de Nossa Senhora da Conceição - Salvador (Bahia)

O seminário maior de Salvador recebia os alunos que seguiam os cursos superiores de Filosofia e Teologia, cujo ensino era ministrado no colégio jesuíta vizinho. Fundado (...), em 1743, ele funcionava desde 1747, enquanto esperava pela autoização real, em casas que pertenciam à Sociedade e nas instalações do colégio.

1751, 5 de outubro - O Vice-Rei, Conde de Atouguia, transmitiu ao Rei Dom José um orçamento estimativo das despesas da construção, com um relatório do Provincial. Em 13 de outubro, o engenheiro real José Antônio Caldas assinou uma planta do templo, (...)

1756 - O seminário construído no local, N. Sra. da Saúde, a leste do terreiro de Jesus, foi ocupado pelos estudantes em março de 1756. Conhecem-se os nomes dos três Irmãos que trabalharam em sua construção: Irmão João Mazzi (italiano), murarius; Irmão João Rubiati (italiano), faber lignarius, e Irmão Francisco do Rego, architectus.

O edifício, atualmente, está destruído, mas as disposições de seu conjunto são conhecidas pela planta do engenheiro militar José Antônio Caldas. Consistia de um quadrilátero de construções ordenadas ao redor do claustro. A igreja hexagonal fora da obra no interior do quadrilátero, possuía a fachada na metade de um de seus lados menores. O campanário ficava na parte de trás, saliente em relação à sacristia. (10)

- Igreja de Nossa Senhora Anunciada do Noviciado Jesuítico de Giquitaia (Bahia)

Este noviciado foi fundado para aliviar o movimento do colégio jesuíta da Bahia, na orla da praia de Giquitaia, próximo da cidade, no caminho de Itapagipe (...)

1709, 9 de março - Lançamento da pedra fundamental. O Padre Serafim Leite atribui a planta ao Padre Charles Belleville.

1722 - Três corredores ficaram prontos.

1724 - A capela foi terminada.

1728, 1 de novembro - Inauguração oficial do noviciado.

1732 - Em seguida foi construída uma igreja para o público situada na metade do quarto do quadrilátero, edificado em 1732.

A capela-mor e o coro foram cobertos.

As torres e o frontispício foram reparados. Estes trabalhos já tinham acabado em 1759, quando a ordem jesuíta foi proibida. Em 7 de janeiro de 1760, todos os padres e irmãos da Bahia, num total de 124, se reuniram no noviciado de Giquitaia. Em 19 de abril, dia do seu desembarque, eles celebraram uma última missa (...)

O noviciado foi inteiramente remodelado, ao se transformar em orfanato. A igreja conservou melhor suas disposições primitivas. (11)

- Igreja de São Maurício do Colégio de Santiago Vitória (Espírito Santo)

1666 - Como a igreja S. Maurício ameaçasse ruir, foi decidido construir uma outra que fosse "obra segura".

1683 - O Frei entalhador Domingos Trigueira trabalhou nas obras de madeira e de talha.

1694 - A igreja já existia há vários anos "nova e grande".

1727 - Teve de proceder à reforma do telhado e à escora das paredes.

A igreja era particularmente venerada pela Companhia, pois conservava o jazigo do Padre Anchieta, cujo corpo fora transferido da aldeia de Reritiba (...)

O conjunto foi destruído por ocasião de um incêndio. Reconstruiu-se apenas o colégio que iria servir de palácio do Governador. Conhecemos seu aspecto exterior através de fotografias. A igreja possuía a fachada tradicional para os padrões jesuítas. No campanário primitivo, acrescentaram um outro mais alto, do lado da Epístola, com um coroamento que denota uma época posterior a dos jesuítas. (12)

- Igreja de Nossa Senhora da Luz do antigo Colégio Jesuíta de S. Luiz (Sé - Maranhão)

Este grande templo é a antiga igreja pública do colégio fundado pelos jesuítas em São Luis do Maranhão (...)

1669 - Uma segunda igreja foi iniciada nesta data (...)

1690 - Mais uma vez encontram-se vestígios do lançamento da pedra fundamental. Utilizou-se a pedra original da antiga igreja (...)

1699 - Consagração da igreja (...)

1737 - Construção da torre e do frontispício.

1762 - Após a partida dos jesuítas, a igreja tomou-se catedral. Seria, então, reformada e sua decoração interior seria nitidamente de estilo Dona Maria, conservando, contudo, seu altar-mor.

1922 - Restauração geral do templo equivalente a uma reconstrução.

A catedral denomina-se atualmente de Nossa Senhora da Vitória. (13)

- Igreja de São Francisco Xavier do Colégio de Santo Alexandre de Belém do Pará (Pará)

Quanto à terceira - atual - o Padre Serafim Leite não pôde encontrar a data exata em que foi iniciada. Foi erguida ao longo do quadrilátero, do lado da epístola.

1714 - Paralisação dos trabalhos por falta de recursos.

Manuel de Brito, diretor do colégio (1715-1720), terminou a igreja.

A data de inauguração não é precisa. O Pe. Serafim Leite hesita entre 3 de dezembro de 1718 e 21 de março de 1719.

1718, 21 de julho - Nesta data, inaugurou-se a Capela de Santo Inácio.

1731 - O Padre Geral elogiou o trabalho que se fazia então para decorar a igreja.

1760 - O inventário, após a expulsão dos jesuítas, menciona oito capelas laterais, além da capela-mor. Sete conservaram seu retábulo. Além disso, a nave é ornada de dois púlpitos. (14)

A segunda igreja foi inaugurada em 1668, (...) É a que ainda hoje subsiste (...) O partido da planta lembra o da igreja de S. Roque de Lisboa (...) e, ainda mais, o da igreja do antigo colégio da Bahia (...) A nave é porém mais estreita do que as dessas outras igrejas, e a capela-mor mais larga, do que resultou a supressão das duas capelinhas que nas igrejas da Bahia e de Lisboa ladeiam a capela-mor. As capelas que ladeiam a nave são em número de seis (ao em vez de oito) e mais profundas do que as da Bahia; também o transepto é mais profundo. O madeiramento do telhado foi refeito e a decoração interna ficou, em parte, por acabar. Surpreendem à primeira vista, as proporções atarracadas de todas as elevações interiores, que sugerem a idéia de obra mais antiga do que a igreja do colégio da Bahia. Por ex.: A igreja baiana, embora anterior à paraense, é apurada e elegante; ao passo que a de Santo Alexandre (o nome de S. Francisco Xavier não pegou) é mais livre, mais espontânea, mais barroca, refletindo talvez melhor a gente e a terra para que foi feita. (15)

- Igreja de Nossa Senhora Mãe de Deus do antigo Colégio Jesuíta de Vigia (Pará)

Esta grande igreja é tudo o que resta de uma casa fundada pelos jesuítas de Santo Alexandre de Belém e que era um colégio, na localidade já povoada de Vigia, em 1729. A licença régia data de 11 de maio de 1731.

A igreja que existia anteriormente ao colégio era consagrada a N. Sra. de Nazaré. Há contradição sobre a data do templo atual. A simplicidade de fachada indica a primeira terça parte do século. O frontão postiço parece calcado no de Belém.

Esta igreja apresenta a original disposição de ser limitada por duas altas varandas, apoiadas em colunas de ordem toscana. A sacristia é ornada com pinturas. (16)

- Igreja de São Gonçalo do Colégio Jesuíta de João Pessoa (Paraíba)

1683 - O Padre Diogo Machado fundou um colégio, desenvolvendo uma simples casa que fora estabelecida antes da invasão holandesa.

1732 - A igreja e o colégio ameaçavam ruir.

1736 - Lançamento da pedra fundamental da igreja.

1754, 31 de julho - No dia da festa do Santo Inácio, a igreja estava bem ornamentada com suas novas imagens.

Atualmente, a igreja está destruída, com exceção da torre. Porém, ainda existe uma fotografia antiga da fachada de estilo barroco. O colégio foi transformado em palácio do governador. (17)

- Igreja do Colégio de Nossa Senhora do Terço de Paranaguá (Paraná)

Em 1682, a Câmara solicitou o estabelecimento de uma casa jesuíta, o que só se realizou em 14 de maio de 1708. Em 1727, foi decidida a fundação de um colégio, mas apenas em 10 de dezembro de 1752, a casa de Paranaguá foi elevada canonicamente a colégio.

Os jesuítas se estabeleceram no colégio reconstruído em 1754. A inauguração oficial ocorreu no dia de São José, a 19 de março de 1755. A nova igreja deveria ser dedicada a Santa Bárbara.

A igreja não mais existe (...) (18)

- Igreja de Nossa Senhora do Ó do Colégio do Espírito Santo de Recife (Pernambuco)

O colégio dos jesuítas de Recife foi destruído, sendo que da igreja construída no final do século XVII só restam alguns elementos. Felizmente pode ser reconstruída graças a uma descrição precisa fornecida por seu construtor (...)

Em 18 de dezembro de 1686, foi iniciada, pela sacristia, a igreja, cuja construção foi bem rápida, pois sobre uma das três portas da fachada está gravada a data de 1689. A igreja foi consagrada, sob invocação de N. Sra. do Ó, em 17 de dezembro de 1790 (...)

Os jesuítas adotaram o risco, então incomum para as ordens religiosas, da igreja com corredores encimados por tribunas. A igreja possuía cinco altares, um na capela-mor, dois no cruzeiro e dois na nave. A fachada da igreja apresentava uma galilé de cinco arcadas e duas torres (...) reconstruiu recuadas, de forma que a galilé também ficaria aberta lateralmente. Entretanto, atualmente as três portas de 1689 estão no mesmo alinhamento das torres, uma das quais permanece intacta até o topo. É verdade que durante a reconstrução moderna, estas 3 portas puderam ser recuadas, para ficarem no mesmo alinhamento das torres. Em 1823, o frontispício original foi demolido pois ameaçava ruir (...)

1708 - À igreja, do lado da Epístola, foi acostada a igreja das Congregações Marianas, fundada em 1687. O frontão traz a data de 1708. O colégio se desenvolvia do outro lado.

A igreja foi consideravelmente modificada no século XIX. Do aspecto

anterior, permaneceram o corpo da fachada com a torre do lado da Epístola, as paredes da nave, com os corredores servindo de vias-sacras e encimados por tribunas.

Foram acrescentados um grande frontão postiço e uma torre alta no lado da Epístola, no século passado. A torre possuiu por bastante tempo um semáforo. (19)

- Igreja do Colégio de São Paulo (São Paulo)

1553 - O Padre Nóbrega enviou dois jesuítas do colégio de São Vicente com o objetivo de fundar um estabelecimento no planalto, no campo de Piratininga. Este colégio jesuíta deveria ser a origem do povoado que adotaria seu nome: São Paulo.

O colégio foi construído modestamente, de barro e paus, com oito celas e recoberto de palha.

1556, 1º de novembro - Inauguração da igreja (...)

1671 - Há menção de uma igreja reedificada a partir das fundações, durante o quadriênio do Reitor Lourenço Cardoso (1667-1671).

1683 - Foi edificada a torre, porém logo as fundações cederam, arrastando uma parte da fachada. Os trabalhos foram ativamente retomados e a reconstrução da igreja terminou em 1694.

1701 - Ergueu-se uma nova torre, que muito impressionou os paulistas, porque era de pedra e cal, o que constituía uma grande novidade em São Paulo (...)

1701 - A igreja foi indicada como digna de ser vista, pela sua obra de talha dourada.

1707 - Mencionou-se a construção de quatro altares de talha dourada. Trata-se dos altares menores "quantuor minores arae ouro illuminatae"; um destes ainda existe, bem como o altar-mor do mesmo estilo, cujos fragmentos, desfigurados e reagrupados novamente, podem ser vistos na igreja do Sagrado Coração de Maria. Uma coluna proveniente de um dos pequenos altares está no Museu Paulista do Ipiranga.

O estabelecimento foi demolido no início deste século. Conhecemos sua fachada através de desenhos e de uma fotografia. As construções acostavam-se à igreja, no lado da Epístola. Apesar das reformas, a torre e a fachada permaneceram de acordo com o tipo original. (20)

- Igreja do Colégio de São Miguel de Santos (São Paulo)

1725 - Reconstruiu-se uma terceira igreja "totalmente nova".

1732 - Como o prédio do seminário ameaçasse ruir, foi reconstruído.

1736 - Ainda trabalhava-se na obra "da nova torre".

As edificações dividiam-se em volta de um claustro de um lado da igreja (lado da Epístola). A fachada com sua torre, embora tenha sido reconstruída no século XVIII, permaneceu fiel ao tipo do século XVII.

Atualmente nada mais resta destas construções. (21)

1.1 O PROGRAMA CONSTRUTIVO

. A igreja como parte de um conjunto

A igreja em estudo não era uma construção isolada; fazia parte do complexo arquitetônico do Colégio do Rio de Janeiro. De acordo com Lúcio Costa, o programa das construções da Companhia de Jesus podia ser dividido em três partes:

(...) para o culto, a igreja com coro e a sacristia; para o trabalho, as aulas e oficinas; para residência, os "cubículos", a enfermaria e mais dependências de serviço, além da 'cerca' com horta e pomar. (22)

Conforme visto anteriormente, o partido arquitetônico adotado pela Companhia de Jesus para atender ao programa acima descrito era o de "dispor os vários corpos da construção em quadra" (23), sendo um dos quartos desta quadra sempre ocupado pela igreja (24).

Deste modo, as igrejas jesuíticas só podem ser analisadas como partes integrantes dos colégios e residências, principalmente no que se refere à sua localização no sítio.

A igreja em estudo iria substituir a Igreja de Santo Inácio, ocupando não só a área desta, mas estendendo-se também para os fundos e para o lado da Epístola, ou seja, para o lado oposto à edificação do colégio propriamente dito (25). Não houve no caso da Nova Igreja um projeto comum para o colégio e a igreja.

A posição da igreja em relação ao complexo arquitetônico no qual se inseria

(o Colégio do Rio de Janeiro) não foi questionada. A edificação que correspondia ao colégio já existia e inclusive havia sofrido, conforme visto, várias reformas que além de ampliarem suas dimensões teriam-lhe acrescentado melhorias (26).

Excetuando o Seminário de Cachoeira de Belém (1726) (Fig. nº 132) e o Seminário de Mariana, onde as igrejas localizam-se no centro do conjunto, nos demais estabelecimentos da Companhia de Jesus no Brasil as igrejas situavam-se em uma das extremidades da edificação.

Obedeciam à seqüência descrita por Lúcio Costa, ocupando o “quarto” da quadra contíguo ao colégio ou a residência, formando com ele ou ela uma única elevação (27). Esta seqüência, também repetida no Colégio do Rio de Janeiro desde a época em que a Igreja de Santo Inácio foi construída, seria mantida com a Nova Igreja.

. Da necessidade de abrigar número crescente de fiéis

De acordo com Lúcio Costa, o programa jesuítico exigia que a igreja de seus estabelecimentos fosse:

ampla a fim de abrigar número sempre crescente de convertidos e curiosos, e localizada, de preferência, em frente a um espaço aberto - um terreiro - onde o povo pudesse se reunir a andar livremente. (28)

Conforme visto no capítulo II da presente dissertação, antes mesmo da aprovação para a construção da Igreja de Santo Inácio, os jesuítas do Colégio do Rio de Janeiro adquiriram um terreno à frente do local destinado à edificação daquela igreja (Igreja de Santo Inácio), para que o mesmo servisse de terreiro

(29).

Logo, a Nova Igreja, ao ser construída no espaço ocupado pela Igreja de Santo Inácio, já cumpriria a exigência do programa jesuíta quanto ao terreiro.

Quanto à necessidade de ser ampla, a Nova Igreja iria ser bem maior do que a Igreja de Santo Inácio (30); seria inclusive maior que a Igreja do Colégio de Salvador, que, com sua nave de aproximadamente 37 m de comprimento por 17 m de largura, é a maior igreja construída pela Companhia de Jesus no Brasil.

. O coro e a sacristia

No que se refere às dependências requeridas no programa jesuíta, Lúcio Costa menciona o coro e a sacristia (31).

A Nova Igreja deveria ter coro como as demais igrejas jesuíticas (32), mas este não chegou a ser construído. Quanto à sacristia, esta já havia sido concluída e, conforme visto, localizava-se ao fundo, disposta perpendicularmente à nave e à capela-mor (33).

Além da sacristia, haviam ainda dois compartimentos situados um de cada lado da capela-mor, que provavelmente funcionariam como apoio à sacristia e à capela-mor (Fig. nº 119). Através de um destes ambientes (o do lado do Evangelho) se estabeleceria uma - senão a única - comunicação (34) entre o interior da igreja e o colégio.

O fiel que freqüentava a igreja, ao se dirigir à sacristia, teria também que necessariamente passar por um destes compartimentos, o que de certa forma se

adequava ao programa da Companhia que tinha como um dos seus objetivos o controle sobre todas as partes de suas edificações.

De acordo com Beatriz Santos de Oliveira, a organização espacial do sítio jesuítico precisaria atender a regras de “recolhimento e decência”:

A forma arquitetônica (jesuíta) deveria conjugar a reclusão e a vida ativa (...) Permitindo a necessária clausura (a “oração de metódica” monástica), a forma quadra deve consentir também que o olhar do superior alcance com facilidade as partes; que abarque este espaço para o claro entendimento de sua vigilância. (35)

Os templos da Companhia de Jesus, ao mesmo tempo em que eram como as demais igrejas, um espaço público destinado à reunião de fiéis, pertenciam também a um estabelecimento religioso onde deveria haver reclusão e isolamento. As portas das igrejas da Companhia só permaneciam abertas durante o culto. Uma vez terminadas as atividades relacionadas com o mundo exterior, o templo era fechado:

Para que nas ditas casas se guarde a clausura tão exatamente como convém, acabados os ofícios divinos, se fechará a porta da igreja e se levará a chave ao cubículo do Superior, o qual a dará outra vez à tarde, quando se houver de fazer a 2ª doutrina, e às horas de Ave-Marias se fecharão todas as portas, que têm trânsito para fora ou para a cerca e havendo-se de abrir algumas destas portas, depois de ser noite, se não houver na casa dois dos nossos, que vão acompanhados, ao menos esteja o Superior à vista, enquanto o companheiro abre e fecha (...) (36)

Ao que tudo indica, tal prática permanece até hoje nos colégios da Companhia. No atual Colégio Santo Inácio do Rio de Janeiro, situado à rua S. Clemente, em Botafogo, constatamos que a Igreja desta instituição só é aberta para as missas e para algumas cerimônias tais como casamentos, batismos etc.

Acrescenta-se também que, de acordo com a profa. Anna Maria Monteiro de Carvalho, o Colégio Jesuíta do Rio de Janeiro apresentaria, contíguo à portaria deste estabelecimento, o parlatório (37). Para o parlatório, ambiente típico da arquitetura monástica e conventual, dirigiam-se os fiéis que ao término das missas desejassem se comunicar com o sacerdote ou qualquer membro da comunidade religiosa (38).

A disposição da sacristia da Nova Igreja adequava-se ao programa jesuítico. Localizada nos fundos da igreja, não apresentava acesso direto com o exterior e nem havia corredor algum ao longo da nave que permitisse passagem direta das portas, localizadas na fachada principal, até a referida sacristia. Para atingi-la, o visitante teria duas opções: percorrendo o interior da igreja, atravessando a nave, o cruzeiro e um dos compartimentos que flanqueavam a capela-mor ou através do colégio, passando necessariamente pela portaria, onde só prosseguiria mediante permissão. A organização especial permitiria, deste modo, que padres e irmãos exercessem, nas duas opções, o total controle do uso da sacristia como de toda a igreja.

1.2 A PLANTA

A análise das plantas das igrejas jesuíticas têm considerado apenas a nave e a capela-mor, que seriam os chamados “espaços principais” (39). Seguindo a metodologia desenvolvida por Sandra Alvim, analisaremos a planta-baixa das igrejas como um todo composto por espaços principais e secundários:

Os espaços que compõem a planta das igrejas são classificados em principais e secundários, de acordo com sua importância no programa

arquitetônico. Os principais configuram a capela-mor e a nave. A capela-mor é espaço específico das celebrações religiosas e a nave, espaço reservado aos fiéis, constituindo a conjugação dos dois a forma básica da planta. Os secundários - anexos ou dependências - abrigam atividades de apoio ao culto e à organização da instituição e estruturam-se em função da nave e da capela-mor, articulando a composição. (40)

. Nave única retangular

As plantas das igrejas podem ser classificadas quanto ao formato (retangulares, octogonais, curvas...) e quanto ao número de naves (nave única, três naves, cinco naves...). A planta da Nova Igreja, conforme visto, seria retangular de nave única com capelas laterais.

Todas as igrejas jesuíticas estudadas apresentam planta retangular; através dos dados fornecidos por Germain Bazin apenas a Igreja do Seminário Maior de Nossa Senhora da Conceição de Salvador constituiria uma exceção, por apresentar planta hexagonal.

Mas esta igreja (do Seminário Maior de N. Sra. da Conceição) é um hexágono regular, que termina por uma pequena capela-mor; as arcadas do claustro dão a volta em dois lados do hexágono, levando a uma grande sacristia situada atrás da capela-mor, (...) O campanário está um pouco recuado, (...); no Brasil, creio que é a única no gênero. Devemos atribuir essa originalidade, que contrasta com as soluções clássicas dos jesuítas, ao fato de tal projeto ser de autoria de um leigo e não de um clérigo. (41)

De acordo com Lúcio Costa, excetuando a Igreja de S. Pedro da Aldeia (Rio de Janeiro) (1617) e de Reritiba (Espírito Santo) (1597), que possuem três naves, os jesuítas adotaram o partido de nave única (42). Entretanto, ainda segundo o referido autor, este partido de nave única se divide em quatro tipos (43). Dentre as

categorias definidas por Lúcio Costa, salvo algumas diferenças, a Nova Igreja, por possuir transepto e capelas laterais, se incluiria na quarta:

(...) o das igrejas maiores seiscentistas, já influenciadas pelo padrão de planta então corrente da igreja jesuítica romana de Gesù (44). Pertencem ou pertenceram a esta categoria, além da igreja do Colégio do Salvador, espécie de "matriz" da Companhia, as de S. Paulo de Piratininga e de Belém do Pará. Em vez dos três altares - caso mais geral nas igrejas do tipo anterior - contam-se aqui numerosos altares dispostos em capelas laterais, sendo que as duas mais próximas da capela-mor faziam-se quase sempre mais largas e mais altas, quando não também mais profundas, com aquele mesmo objetivo de marcar, em planta, o cruzeiro. (Fig. nº 133) (45)

. A Igreja de São Roque

Paulo Santos, em sua obra *O Barroco e o Jesuítico na Arquitetura do Brasil*, analisa três igrejas jesuítas que ao seu ver caracterizam o partido jesuítico em planta. Seriam elas: a Igreja de Nossa Senhora da Graça do antigo Colégio de Olinda (1584) (Fig. nº 134); a Igreja do antigo Colégio da Bahia (Sé de Salvador) (1657-1672) (Fig. nº 135); e a Igreja de São Francisco Xavier do Colégio de Santo Alexandre de Belém do Pará (princípios do século XVIII) (Fig. nº 136) (46).

Segundo esse autor, as principais igrejas da Companhia teriam tido como modelo, em planta, a planta-baixa da Igreja de São Roque em Lisboa (c. 1565) (Fig. nº 137), que como as igrejas acima mencionadas, não apresenta:

o cruzeiro quadrado (formado pela nave e o transepto de iguais larguras) e, como consequência, desprovidas de cúpula, particularidade que veio a tornar-se um dos característicos dominantes das grandes igrejas jesuíticas brasileiras, e que muito claramente as distingue das dos países de colonização hispânica da América, (...) (47)

Dentre as mais antigas igrejas quinhentistas jesuíticas portuguesas,

nenhuma é tão importante para o estudo da arquitetura da Companhia de Jesus no Brasil. segundo Paulo Santos, como a Igreja de São Roque em Lisboa (48). Seu construtor, o arquiteto Francisco Dias, seria depois o arquiteto dos três colégios reais brasileiros (Salvador, Rio de Janeiro e Olinda). sendo senão o autor da "traça" das igrejas destes colégios; seus projetos certamente influenciaram nossas igrejas jesuíticas (49).

No que se refere à Igreja de N. Sra. da Graça em Olinda (1584), Paulo Santos admite que, ao visitar posteriormente esta igreja, constatou que ela não parece ser "um modelo perfeito" da Igreja de São Roque de Lisboa (50). Segundo esse autor, o que caracteriza o partido de S. Roque é principalmente a existência de cruzeiro (ou transepto, já que não há cruzeiro sem transepto) e de capelas laterais (51). *"De fato, a traça da igreja da Graça não é a mesma da igreja lusa (S. Roque), mas teria se baseado na dessa igreja, (...)"* (52)

Quanto à Igreja do Colégio de Salvador (1657-1672) e à do Colégio de Belém do Pará (princípios do século XVIII), Paulo Santos afirma que suas plantas obedecem mais ao partido arquitetônico da Igreja de S. Roque do que à planta da Igreja de N. Sra. da Graça. Sendo que a Igreja de Belém do Pará, segundo esse autor, não teria a mesma "elegância e apuro" da Igreja da Bahia (53).

A mais grandiosa e importante das nossas igrejas jesuíticas é a do antigo colégio da Bahia, cuja planta obedece (muito mais do que a de Nossa Senhora da Graça) ao partido da igreja de S. Roque e cujo tratamento plástico da nave também se aproxima do daquela igreja lusa. Uma e outra, de grande elegância, apuro, distinção e beleza. A do Pará, ainda que não tenha o mesmo apuro que a da Bahia, terá, talvez, interêsse regional maior. (54)

Paulo Santos, entretanto, conforme visto no capítulo III (55), destaca a

grande diferença das igrejas jesuíticas brasileiras em relação à Igreja de S. Roque: a inclusão de uma ou duas torres na parte anterior (56). A partir da Igreja de Gesú (1568), cuja construção, iniciada em 1568, foi a primeira edificada especialmente para os jesuítas (Fig. nº 138) (57), para Igreja de São Roque, o partido "jesuítico" perdeu a cúpula e a abóbada. E da de São Roque para as igrejas brasileiras, teria ganho as torres (58).

Este autor ainda acrescenta que se torna muito difícil diferenciar pelo partido em planta o partido jesuítico, pois a inclusão das torres e a supressão da cúpula foram incorporadas ao partido da maioria das igrejas brasileiras independente da ordem ou irmandade a que estas igrejas pertençam (59).

Paulo Santos destaca também a questão da existência do coro (por cima da entrada) não só nas igrejas jesuíticas como em quase todas as igrejas brasileiras. A Igreja de Gesú não possuía coro, mas este passou a ser adotado segundo o referido professor em toda Ibéria e na América Espanhola após a construção do Escorial (60).

Concluimos então que, segundo Paulo Santos, a planta-baixa da Nova Igreja, apesar de possuir transepto e capelas laterais ao longo da nave, seria considerada como exceção não só por seu cruzeiro quadrado e pela abóbada da nave, mas principalmente pela previsão da cúpula. Segundo o dito professor, é raro o emprego da cúpula não só na arquitetura jesuítica como em toda arquitetura religiosa brasileira (61).

. A planta articulada X a planta concentrada

Conforme visto, Paulo Santos afirma que o partido das plantas da Companhia de Jesus no Brasil teria se formado a partir da Igreja de São Roque de Lisboa, acrescentando algumas modificações, e a Igreja de São Roque por sua vez constituiu-se a partir da Igreja de Gesù em Roma, com algumas alterações.

Germain Bazin discorda desta seqüência elaborada por Paulo Santos; segundo ele haviam duas tendências distintas para o partido da planta das igrejas da Companhia em Portugal: a planta articulada à romana, representada pela Igreja de Gesù, e a planta concentrada autóctone, de cujos exemplos um seria a Igreja São Roque (62).

Cada provincia, portanto, criou suas próprias tradições, especialmente as mais antigas, como a Espanha e Portugal; a igreja do Gesù de Vignola não exerceu a influência que antes lhe era atribuída, pela simples razão de que, tendo sido projetada em 1568, não é a mais antiga da Companhia. (63)

Já em Portugal, tudo se passou de forma bem diferente, pois lá houve uma resistência maior à romanização. As primeiras igrejas jesuítas de Portugal - aliás anteriores ao Gesù - não sofreram qualquer influência de Roma, buscando suas origens em fontes autóctones e não em diretrizes ultramontanas. (64)

Segundo este autor, a influência do tipo de igreja romana só é introduzida em Portugal por Filippo Terzi com a Igreja de São Vicente de Fora (1582-1620) (Fig. nº 139) (65). E mesmo assim, durante o século XVII, as igrejas portuguesas jesuíticas oscilam entre as duas tendências. Ao mesmo tempo que a Igreja do Colégio de Coimbra (Sé Nova) (princípios do século XVIII) (Fig. nº 140), cuja inauguração da nave data de 1640, reporta-se ao tipo romano, a Igreja do Colégio de Santarém (1673) (Fig. nº 141), cujo projeto foi aprovado em 1673, mostra uma

regressão ao plano concentrado (66).

No que se refere às igrejas jesuítas brasileiras, Bazin afirma que as plantas das Igrejas de N. Sra. da Graça em Olinda e Santo Inácio do Colégio do Rio teriam sido inspiradas na planta da Igreja de São Roque. As Igrejas do Colégio de Salvador e do Colégio de Belém derivariam de outra igreja jesuíta também de plano concentrado: a Igreja do Espírito Santo de Évora (1567-1574) (Fig. nº 142) (67).

Espírito Santo de Évora apresenta um projeto mais complicado, porém completamente diferente da do Gesù. Da mesma forma tem uma única nave, cujas capelas laterais se comunicam, mas, desta vez, existe um transepto. Este contudo, de altura menor do que a abóbada da nave central, e vindo a apoiar-se no arco triunfal, é formado de duas capelas simples, um pouco mais altas que as outras, mas não mais profundas, de tal maneira que esse transepto - que seríamos tentados a denominar de falso transepto - se restringe ao interior do templo e não aparece na parte externa. Sobre as capelas, vastas tribunas se intercomunicam, aliás prosseguem mais estreitas, sobre os braços do transepto. Essas tribunas, iluminadas através de janelas horizontais, sobem quase até a altura da nave central. A capela-mor, pouco profunda, está ladeada por duas pequenas torres que não ultrapassam as paredes abauladas da nave, como em São Roque. Todo o templo, tal como o de Lisboa, mostra, portanto, na planta, uma tendência à concentração, limitando-se a um espaço retangular, e na elevação pela absorção do transepto, pelo seu alinhamento às paredes externas. (68)

Quanto à Nova Igreja, ela se filiaria ao partido de planta articulada com cúpula, já adotado conforme visto em Portugal, mas raro no Brasil. Segundo Bazin, a Nova Igreja seria uma prova de que a Companhia, quando expulsa do Brasil, começaria "a se orientar por novas diretrizes. Sua dissolução pôs fim a esse movimento ainda na sua gênese (...)" (69)

. O transepto e as capelas laterais

Em resumo, no que se refere à planta-baixa, a Nova Igreja seria classificada pelos autores acima citados de acordo com o quadro a seguir:

AUTORES	A NOVA IGREJA
Lúcio Costa	Pertenceria ao 4º tipo de planta de nave única, sendo incluída no mesmo grupo das Igrejas do Colégio de Salvador, de São Paulo de Piratininga e de Belém do Pará.
Paulo Santos	Seria considerada como exceção por possuir cruzeiro quadrado, abóbadas e principalmente cúpula. Salvo algumas diferenças as Igrejas de N. Sra. da Graça de Olinda, do Colégio de Salvador e de Belém do Pará filiaram-se ao partido adotado em planta da Igreja de São Roque.
Germain Bazin	Filiar-se-ia ao partido de planta articulada com cúpula, indicando uma nova tendência na arquitetura jesuítica desenvolvida no Brasil. As Igrejas do Colégio de Salvador e do Colégio de Belém do Pará filiar-se-iam ao partido de planta concentrada da Igreja de Espírito Santo de Évora.

Acreditamos como Germain Bazin que a planta da Nova Igreja indica que uma nova diretriz iria ser adotada para as plantas das igrejas da Companhia de Jesus no Brasil. Sendo o único exemplo jesuítico deste novo partido em planta no Brasil, constituiria uma exceção. Entretanto, a existência do transepto e de capelas laterais ao longo da nave em algumas igrejas da Companhia (a 4ª tipologia definida por Lúcio Costa) nos permite sob este aspecto comparar a Nova Igreja com estes templos.

Lúcio Costa afirma que as igrejas do quarto grupo são construções do século XVII e cita como exemplo dessa categoria as igrejas do Colégio de Salvador, do Colégio de Belém do Pará e do Colégio de São Paulo de Piratininga (70).

Conforme o quadro referente à data de construção destas igrejas jesuítas brasileiras, verificamos que as três construções acima citadas são obras da 2ª metade do século XVII e da 1ª metade do século XVIII (71). Logo, seriam

contemporâneas à Nova Igreja.

A Igreja do Colégio do Salvador constitui-se na maior igreja construída da Companhia de Jesus no Brasil. Sua nave, com cerca de 37 m de comprimento, apresenta 8 (oito) capelas laterais, sendo 4 (quatro) de cada lado da nave. O transepto, cuja profundidade (7 m) é pouco maior do que o tramo das capelas laterais (5 m), possui uma capela em cada um dos seus braços. A pouca profundidade do transepto faz com que o mesmo pareça mais um tramo de capelas laterais do que um transepto com cruzeiro propriamente dito. As capelas laterais, sendo pouco profundas (cerca de 5 m de largura por 3 m de profundidade) tornam o trecho central da nave largo, o que contribui para que o desenho em cruz da planta não seja acentuado.

A Igreja do Colégio de Belém do Pará possui nave com cerca de 32 m de comprimento por aproximadamente 12 m de largura. Apresenta 6 (seis) capelas laterais, sendo 3 (três) de cada lado da nave. Seu transepto é mais acentuado do que o da Igreja do Colégio de Salvador; sua profundidade (9 m) é maior do que o tramo das capelas laterais (4 m). Suas capelas laterais, com a largura menor do que a profundidade (4 m e 5 m respectivamente), também são mais profundas do que as capelas laterais de Salvador.

A fim de compararmos a nave destas duas igrejas com a Nova Igreja do Colégio do Rio, elaboramos o quadro a seguir:

Igrejas	compr. da nave (m)	larg. da nave (m)	larg. e profund. do cruzeiro (m)	nº de capelas laterais	larg. e profund. das cap. lat. (m)
Igreja do Colégio do Salvador	37	17	17/7	8	5/3
Igreja do Colégio do Belém do Pará	32	12	12/9	6	4/5
Nova Igreja do Colégio do Rio de Janeiro	42	12	12/12	6	6/5

(*) medidas aproximadas

Através deste quadro verificamos que, quanto:

- ao comprimento da nave

A Nova Igreja apresentaria o maior comprimento.

- à largura da nave

A Nova Igreja apresentaria a mesma largura do que a da nave da Igreja de Belém, sendo que a de Salvador possui a nave mais larga.

- à profundidade do transepto

A Nova Igreja possuiria o transepto mais profundo, o que acarretaria um cruzeiro quadrado.

- ao número de capelas laterais

A Nova Igreja possuiria o mesmo número de capelas laterais (6) que a Igreja de Belém.

- à largura e à profundidade das capelas laterais

As capelas laterais da Nova Igreja seriam mais largas do que profundas, assim como as da Bahia, entretanto proporcionalmente diferentes. As capelas da Nova Igreja são praticamente quadradas, com a proporção entre largura e profundidade na razão de 1:0,8; na Igreja de Salvador a razão entre profundidade e largura é igual a 1:0,6. Na Igreja de Belém as capelas também são praticamente quadradas, entretanto nelas a profundidade é maior do que a largura na razão de 1:1,2.

Essas características indicam que, quanto ao trecho da nave destas igrejas, compreendido entre as primeiras capelas laterais e o início do cruzeiro, especialmente a Nova Igreja seria mais parecida com a Igreja do Colégio de Belém; a pouca profundidade das capelas laterais e conseqüentemente a grande largura da nave da igreja baiana a aproximam do partido de nave única propriamente dito, diferenciando-se neste aspecto das igrejas do Rio e de Belém. A grande profundidade das capelas laterais de Belém e da Nova Igreja sugerem "falsas" naves laterais. Principalmente no que se refere à Igreja Nova, onde ao que tudo indica, os vãos entre as capelas seriam ainda maiores do que os de Belém (72).

Discordamos de Germain Bazin quando o mesmo considera a Igreja do Colégio de Belém do Pará como exemplo de planta concentrada. Apesar de não possuir cruzeiro quadrado com cúpula, o transepto dessa igreja é mais acentuado do que o da Igreja do Colégio de Salvador, e sua nave é mais estreita do que a nave da igreja baiana, o que contribui para realçar o desenho da cruz em planta. A cabeceira desta igreja também diferencia-se da Igreja do Colégio de Salvador por

não apresentar capelas colaterais à capela-mor (73). Consideramos a Igreja de Belém do Pará como a primeira tentativa de planta articulada da Arquitetura Jesuítica Brasileira que só se concretizaria na Nova Igreja caso esta igreja tivesse sido concluída.

. A cúpula

No que se refere à presença da cúpula, a Nova Igreja seria a primeira igreja jesuítica brasileira a possuir cúpula. Provavelmente a cobertura da nave e capela-mor seriam em abóbada de berço, assim como a cobertura do transepto; no encontro destas abóbadas haveria uma cúpula sob pendentes.

. As torres e o nártex

Acreditamos que a Nova Igreja apresentaria duas torres na fachada principal. Entretanto, não foi possível verificar se as mesmas definiriam-se também em planta, como na Igreja do Colégio de Belém do Pará, ou se seriam como na Igreja do Colégio de Salvador, que em planta se integram ao espaço do nártex (74).

O nártex, segundo Luís Manuel Teixeira, define-se como "*um espaço coberto adossado à fachada principal de uma basílica em toda a sua largura, pelo exterior (exonártex) (75) ou interiormente (endonártex), precedendo a nave*" (76).

De acordo com Sandra Alvim, o nártex constitui-se em um espaço de transição:

O nártex ou galilé, com aberturas sob a forma de arcada, é anterior à

nave, de mesma largura que ela e superposto por outro pavimento, onde se localiza o coro da igreja. Introduzido no Rio pelas ordens primeiras, caracteriza-se como vestíbulo bem configurado em planta e volumetria. Dentre os ambientes de transição, é o que melhor se integra à planta e à volumetria geral, sendo incorporado facilmente ao interior quando se pretende ampliar o comprimento da nave. (77)

Na Igreja de Salvador o nártex é definido principalmente por sua largura (estende-se por toda a largura da igreja - nave e capelas laterais) e pelas colunas que sustentam o coro. Sua profundidade corresponde ao tramo das capelas laterais (5 m). Funciona realmente como um vestíbulo, na medida em que todos os acessos à nave, principais e laterais, nele se localizam.

Na Igreja de Belém do Pará o trecho do início da nave, que corresponde às torres, não se configura em planta como um nártex. Não há indicação de pilares ou colunas, que, sustentando o pavimento do coro, criariam uma arcada. Sua largura também não abrange toda a largura da igreja; limita-se à largura da nave (12 m). Além dos acessos principais, apresenta apenas um acesso lateral para uma das torres do lado do Evangelho. O único elemento que diferencia este espaço do espaço da nave propriamente dito é a cobertura, pois, sendo sobreposto por dois pavimentos, apresenta altura inferior à da nave.

Em nossa proposta para reconstituição não foi possível determinar este trecho da igreja em planta e determinar a existência do nártex. A única informação que foi possível auferir foi: caso existisse nártex (Fig. nº 119), sua profundidade corresponderia ao tramo das capelas laterais (6 m), como no nártex da igreja de Salvador (Fig. nº 135).

. As tribunas e os púlpitos

A Nova Igreja, ao que tudo indica, teria tribunas ao longo da nave sobre as capelas laterais, assim como as igrejas do Colégio de Salvador (1657-1672), do Colégio de Belém do Pará (princípios do século XVIII), do Recife e do Seminário de Belém da Cachoeira (1726) (Fig. nº 143) (78).

Na capela-mor da Nova Igreja também abrir-se-iam tribunas (79), uma de cada lado desta, assim como na capela-mor da Igreja do Seminário de Belém da Cachoeira. A capela-mor da Igreja do Colégio de Belém do Pará parece não ter possuído tribunas originalmente. A parede desta capela era forrada por pinturas sobre painéis de madeira. Na parte superior, que corresponderia ao primeiro piso, alguns painéis foram retirados, criando "falsas tribunas" (Fig. nº 144).

Para o transepto da Nova Igreja ainda abrir-se-iam 4 (quatro) tribunas, duas em cada um dos braços do transepto, situando-se sobre os vãos que comunicavam o transepto com os compartimentos que ladeavam a capela-mor e com as capelas laterais à nave.

As tribunas são espaços secundários, assim como o coro, o consistório e as dependências (80). Abrem-se sobre a nave e a capela-mor sob forma de janelas, balcões... que, como outras envazaduras (arcos, portas etc.), nichos de altares, pilastras, painéis escultóricos ou pictóricos, púlpitos (...). podem ser analisadas, de acordo com Sandra Alvim, como elementos de composição das paredes da nave e da capela-mor (81).

As tribunas da nave encimavam os arcos das capelas laterais; as do transepto e da capela-mor situavam-se sobre painéis em pedra existentes sobre

as portas (82). As paredes da nave da Nova Igreja apresentariam a seguinte seqüência: arco da capela lateral encimada por tribuna / pilastra colossal / arco da capela lateral encimada por tribuna / pilastra colossal / arco da capela lateral encimada por tribuna. Tal seqüência interrompida pelo cruzeiro não se repetiria nas paredes laterais da capela-mor.

Acreditamos que as tribunas da nave, ainda que maiores, apresentariam o mesmo formato das tribunas da capela-mor, e havia na capela-mor o mesmo tipo de pilastras colossais da nave, uma em cada parede lateral, após o tramo composto por tribuna sobre painel e porta (83). Entretanto, as tribunas da capela-mor encimavam portas com sobrevergas em cantaria e entre as portas e as tribunas havia um painel de pedra que não apareceria na composição das paredes da nave. A composição das paredes laterais da capela-mor: porta encimada por painel em pedra coroada por tribuna repetia-se nos braços do transepto (84).

As paredes laterais das capelas-mores da Igreja do Colégio de Salvador e da Igreja do Colégio de Belém do Pará não repetem a mesma composição das paredes de suas naves.

Os púlpitos, segundo Sandra Alvim, são elementos de interrupção na seqüência dos tramos das naves, por se destacarem do plano das paredes e encontrarem-se a uma altura intermediária entre o térreo e o primeiro piso (85).

No que se refere aos púlpitos, a Nova Igreja apresentava dois nichos, um em cada pilastra do arco que antecede o cruzeiro. Não podemos afirmar se estes nichos se destinariam aos púlpitos. Caso fossem, os púlpitos funcionariam como marcos do início do cruzeiro. O cruzeiro na Nova Igreja seria a única interrupção

na seqüência contínua da nave estabelecida pelos tramos compostos pelos arcos das capelas laterais encimados por tribunas.

Todas as igrejas jesuíticas brasileiras apresentavam pelo menos um púlpito (86). Possuem dois púlpitos as igrejas do Colégio de Salvador (1657-1672), do Colégio de Belém do Pará (princípios do século XVIII) e do Seminário de Belém da Cachoeira (1726) na Bahia (Fig. nº 145). Nas igrejas dos Colégios de Salvador e de Belém do Pará, os púlpitos localizados nos pilares entre a primeira e a segunda capela lateral (a partir do transepto) interrompiam a seqüência contínua estabelecida pelos tramos também compostos de arcos encimados por tribunas (Fig. nº 146).

. Os acessos

A Nova Igreja possuiria três acessos (Fig. nº 4 a 6) na fachada principal: um no tramo central e dois nos tramos das extremidades. De acordo com Lúcio Costa, tanto se encontram igrejas jesuíticas com um acesso principal como com três. Segundo esse autor, depois da construção da Igreja do Colégio de Salvador (1657-1672) com três acessos, adotou-se este partido na Igreja do Colégio de Recife (1686), na Igreja do Colégio de Belém do Pará (princípios do século XVIII) e em outras igrejas menores setecentistas (87). Entretanto, conforme a nossa proposta para reconstituição da fachada desta, igreja os três acessos nela não se encontram no mesmo tramo (tramo central), como nas igrejas do Colégio de Salvador e de Belém do Pará (Fig. nº 65, 130 e 147).

Os acessos localizados nas extremidades sobre as torres não se abririam

diretamente para a nave; mesmo que as torres não se configurassem em planta, estes acessos se localizariam nas extremidades do nártex (88). Logo, são portas frontais mas secundárias. De acordo com a nossa proposta para reconstituição da fachada (Fig. nº 130), a nossa igreja apresentaria apenas um acesso principal.

Quanto aos acessos laterais na nave, a Nova Igreja não os possuiria, assim como não os havia na Igreja do Colégio de Belém do Pará. Na Igreja do Colégio de Salvador, conforme visto, os acessos laterais localizam-se no nártex, não abrindo-se diretamente para a nave.

Conforme visto anteriormente, devido à necessidade de controlar o uso de suas igrejas (89), acreditamos que o programa jesuítico não deveria mesmo prever a abertura de acessos laterais ao longo da nave.

. A capela-mor

A capela-mor da Nova Igreja, em nossa proposta, configurou-se em um retângulo praticamente quadrado. Sua largura seria igual à da nave (12 m) e sua profundidade seria de 13 m (Fig. nº 119).

Através das plantas elaboradas por Paulo Santos (90) e através de documentação do IPHAN (91), dentre as igrejas dos colégios e seminários jesuíticos, verificamos as dimensões da capela-mor de três templos:

Igrejas	larg. aprox. da capela-mor (m)	profund. aprox. da capela-mor (m)
Igreja do Colégio de Salvador Bahia	7	11
Igreja do Seminário de Belém da Cachoeira Bahia	5,35 (*)	6,77 (*)
Igreja do Colégio de Belém do Pará	7	14
Igreja Nova do Colégio do Rio de Janeiro	12	13

(*) medidas fornecidas pela descrição desta igreja contida em documentação do IPHAN

Constata-se que a capela-mor da Igreja do Seminário de Belém da Cachoeira também se aproxima da forma quadrangular, como a capela-mor da Nova Igreja. Excetuando a Igreja do Colégio de Belém do Pará, cuja profundidade da capela-mor é o dobro da largura desta capela, nenhuma destas igrejas possui uma capela-mor que possa ser considerada profunda. Estabelecemos também a proporção entre a área da nave e da capela-mor destas igrejas e a relação entre a profundidade de suas capelas-mores e o comprimento de suas naves:

Igrejas	data de construção	área da nave / área da capela-mor	profund. da capela-mor (aprox.)	compr. da nave (aprox.)	profund. da capela/ compr. da nave (aprox.)
Igreja do Colégio de Salvador Bahia	2ª met. séc. XVII	11/1	11	37	1/3 (menor)
Igreja do Colégio de Vitória Espírito Santo	2ª met. séc. XVII	8/1	— (*)	— (*)	1/3 (menor)
Igreja do Seminário de Belém da Cachoeira Bahia	1ª met. séc. XVIII	5/1	6,77	22,84	1/3 (menor)
Igreja do Colégio de Belém do Pará	1ª met. séc. XVIII	7/1	14	32	1/2 (menor)
Nova Igreja do Colégio do Rio de Janeiro	1ª met. séc. XVIII	6/1	12	42	1/3 (menor)

(*) As proporções nesta igreja foram obtidas através de uma planta apresentada por Luís Antônio de Carvalho, sem referência de escala.

Constata-se que as capelas-mores não são profundas e que nas construções mais recentes a área da capela-mor aumenta em relação à área ocupada pela nave. Entretanto, a razão entre a profundidade das capelas-mores e o comprimento das naves permanece a mesma, salvo a Igreja do Colégio de Belém do Pará. Como seria na Nova Igreja, a razão entre a profundidade da capela-mor e o comprimento da nave se mantém próxima a $1/3$.

A pouca profundidade das capelas-mores parece constituir-se em uma característica das igrejas da Companhia de Jesus construídas no Brasil, seja em igrejas de colégios como em templos mais simples das aldeias.

As capelas-mores das igrejas de Nossa Senhora da Assunção em Anchieta, de Reis Magos em Nova Almeida e a do Colégio de Vitória, citada no quadro acima, teriam conservado, segundo José Antônio de Carvalho, as suas características originais. Todas apresentam capelas-mores pouco profundas. A razão entre a profundidade das capelas-mores e o comprimento de suas naves de Nossa Senhora da Assunção e de Reis Magos corresponde aproximadamente a $1/4$ e a $1/3$, respectivamente.

Quanto às igrejas jesuíticas fluminenses, através dos estudos de Maria Laura Mariani da Silva Telles e Claudia M. Corrêa Lannes, elaboramos o seguinte quadro (92):

Igrejas	data de construção	profund. da capela /compr. da nave
Igreja da Aldeia de São Pedro São Pedro da Aldeia	1ª met. séc. XVII	1/3 (menor)
Igreja de São Lourenço dos Índios Niterói	1ª met. séc. XVII	1/3 (menor)
Igreja de Santo Inácio da Fazenda de Campos Novos Cabo Frio	1ª met. séc. XVII	1/3 (maior)
Igreja de N. Sra. da Conceição e Santo Inácio da Fazenda de Campos dos Goitacazes Campos	2ª met. séc. XVII	1/3 (maior)
Igreja da Fazenda de São Francisco Xavier Niterói	2ª met. séc. XVII	1/2 (menor)
Igreja de São Barnabé da Aldeia de São Barnabé Itaboraí	1ª met. séc. XVIII	1/3 (menor)
Igreja de Santa Bárbara da Fazenda de Santa Cruz Santa Cruz	1ª met. séc. XVIII	1/2 (menor)

Através da planta da Igreja de Nossa Senhora de Olinda, elaborada por Paulo Santos (93), e dos dados sobre a Igreja de N. Sra. da Assunção em Vila Viçosa (Ceará) contidos na pasta do IPHAN (94), tornou-se possível incluir mais estas duas igrejas em nosso estudo:

Igrejas	data de construção	profund. da capela /compr. da nave
Igreja de N. Sra. da Graça de Olinda Olinda	séc. XVI	1/9
Igreja de N. Sra. da Assunção Vila Viçosa (Ceará)	1ª met. séc. XVIII	1/3 (menor)

Verificamos então que a razão entre a profundidade da capela-mor e o comprimento da nave na maioria das igrejas estudadas corresponde aproximadamente a 1/3, como seria na Nova Igreja.

Destaca-se ainda, no partido arquitetônico adotado em planta das igrejas jesuíticas brasileiras, a existência de capelas colaterais à capela-mor. A Nova Igreja não teria estas capelas, assim como a Igreja do Colégio de Belém do Pará, diferenciando-se neste aspecto da Igreja do Colégio de Salvador.

As capelas colaterais à capela-mor existentes também na igreja seiscentista de Nossa Senhora da Graça de Olinda provavelmente seriam provenientes da Igreja de São Roque em Lisboa. De acordo com a evolução das plantas das igrejas jesuíticas brasileiras elaborada por Lúcio Costa, estas capelas apareceriam no tipo “c”, passando a laterais à nave no tipo “g” e retornando à posição original no tipo “h” junto com as demais capelas laterais à nave (Fig. nº 133). A Igreja do Colégio de Belém do Pará é considerada por Lúcio Costa como exemplo do tipo “h”, assim como a Igreja do Colégio de Salvador. A Nova Igreja, por possuir capelas laterais ao longo da nave, poderia também ser considerada como exemplo do tipo “h”. Entretanto, a ausência de capelas colaterais à capela-mor ao nosso ver, acarreta uma nova divisão entre os exemplos desta categoria “h”: as igrejas que apresentam capelas colaterais à capela-mor (Igreja do Colégio de Salvador) e as que não possuem estas capelas (Igreja do Colégio de Belém do Pará e Nova Igreja) (95).

. As dependências

Conforme visto no capítulo III e no primeiro item do presente capítulo (96), a Nova Igreja apresentava, como dependências, a sacristia, ao fundo, disposta perpendicularmente à nave e à capela-mor, e dois compartimentos laterais à capela-mor (Fig. nº 119). A sacristia possuía cerca de 288 m² e as dependências como um todo ocupariam uma área que corresponderia a cerca de 28% da área total da igreja.

A Igreja do Colégio de Salvador também apresentava uma sacristia ao fundo disposta da mesma forma que a da Nova Igreja: possui cerca de 230 m².

Além da sacristia existe, na Igreja do Colégio de Salvador, um corredor de cada lado da capela-mor e um compartimento atrás de cada capela colateral.

Na Igreja do Colégio de Belém do Pará, a sacristia localizava-se do lado do Evangelho, flanqueando a capela-mor. Do lado da Epístola, também ao lado da capela-mor, existem dois compartimentos. A sacristia é menor do que as outras duas: possui cerca de 130 m². Entretanto, as dependências desta igreja também ocupam uma área correspondente a 25% da área total do templo.

Logo, verifica-se que a sacristia da Nova Igreja se assemelharia em dimensões e localização à sacristia da Igreja de Salvador. No que se refere à razão entre a área ocupada pelas dependências em relação à área total da igreja, na Nova Igreja a proporção seria um pouco maior do que nas duas igrejas acima citadas; poderíamos considerar como praticamente a mesma.

1.3 A FACHADA

Conforme visto no capítulo III do presente trabalho, só foi possível reconstituir um trecho da fachada da Nova Igreja (Fig. nº 130). De acordo com a nossa proposta, o frontispício da referida igreja se dividiria em 5 (cinco) tramos verticais definidos por pilastras em cantaria. O tramo central apresentaria uma porta flanqueada por painéis em relevo. Os dois tramos que ladeavam o central possuíam um nicho emoldurado também em pedra lavrada. Abaixo do nicho havia um painel em relevo. Os tramos das extremidades correspondiam às torres e apresentavam cada um uma porta. Situavam-se estes tramos um pouco atrás do corpo central, composto pelos tramos central e os dois que o ladeavam.

. Duas tipologias

De acordo com Paulo Santos, distinguem-se dois tipos de fachada adotados pelos jesuítas no Brasil:

O primeiro tipo, que é o mais antigo e também o mais simples, compreende três aberturas no pavimento de cima e uma (ou três) no de baixo, enquadradas por cunhais salientes, arremate superior feito com entablamento e frontão retílineos, clássicos, ex.: igreja do Colégio de Olinda (Fig. nº 63) e corpo principal da igreja do Colégio do Rio (antiga Igreja de Santo Inácio) (Fig. nº 53). O segundo tipo - tipo evoluído e bem mais monumental - compreende cinco divisões verticais, separadas entre si por pilastras (...), tôres nas divisões extremas, duas ou três divisões horizontais, separadas entre si por cimalthas (...), arremate superior movimentado, (...) ora com enormes volutas, que abrangem tôda a largura do templo e se derramam sôbre as tôres (Igreja do Colégio do Pará) ora com um amplo ático, que abrange enquadramento de pilastras e frontão ladeado por volutas típicas, desenvolvidas mais sob o quadrado (Igreja do Colégio da Bahia). (97)

Apresentando cinco tramos verticais e torres nos tramos das extremidades, a fachada da Nova Igreja poderia ser considerada como sendo do segundo tipo. Os frontispícios das Igrejas dos Colégios de Salvador (1657-1672) (Fig. nº 65) e de Belém do Pará (princípios do século XVIII) (Fig. nº 147) também são divididos em cinco tramos verticais. Na fachada da Igreja do Colégio de Salvador o tramo central apresenta uma porta; esta seria a principal, sendo um pouco maior do que as outras duas situadas nos tramos que flanqueiam o central. Tal composição repetiria-se no tramo central do frontispício da Igreja do Colégio de Belém do Pará. Logo, a fachada da Nova Igreja se diferenciaria destas igrejas quanto à composição dos tramos de sua fachada.

Segundo nossa reconstituição constatamos que o somatório das distâncias entre os vãos das três portas seria superior à largura do tramo central. Logo, as três não deveriam estar juntas no tramo central. Acrescenta-se também que, nas

igrejas do colégio de Salvador e de Belém do Pará, as portas encontram-se separadas pelas pilastras que definem os tramos. Tal é o padrão também nas Igrejas de Gesú e de São Vicente de Fora que, conforme veremos adiante, serviram de modelo para este segundo tipo de frontispício das igrejas jesuíticas brasileiras.

Acreditamos que a porta principal estaria no tramo central flanqueada por painéis em relevo semelhantes ao que havia no tramo lateral ao central, abaixo do nicho. As portas secundárias se localizariam nos tramos das extremidades, aqueles que correspondiam às torres.

A seqüência dos tramos do frontispício da Nova Igreja seria: pilastra / porta / pilastra / pilastra / nicho sobre painel / pilastra / painel, porta, painel / pilastra / nicho sobre painel / pilastra / pilastra / porta / pilastra (Fig. nº 130). As fachadas das igrejas dos colégios de Salvador e Belém do Pará (Fig. nº 65 e 147) apresentam a seguinte seqüência: pilastra / paramento branco / pilastra / porta / pilastra / porta / pilastra / porta / pilastra / paramento branco / pilastra.

Quanto aos elementos de composição do frontispício da Nova Igreja - portadas, nichos e painéis em pedra aplicados ao paramento branco -, as Igrejas do Colégio de Salvador e de Belém do Pará também apresentam três portadas em cantaria.

Quanto aos nichos, na igreja do Colégio de Salvador os nichos encontram-se sobre as portadas (Fig. nº 65). A Igreja do Colégio de Belém do Pará apresenta apenas um grande nicho no centro do tímpano do frontão. O projeto de Vignola para a fachada da Igreja de Gesú apresentava dois nichos maiores nos tramos

laterais e quatro nichos menores entre as pilastras duplas que dividiam os tramos (Fig. nº 148). No frontispício construído da Igreja de Gesú, autoria de Rosis e Tristacci (98), estes nichos foram suprimidos, restando apenas dois sobre as portadas laterais e dois no ático (Fig. nº 149).

A Igreja do Colégio de Salvador é mais longilínea e mais elegante do que a Igreja do Colégio de Belém do Pará. Conforme visto, também apresentam coroamentos diferentes (99).

A largura total do frontispício da Nova Igreja seria maior do que a largura dos frontispícios de Salvador e Belém do Pará (aproximadamente 28, 27 e 25 respectivamente). Entretanto, nada podemos afirmar quanto ao seu aspecto final, uma vez que não o conhecemos em sua totalidade.

. A Igreja de Gesú X a Igreja de São Vicente de Fora

De acordo com Paulo Santos, a divisão em cinco tramos verticais, separados entre si por pilastras e duas ou três divisões horizontais, separadas por cimbalhas, seria proveniente da fachada da Igreja de Gesú (1568). Por outro lado, esse autor adverte que existem diferenças cruciais entre o frontispício de Gesú e as fachadas das igrejas jesuíticas brasileiras, tais como a inclusão das torres e o fato de o pavimento superior não ser mais estreito do que o inferior nas igrejas brasileiras (100).

Segundo John Bury, a inclusão das duas torres nas fachadas das igrejas jesuíticas portuguesas deveu-se ao frontispício da Igreja de São Vicente de Fora (1582) (Fig. nº 150), projeto de Filippo Terzi. Segundo esse autor, o projeto de

Terzi exerceu tamanha influência em Portugal que todos os frontispícios de igrejas importantes construídas a partir do século XVIII no mundo luso passaram a apresentar duas torres flanqueando seus frontões (101).

De acordo com Sandra Alvim, o frontispício da Igreja de São Vicente de Fora transformou-se em modelo para a arquitetura religiosa lusa pelo fato de alguns de seus componentes também se originarem de remotos períodos da nacionalidade portuguesa:

De um modo geral, todos os elementos que vieram a se tornar uma constante na arquitetura religiosa lusa, como as torres na fachada, os bulbos e coruchéus, encontram-se em São Vicente de Fora. Esta igreja, no entanto, só se transformou em um modelo porque alguns de seus componentes originaram-se não só do classicismo de influência italiana como também de importantes e remotos períodos da formação da nacionalidade portuguesa. (102)

Os jesuítas portugueses, de acordo com John Bury, estariam então sujeitos a duas influências: a Igreja de Gesù e a Igreja de São Vicente de Fora:

Assim as fachadas das igrejas jesuítas no mundo lusitano podem ser identificadas como misturas mais ou menos bem-sucedidas entre a igreja do Gesù de Vignola e São Vicente de Fora de Filippo Terzi. O sucesso desse tipo de compromisso pode ser avaliado pelo grau de independência conferido às torres na composição. Quando os elementos do frontão eram desenhados de modo a sobrepujar as torres, reduzindo-as a um papel secundário, o efeito era, em geral, pouco satisfatório. (103)

Através da reconstituição da planta-baixa (Fig. nº 119), verificamos que os tramos que corresponderiam às torres situar-se-iam atrás do tramo central. O coroamento do corpo central é desconhecido. Não sabemos se os elementos do frontão sobrepujariam as torres, mas com certeza as mesmas não se situavam em primeiro plano na fachada da Nova Igreja.

Conforme visto anteriormente, a planta da Nova Igreja possuía características das plantas das Igrejas de Gesú e São Vicente de Fora; o fato de apresentar também em sua fachada semelhanças com o frontispício destas igrejas vem comprovar a grande influência por elas exercida sobre o partido arquitetônico da Nova Igreja.

1.4 O INTERIOR

Através de fotos (Fig. nº 72 e 115) e dos restos dos elementos arquitetônicos (Fig. nº 14 a 19) que compunham o interior da Nova Igreja verificamos que suas paredes iriam ser revestidas de mármore de lioz. Sobrevergas, molduras, painéis, pilastras colossais, entablamento ... Toda a decoração interna dessa igreja seria em pedra lavrada. Provavelmente todo esse material deve ter vindo de Portugal, como no caso da Igreja do Colégio de Salvador:

Na realidade esse monumento (Igreja do colégio de Salvador) não pertence ao Brasil, e sim a Portugal; suas paredes são inteiramente revestidas, tanto na parte interna quanto na externa, pelo "lio" importado de Lisboa, que os textos antigos chamam de mármore. Todos os arcos, pedras de revestimento, molduras e entablamentos foram talhados na metrópole e trazidos como carga nos porões dos navios que vinham buscar produtos da colônia; a molduragem é feita com muito cuidado. (104)

Quanto aos altares, verificamos na litografia de Heaton e Rensburg (Fig. nº 72) que a parede do fundo, aquela que deveria receber o altar-mor, apresentava vários nichos. Provavelmente configurar-se-ia como na Igreja do Seminário de Belém da Cachoeira na Bahia, onde os nichos são em número de quatro, dois de

cada lado do altar-mor (Fig. nº 151).

Conforme visto anteriormente, acredita-se que o conjunto escultórico que se encontra na portaria do atual Colégio de Santo Inácio destinara-se ao altar-mor da Nova Igreja (105).

2 A NOVA IGREJA NO CONTEXTO DA ARQUITETURA RELIGIOSA COLONIAL CARIOCA

2.1. A PLANTA

Segundo Sandra Alvim, verifica-se uma constante formal nas plantas das igrejas locais: “a existência da capela-mor e sua nítida separação em relação à nave” (106).

A Nova Igreja, conforme visto anteriormente, apresentaria capela-mor diferenciada da nave, assemelhando-se neste aspecto às igrejas cariocas. Entretanto, não incluiríamos a referida igreja dentro do padrão de composição da forma básica dos exemplos de nave retangular estabelecido pela referida autora:

a justaposição de dois retângulos de tamanhos diversos por seus lados menores, sendo o maior correspondente à nave, e o menor, à capela-mor. A ligação entre estes espaços faz-se através de um arco na linha de interseção dos dois retângulos denominados arco-cruzeiro (107)

A Nova Igreja possuiria um transepto reduzido com cruzeiro quadrado, coberto por uma cúpula, que marcaria a diferenciação entre nave e capela-mor antes do arco-cruzeiro (Fig. nº 119). Acrescenta-se ainda que, ao que tudo indica, o arco que separa o trecho da nave do cruzeiro apresentaria as mesmas

dimensões e inclusive o mesmo tratamento decorativo que o arco-cruzeiro propriamente dito. Nesta igreja não haveria uma linha de interseção entre nave e capela-mor: entre estes dois espaços haveria o cruzeiro definido não só em planta mas também espacialmente (Fig. nº 115).

A grande maioria das plantas das igrejas coloniais do Rio de Janeiro não apresentam cruzeiro. Constituem-se em exceções as igrejas de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte (1735), da Ordem Primeira de Nossa Senhora do Carmo (1761), de Nossa Senhora da Candelária (1775) e Nossa Senhora do Bonsucesso (1780) (108).

Nas igrejas de N. Sra. da Conceição e Boa Morte (Fig. nº 152) e Bonsucesso (Fig. nº 153), o cruzeiro confunde-se com o presbitério, pertencendo ao ambiente da capela-mor. Nestas igrejas, a linha de interseção entre a nave e a capela-mor continua sendo o arco-cruzeiro.

Na Igreja da Ordem Primeira do Carmo (Fig. nº 154), o trecho da nave que corresponde ao cruzeiro é mais profundo do que o tramo das capelas laterais dispostas ao longo da nave. Forma-se um transepto reduzido (109) com capelas mais largas do que as laterais da nave em cada um dos seus braços, conhecidas também como capelas do transepto (110). O desnível de piso e a presença dos púlpitos também contribuem para a quebra do ritmo da composição espacial, definindo o cruzeiro.

O cruzeiro quadrado coberto por cúpula da Nova Igreja seria semelhante ao da Candelária (Fig. nº 155). Define-se como um espaço que realiza a passagem entre a nave e a capela-mor.

. Nave única com capelas laterais

De acordo com Sandra Alvim: *“As igrejas coloniais do Rio de Janeiro podem ser definidas, no que se refere às suas naves, em três tipologias: a de nave retangular única, a de três naves e a de nave octogonal ou curva”* (111).

Conforme visto anteriormente, a Nova Igreja seria de nave única retangular com capelas laterais comunicantes, integrando-se deste modo à primeira categoria estabelecida pela referida autora.

Entretanto, o fato de esta igreja possuir capelas laterais profundas e comunicantes, no que se refere à sua planta-baixa, permite que a mesma igreja possa também ser classificada como sendo de três naves.

A tipologia de três naves, segundo Sandra Alvim, apresenta variações que geram dúvida sobre a designação:

Muitas vezes, a divergência entre o que se observa na planta e o que se aprende no local gera contradições quanto à classificação de algumas igrejas, ora definidas como de plantas com capelas laterais comunicantes, ora como de três naves. (112)

Em seu estudo **ARQUITETURA RELIGIOSA COLONIAL NO RIO DE JANEIRO: plantas, fachadas e volumes**, Sandra Alvim aplicou a conceituação tipológica no que se refere à planta das igrejas, ou seja, a “projeção horizontal dos espaços” (113). Segundo essa autora, *“Pode-se, (...), classificar uma igreja como de três naves em planta e, especialmente, considerá-la de nave única, com capelas laterais”*. (114)

Considerou a referida autora então, como sendo plantas de três naves as

seguintes igrejas: a Igreja de São Sebastião (término da construção - 1583 - antiga Sé no Morro do Castelo); a Igreja de Nossa Senhora de Monserrate do Mosteiro de São Bento (1617-1690) (Fig. nº 156); Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte (1735) (Fig. nº 152); e Nossa Senhora da Candelária (1755) (Fig. nº 155) (115).

Dentre estas quatro igrejas, a única que apresentava características de três naves em planta e especialmente era a Igreja de São Sebastião (116). Na Igreja de Nossa Senhora de Monserrate a talha cria, segundo Sandra Alvim, nas naves laterais, uma seqüência diferenciada de espaços que impede a continuidade espacial entre as naves laterais e a central. Esta igreja, que originalmente era de nave única, pode ser considerada em planta como sendo de três naves e especialmente como de nave única com capelas laterais comunicantes (117).

Quanto às duas igrejas setecentistas, a de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte é definida por Sandra Alvim como sendo uma igreja de projeto complexo e especialmente ambígua:

A reduzida profundidade de suas naves laterais permite iluminação similar à de nave central, o que integra seus ambientes, e os altares laterais em seqüência reforçam o caráter longilíneo e contínuo das naves secundárias. Por outro lado, os maciços, o desnível de piso e a grade entre as naves concorrem para a independência espacial entre as mesmas e dificultam, ao se entrar na igreja, a visualização perfeita das laterais. Estas dicotomias entre a planta e o espaço de Conceição e Boa Morte dificultam sua classificação tipológica. (118)

A Igreja de Nossa Senhora da Candelária é a que mais se aproxima em planta da Nova Igreja, apesar de a Nova Igreja ser mais longilínea e seu transepto não ultrapassar os limites do retângulo que envolve toda a planta desta igreja (Fig. nº 119).

A Candelária é a única igreja carioca com transepto formando planta em cruz latina. Suas naves laterais, no entanto, não se integram espacialmente nem ao transepto, nem à nave central. Assim como em São Bento, as laterais, com pouca luminosidade devido à grande profundidade, diferenciam-se da nave principal, mais iluminada. Desta forma, o espaço interno da Candelária, com planta de três pares, não corresponde à sua definição. (119)

Conforme nossa reconstituição da planta da Nova Igreja, e através de fotos, verificamos que o transepto se comunicaria com as capelas laterais através de um vão semelhante ao que existia entre o transepto e o compartimento contíguo à capela-mor (120). As capelas comunicariam-se entre si através de arcos. Na passagem para o transepto haveria uma quebra, uma ruptura nesta comunicação, na medida em que o vão era menor e não configurava-se como uma arcada. Logo, capelas laterais e transepto não se integrariam espacialmente.

As capelas laterais também não se integrariam à nave no que se refere ao espaço, pois eram separadas por muros e não por colunas, o que certamente quebraria a fluidez do espaço. Os vãos entre elas eram menores do que os vãos para a nave. Vistas da nave, as capelas laterais definiriam-se com três unidades separadas. Acrescenta-se também que o teto sobre as capelas laterais era mais baixo do que a abóbada em berço sobre a nave. Sobre as capelas havia o piso das tribunas. Tal característica também contribuiria para a não integração das referidas capelas com a nave.

Concluimos então que a Nova Igreja não se definiria espacialmente como de três naves, e preferimos continuar classificando-a como planta de nave única com capelas laterais.

Por apresentarem então cruzeiro e capelas laterais ao longo da nave,

formulamos o quadro a seguir, incluindo as seguintes igrejas cariocas:

Aspectos da Nave	compr. da nave (m)	larg. da nave (m)	larg. e profund. do cruzeiro (m)	nº de capelas laterais	larg. e prof. das capelas laterais (m)
Igrejas					
Igreja de N. Sra. da Conceição e Boa Morte	27	6	8/10 (octogonal)	6	3/3
Igreja da Ordem Primeira de N. Sra. do Carmo	32	10	10/8	6	3/4
Igreja de N. Sra. da Candelária	46	12	14/13	6	5/8
Nova Igreja do Colégio Jesuíta do Rio de Janeiro	42	12	12/12	6	6/5

(*) medidas aproximadas

Das igrejas relacionadas acima, a de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte é a que mais se afasta do partido em planta adotado na Nova Igreja, pois apresenta cruzeiro octogonal, sendo incluída na tipologia de plantas octogonais e curvas estabelecida por Sandra Alvim (121).

No que se refere às dimensões a igreja que mais se aproxima é a de Nossa Senhora da Candelária. Convém lembrarmos que as capelas laterais da Igreja da Ordem Primeira de Nossa Senhora do Carmo não são comunicantes como nas demais igrejas acima relacionadas.

Todas as igrejas citadas no quadro são construções setecentistas, ou seja, de certa forma contemporâneas à Nova Igreja.

Igrejas	data de construção
Igreja de N. Sra. da Conceição e Boa Morte	1735
Nova Igreja	pedra fundamental - 1744
Igreja da Ordem Primeira de N. Sra. do Carmo	1761
Igreja de N. Sra. da Candelária	1775/1898

. A cúpula

No que se refere à cúpula a Nova Igreja não se constituiria em uma exceção quando comparada às igrejas coloniais cariocas. De acordo com Sandra Alvim, existem mais oito exemplos de

cúpula ou coberturas similares, diferenciadas na forma, localização e tamanho, destacam-se por expressarem o desenvolvimento da técnica construtiva local, embora tenham sido pouco valorizadas pelos estudiosos. (122)

A referida autora inclui nesta categoria algumas abóbadas com base poligonal por se assemelharem às cúpulas. São elas: Igreja da Glória do Outeiro, Conceição e Boa Morte, Mãe dos Homens e Bonsucesso (123).

Apresentando cúpulas propriamente ditas destacam-se as igrejas de São Pedro dos Clérigos e Lapa dos Mercadores, com cúpulas elípticas e com cúpulas circulares como a Nova Igreja, as igrejas de Nossa Senhora da Candelária e Ordem Terceira do Carmo (124).

São ainda identificados por Sandra Alvim quatro esquemas de composição no que se refere às relações entre as cúpulas e os volumes internos onde as mesmas se inserem: conformação do volume principal, definição de um volume secundário, demarcação da interseção de volumes e transição entre os volumes (125).

A nossa reconstituição comprova a hipótese da referida autora de que a Nova Igreja seria como na Candelária: a cúpula como interseção de volumes: "A cúpula (...), configurando-se em ambas, como elemento de articulação de volumes

cobertos por abóbadas de berço" (126).

. As tribunas e os púlpitos

De acordo com Sandra Alvim: "*Nas igrejas de nave retangular, o ritmo provém, principalmente, da seqüência de tramos definidos pelas pilastras.*" (127)

Na Nova Igreja os tramos apresentariam, como nas igrejas de três naves ou nave única com capelas laterais, a mesma composição: arco encimado por tribuna. Formavam uma seqüência contínua que só iria ser interrompida no cruzeiro.

Quanto aos púlpitos, conforme visto anteriormente, caso se localizassem no início do cruzeiro apenas reforçariam a interrupção na seqüência da nave gerada por ele (128).

Nas capelas-mores das igrejas coloniais do Rio de Janeiro repetem-se em menor escala os elementos de composição da nave, o que, segundo a referida autora, contribui para conferir à capela-mor "*características de uma pequena igreja*" (129). Na Nova Igreja as tribunas da capela-mor poderiam até possuir o mesmo formato das tribunas da nave em menor escala. Entretanto, pelo fato de encimar portas e entre elas e os vãos haver um painel, a composição não era a mesma. Tal característica, aliada à pouca profundidade da capela-mor, certamente não conferia à capela-mor o aspecto de "*uma igreja dentro de outra*", como ocorre em diversos exemplos da arquitetura religiosa carioca (130).

. Os acessos

Conforme visto, a Nova Igreja apresentaria três portas na fachada principal. Entretanto, somente a porta que se situaria no tramo central poderia ser considerada como acesso principal (131).

De acordo com Sandra Alvim, o uso de três portas não se associa à largura da nave, à categoria da igreja e nem à data de construção da mesma. Relaciona-se ao desenho da fachada (132).

A maioria das igrejas coloniais cariocas apresentam apenas um acesso principal. Segundo a autora acima mencionada o acesso de apenas sete igrejas faz-se através de três portas frontais (133).

. A capela-mor

A capela-mor das igrejas coloniais cariocas, de acordo com Sandra Alvim, distingue-se pela *"forma retangular, por suas dimensões e pela profundidade maior que a largura"* (134).

A capela-mor da Nova Igreja caracterizar-se-ia como uma exceção dentro do contexto da arquitetura religiosa local. Conforme visto, a referida capela seria praticamente quadrada, apresentaria a mesma largura do trecho central da nave (12 m) por aproximadamente 13 m de profundidade.

A proporção entre as áreas da nave e da capela-mor nas igrejas coloniais do Rio de Janeiro, segundo a referida autora, é de 4 para 1. Dentre as relações entre nave e capela-mor, a autora destaca a relação entre o comprimento da nave

e o da capela-mor e agrupa as igrejas em dois conjuntos onde a profundidade da capela-mor é próxima a $2/3$ do comprimento da nave e aquele onde esta proporção é de $1/3$ ou menos (135).

Conforme visto, na primeira parte deste capítulo a proporção entre a área da nave e da capela-mor da Nova Igreja seria de aproximadamente 6 para 1. Quanto à relação entre a profundidade da capela-mor e o comprimento da nave, seria pouco menor que $1/3$.

Segundo Sandra Alvim: *“Não existem modelos, regras ou padrões estabelecidos para as dimensões da capela-mor, nem para suas relações com a nave”* (136). Logo, não estabelecemos nenhum tipo de relação com as igrejas cuja proporção da unidade da capela-mor em relação ao comprimento da nave corresponde a cerca de $1/3$, grupo no qual se insere a Nova Igreja. Apenas constatamos que a maior parte das igrejas coloniais do Rio de Janeiro pertencem ao outro grupo de igrejas onde a referida proporção corresponde aproximadamente a $2/3$.

A capela-mor da Nova Igreja, no que se refere à sua profundidade em relação ao comprimento da nave, faria parte da minoria das igrejas coloniais cariocas e, quanto ao seu formato praticamente quadrado, constituir-se-ia em uma exceção.

Nas capelas-mores das igrejas locais distinguem-se ainda dois ambientes: o trecho ocupado pelo altar-mor propriamente dito e o presbitério:

A parte onde se situa o altar-mor correspondia ao local de permanência do sacerdote durante a celebração do ato religioso, e o presbitério funcionava como passagem, estabelecendo circulação entre nave, capela-mor e anexos. (137)

No que se refere à capela-mor, as igrejas cariocas podem apresentar um ou dois ambientes laterais. A Nova Igreja, conforme foi visto, apresentava dois compartimentos laterais à capela-mor com a sacristia ao fundo, identificando-se com o esquema de composição, que, segundo a referida autora, teria se definido na arquitetura religiosa local a partir de 1750:

As dependências laterais à capela-mor são interligadas por um ambiente posterior à mesma. A partir de 1750, em todos os casos, este local funciona como sacristia ou como complemento da articulação dos espaços secundários. (141)

Quanto às dependências em relação à nave, constatou-se que a Nova Igreja não possuía nenhum ambiente lateral à nave. Caso existisse algum corredor como nos exemplos conventuais cariocas de Santo Antônio e São Bento, este faria parte da edificação do colégio. A planta da Nova Igreja só apresentava dependências em torno da capela-mor.

Na antiga Igreja de Santo Inácio, entre a Torre do Relógio e a igreja propriamente dita, havia um corredor ao longo da nave e da capela-mor daquela igreja. A área ocupada por este corredor, conforme nossa proposta para reconstituição, iria ser incorporada dentro dos limites da planta da Nova Igreja. Como acreditamos que a antiga Torre do Relógio iria ser demolida, provavelmente na área por ela ocupada se iniciaria um corredor que, situado no interior do prédio do colégio, se estenderia ao longo da nave da Nova Igreja. Tal corredor se comunicaria à frente com a portaria do colégio e aos fundos com o compartimento que flanqueava a capela-mor do lado do Evangelho.

De acordo com Sandra Alvim:

A forma final da planta resulta da anexação dos espaços secundários à

nave e à capela-mor. Considera-se estruturada a planta onde a composição dos ambientes se desenvolva simetricamente ao eixo longitudinal e se articula segundo as necessidades do programa (...) Sua estruturação, além de associar à simetria, também refere-se à formação de um contorno externo retangular. (142)

A Nova Igreja não apresentaria dependências laterais à nave, assim como não possuía acessos laterais a ela, provavelmente devido às necessidades próprias do programa jesuítico. Vinculada ao estabelecimento do colégio, conforme visto, o uso da igreja era controlado pelos padres. As dependências situadas em torno da capela-mor ao fundo só se comunicavam diretamente com o interior do colégio, atendendo desta forma às exigências do programa construtivo da Companhia de Jesus.

Logo, atendendo às necessidades do programa, as dependências da Nova Igreja, organizadas em torno da capela-mor, formavam com o transepto, nave, capelas laterais e torres, um contorno externo retangular, sendo toda a planta desta igreja organizada simetricamente segundo um eixo longitudinal central. Logo, a planta da Nova Igreja pode ser considerada uma "planta estruturada", segundo Sandra Alvim (143).

No que se refere ainda às dependências a referida autora verificou que nas igrejas coloniais do Rio de Janeiro, ao longo do tempo, a área ocupada por elas cresce e aproxima-se daquela ocupada pelos espaços principais (nave e capela-mor), chegando inclusive a ultrapassá-lo em alguns casos (144). Tal situação não se verifica na Nova Igreja, em que, conforme visto no item do presente capítulo, a área ocupada pelas dependências corresponderia a 28% da área total do templo.

Conforme visto, manteria praticamente a proporção verificada em outras

igrejas de colégios jesuíticos mais antigas do que ela, como a Igreja do colégio de Salvador (145). Pertencendo a um estabelecimento religioso, não haveria mesmo necessidade de um espaço maior para as dependências.

. A planta estruturada

De acordo com Sandra Alvim, a forma inicial da planta de uma igreja resulta da conjugação dos espaços principais e secundários (146). A planta final da Nova Igreja, com seus espaços principais e secundários, de acordo com a nossa reconstituição, seria formada por uma justaposição de retângulos inseridos em um outro maior, produzindo um contorno externo regular retangular. Quando a planta da igreja configura-se desta forma, conforme visto, Sandra Alvim a define como sendo uma “*planta estruturada*” (147).

A Nova Igreja, caso fosse concluída, devido ao partido arquitetônico adotado em sua planta, faria parte então, na classificação estabelecida por Sandra Alvim, da 3ª fase. De acordo com esta autora a arquitetura religiosa do Rio de Janeiro pode ser dividida em três fases:

A primeira fase é formada pelos monumentos edificados do século XVI até o início do século XVIII, havendo contudo casos isolados até fins desta centúria. Associa à primeira arquitetura de caráter definitivo da cidade e caracteriza-se pelas igrejas de ordens religiosas que formam com seus conventos os maiores conjuntos erguidos até meados dos Setecentos (...) No que se refere às plantas, esta fase corresponde às igrejas de nave retangular única com organização incipiente, à exceção de São Sebastião e São Bento, de três naves. (148)

A segunda fase da arquitetura carioca caracteriza-se por igrejas com planta de aspectos octogonais ou curvos (...) Apesar de não terem sido ainda suficientemente valorizadas pelas historiografia, constituem as plantas mais elaboradas da cidade e um dos mais expressivos conjuntos desta tipologia no mundo luso e na América hispânica. (149)

A terceira fase da arquitetura religiosa do Rio de Janeiro caracteriza-se

pelos templos construídos na segunda metade do século XVIII e parte do XIX. Associa-se às grandes igrejas de imandade as quais formam, através de seus interiores, plantas e fachadas, uma linha evolutiva em relação às da primeira fase. (150)

Apesar de a pedra fundamental da Nova Igreja ter sido lançada em 1744, ou seja, trata-se de um projeto da 1ª metade do século XVIII, o partido arquitetônico adotado na planta desta igreja, segundo a nossa reconstituição, nos permite associá-la às igrejas consideradas por Sandra Alvim como sendo da 3ª fase: Igreja da Ordem Terceira do Carmo (1755) (Fig. nº 157), Igreja de São Francisco de Paula (1759) (Fig. nº 158); Igreja de Nossa Senhora da Candelária (1775) (Fig. nº155); Igreja da Santa Cruz dos Militares (1780) (Fig. nº 159); Igreja de São José (1808) (Fig. nº 160); e Igreja do Santíssimo Sacramento (1816) (Fig. nº 161) (151).

A Nova Igreja diferencia-se das igrejas acima mencionadas por apresentar capelas laterais à nave, transepto com cruzeiro coberto por cúpula, capela-mor pouco profunda com a mesma largura da nave e por não possuir corredores laterais à nave. Dentre elas, a que mais se assemelha é a Igreja de Nossa Senhora da Candelária. Entretanto, conforme visto, a planta da Nova Igreja é mais longilínea do que a da Candelária; seu transepto é mais reduzido, não ultrapassando os limites do retângulo que envolve toda a planta da igreja.

Para a referida autora, a Igreja de Nossa Senhora da Candelária, apesar de pertencer ao século XVIII, não mais representa o período colonial, podendo inclusive ser considerada como *“marco final do processo evolutivo das plantas religiosas coloniais do Rio”* (152).

A Nova Igreja também apresentaria transepto e a capela-mor antecédida

por grande cúpula, com largura igual à nave, características da Igreja de N. Sra. da Candelária que, segundo Sandra Alvim, teriam sido negadas pelas plantas coloniais (153). Logo, caso a Nova Igreja dos Jesuítas tivesse sido concluída, sua planta não seria só o fim de um processo, mas constituir-se-ia em um exemplo a mais deste partido em planta no Rio de Janeiro.

Como os jesuítas foram expulsos do Brasil, jamais saberemos se os mesmos dariam continuidade a esta tendência construindo mais igrejas com esse tipo de planta. No Rio de Janeiro, durante o período colonial, além da Igreja de N. Sra. da Candelária, só haveria a Nova Igreja.

2.2 A FACHADA

Apesar de nossa reconstituição da fachada da Nova Igreja estar incompleta, as características do trecho reconstituído (praticamente o 1º tramo horizontal) nos permitiram considerar a fachada desta igreja como sendo do terceiro grupo, segundo a classificação tipológica determinada por Sandra Alvim.

. As três tipologias

A análise do contraste entre pedra e alvenaria caiada em 26 (vinte e seis) fachadas da arquitetura religiosa colonial local, elaborada por Sandra Alvim, permitiu que a referida autora identificasse três tipologias distintas de fachadas nas igrejas coloniais cariocas:

Na primeira, a pedra limita-se ao emolduramento dos vãos, havendo, inclusive, exemplos em cantaria. Na segunda, além do arremate dos vãos, ela é empregada para marcar a compartimentação da fachada.

Na terceira, a cantaria sistematiza-se como elemento complexificador da composição, sendo utilizada no refinamento e sofisticação dos detalhes, aparecendo então nas sobrevergas, nos apliques dos tímpanos dos frontões (medalhões, figuras geométricas, folhagens), nas balaustradas, nos capitéis das colunas, nos painéis aplicados ao paramento, nos coruchéus e nos acrotérios esculpidos. Este último conjunto, relacionado à elaboração do perfil das molduras e à qualidade dos elementos escultóricos, opõe-se fortemente à rusticidade das fachadas do primeiro. A diferença entre o segundo e o terceiro grupo, no entanto, é também marcante, não apenas no detalhamento, mas principalmente no aumento considerável, no último conjunto, da área ocupada pela pedra. (154)

Por apresentar painéis em pedra aplicados ao paramento branco, nichos e portadas com ombreiras, vergas e sobrevergas em pedra, incluiríamos a Nova Igreja no referido terceiro tipo. fariam parte do terceiro conjunto de fachadas, segundo Sandra Alvim, as seguintes igrejas: Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores (1747-1755), Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo (1755), São Francisco de Paula (1759), Santa Luzia (1752), Nossa Senhora da Candelária (1775), Santa Cruz dos Militares (1780), São José (1808) e Santíssimo Sacramento (1816) (155).

A fachada da Igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores (Fig. nº 162) diferencia-se dos frontispícios da Nova Igreja e de todos os demais das igrejas acima citadas por apresentar apenas uma torre ao centro e não possuir divisão em tramos. A presença da arcada no primeiro tramo horizontal também diferencia esta fachada em relação às demais. A semelhança com o frontispício da Nova Igreja se dá em relação ao tratamento das envazaduras, ombreiras, vergas e sobrevergas em cantaria.

A Igreja de Santa Cruz dos Militares (Fig. nº 163) também apresenta apenas uma torre situada atrás da fachada principal, praticamente toda coberta

pelo frontispício. Entretanto, a composição da fachada desta igreja assemelha-se à do frontispício da Nova Igreja por apresentar divisão em cinco tramos, nichos e portadas com ombreiras, vergas e sobrevergas em cantaria, o mesmo número de portas, sendo que as duas secundárias também localizadas nos tramos das extremidades.

Apesar de divididas em três tramos, a presença de dois campanários, do mesmo número de portas e distribuição das mesmas no frontispício constituem características semelhantes entre as fachadas das igrejas de Santa Luzia (Fig. nº 164), do Santíssimo Sacramento (Fig. nº 165) e Nossa Senhora Mãe do Homens (Fig. nº 166). O frontispício da Igreja do Santíssimo Sacramento também apresenta nichos.

A fachada da Igreja de São José (Fig. nº 167) possui apenas uma porta. Entretanto, a composição de seu tramo central é semelhante à daquele tramo no frontispício da Nova Igreja.

O frontispício todo em pedra da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmo (Fig. nº 168) constitui-se, de acordo com Sandra Alvim, *“na única exceção que rompe com a linearidade evolutiva do uso da cantaria nas fachadas do Rio de Janeiro.”* (156) Entretanto, destacamos a semelhança existente entre os corpos centrais das fachadas desta igreja e da Nova Igreja, no que se refere à sua composição (porta flanqueada por painéis) e ao fato de este corpo ser destacado à frente do plano das torres. O corpo central da fachada da Igreja de São Francisco de Paula (Fig. nº 169) também é destacado em relação ao plano das torres.

Dentre as fachadas das igrejas acima citadas a que mais se assemelharia à fachada da Nova Igreja (1º tramo horizontal) seria a Igreja de Nossa Senhora da Candelária (Fig. nº 170). Apesar de ser dividida em mais tramos (sete) do que a fachada da Nova Igreja, e também maior número de portas (cinco), apresenta duas torres com porta no 1º tramo horizontal das mesmas, painéis, nichos e portadas lavradas em pedra nos tramos limitadas por pilastras.

Em resumo:

caracter. do frontispício da Nova Igreja	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j
Igrejas										
N. Sra. da Lapa dos Mercadores	--	--	--	-- (1)	--	--	--	--	•	--
Santa Cruz dos Militares	•	=	--	•	•	--	•	--	•	--
Santa Luzia	•	-- (3)	•	•	•	--	•	--	--	--
Santíssimo Sacramento	•	-- (3)	•	•	•	--	•	--	•	--
N. Sra. Mãe dos Homens	•	-- (3)	• (*)	•	•	--	•	--	--	--
São José	•	-- (3)	•	-- (1)	•	•	--	--	--	•
Ordem 3ª do Carmo	•	-- (3)	•	-- (1)	•	•	--	•	--	•
São Francisco de Paula	•	-- (3)	•	-- (5)	-- (3)	--	•	•	--	--
N. Sra. da Candelária	•	-- (3)	•	-- (5)	-- (3)	--	•	--	•	•

(*) A torre do lado do Evangelho não está completa nesta igreja. Não consideramos este aspecto, uma vez que só estamos comparando com a Nova Igreja um trecho de sua fachada: o primeiro tramo horizontal.

LEGENDA:

- a - divisão em tramos
- b - número de tramos
- c - duas torres
- d - três portas

- e - porta principal no tramo central
- f - porta principal flanqueada por painéis no tramo central
- g - portas secundárias nos tramos das extremidades
- h - corpo central destacado
- i - presença de nichos
- j - presença de painéis

Verificamos que, quanto às características das fachadas das igrejas acima relacionadas, o frontispício da Nova Igreja apresentava mais pontos característicos em comum com as fachadas das Igrejas do Santíssimo Sacramento e Ordem Terceira do Carmo.

2.3 O INTERIOR

Quanto ao revestimento do interior da Nova Igreja em sua obra **ARQUITETURA RELIGIOSA COLONIAL NO RIO DE JANEIRO: revestimentos, retábulos e talha**, Sandra Alvim afirma que a primeira vez que o mármore seria utilizado como revestimento das paredes, em larga escala, seria no interior desta igreja (157).

Segundo essa autora o mármore, durante o período colonial, por ser um material muito caro e por necessitar de mão-de-obra especializada em seu tratamento, teve sua aplicação restrita a áreas reduzidas, não se constituindo em importante expressão local (158).

O uso sistemático do mármore nos interiores, de acordo com Sandra Alvim só ocorreu na Igreja de Nossa Senhora da Candelária, sendo a maior parte de seu

acabamento interno elaborado após o final do século XVIII (159).

NOTAS: CAPÍTULO IV

- (1) . COSTA, Lúcio. A arquitetura jesuítica no Brasil. Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, n.5. 1941. p. 17.
 - (2) . BAZIN, Germain. A arquitetura religiosa barroca no Brasil. Traduzido por Glória Lúcia Nunes, revisado por Mário Barata. Rio de Janeiro: Record, 1983, 2v. v.1, p. 79.
 - (3) . Ibidem, v.1, 2.
- CARVALHO, José Antônio. O Colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.
- LANNES, Cláudia Maria Corrêa. As igrejas jesuíticas fluminenses. In: CARVALHO, Anna Maria Monteiro de (coord.). A forma e a imagem - arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro colonial. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-RIO, 1993, p. 181-208.
- (4) . Vide capítulo I, p. 36-54 do presente trabalho.
 - (5) . " A capela do seminário foi reedificada na administração do quarto bispo de Mariana, (...) (1780-1793). "
- BAZIN, op. cit., v 2, p.70.
- (6) . Serviam de apoio ao colégio jesuíta da Bahia o Seminário Maior e o Noviciado de Giquitaia.
- Ibidem, p.16, 41.
- (7) . Ibidem, p.11-12.
 - (8) . Ibidem, p.23-24.
 - (9) . SANTOS, Paulo F. O barroco e o jesuítico na arquitetura do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1951. p. 106
 - (10) . BAZIN, op. cit., v.2, p.42.
 - (11) . Ibidem, p.16.
 - (12) . Ibidem, p.47.
 - (13) . Ibidem, p.49.
 - (14) . Ibidem, p.112.
 - (15) . SANTOS, op. cit., p.108.
 - (16) . BAZIN, op. cit. v.2, p.113.
 - (17) . Ibidem, p.116.
 - (18) . Ibidem, p.119.
 - (19) . Ibidem, p.135-136.
 - (20) . Ibidem, p.173-174.

- (21) . Ibidem, p.170.
- (22) . COSTA, op. cit , p.17.
- (23) . Ibidem, p 19.
- (24) . Vide capítulo III, p. 117 da presente dissertação.
- (25) . Vide capítulo III, p. 132 do presente trabalho e figura nº 100.
- (26) . Vide capítulo III, p. 113 da presente dissertação.
- (27) . COSTA, op. cit., p. 27, 29.
- (28) . Ibidem, p.17.
- (29) . Vide capítulo II, p. 76-77 da presente dissertação.
- (30) . Vide capítulo III, p. 119-120 da presente dissertação.
- (31) . COSTA, op. cit., p. 17.
- (32) . De acordo com Paulo Santos o coro por cima da entrada veio a constituir uma característica não só das igrejas jesuíticas como de quase todas as igrejas brasileiras.
- Op. cit., p.136.
- (33) . A Igreja do Espírito Santo do colégio de Recife teve a sua construção também iniciada pela sacristia.
- BAZIN, op. cit., p.136.
- (34) . Não sabemos se sob a torre do lado do Evangelho, próximo a entrada da igreja, também não haveria uma comunicação com o colégio. Ao longo da nave não havia nenhum acesso lateral.
- (35) . OLIVEIRA, Beatriz Santos de. Espaço e estratégia: considerações sobre a arquitetura dos jesuítas no Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1988, p. 65-66.
- (36) . Ibidem, p.66.
- (37) . CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de. Utopia e Realidade: Real Colégio de Jesus do Colégio da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. In: CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de (coord.). A forma e a imagem: arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro Colonial. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, 1993. p. 54.
- (38) . parlatório = locutório
Compartimento separado por grades, donde falam as pessoas recolhidas em conventos com as de fora que as procuram.
- . FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p.1044.
- (39) . ALVIM, Sandra P. de Faria. Arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro: plantas, fachadas e volumes (em fase de editoração). p.9.
- (40) . Idem, ibidem.
- (41) . BAZIN, op. cit., v.1, p.108.

- (42) . COSTA, op. cit., p.29.
- (43) . Ibidem, p.31, 42
- (44) . Sobre a igreja de Gesù ver p. 171 da presente dissertação.
- (45) COSTA, op. cit. p.42.
- (46) . SANTOS, op. cit., p.137
- (47) Ibidem, p.115.
- (48) . Ibidem, p.99.
- (49) . "Francisco Dias (...) lhe confiaram a direcção das obras do mais importante estabelecimento que os Jesuítas então erguiam em Portugal: a famosa igreja e Casa Professa de S. Roque de Lisboa. E tão bem se desempenhou da tarefa que, quando pediram do Brasil enviassem de lá um architecto para se incumbir das obras dos colégios (da Bahia, Olinda e Rio de Janeiro), ao lhe lembrarem o nome, não o queriam deixar vir, e, depois de vindo, mais de uma vez lhe reclamaram a volta, que nunca se efectivou. Foi aqui architecto e revisor das obras dos colégios e igrejas de toda a Província, (...) Dadas as credenciais que trazia e as suas funções de architecto e revisor das obras de toda a Província, não é crível que Francisco Dias, durante os quase 50 anos em que viveu no Brasil (1577-1632), tenha realizado apenas as obras que os documentos lhe atribuem: os colégios de Bahia, Rio de Janeiro, Olinda e Santos."
- SANTOS, Paulo Contribuição ao estudo da arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil. In: V COLOQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO BRASILEIROS, separata das Actas. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1966, v.4, p.45-46, 48.
- (50) . SANTOS. O barroco e o jesuítico, p.119.
- (51) . Ibidem, p.123.
- (52) . Ibidem, p.124.
- (53) . Ibidem, p.133.
- (54) . Idem, ibidem.
- (55) . Vide capítulo III, p. 117 da presente dissertação.
- (56) . SANTOS. O barroco e o jesuítico, p.134.
- (57) . "A igreja do Gesù, além de ter sido a primeira construída para os jesuítas é aquela em que primeiro transpareceram os ideais da Contra-Reforma, foi também a primeira caracterizadamente barroca. É uma das razões porque essas três expressões: Jesuítico, Contra-Reforma e Barroco têm muito fortes pontos de contacto. É um paradoxo que à VIGNOLA, ex-conservador dos monumentos antigos (sob o patrocínio da Academia Vitruviana, de Roma) autor do mais académico de todos os livros de arquitetura já escritos em qualquer tempo, a sua famosa Regola delle cinque ordini dell'architettura, estivesse reservada a missão de projetar, já no fim de sua vida, a primeira igreja barroca - obra ultra-moderna e revolucionária para a época. Nenhuma outra igreja, nestes últimos 400 anos, exerceu tão grande influência (direta ou indireta) sobre a arquitetura religiosa do mundo ocidental, como a do Gesù. Na sua planta se conjugam, pela primeira vez, e com perfeito equilíbrio e harmonia, o partido central, típico do Renascimento e impróprio para o programa litúrgico católico, com o partido basilical, consagrado na igreja medieval e que muito melhor interpretava as exigências desse programa (...) Antes de VIGNOLA, fizeram projetos para a igreja do Gesù: GIOVANNI

NANNI DI BACCIO (1550) e MICHELANGELO (1554). O partido adotado por êste último é semelhante ao de VIGNOLA, embora sem o mesmo apuro de proporções.

Os característicos fundamentais da planta da igreja são: uma só nave larga, capelas laterais, transepto pouco profundo, cúpula no cruzeiro, tribunas, ausência de côro."

Ibidem, p.90.

(58) . Ibidem, p.134

(59) . Ibidem, p.134-135.

(60) . Ibidem, p.136.

(61) . Ibidem, p.134-135.

(62) . BAZIN, op. cit., v.1, p.86.

(63) . Ibidem, p.80.

(64) . Ibidem, p.82.

(65) . "A planta de S. Vicente de Fora foi inspirada na do Gesú de Roma: tem capelas laterais, transepto de profundidade igual à das capelas e cúpula no cruzeiro. Cúpula no cruzeiro foi característico da maioria das igrejas jesuíticas lusas, bem assim das igrejas jesuíticas em geral (européias e hispano-americanas), com exceção das brasileiras."

SANTOS. O barroco e o jesuítico, p.96.

BAZIN, op. cit., v.1, p.86.

(66) . Ibidem, p.86-87.

(67) . Ibidem, p.101-104.

(68) . Ibidem, p.83-84.

(69) . Ibidem, p.108-109.

(70) . COSTA, op. cit., p.42.

(71) . Vide quadro p. 152-155 da presente dissertação.

(72) . Tal característica possibilita a classificação tipológica da planta destas igrejas como sendo retangulares de três naves.

(73) . A cabeceira da Igreja de São Roque de Lisboa apresenta estas capelas laterais.

(74) . Vide Fig. n^{os} 135 e 136.

(75) . Mais conhecido nesse caso como galilé.

(76) . TEIXEIRA, Luís Manuel. Dicionário ilustrado de Belas-Artes. Lisboa: Presença, 1985. p. 62.

(77) . ALVIM, op. cit., p.27.

(78) . Vide, capítulo III, p. 128 da presente dissertação.

(79) . Vide Fig. n^{os} 115, 120, 121, 123, 124, 126 e 127.

- (80) . ALVIM, op. cit., p.9.
- (81) . Ibidem, p.103.
- (82) . Vide fig. nºs 115, 120, 121, 123, 124, 126 e 127.
- (83) . Vide fig. nº 127.
- (84) . Vide fig. nºs 115, 123 e 126.
- (85) . ALVIM, op. cit., p.104.
- (86) . CARVALHO, J. A., op. cit., p. 135.
- (87) . COSTA, op. cit., p.49.
- (88) . Sobre o nártex vide p. 178-179 da presente dissertação.
- (89) . Vide, capítulo III, p. 165-167 da presente dissertação.
- (90) . SANTOS. O barroco e o jesuítico. p.107,109.
- (91) . PASTA M - BAHIA - Cachoeira, Seminário. Arquivo Noronha Santos - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.
- (92) . TELLES, Maria Laura Mariani da Silva. A conquista da terra e a "conquista" das almas. In: CARVALHO, Anna Maria Monteiro de (org.). A forma e a imagem - arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro colonial. Rio de Janeiro: PUC, 1993. p. 86 a 128.
- LANNES, op. cit., p. 181-208.
- (93) . SANTOS. O barroco e o jesuítico, p.103.
- (94) . PASTA M - CEARÁ - Vila Viçosa. Arquivo Noronha Santos - IPHAN.
- (95) . COSTA, op. cit., p. 31, 42.
- (96) . Vide p. 132, 165 do presente trabalho.
- (97) . SANTOS. O barroco e o jesuítico, p.140, 147.
- (98) . Assistidos por Giacomo Della Porta.
Ibidem, p. 141.
- (99) . Vide figuras nºs 65 e 147.
- (100) . SANTOS. O barroco e o jesuítico, p.147.
- (101) . BURY, John. Arquitetura e arte no Brasil colonial. Organizado por Myriam de Andrade Oliveira. São Paulo: Nobel, 1991, p.51.
- (102) . ALVIM, op. cit., p.59.
- (103) . BURY, op. cit., p.51.
- (104) . BAZIN, op. cit., v.1, p.103.
- (105) . Vide p. 121 da presente dissertação.

- (106) . ALVIM, op. cit., p.10.
- (107) . Idem, ibidem.
- (108) . ALVIM, op. cit. . p.
- (109) . TEIXEIRA, op cit., p. 219.
- (110) . Idem, ibidem.
- (111) . ALVIM, op. cit., p.17
- (112) . Ibidem, p.19.
- (113) . Ibidem. p.20.
- (114) . Idem, ibidem.
- (115) . Idem, ibidem.
- (116) . Idem, ibidem.
- (117) . Idem, ibidem.
- (118) . Ibidem, p.20-21.
- (119) . Ibidem, p.21.
- (120) . Conforme visto no capítulo III, p. 138 os quatro braços do transepto apresentariam a mesma composição.
- (121) . ALVIM, op. cit., p. 31-33.
- (122) . Ibidem, p.88.
- (123) . Ibidem, p.88-89.
- (124) . Ibidem, p.89.
- (125) . Ibidem, p.94.
- (126) . Ibidem, p.95.
- (127) . Ibidem, p.104.
- (128) . Vide p. 181 do presente trabalho.
- (129) . ALVIM, op. cit., p. 13.
- (130) . Idem, ibidem.
- (131) . Vide p. 182-183 da presente dissertação.
- (132) . ALVIM, op. cit., p.29.
- (133) . Idem, ibidem.
- (134) . Ibidem, p.13.
- (135) . Ibidem, p.16.

- (136) . Idem, ibidem.
- (137) . Ibidem, p.13.
- (138) . Ibidem, p 14.
- (139) . Vide fig. nºs 115, 124 e 127.
- (140) . ALVIM, op cit., p.37.
- (141) . Idem, ibidem.
- (142) . Ibidem, p.44.
- (143) . Idem, ibidem.
- (144) . Ibidem, p.45.
- (145) . Vide p. 187-188 da presente dissertação.
- (146) . ALVIM, op. cit., p.11.
- (147) . Idem, ibidem.
- (148) . Ibidem, p.125.
- (149) . Ibidem, p.130-131.
- (150) . Ibidem, p.139.
- (151) . Ibidem, p.141.
- (152) . Ibidem, p.142.
- (153) . Idem, ibidem.
- (154) . Ibidem, p.59-60.
- (155) . Ibidem, p.61-62.
- (156) . Ibidem, p.61
- (157) . ALVIM, Sandra P. de Faria. Arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro: revestimentos, retábulos e talha. (em fase de editoração). p. 15-16.
- (158) . Ibidem, p.15.
- (159) . Ibidem, p.16.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como principal objetivo a análise do partido arquitetônico adotado na Nova Igreja do Real Colégio das Artes e Ofícios da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Para atingir tal fim, tornou-se necessário a reconstituição da referida igreja, uma vez que a mesma já não mais existe.

Elaborada a reconstituição do monumento, a partir da preciosa documentação encontrada (1), analisamos a referida igreja enquanto exemplo da Arquitetura da Companhia de Jesus desenvolvida no Brasil e da Arquitetura Religiosa do Rio de Janeiro elaborada durante o período colonial.

Não nos orientamos por nenhuma corrente ideológica existente, nem filiamos o monumento em estudo a nenhum estilo pré-determinado. Partimos do objeto arquitetônico considerando apenas os dados históricos relativos à sua construção e as exigências do programa construtivo jesuítico. Através de um estudo comparativo com exemplos da Arquitetura Jesuítica Brasileira e da arquitetura religiosa colonial local, comprovamos as hipóteses formuladas, gerando as seguintes conclusões:

- A planta X a Arquitetura Jesuítica Brasileira

- A planta da Nova Igreja pertenceria à segunda tipologia de planta das igrejas da Companhia de Jesus construídas no Brasil.

Conforme visto no capítulo IV do presente trabalho, a maioria das igrejas da Companhia de Jesus construídas no Brasil possuem plantas retangulares de nave única. Excetuando duas igrejas com plantas retangulares de três naves e outra igreja com planta octogonal, os jesuítas no Brasil adotaram o partido retangular de nave única nas plantas de suas igrejas (2).

Entretanto, assim como Paulo Santos afirma que o que realmente caracteriza o partido da Igreja de São Roque de Lisboa é a existência do transepto e das capelas laterais à nave (3), identificamos dois tipos de plantas jesuíticas no Brasil (4).

1º tipo - plantas retangulares de nave única.

2º tipo - plantas retangulares de nave única com capelas laterais à nave e transepto.

Por possuir capelas laterais à nave e transepto a Nova Igreja pode ser considerada da 2ª tipologia, cujos demais exemplos são igrejas construídas a partir da segunda metade do século XVII, tais como as igrejas dos colégios de Salvador na Bahia e de Belém do Pará. Logo, pertencer à segunda tipologia de planta-baixa significa também afirmar que, cronologicamente, pertence a um grupo de igrejas que representa uma fase posterior da Arquitetura da Companhia de Jesus elaborada no Brasil.

- A Nova Igreja, caso fosse concluída, constituiria o primeiro e único exemplo de um novo partido arquitetônico adotado em planta pela Companhia de Jesus no Brasil.

Ao apresentar cruzeiro quadrado coberto por cúpula, a planta da Nova Igreja diferenciava-se das plantas das igrejas acima citadas como sendo da segunda tipologia.

De acordo com Germain Bazin, a planta da Nova Igreja se identificaria com o partido de "planta articulada", enquanto que as igrejas dos Colégios de Salvador e Belém do Pará representariam o "partido de planta concentrada" (5).

Concordamos com Germain Bazin quanto ao fato de a Nova Igreja constituir-se em uma nova tendência no que se refere às plantas jesuíticas brasileiras. Entretanto, conforme visto no capítulo IV desta dissertação, consideramos que a planta da Igreja do Colégio de Belém do Pará configura-se como um exemplo incipiente deste novo partido jesuítico (6).

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, a referida igreja, caso fosse concluída, constituiria o primeiro e único exemplo de planta retangular de nave única com capelas laterais comunicantes com transepto e capela-mor antecedida por cruzeiro quadrado coberto por cúpula. Logo, não podemos afirmar se ela estabeleceria um novo padrão de planta para igrejas da Companhia de Jesus no Brasil.

- A planta X a Arquitetura Religiosa Colonial do Rio de Janeiro

- O partido adotado na planta da Nova Igreja pode ser considerado raro na Arquitetura Religiosa Colonial Carioca.

A planta da Nova Igreja possuiria transepto e a capela-mor antecedida por grande cúpula com largura igual à da nave. Tais características, de acordo com Sandra Alvim, teriam sido negadas pelas plantas coloniais cariocas (7).

A Igreja de Nossa Senhora da Candelária, conforme visto, seria o único exemplo de planta religiosa colonial carioca a apresentar as referidas características acima, sendo por isso inclusive considerada pela referida autora como um "*marco final do processo evolutivo das plantas religiosas coloniais do Rio*" (8).

A Nova Igreja, caso fosse concluída, constituiria um exemplo a mais deste partido em planta no Rio de Janeiro colonial.

- A planta da Nova Igreja, cuja pedra fundamental foi lançada em 1744, pode ser considerada de vanguarda no contexto da Arquitetura Religiosa Colonial do Rio de Janeiro.

-

Conforme visto no capítulo IV da presente dissertação, a planta da Nova Igreja configuraria um caso de "planta estruturada", segundo Sandra Alvim, podendo sua planta ser associada às plantas da terceira fase da Arquitetura Religiosa Colonial do Rio de Janeiro, na classificação estabelecida pela mesma autora.

Todos os exemplos desta terceira fase são igrejas construídas a partir da segunda metade do século XVIII.

- A cúpula

- A cúpula da Nova Igreja, caso fosse construída, faria com que esta igreja fosse a primeira igreja jesuítica brasileira a apresentar cúpula. Entretanto, no que se refere à Arquitetura Religiosa Colonial do Rio de Janeiro, seria o nono exemplo deste tipo de cobertura.

Devido à expulsão da Companhia de Jesus do Brasil, no que se refere à Arquitetura Jesuítica Brasileira, não podemos afirmar se a cúpula da Nova Igreja constituiria uma exceção ou a primeira de uma série.

Conforme visto no capítulo IV, de acordo com Sandra Alvim, destacam-se novos exemplos de cúpulas ou coberturas similares no conjunto das igrejas coloniais cariocas, sendo a cúpula da Nova Igreja um desses exemplos (9).

- A fachada X a Arquitetura Jesuítica Brasileira

- A fachada da Nova Igreja se identificaria com a segunda tipologia das fachadas das igrejas jesuíticas construídas no Brasil.

Conforme visto no capítulo IV, de acordo com Paulo Santos, distinguem-se dois tipos de fachada nas igrejas brasileiras da Companhia de Jesus (10). Apresentando cinco tramos verticais e torres nos tramos das extremidades, a fachada da Nova Igreja poderia ser considerada como sendo da segunda tipologia.

- A fachada da Nova Igreja comprova a influência das igrejas de Gesú (Roma) e São Vicente de Fora (Lisboa) no partido arquitetônico adotado.

A fachada da Nova Igreja apresentaria semelhanças com o frontispício das Igrejas de Gesú e São Vicente de Fora. Uma vez que já teriam sido verificadas características comuns entre a planta da Nova Igreja e as plantas das igrejas acima referidas, as semelhanças no frontispício vêm a confirmar a influência dessas igrejas no partido arquitetônico da Nova Igreja.

- A fachada X a Arquitetura Religiosa Colonial do Rio de Janeiro

- A Nova Igreja, cuja pedra fundamental foi lançada em 1744, no que se refere à fachada, pode ser considerada um projeto de vanguarda no contexto da Arquitetura Religiosa Colonial do Rio de Janeiro.

Conforme visto, a fachada da Nova Igreja apresentaria características que nos permitiriam incluí-la na terceira fase da classificação tipológica de fachada determinada por Sandra Alvim (11). Todos os demais exemplos dessa tipologia são igrejas construídas a partir da segunda metade do século XVIII.

Logo, concluímos que, quanto à Arquitetura da Companhia de Jesus desenvolvida no Brasil, o partido arquitetônico adotado em planta e em fachada da Nova Igreja constituiria uma nova tendência. Algumas características desse novo

partido já figurariam nas plantas e fachadas das igrejas dos colégios de Salvador e de Belém do Pará, entretanto tal partido só se concretizaria na Nova Igreja.

No contexto da Arquitetura Religiosa Colonial do Rio de Janeiro a Nova Igreja, no que se refere à sua planta-baixa e à sua fachada, constituiria o exemplo mais antigo da terceira fase da Arquitetura Religiosa Colonial do Rio de Janeiro, segundo Sandra Alvim, caracterizando-se deste modo como um projeto de vanguarda em relação à arquitetura local.

Na foto da capa inserimos, na gravura de Gustavo D'Allara, datada de 1907, a Nova Igreja no Morro do Castelo. Verificamos deste modo o grande impacto que a Nova Igreja causaria na paisagem da cidade do Rio de Janeiro. A Nova Igreja constituiria, sem sombra de dúvida, mais um importante monumento do patrimônio religioso carioca.

NOTAS: CONSIDERAÇÕES FINAIS

- (1) . Dentre as três referências documentais utilizadas na reconstituição da Nova Igreja, excetuando-se o "Levantamento do Hospital Militar da Côrte" (1881), divulgado por Paulo Santos em Contribuição para o estudo da Companhia de Jesus no Brasil e em Portugal, a "Cópia do Plano da Marinha do Sul da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro" (1794) e a "Planta do Observatório Astronômico" (1886) podem ser consideradas inéditas no que se refere ao estudo do antigo Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro e de suas igrejas.
- (2) . Vide capítulo IV, p.168 da presente dissertação.
- (3) . SANTOS, Paulo F. O barroco e o jesuítico na arquitetura do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1951. p. 123.
- (4) . Lúcio Costa identifica quatro tipos de igrejas jesuíticas cujas plantas são retangulares de nave única. Entretanto, as diferenças determinadas por este autor, ao nosso ver, não caracterizam quatro partidos diferenciados.

A arquitetura jesuítica no Brasil. Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, n.5, 1941, p.29 e 31.
- (5) . BAZIN, Germain. A arquitetura religiosa barroca no Brasil. Traduzido por Glória Lúcia Nunes, revisado por Mário Barata. Rio de Janeiro: Record, 1983, 2 v. p. 101-104.
- (6) . Vide capítulo IV, p.177-178 da presente dissertação.
- (7) . ALVIM. A arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro: plantas, fachadas e volumes (em fase de editoração), p.27.
- (8) . Idem, ibidem.
- (9) . Ibidem, p. 88.
- (10) . SANTOS, op. cit., p. 140.
- (11) . ALVIM, op. cit., p. 59-61.

[Faint, illegible text, likely bleed-through from the reverse side of the page]

**REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. OBRAS.

- ALVIM, Sandra. Architecture religieuse coloniale à Rio de Janeiro: une méthodologie d'étude. Paris: Université de Paris I, Pantheon Sorbonne, 1991. 7 v. (Tese de Doutorado em Estética).
- . Arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro: plantas, fachadas e volumes (em fase de editoração).
- . Arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro: revestimentos, retábulos e talha. (em fase de editoração).
- ANCHIETA, José de. Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Editora da USP, 1988. (Cartas Jesuíticas, 3; Reconquista do Brasil, 2ª série, 149).
- ARGAN, Giulio Carlo. El concepto del espacio arquitectónico. Buenos Aires: Nueva Visión, 1966.
- . La Europa de las capitales. Genova: Skira, [19 --]
- ATTWATER, Donald. Dicionário dos santos. São Paulo: Círculo do Livro, 1993.
- ÁVILA, Affonso; GONTIJO, João Marcos Machado; MACHADO, Reinaldo Guedes. Barroco mineiro: glossário de arquitetura e ornamentação. São Paulo: Fundação João Pinheiro, Fundação Roberto Marinho e Companhia Editorial Nacional, 1980.
- AZEVEDO, Moreira de. O Rio de Janeiro - sua história. monumentos. homens notáveis usos e curiosidades. 3. ed. Anotada por Elysio de Oliveira Belchior. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1969. (Vieira Fazenda).
- BARRETO, Luiz Muniz. Observatório Astronômico - 100 anos. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências e Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro, 1987.
- BAZIN, Germain. A arquitetura religiosa barroca no Brasil. Traduzido por Glória Lúcia Nunes, revisado por Mário Barata. Rio de Janeiro: Record, 1983, 2v.
- . Baroque and rococo. Traduzido por Jonathan Griffin. Londres: Thames and Hudson, 1964.
- . O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil. Traduzido por Marisa Murray. São Paulo: Record, 1971.
- BERGER et al. Pinturas e pintores do Rio antigo. Rio de Janeiro: Kosmos, 1990.
- BURY, John. Arquitetura e arte no Brasil colonial. Organizado por Myriam Andrade de Oliveira. São Paulo: Nobel, 1991.
- CARDIM, Fernão. Tratados da terra e gente do Brasil. Introdução de Rodolfo Garcia. Belo Horizonte; S. Paulo: Itatiaia; Editora da USP, 1980.
- CARVALHO, Anna Maria Monteiro de (coord.) A forma e a imagem - arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro colonial. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-RIO, 1993.

- CARVALHO, José Antônio. O Colégio e as residências dos jesuitas no Espírito Santo. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.
- CAVALCANTI, Roberto. Grandjean de Montigny. Le Corbusier et Oscar Niemayer: les chemins vers in Architecture brésilienne. Paris: Université de Paris I, Pantheon Sorbonne, 1989. (Tese de Doutorado em Estética).
- CHOISY, Auguste. Historia de la arquitetura. 6 ed. Buenos Aires: Victor Leru, 1974. 2v.
- COELHO, Olívio Gomes P. Do patrimônio cultural. Rio de Janeiro: [Olívio Gomes P. Coelho], 1992.
- CRULS, Gastão. Aparência do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1965. (Rio 4 séculos, 1).
- D'ORS, Eugenio. O barroco. Tradução de Luis Alves da Costa. Lisboa: Vega, [19--].
- ENDER, Thomas. O velho Rio de Janeiro através das gravuras de Thomas Ender. Texto e legendas por Gilberto Ferrez. São Paulo: Melhoramentos, 1956.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FERREZ, Gilberto. A muito leal e heróica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Raymundo de Castro Maia, Cândido Guinle de Paula Machado, Fernando Machado Portella, Banco Boavista S.A. 1965.
- . Aquarelas de Richard Bate - O Rio de Janeiro de 1808 - 1848. Rio de Janeiro: Galeria Brasileira, 1965.
- . As cidades de Salvador e Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Sedegra, 1963.
- . O Rio antigo do fotógrafo Marc Ferrez - paisagens e tipos humanos do Rio de Janeiro: 1865-1918. Prefácio de Pedro Nava. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia, Ex. Libris, 1984.
- FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. 21. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.
- GERSON, Brasil. História das ruas do Rio. 4. ed. Rio de Janeiro: Brasileira, 1965. (Vieira Fazenda, 9).
- HISTÓRIA da Arte. São Paulo: Salvat, 1979. v.6.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Dirigida por Afonso Arinos de Melo Franco. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1989. (Documentos brasileiros).
- (dir.). História geral da civilização brasileira. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- HOORNAERT, Eduardo. História da Igreja no Brasil. Petrópolis: Vozes, Edições Paulinas, 1983. v.2.(História geral da Igreja na América Latina).
- LEITE, Serafim S.J. Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil: (1549-1769). Lisboa: Brotéria, 1953.
- . História da Companhia de Jesus no Brasil. Lisboa; Rio de Janeiro: Portugália; Civilização Brasileira, 1938. t.1.

- História da Companhia de Jesus no Brasil. Lisboa; Rio de Janeiro: Portugália; Instituto Nacional do Livro, 1945. t.6.
- LOYOLA, Ignácio. Exercícios espirituais. Traduzido e comentado por Joaquim Abranches S. J., São Paulo: Loyola, 1985.. MÂLE, Émile. L'art religieux après le Concile de Trente. Paris: Armand Colin, 1932.
- MARAVALL, José Antônio. La cultura del barroco - análises de una estrutura histórica. Barcelona: Ariel, 1986.
- MEGALE, Nilza Botelho. 107 invocações da Virgem Maria no Brasil. - história - folclore - iconografia. Ilustrações de Eduardo Paes. Petrópolis: Vozes, 1980.
- MILLER, René Fullup. Os jesuítas, seus segredos e seu poder. Tradução de Álvaro Franco. Porto Alegre: Globo, 1946.
- MORIZE, Henrique. Observatório Astronômico - um século de história (1827-1927). Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, Salamandra, 1987.
- MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS (Rio de Janeiro). Observatório Nacional: do Castelo ao S. Januário. Artigo para a exposição: Brasil, acertai vossos ponteiros. Rio de Janeiro, 1991.
- NÓBREGA, Manuel da. Cartas do Brasil - 1549-1560. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Editora da USP, 1988. (Cartas jesuíticas, 1; Reconquista do Brasil, 2ª série, 147). p. 21-69.
- OLIVEIRA, Beatriz Santos de. Espaço e estratégia: considerações sobre a arquitetura dos jesuítas no Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1988.
- PIZARRO e ARAÚJO. Memórias históricas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: INL, MES, Imprensa Nacional, 1945. 10v. (Biblioteca Popular Brasileira, 6).
- SANTOS, Luiz Gonçalves de (Padre Perereca). Memórias para servir à história do reino do Brasil. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Editora da USP, 1981.
- SANTOS, Paulo. Contribuição ao estudo da arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil. In: V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO BRASILEIROS, separata das Actas. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1966. v.4, p.5-59.
- SANTOS, Paulo F. O barroco e o jesuítico na arquitetura do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1951.
- SEBASTIÁN, Santiago. Contrarreforma y barroco - pinturas iconográficas e iconológicas. 2. ed. Madri: Alianza, 1985.
- SMITH, Robert. A talha em Portugal. Lisboa: Livros Horizonte, 1962.
- SOARES, Ernesto (org.). Inventário da coleção de registros de santos. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1955.
- STEINMANN, Johannes. Souvenirs de Rio de Janeiro. São Paulo: Martins, 1944.
- TAPIÉ, Victor L. Barroco e classicismo. Traduzido por Lemos de Azevedo. Lisboa: Presença, 1972. 2v.
- TEIXEIRA FILHO, Álvaro. Roteiro cartográfico da Baía de Guanabara e cidade do Rio de Janeiro, séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro: São José, 1975.
- TEIXEIRA, Luís Manuel. Dicionário ilustrado de Belas-Artes. Lisboa: Presença, 1985.

- . VASCONCELOS, Simão de. Crônicas da Companhia de Jesus. Petrópolis: Vozes, 1977. 2v.
- . WEIZ, Suely de Godoy. Notas sobre a imaginária setecentista do Rio de Janeiro. In: 1^{as} JORNADAS LUSO-BRASILEIRAS DE HISTÓRIA DA ARTE, 1989, Coimbra.
- . WÖLFFLIN, Heinrich. Renaissance et baroque. Traduzido por Guy Ballangé. Brionne: Gerárd Monford, 1985.
- . _____. Conceitos fundamentais da história da arte. Traduzido por João Azenha Jr. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- . ZANINI, Walter. História geral da arte no Brasil. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983. 2v.
- . ZEVI, Bruno. Saber ver a arquitetura. Lisboa: Arcádia, 1977.
- . _____. Arquitetura in Nuce, uma definição de arquitetura. Lisboa: Edições 70, 1986. (Arquitetura & Urbanismo).

2. PERIÓDICOS

- ANAIIS DA BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Carta régia e ofício de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Conde da Cunha. Rio de Janeiro: BN, 1982. v. 102, n.1112. p. 58-59.
- Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro Rio de Janeiro: BN, 1962. v. 82.
- ANAIIS DO OBSERVATÓRIO IMPERIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Lombaerts,1882.
- BARROS, João de. O morro do Castelo. Renascença, Rio de Janeiro, n. 17, p. 14-18, jul. 1905.
- CORRÊA, Magalhães. O Morro do Castelo. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 15 nov. 1940.
- COSTA, Lúcio A arquitetura jesuítica no Brasil. Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, n.5, 1941.
- DORIA, Escragnole. O Observatório do Castello. Revista da Semana, Rio de Janeiro, p.22-23. 1941.
- EDMUNDO, Luiz. O Rio de Janeiro do meu tempo. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 9 mai. 1937.
- FAZENDA, Vieira. O morro do Castelo e os jesuítas. Renascença, Rio de Janeiro, v.2, n.16, p.256-263, jun. 1905.
- FERREZ, Gilberto. Diário anônimo de uma viagem às costas d'África e às Índias espanholas e os muros da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 267, p. 4-92, abr./jun. 1965.
- Um panorama do Rio de Janeiro de 1775. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v.33, p. 3-23, out./dez. 1956.
- GARCIA, Sérgio. O Morro do Castelo (1567-1922) Jornal do Brasil-Domingo, Rio de Janeiro, 27 fev. 1994. Ano 18, n.930.
- LEITE, Serafim. Real Colégio das Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, século XVII e XVIII. Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 2 mai. 1943.
- Morro do Castelo, o berço da cidade. O Jornal, Rio de Janeiro, 1 mar. 1965. 2º Caderno, suplemento comemorativo do IV centenário.
- OLIVEIRA, Myrian Andrade Ribeiro de. " Escultura Colonial ". Barroco. Belo Horizonte: Imprensa Universitária n.13, 1984/5.
- PEREIRA, Sônia Gomes. " Igreja de Gesú em Roma ". Barroco. Belo Horizonte: Imprensa Universitária n.14, 1986/9.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, t.63, parte I. 1900. v.101.
- SANTOS, Noronha. Tradição do bispado. Renascença, Rio de Janeiro, n. 38, p.187-194, abr.1907.
- THYS, Bruno. As origens do Rio no morro do Castelo. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 25 mar. 1991.
- VIANNA, Ernesto da Cunha Araújo. Das artes plásticas no Brasil em geral e na cidade do Rio de Janeiro em particular. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, t.78, v.132, parte 2, p.505-608, 1915.

CLAUDIA NÓBREGA BARONCINI

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DO
REAL COLÉGIO DAS ARTES
E OFÍCIOS
DA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO
DO RIO DE JANEIRO:
O CASO DA NOVA IGREJA

VOLUME II



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE LETRAS E ARTES
ESCOLA DE BELAS ARTES
RIO DE JANEIRO
1996

CLAUDIA NÓBREGA BARONCINI

**SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DO REAL COLÉGIO DAS ARTES E OFÍCIOS
DA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO:
O CASO DA NOVA IGREJA**

Dissertação de Mestrado em História da
Arte - apresentada à Coordenação do
Curso de Pós-Graduação em Artes
Visuais.

Orientador: Sandra P. de Faria Alvim

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE LETRAS E ARTES
ESCOLA DE BELAS-ARTES
RIO DE JANEIRO

1996

FIGURAS



FIGURA Nº 1: Vista do Cais Pharoux, tendo ao fundo o Morro do Castelo (c. 1877).

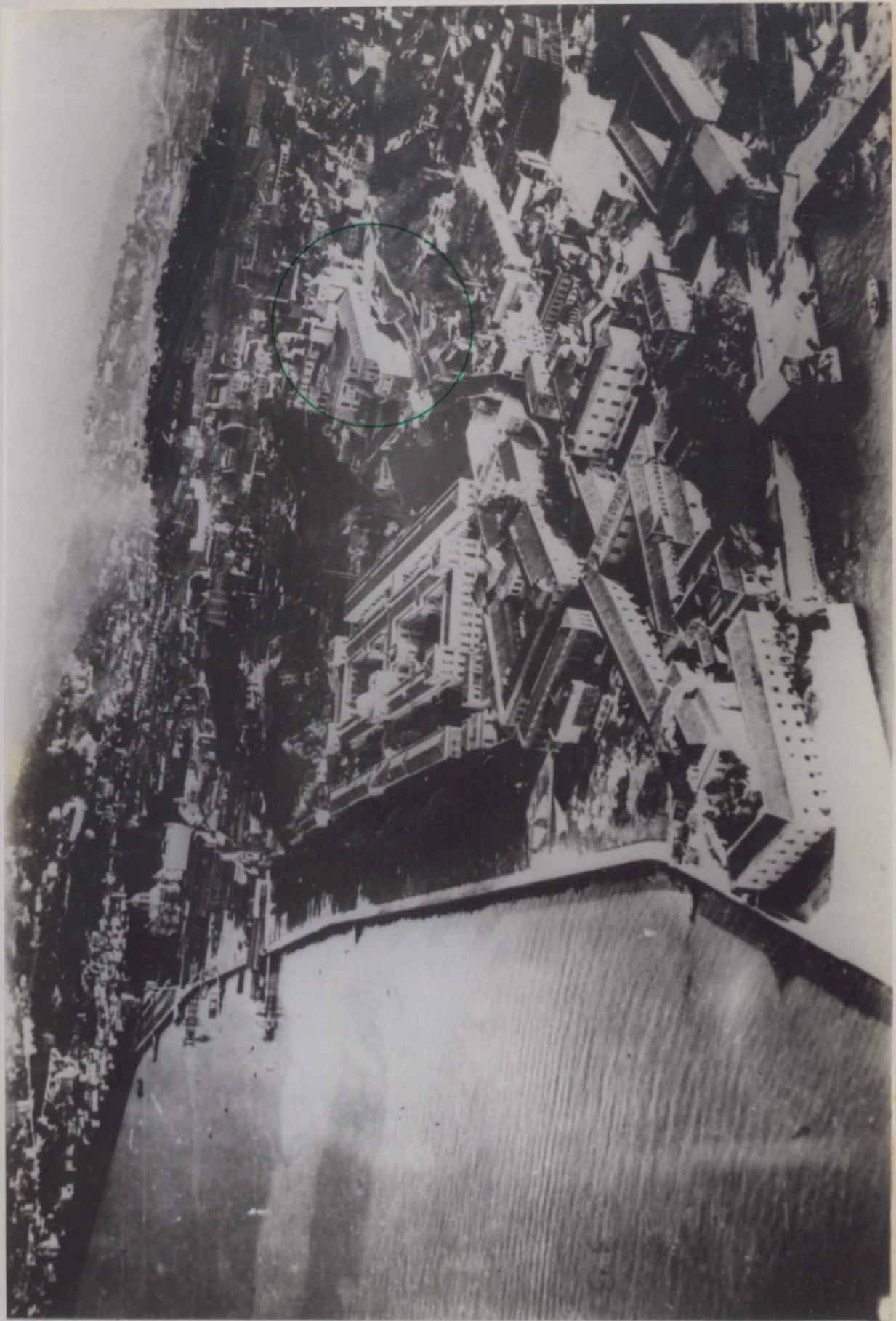


FIGURA Nº 2: Vista Aérea do Morro do Castelo (1918).

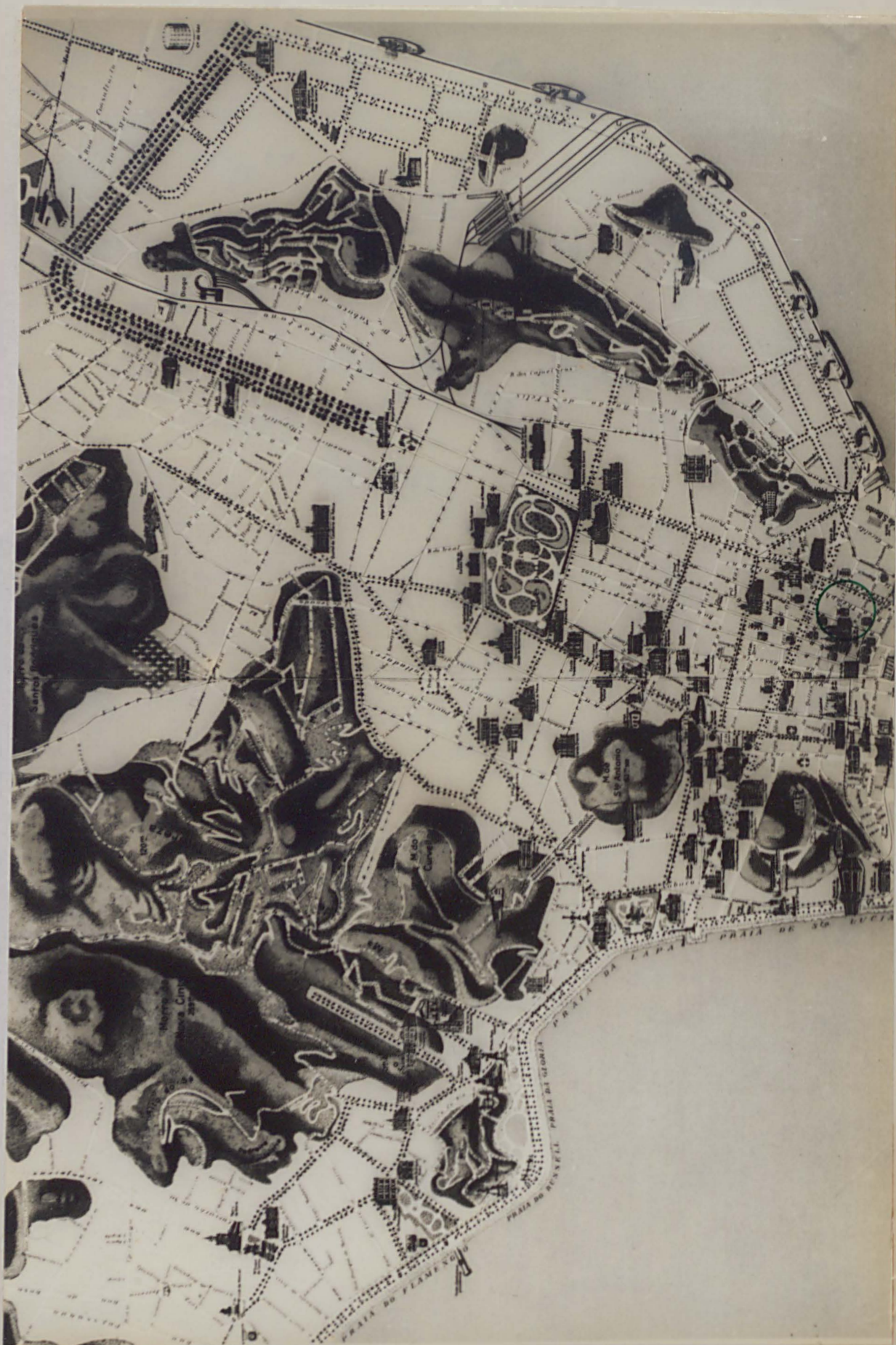


FIGURA Nº 3: Reconstituição do centro da cidade do Rio de Janeiro por Gilberto Ferrez.



FIGURA N° 4: Portada lateral da Nova Igreja.



FIGURA Nº 5: Portada central da Nova Igreja.



FIGURA N^o 6: Portada lateral da Nova Igreja.

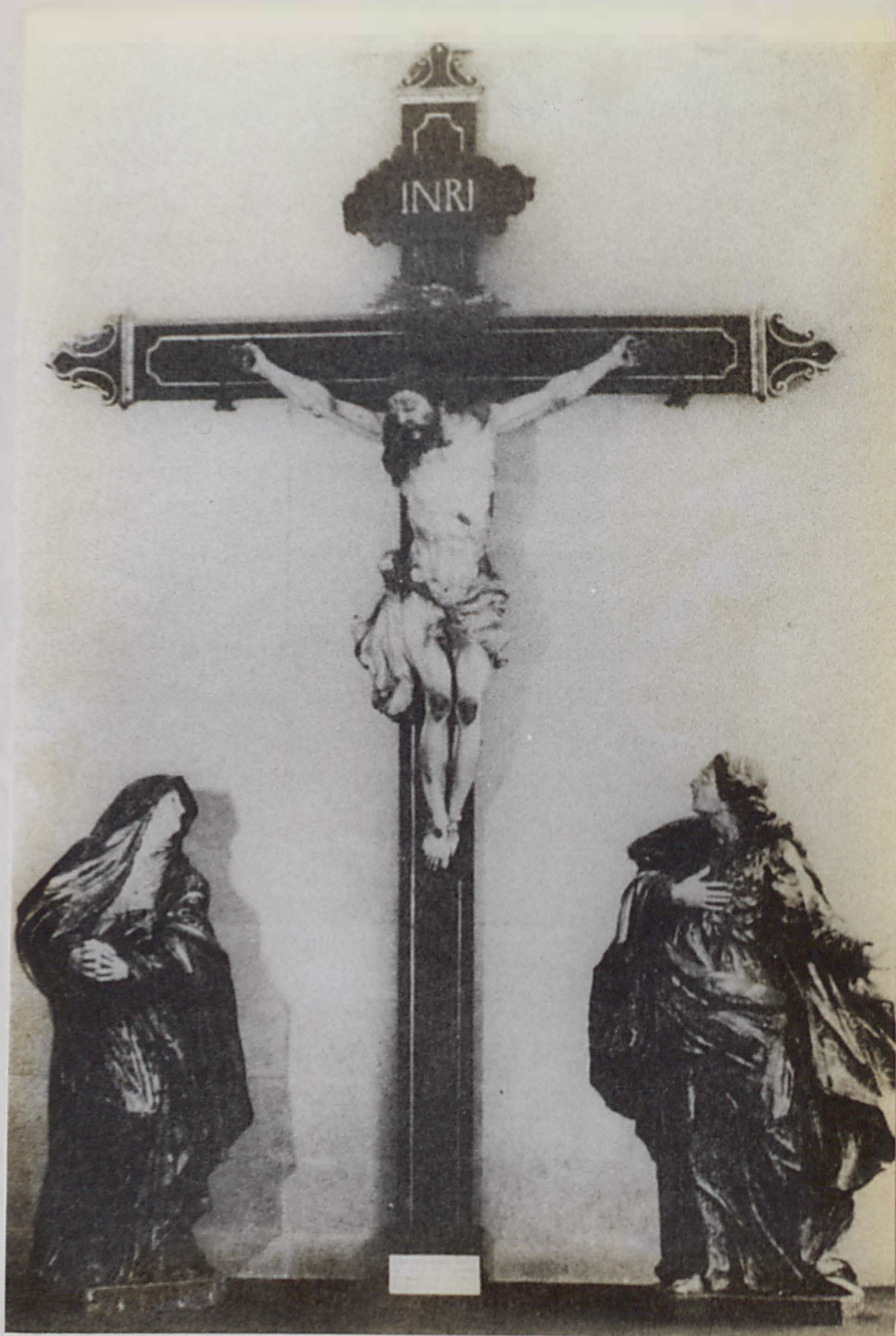


FIGURA Nº 7: Conjunto escultórico que teria pertencido à Nova Igreja.



FIGURA N^o 8: Imagem de Nossa Senhora que teria pertencido à Nova Igreja.



CONJUNTO ESCULPTÓRICO
DA IGREJA DOS SANTOS
DO MORRO DO CARMO
SÉCULO XVIII -

FIGURA Nº 9: Imagem de Nossa Senhora que teria pertencido à Nova Igreja.



FIGURA N° 10: Imagem de São João Evangelista que teria pertencido à Nova Igreja.



CONJUNTO ESCULTÓRICO
DA IGREJA DOS JESUÍTAS
DO MORRO DO CASTELO
SÉCULO XVII - XVIII

FIGURA Nº 11: Imagem de São João Evangelista que teria pertencido à Nova Igreja.



FIGURA Nº 12: Imagem de Jesus Crucificado que teria pertencido à Nova Igreja.



FIGURA N° 13: Imagem de Jesus Crucificado que teria pertencido à Nova Igreja.



FIGURA Nº 14: Capitel que teria pertencido ao interior da Nova Igreja.



FIGURA N° 15: Elemento arquitetônico que teria pertencido ao interior da Nova Igreja.



FIGURA Nº 16: Elemento arquitetónico que teria pertencido ao interior da Nova Igreja.



FIGURA Nº 17: Elemento arquitetônico que teria pertencido ao interior da Nova Igreja.



FIGURA Nº 18: Trecho do entablamento que teria pertencido ao interior da Nova Igreja.



FIGURA Nº 19: Trecho do entablamento que teria pertencido ao interior da Nova Igreja.



FIGURA Nº 20: Emblema do frontão da portada da antiga Igreja de S^{to} Inácio.

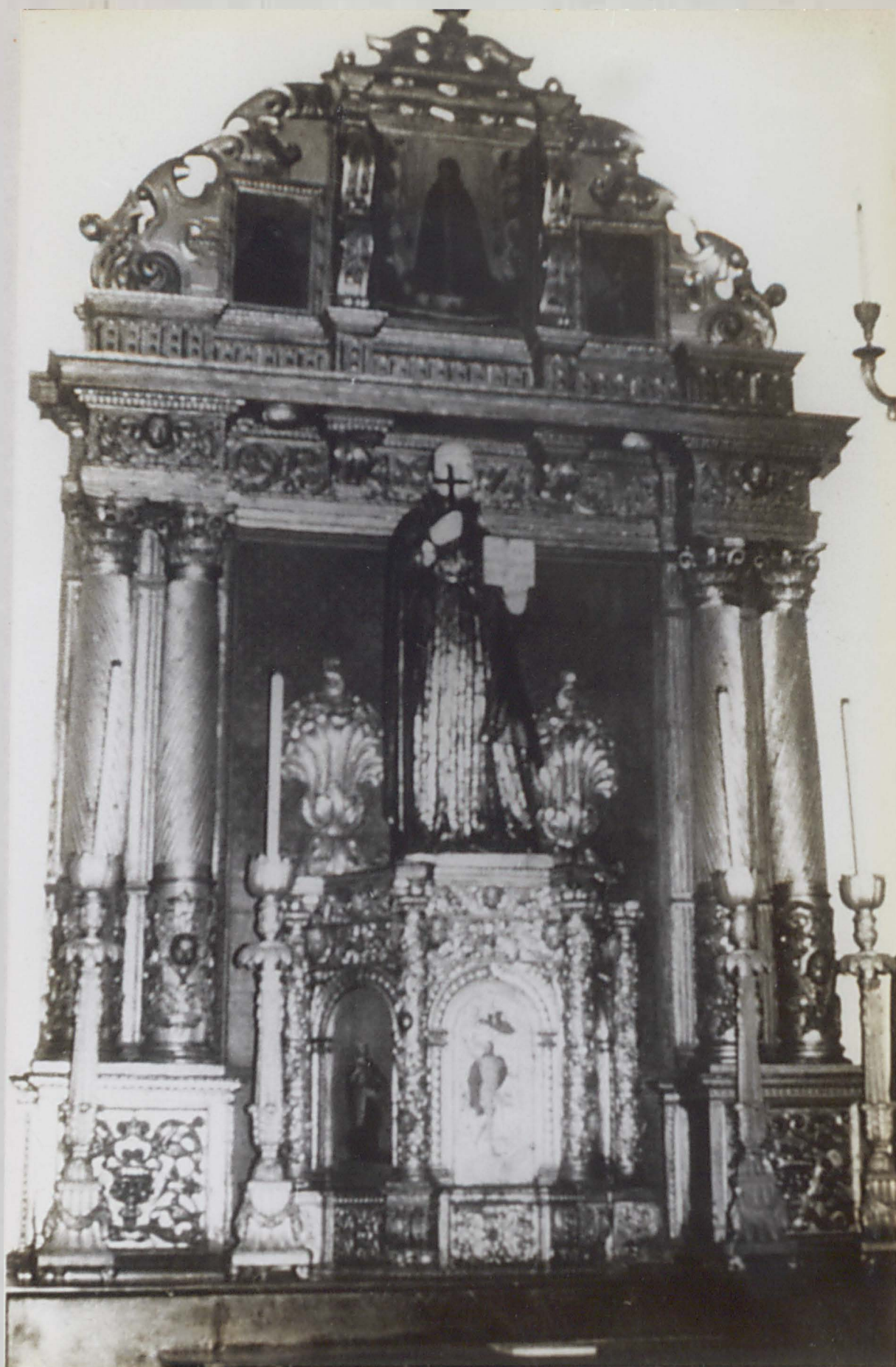


FIGURA N^o 21: Possível altar-mor da antiga Igreja de S^{to} Inácio.



FIGURA Nº 22: Altar lateral da antiga Igreja de S^{to} Inácio.

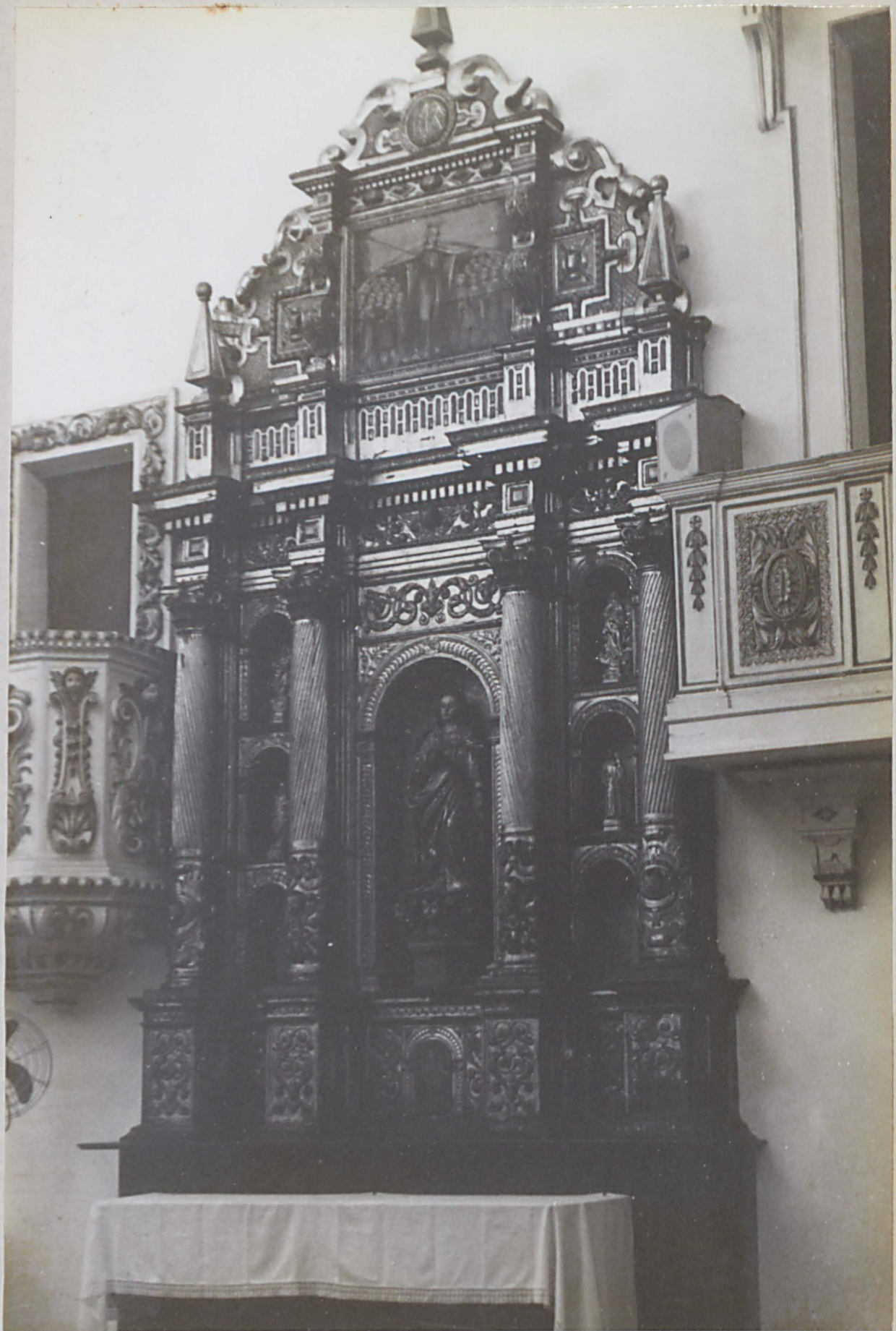


FIGURA Nº 23: Altar lateral da antiga Igreja de S^{to} Inácio.



FIGURA N° 24: Púlpito da antiga Igreja de S^{to} Inácio.



FIGURA Nº 25: Quadro que teria pertencido à antiga Igreja de S^o Inácio.



FIGURA Nº 26: Quadro que teria pertencido à antiga Igreja de S^{to} Inácio

EXPANSÃO DOS JESUÍTAS NO BRASIL

[SÉCULO XVI]

MAPA ORGANIZADO, SEGUNDO OS DOCUMENTOS,

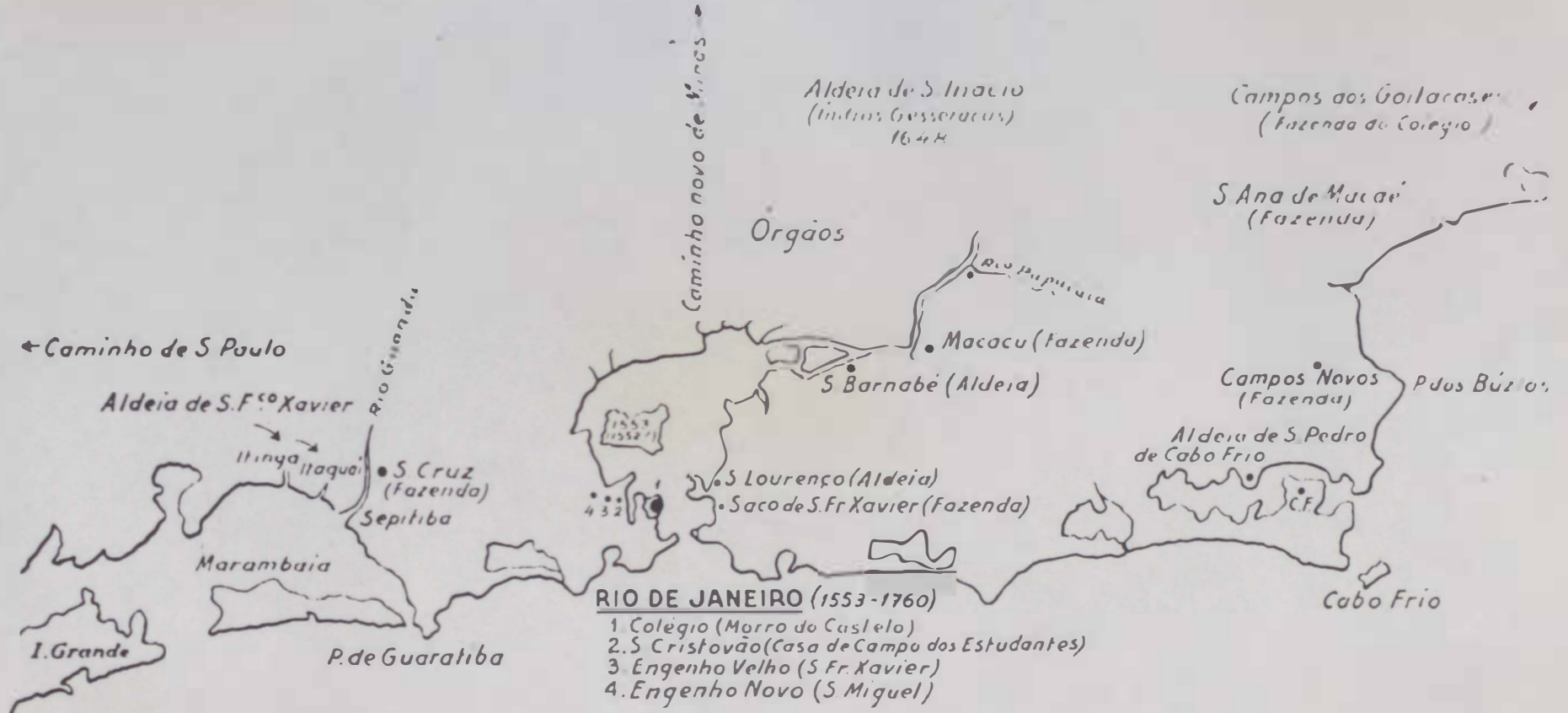
POR SERAFIM LEITE, S. I.

1938



FIGURA Nº 27: Mapa da Expansão da Companhia de Jesus no Brasil (século XVI).

FIGURA Nº 28: Estabelecimentos da Companhia de Jesus no Estado do Rio de Janeiro.



OS JESUÍTAS NO RIO DE JANEIRO



FIGURA N^o 29: Antiga Sé de São Sebastião / Morro do Castelo (1922).



FIGURA Nº 30: Mapa da cidade do Rio de Janeiro (1775).

FIGURA N° 31: Vista da cidade do Rio de Janeiro (1695).

- A. La Maison du Gouverneur .*
- B. Les Bene dictins .*
- C. Les Carmes .*
- D. Les Iesuites .*



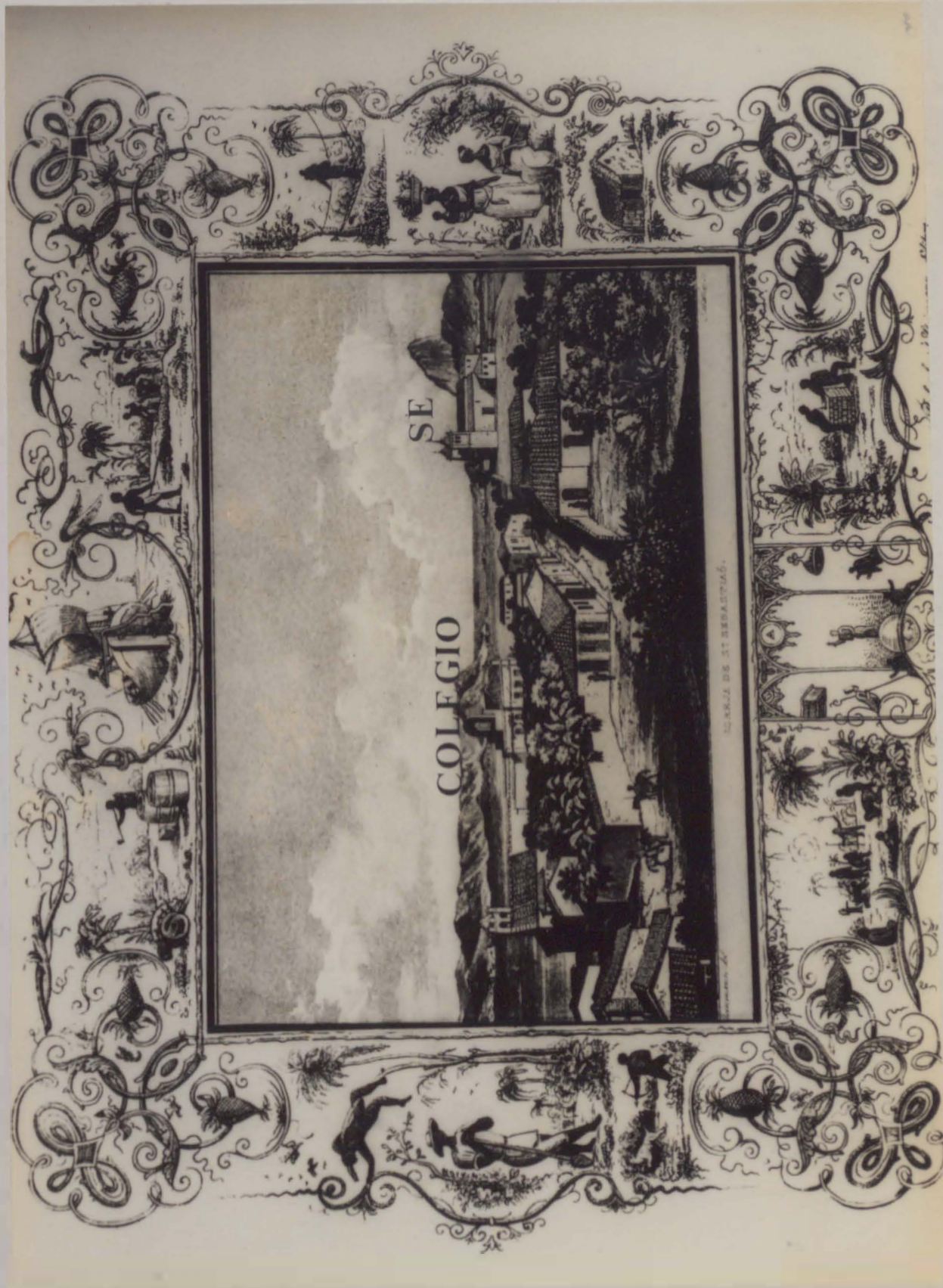


FIGURA Nº 32: Vista do Morro do Castelo com o Colégio dos Jesuitas e antiga Sé (1822).

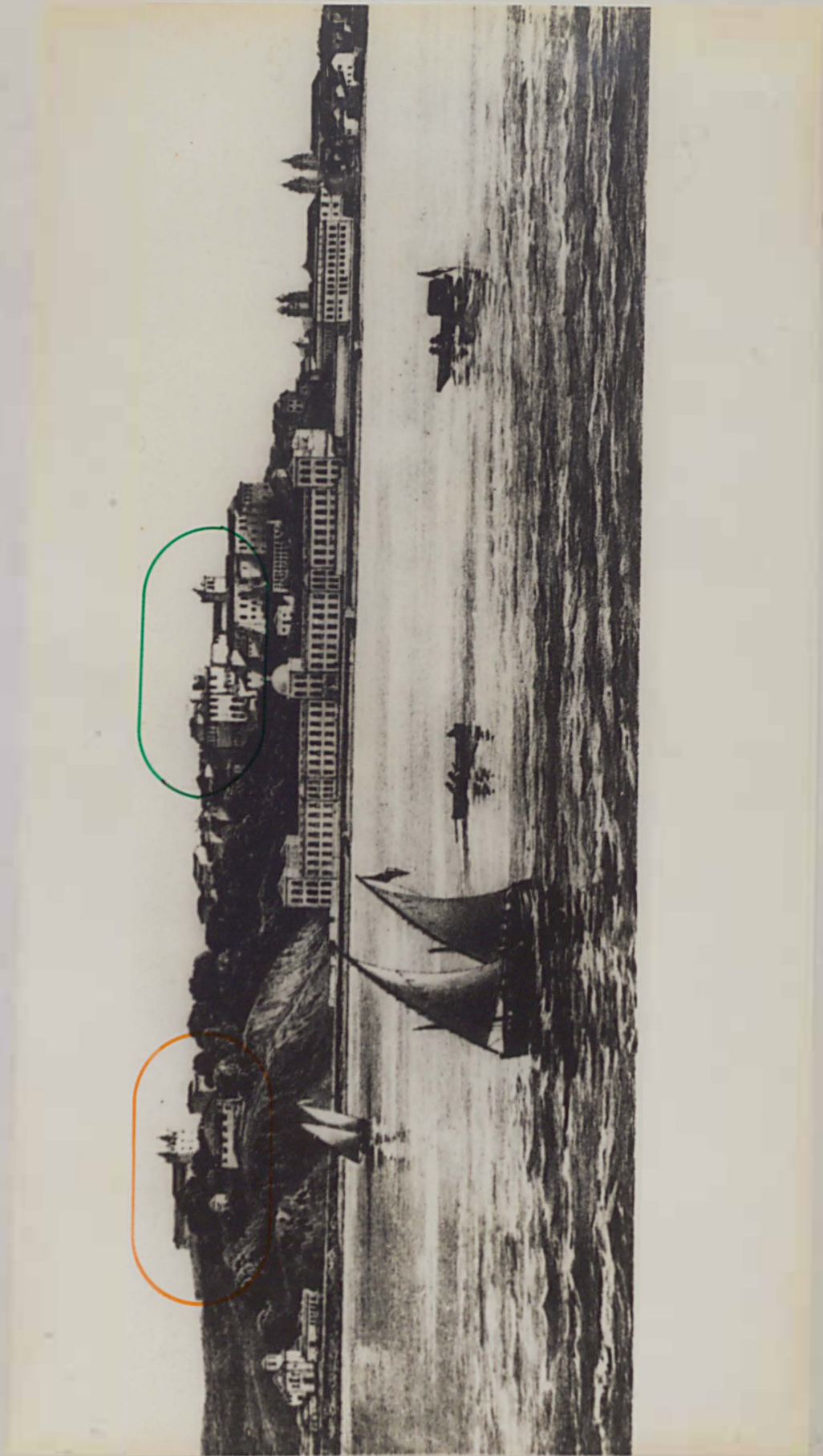


FIGURA Nº 33: Vista do Morro do Castelo tendo à frente a S^{ta} Casa de Misericórdia (1858).



FIGURA N° 34: Detalhe da Planta da cidade do Rio de Janeiro (1711).



FIGURA Nº 36: Planta da cidade do Rio de Janeiro (1713).

A PERSPECTIVE VIEW of the City of **SEBASTIAN** Rio de Janeiro.

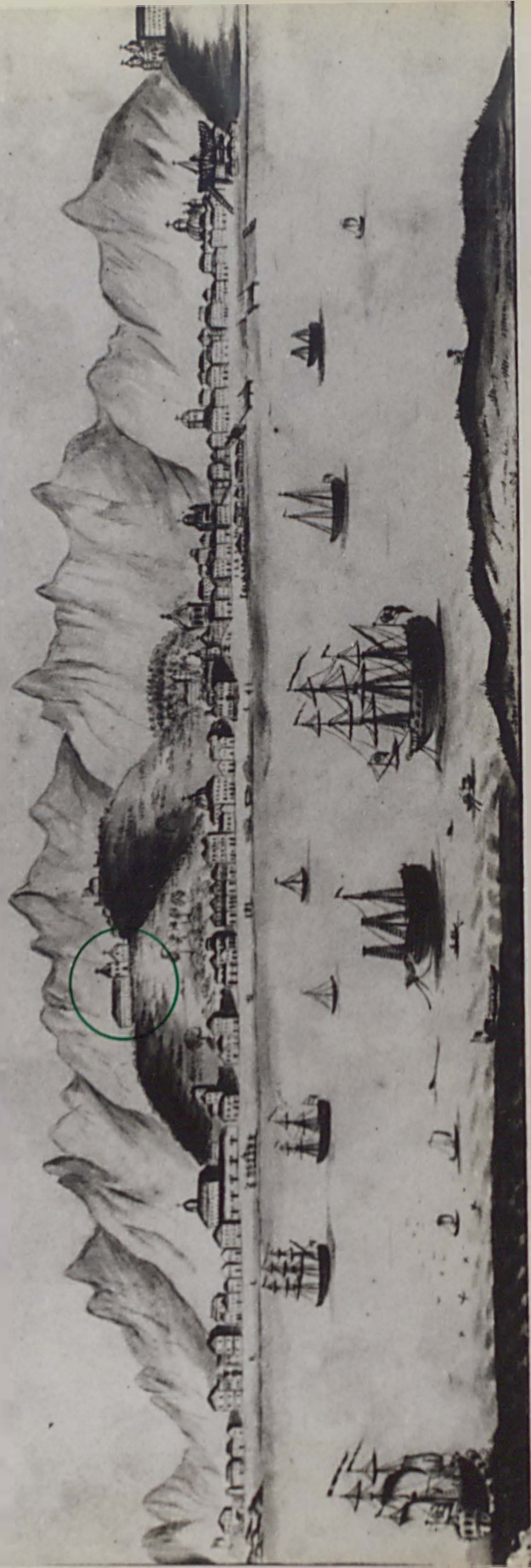
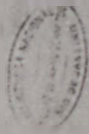


FIGURA N^o 37: Vista da cidade do Rio de Janeiro (1765).

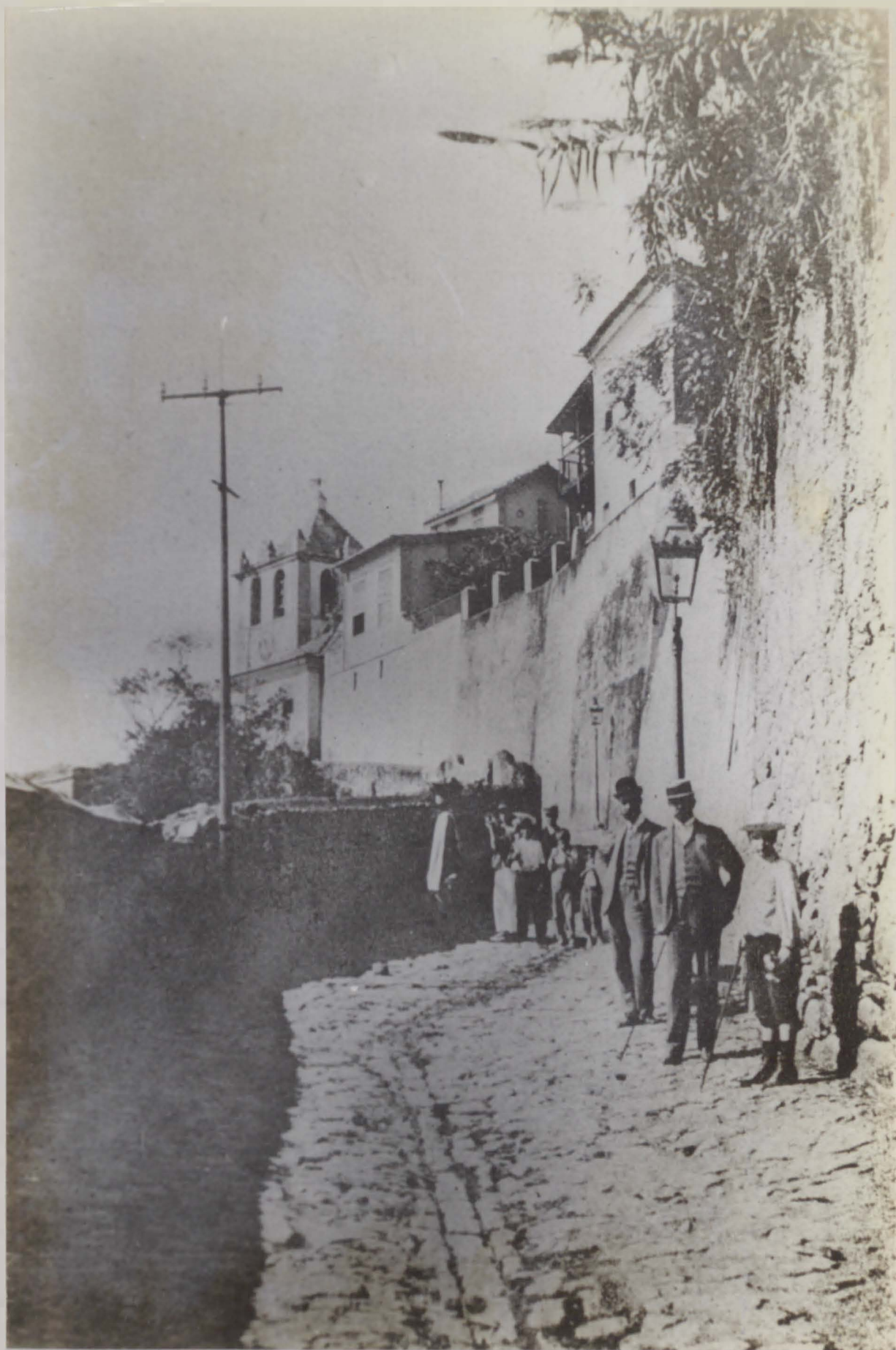


FIGURA N° 38: Ladeira do Castelo (1905).



FIGURA Nº 39: Ladeira do Castelo (c. 1920).



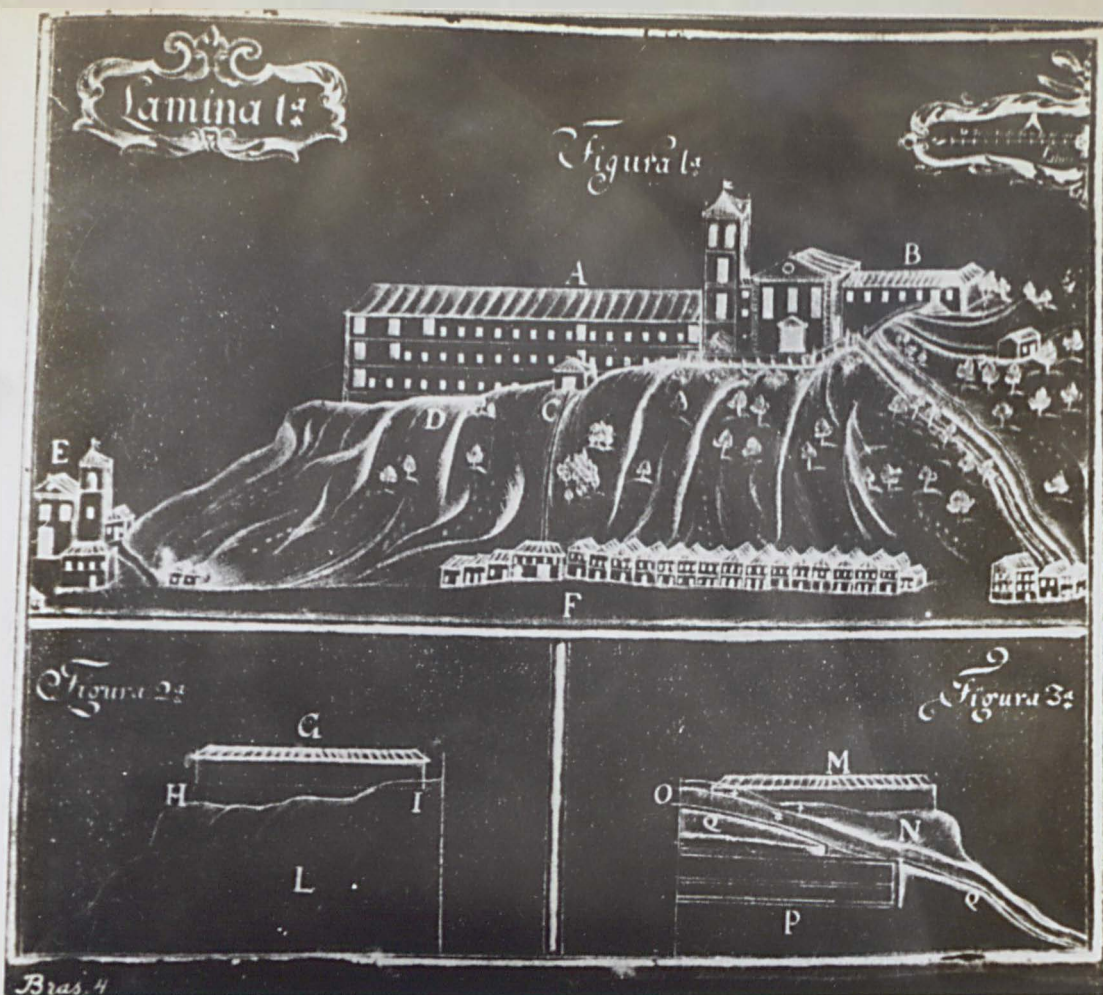
FIGURA Nº 40: Ladeira da Misericórdia (1834).



FIGURA N^o 41: Ladeira da Misericórdia (c. 1920).



FIGURA Nº 42: Ladeira do Seminário (c. 1920).



O COLÉGIO DO RIO DE JANEIRO EM 1728

- Figura 1.ª* A — O Colégio e a sua vista para a Cidade e Ilha das Cobras
 B — Escolas antigas unidas ao Colégio pela Igreja
 C — Guindaste («Catadromus»)
 D — Sítio para as Escolas novas
 E — Igreja da Misericórdia
 F — Praça na Praia ao pé do Morro do Castelo
- Figura 2.ª* G — Elevação mínima do edifício, visto do mar
 H — Alicerce necessário para o novo edifício
 I — Parte do Morro a ser aplainada
 L — Terreno destinado à obra
- Figura 3.ª* M — A obra vista do Colégio
 N — Sítio e disposição do Morro do Castelo, destinado à obra
 O — Largo que dá para a Igreja da Misericórdia
 P — Parte do Colégio contígua à obra
 Q — Muro exterior do Colégio

(Bras. 4, 380)

FIGURA Nº 43: Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro (1728).



FIGURA N° 44: Detilhe da figura n°43.



FIGURA N° 45: Vista do Morro do Castelo (c. 1760).



N.º 2 Detalhe da parte esquerda da vista panorâmica do «Prospecto da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro...» em 1755, que ocupa a largura e pouco menos da metade da altura do desenho e mede, no todo, 235 x 910 mm.

FIGURA N.º 46: Vista da cidade do Rio de Janeiro (1775).

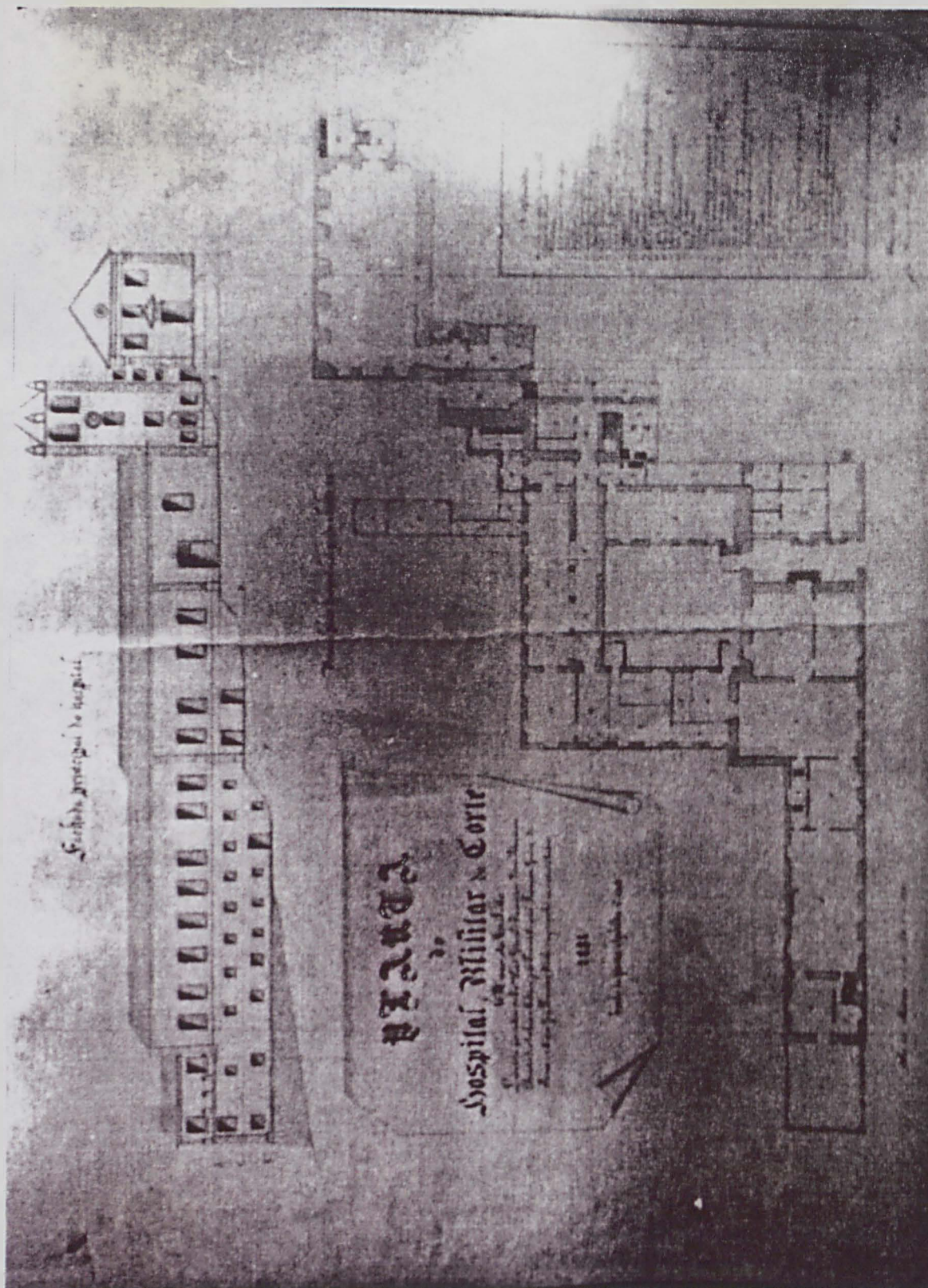


FIGURA N^o 47: Levantamento do Hospital Militar da Corte (1881).

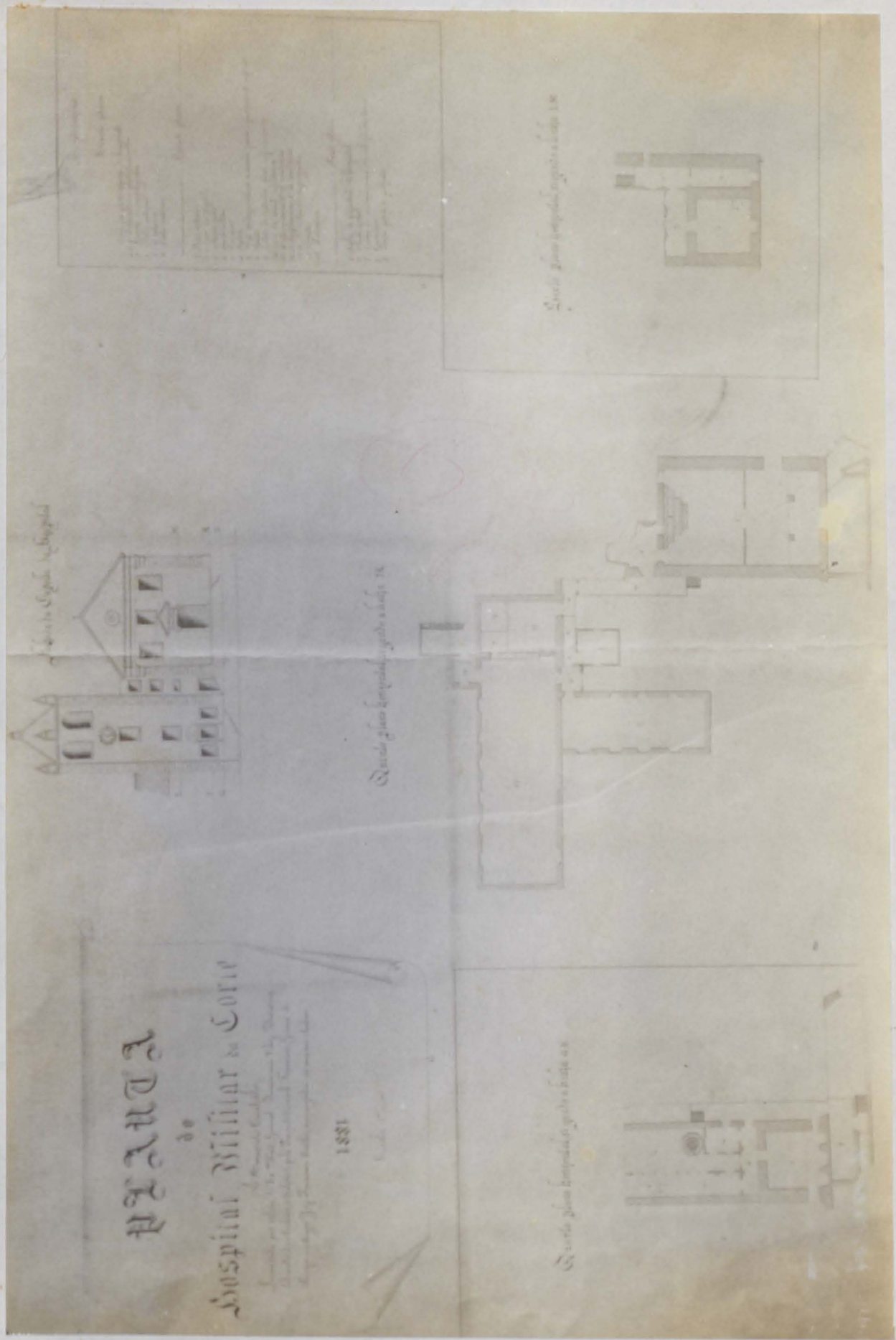


FIGURA N° 48: Levantamento do Hospital Militar da Corte (1881).

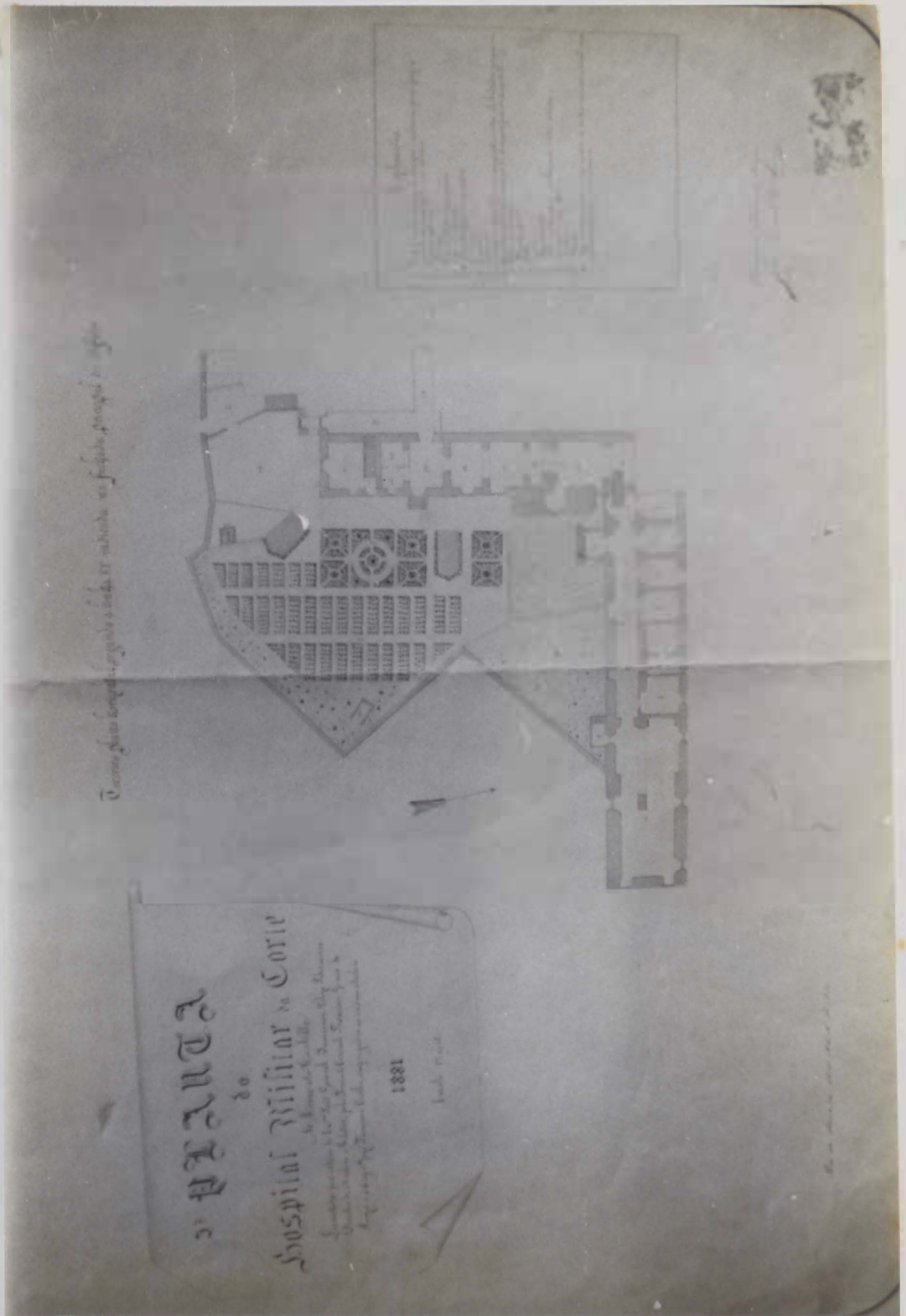


FIGURA Nº 50: Levantamento do Hospital Militar da Corte (1881).



FIGURA Nº 51: Fachada do Hospital São Zacarias (c. 1920).



FIGURA N^o 52: Antigo Colégio / Hospital S. o Zacarias (c. 1920)



FIGURA Nº 53: Antiga Igreja de S.^º Inácio (1.^{as} décadas do séc. XX).



FIGURA Nº 54: Demolição do prédio do Imperial Observatório Astronômico no Morro do Castelo (1922).



FIGURA Nº 55: Interior da antiga Igreja de S^{to} Inácio.



FIGURA N^o 56: Imagem de S^{to} Inácio da antiga Igreja de S^{to} Inácio.



FIGURA Nº 57: Sacrário da antiga Igreja de S^{to}Inácio.



FIGURA Nº 58: Imagem de São Francisco de Bórgia da antiga Igreja de S^{to} Inácio.

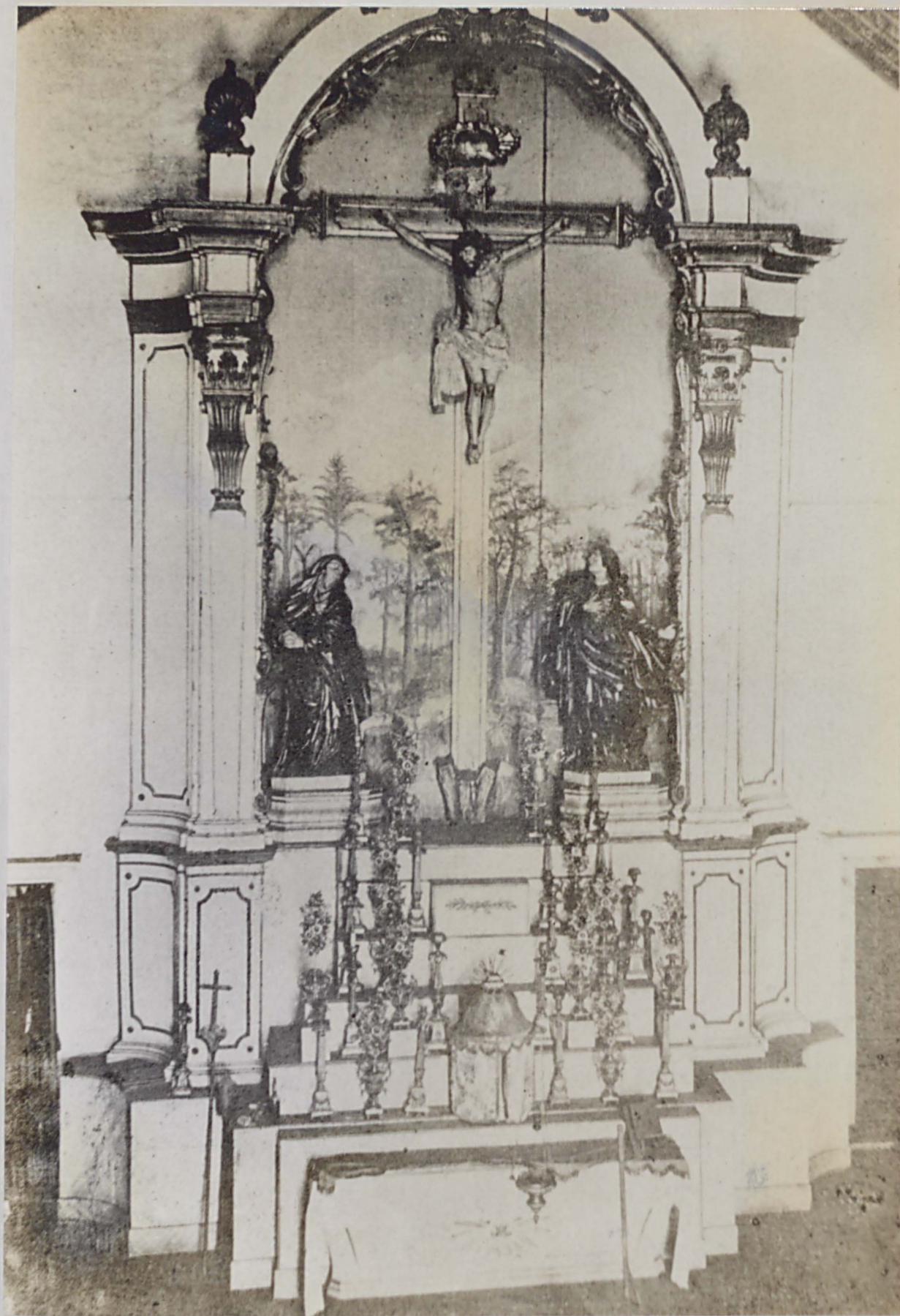


FIGURA N° 59: 2º Altar-mor da antiga Igreja de S^oInácio.

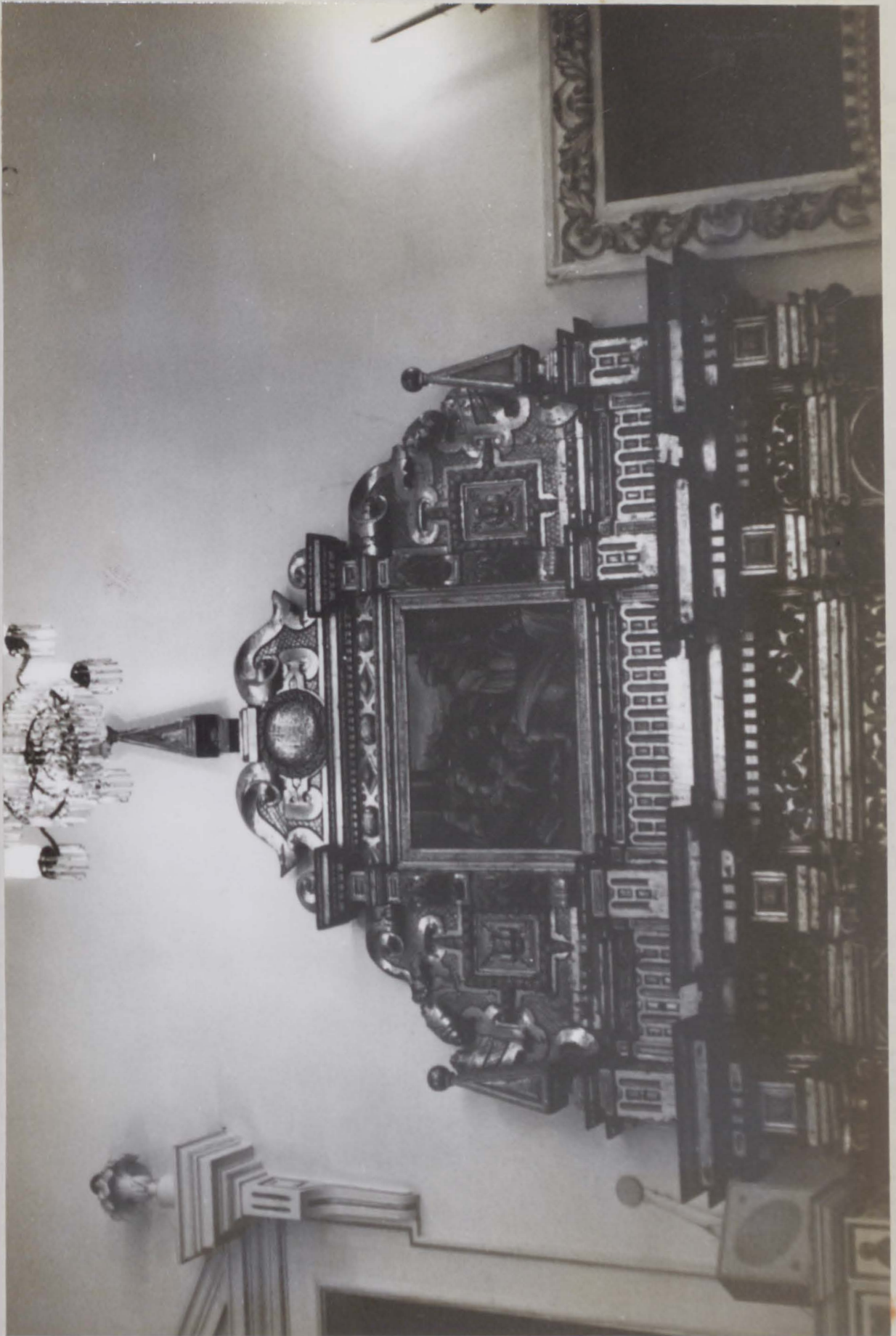


FIGURA Nº 60: Coroamento de um dos altares laterais da antiga Igreja de S^{to} Inácio.

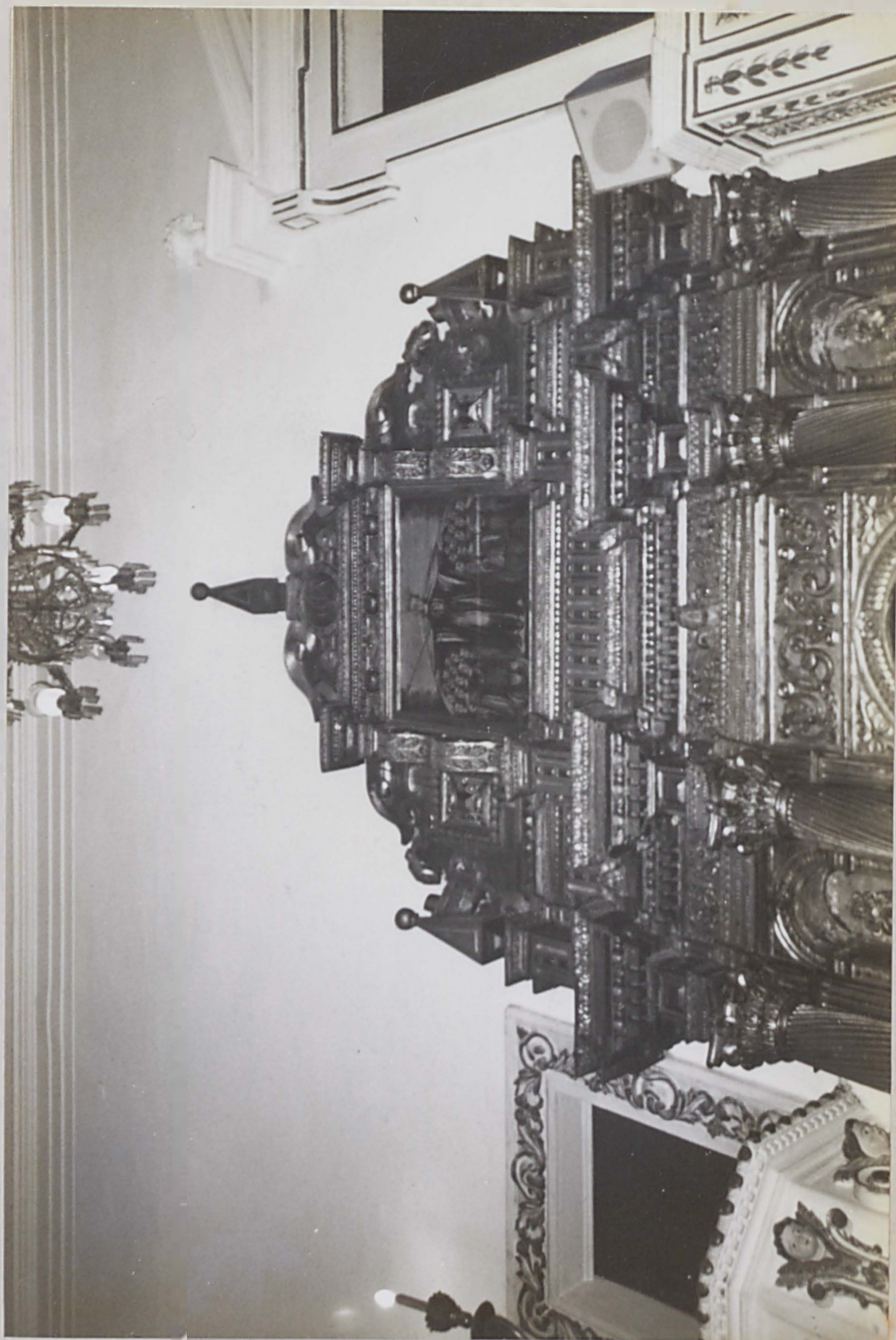


FIGURA Nº 61: Coroamento de um dos altares laterais da antiga Igreja de S^{to} Inácio.



FIGURA Nº 62: Antigo Colégio dos Jesuítas / Hospital São Zacarias
(1ª década do sé. XX).



FIGURA N° 63: Igreja de Nossa Senhora da Graça de Olinda (1584)



FIGURA Nº 64



FIGURA Nº 65

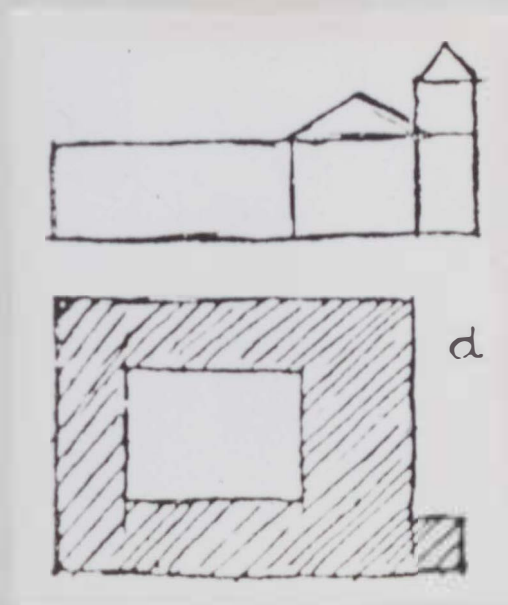


FIGURA Nº 66

FIGURA Nº 64: Igreja de São Roque de Lisboa, Portugal (c. 1565).

FIGURA Nº 65: Igreja do Colégio de Salvador - atual Sé de Salvador (1657-1672).

FIGURA Nº 66: Croqui de Lúcio Costa.



IGREJA DE S. INÁCIO DE LOIOLA NO MORRO DO CASTELO

FIGURA Nº 67: Gravura da antiga Igreja de S^{to} Inácio (c. 1918).



FIGURA N^o 68: Antiga Igreja de S^{to} Inácio (1905).



FIGURA Nº 69: Antigo Colégio dos Jesuítas / Hospital São Zacarias.
Vista da Ladeira da Misericórdia (1921).

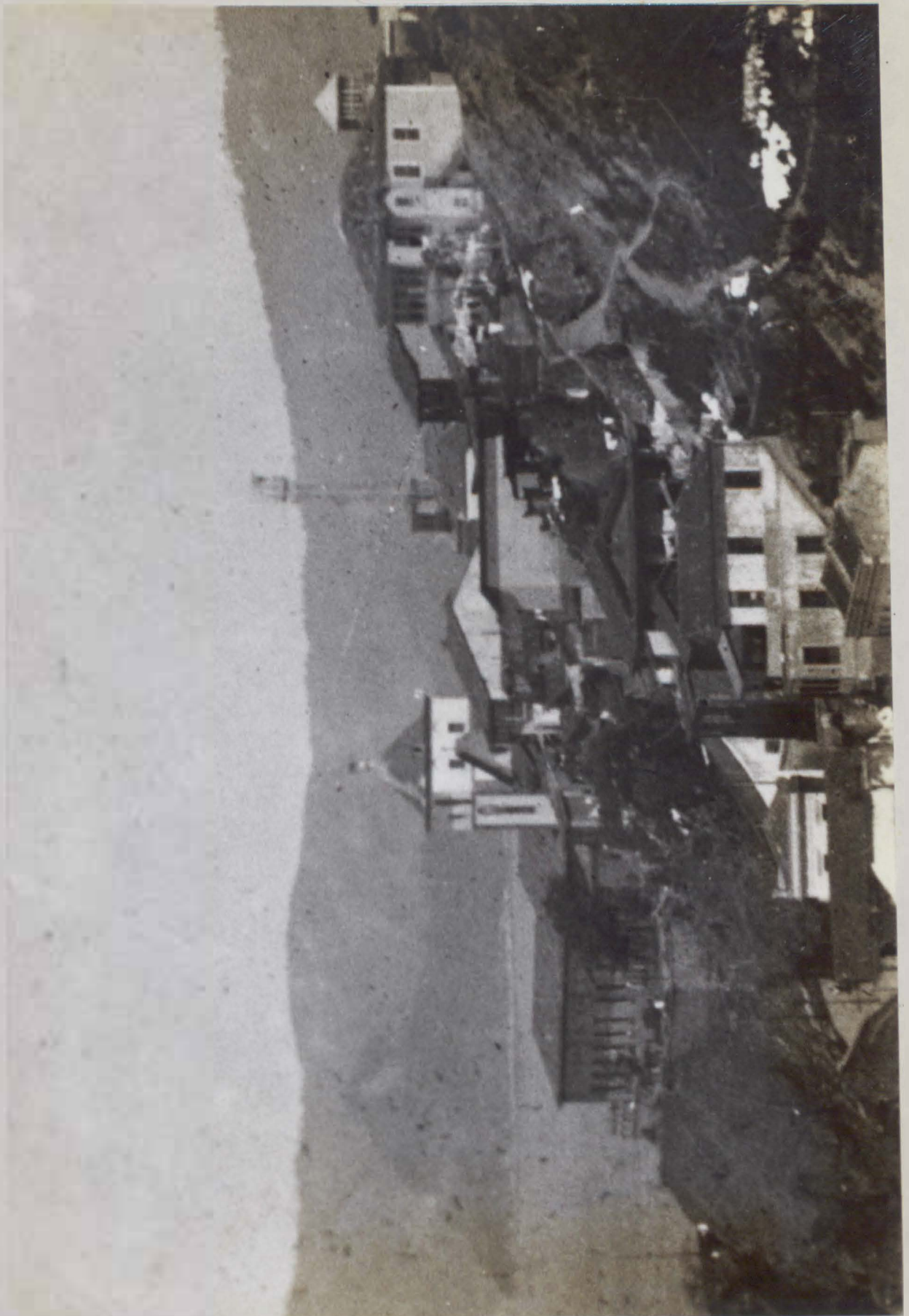


FIGURA N^o 70: Antigo Colégio dos Jesuítas / Hospital São Zacarias.
Vista do Forte de São Sebastião (1920).



FIGURA N° 71: Demolição do prédio do Hospital São Zacarias (1922).

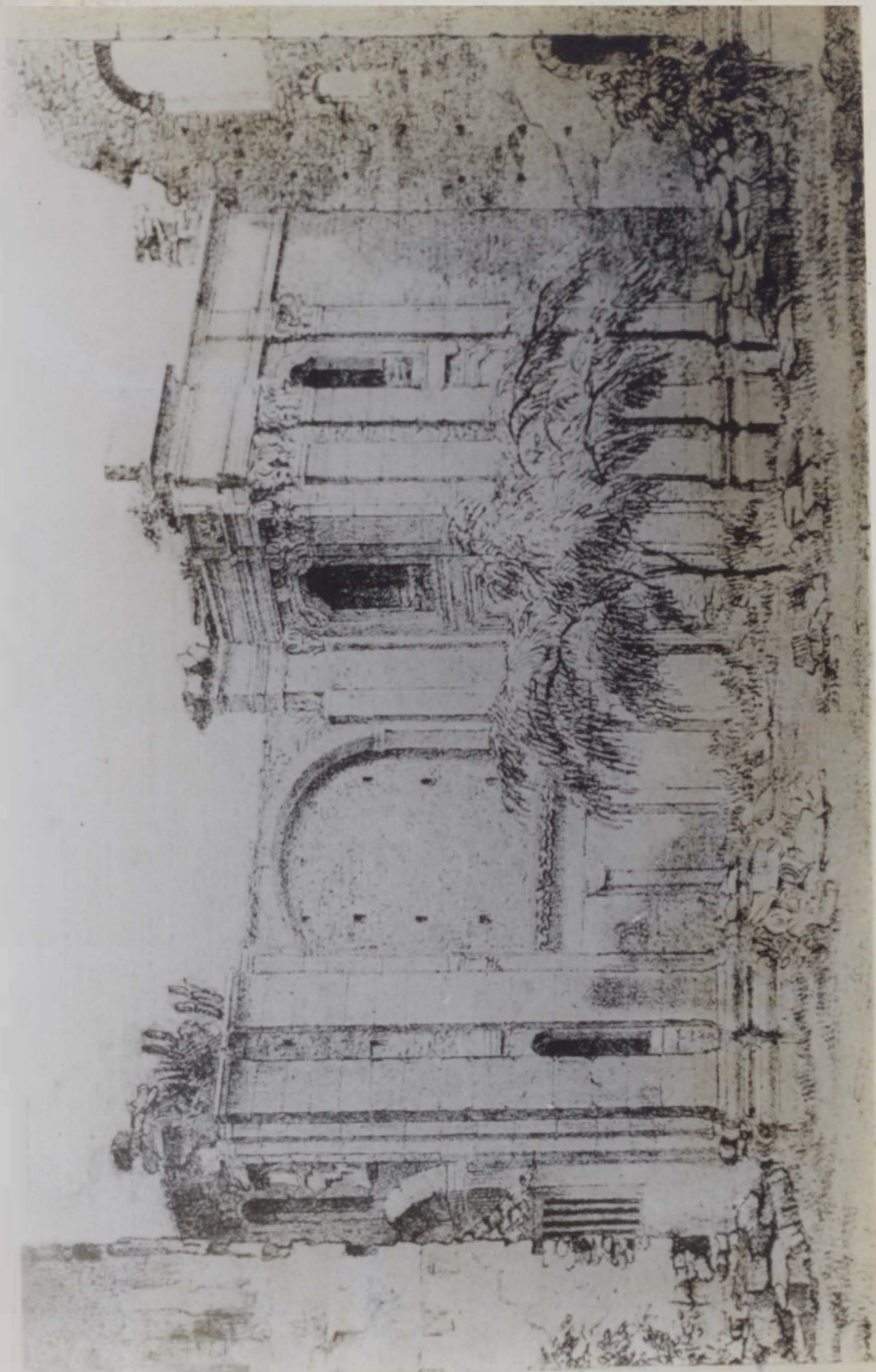


FIGURA N^o 72: Ruínas da Nova Igreja (c. 1840).



FIGURA Nº 73: Mapa da cidade do Rio de Janeiro (1769).



FIGURA Nº 74: Trecho do mapa da cidade do Rio de Janeiro (1794).



FIGURA N° 75: Trecho de mapa da cidade do Rio de Janeiro (1808).



FIGURA Nº 76: Planta da cidade do Rio de Janeiro (1817).



FIGURA Nº 77: Mapa da cidade do Rio de Janeiro (1820).

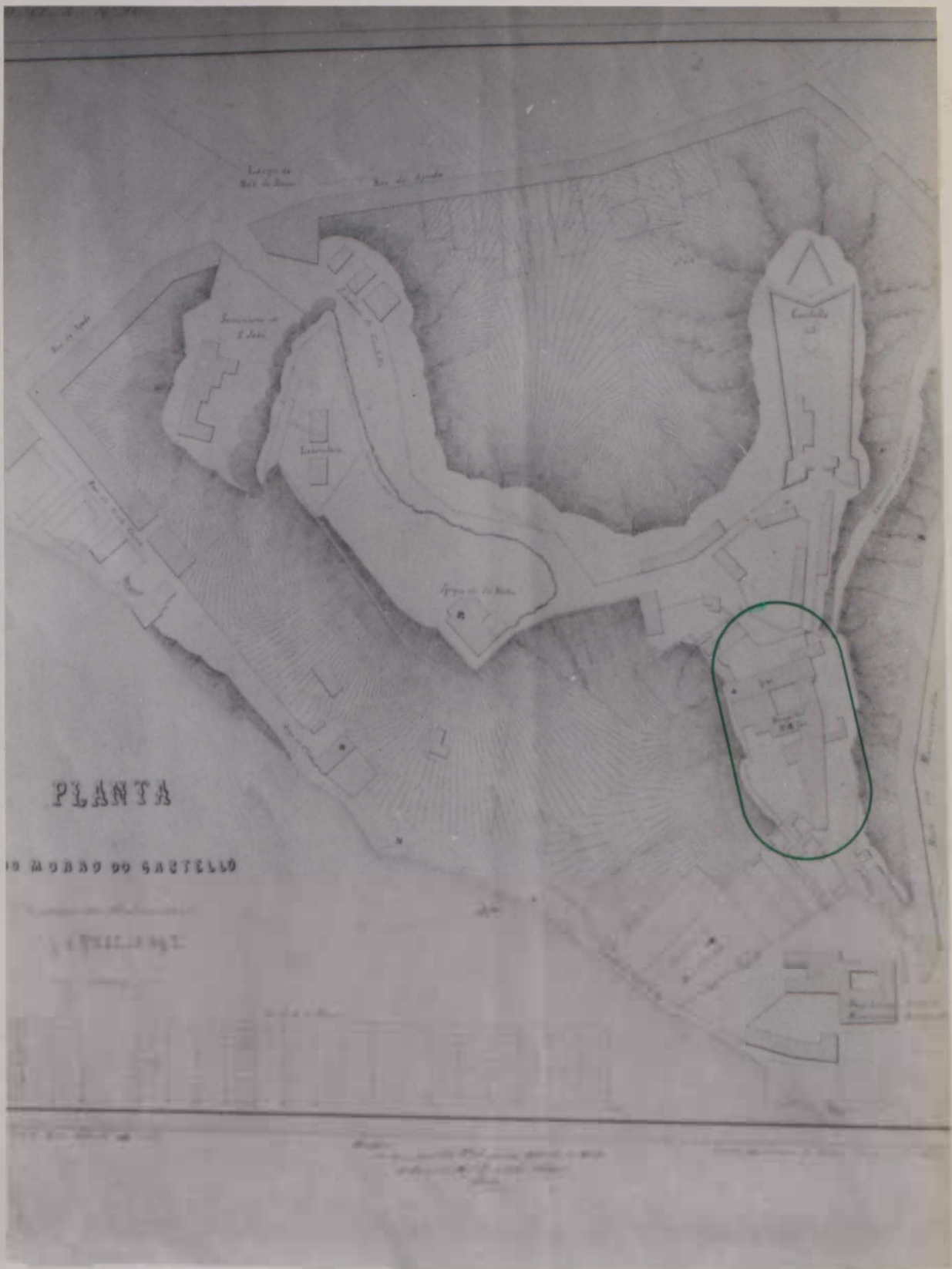


FIGURA Nº 78: Mapa do Morro do Castelo (1826-1835).



Palace Square, Rio de Janeiro. 1808.

FIGURA Nº 79: Vista da Praça XV tendo à esquerda o Morro do Castelo (1808).

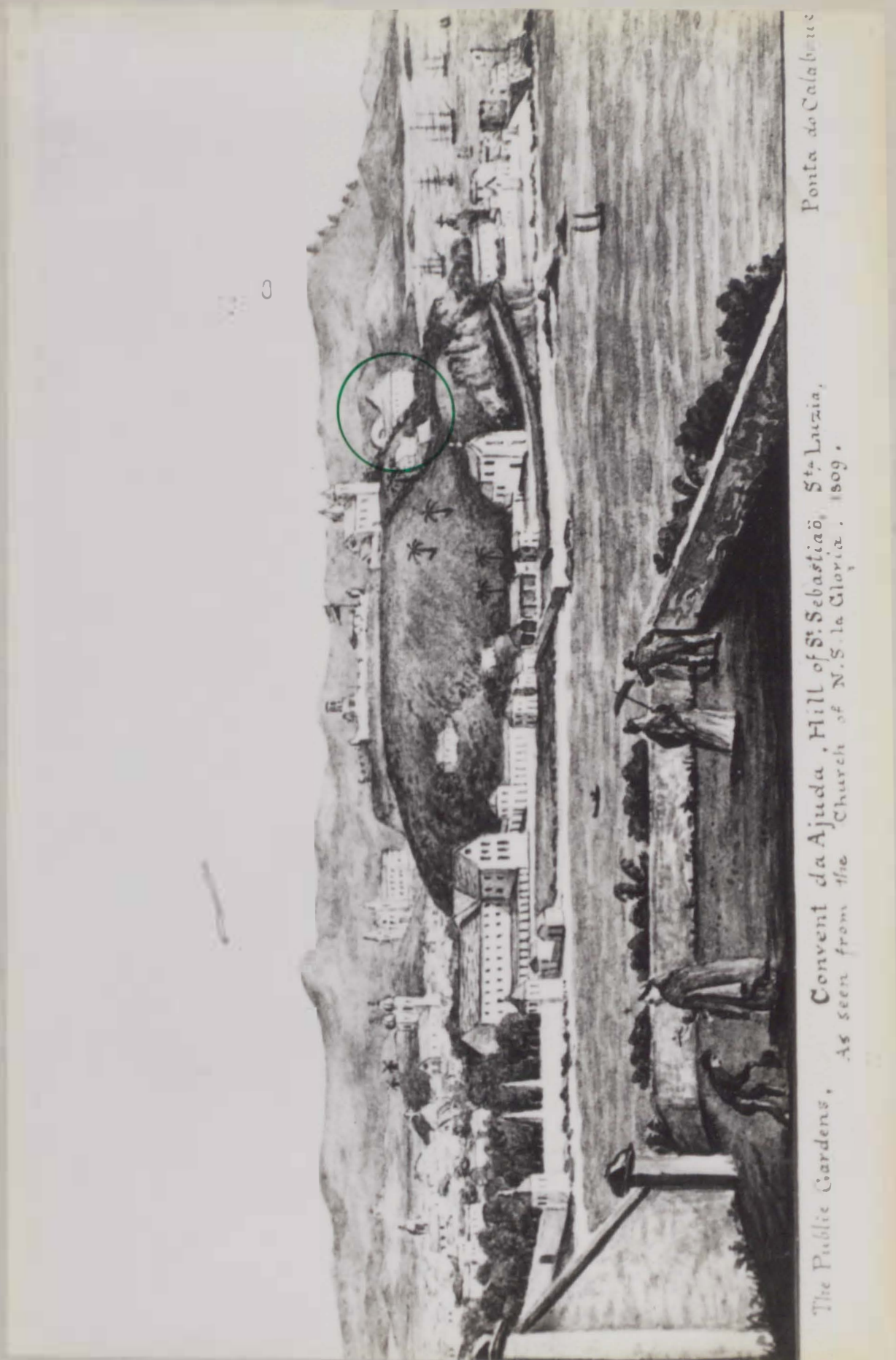


FIGURA Nº 80: Vista do Morro do Castelo tendo à direita o antigo Colégio dos Jesuítas (1809).

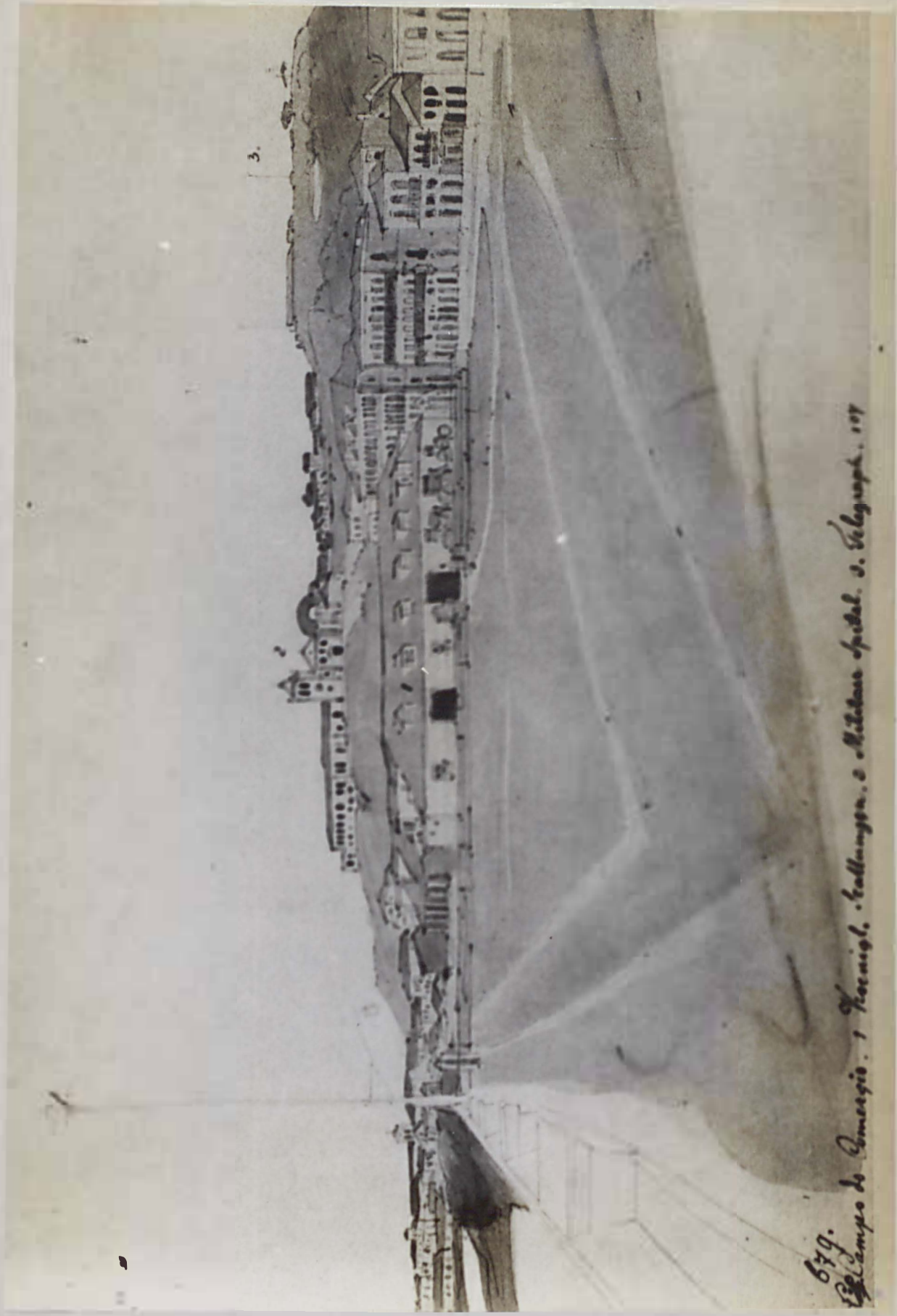
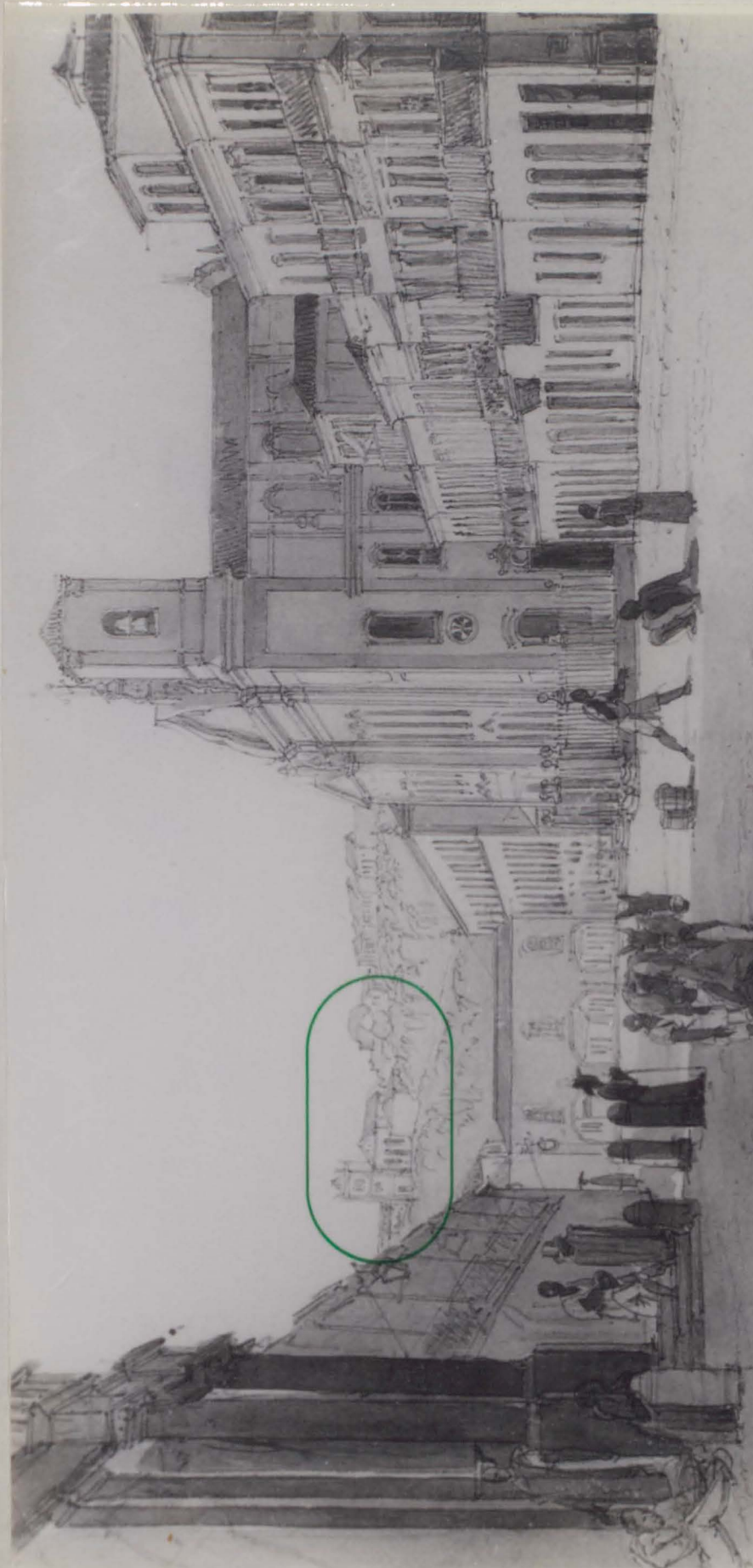


FIGURA Nº 81: Vista do Morro do Castelo (c. 1817).



680.
Ansicht der Haupt-Strasse zu Rio de Janeiro.

FIGURA N° 82: Rua Direita tendo ao fundo Morro do Castelo (c. 1817).

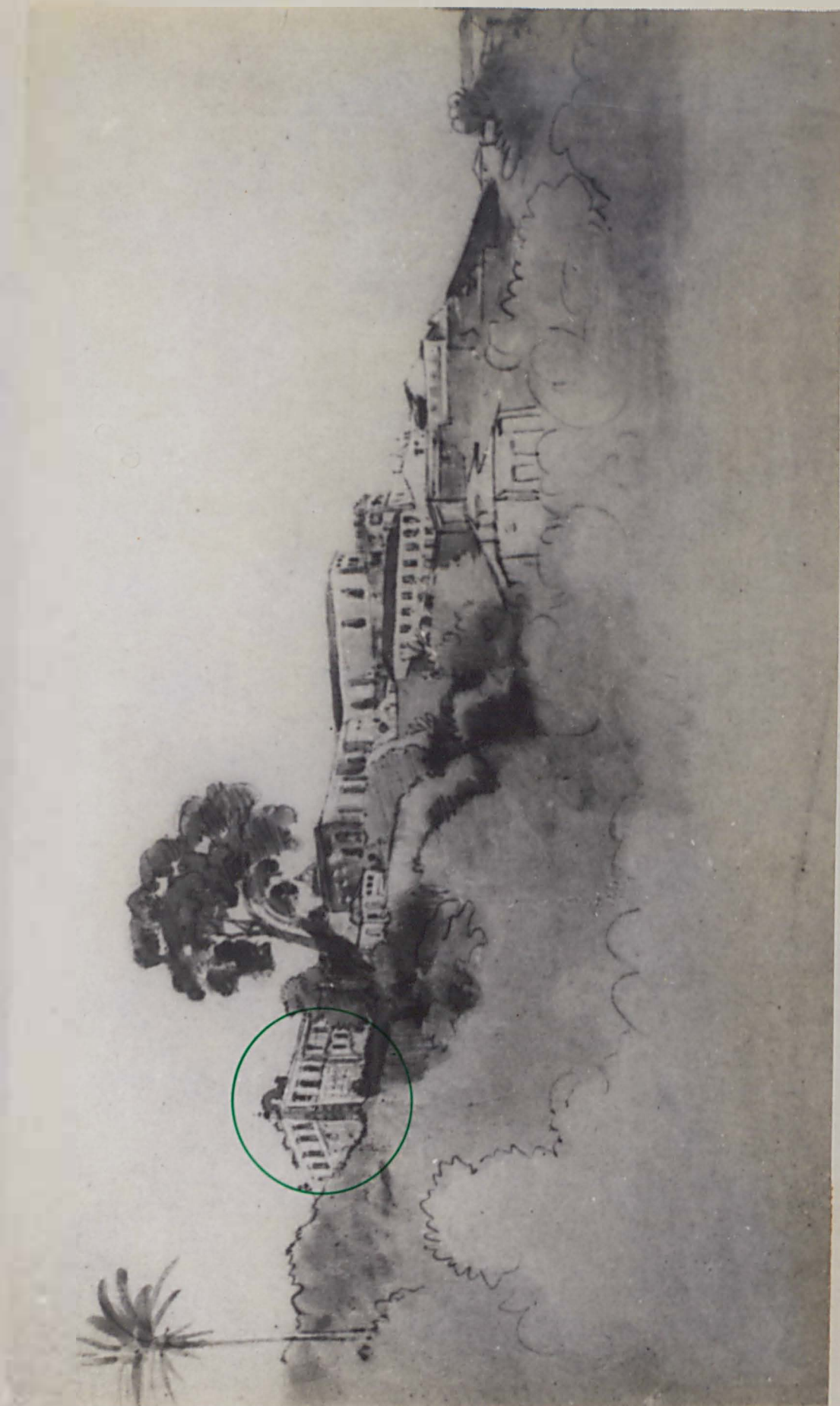


FIGURA Nº 83: Fundos do antigo Colégio dos Jesuítas (c. 1817).

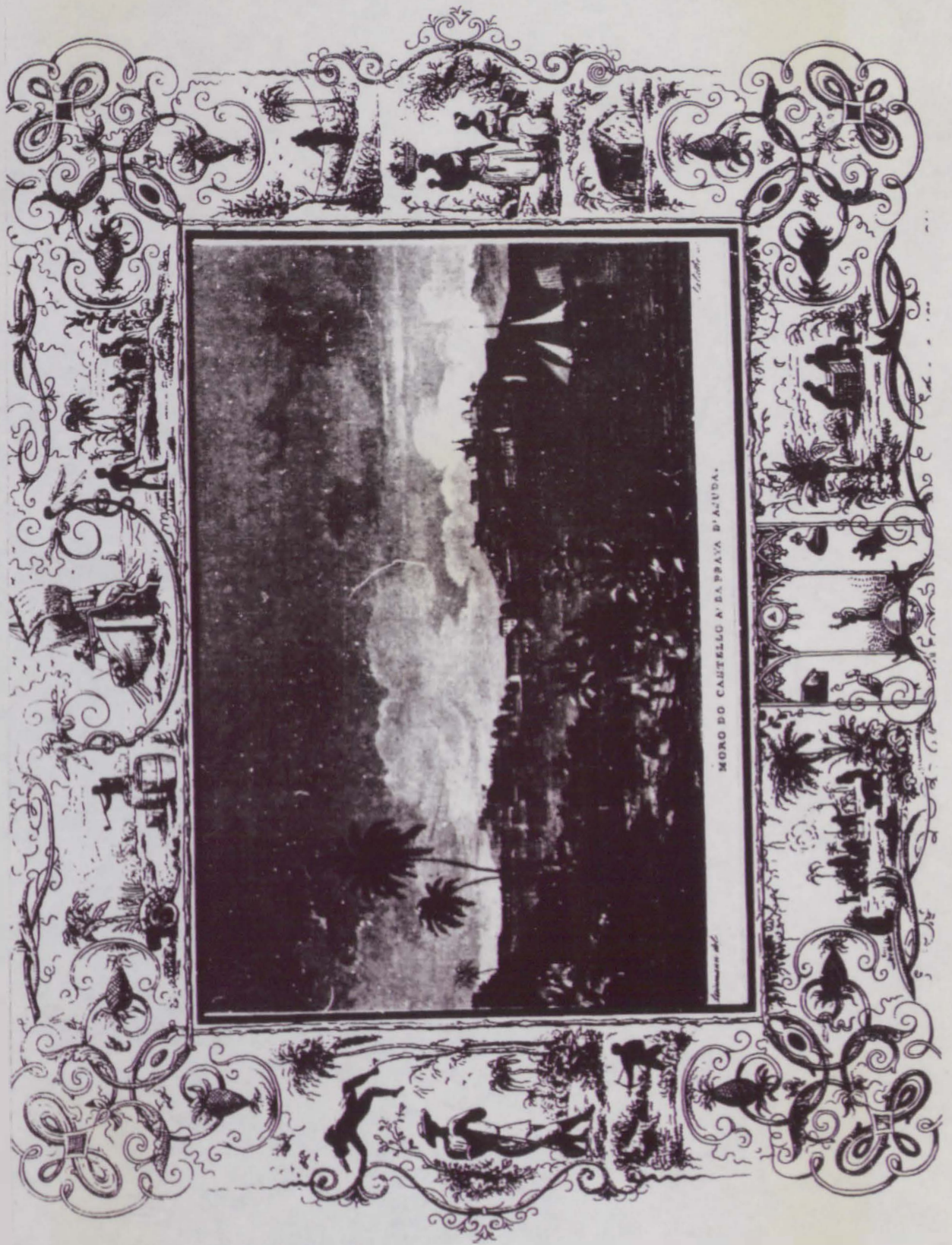


FIGURA Nº 84: Vista da cidade do Rio de Janeiro com Morro do Castelo à direita (1822).



FIGURA Nº 85: Vista do Morro do Castelo (detalhe da figura nº 32) (1822).

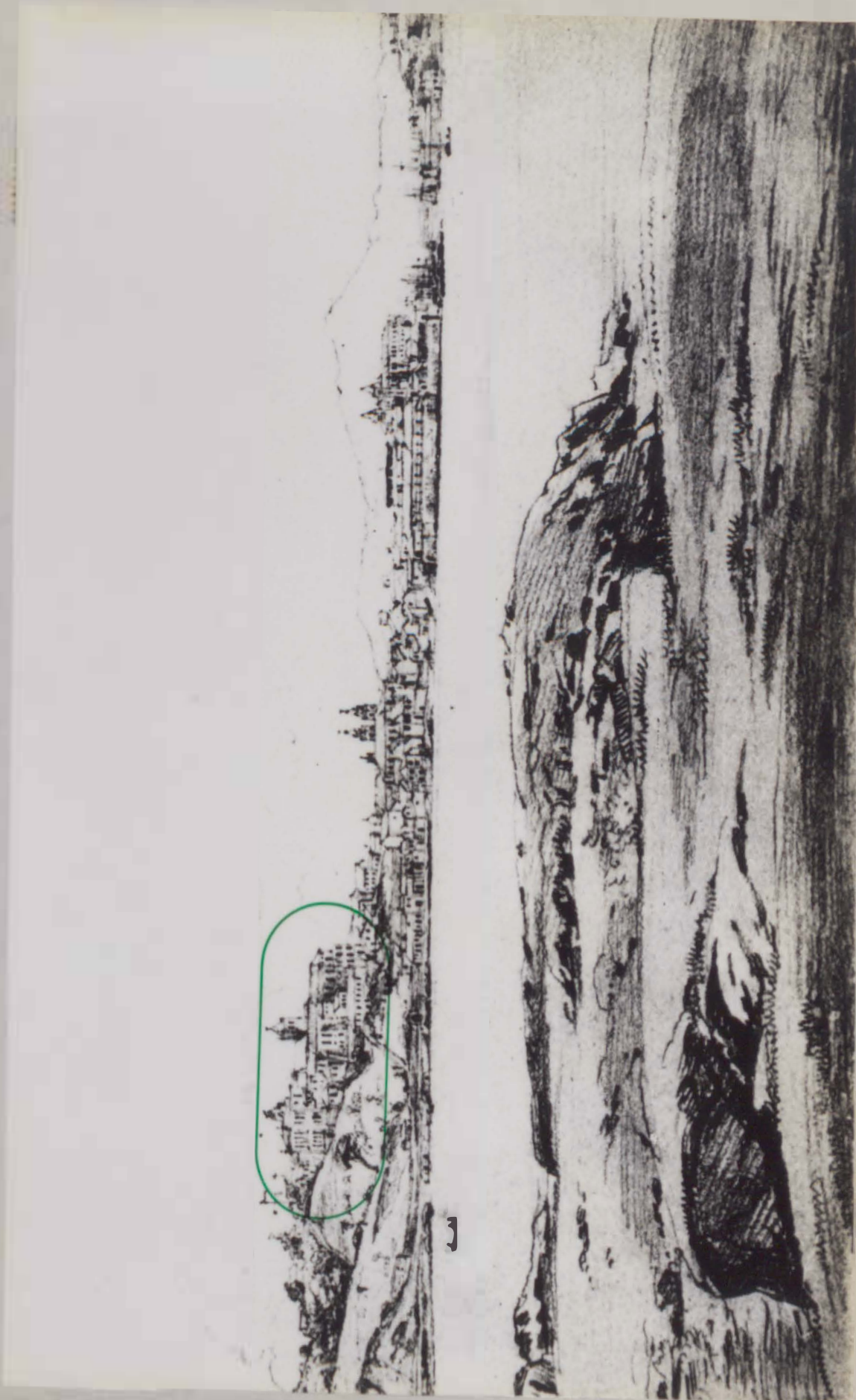


FIGURA Nº 86: Vista da cidade do Rio de Janeiro tendo à esquerda o Morro do Castelo (1825).



FIGURA Nº 87: Praça XV tendo ao fundo o Morro do Castelo (1832).



FIGURA N^o 88: Panorama da cidade do Rio de Janeiro tendo à esquerda o Morro do Castelo (1838).



FIGURA N^o 89: Vista tomada da Baía de Guanabara tendo à esquerda o Morro do Castelo (1858).



FIGURA N^o 90: Rua 1^a de Março com a antiga Igreja de S^o Inácio ao fundo (1907).

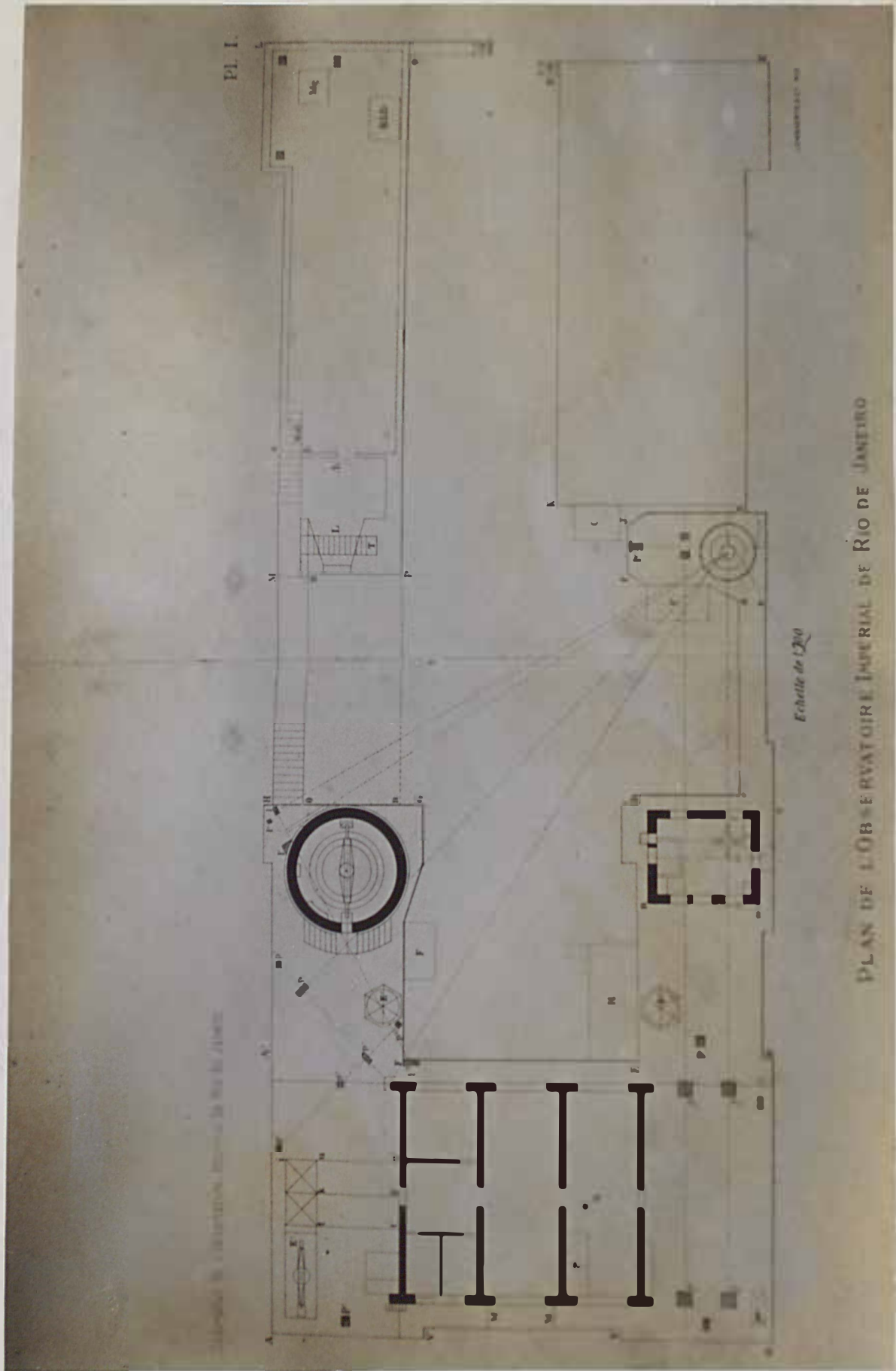
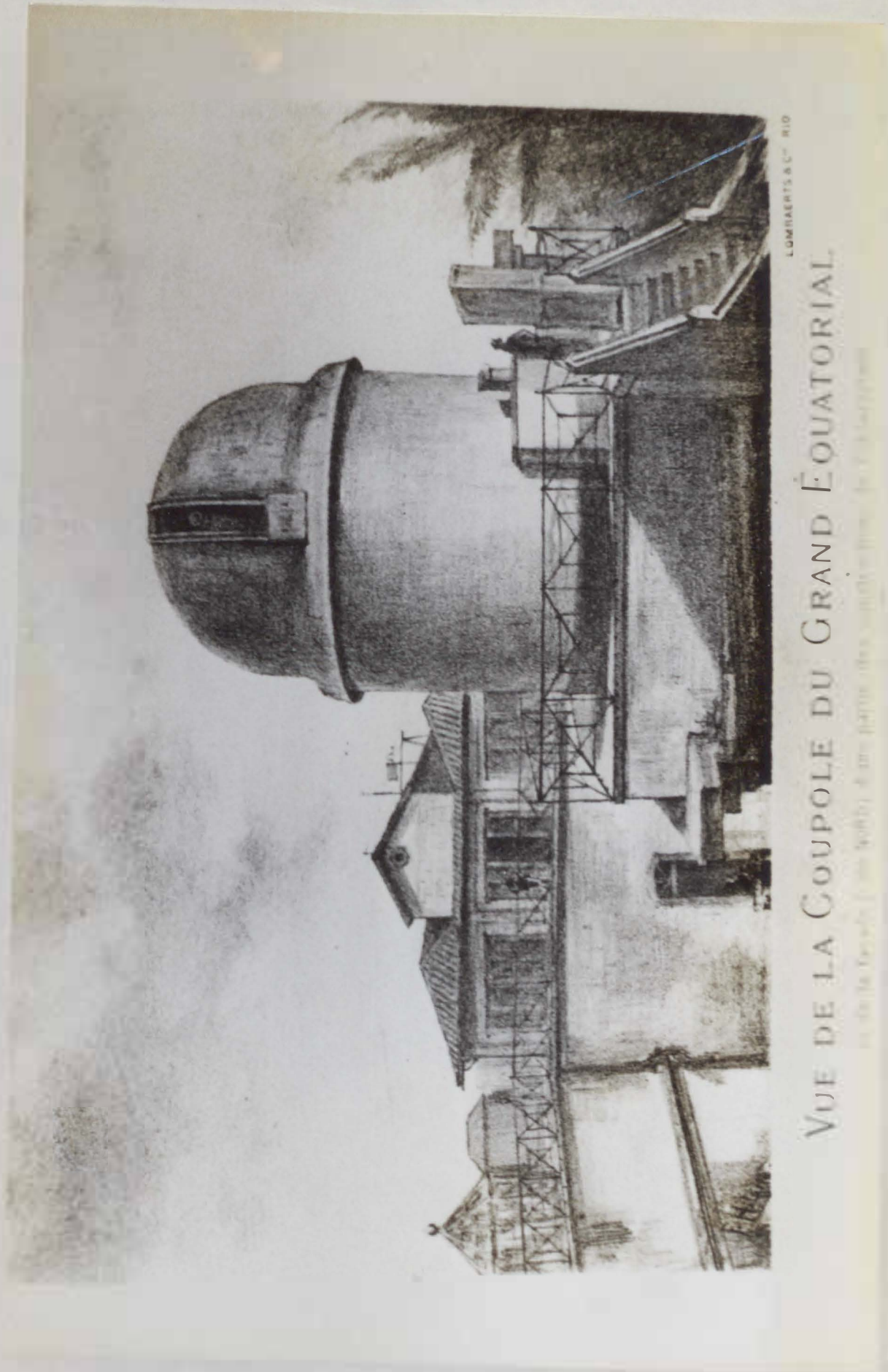


FIGURA N° 91: Planta do Observatório Imperial do Rio de Janeiro (1882).



VUE DE LA COUPOLE DU GRAND ÉQUATORIAL

vue de la coupole (à gauche) et une partie des bâtiments de l'observatoire

FIGURA Nº 92: Aspecto do Observatório Imperial do Rio de Janeiro(1882).



FIGURA Nº 93: Fachada posterior Observatório Imperial do Rio de Janeiro (c. 1920).

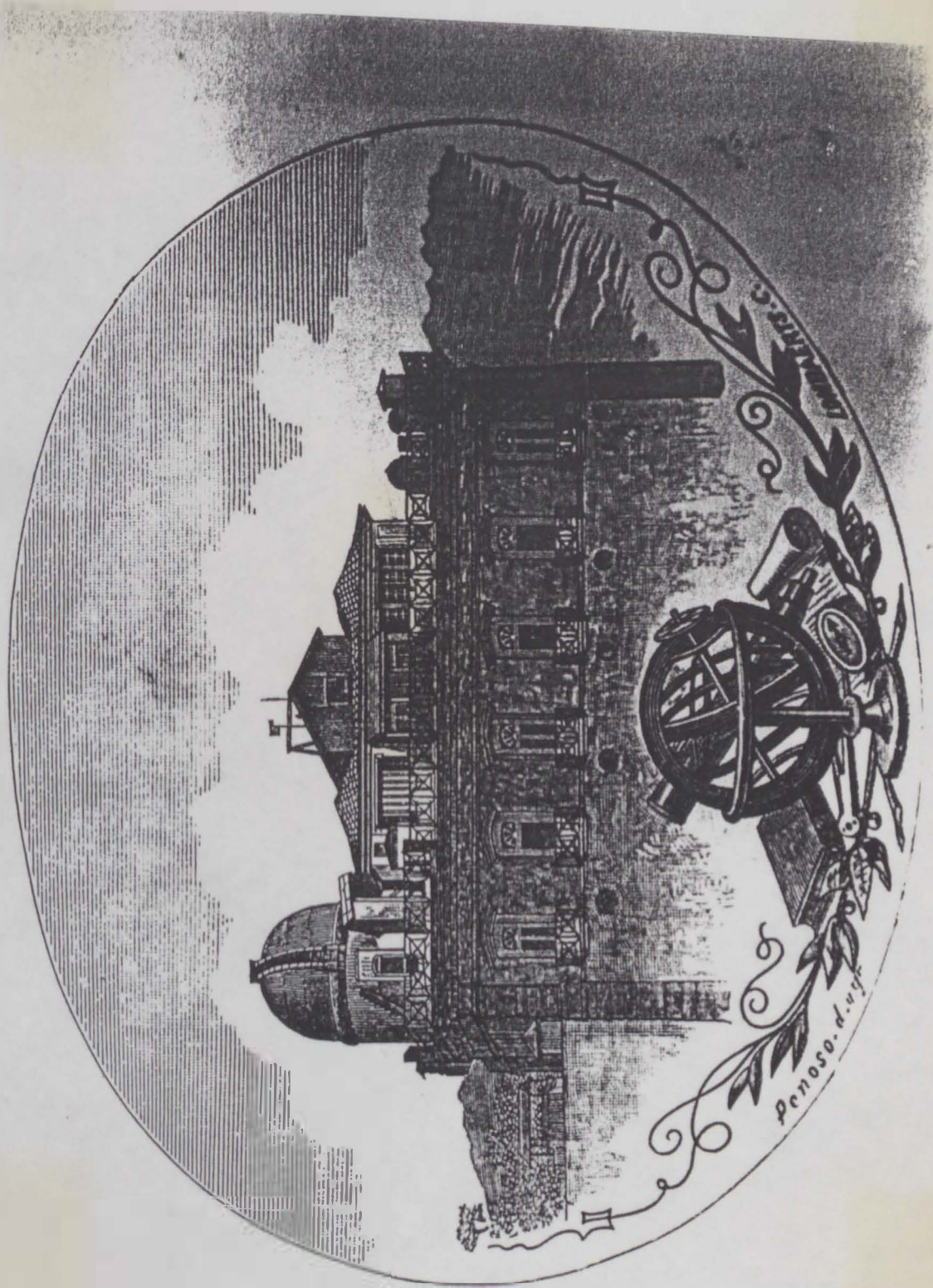


FIGURA N° 94: Logotipo do Observatório de Imperial do Rio Janeiro(1882).



FIGURA N° 95: Detalhe de mapa da cidade do Rio de Janeiro (1903).



FIGURA N^o 96: Vista lateral do Observatório Imperial do Rio Janeiro c.1920).

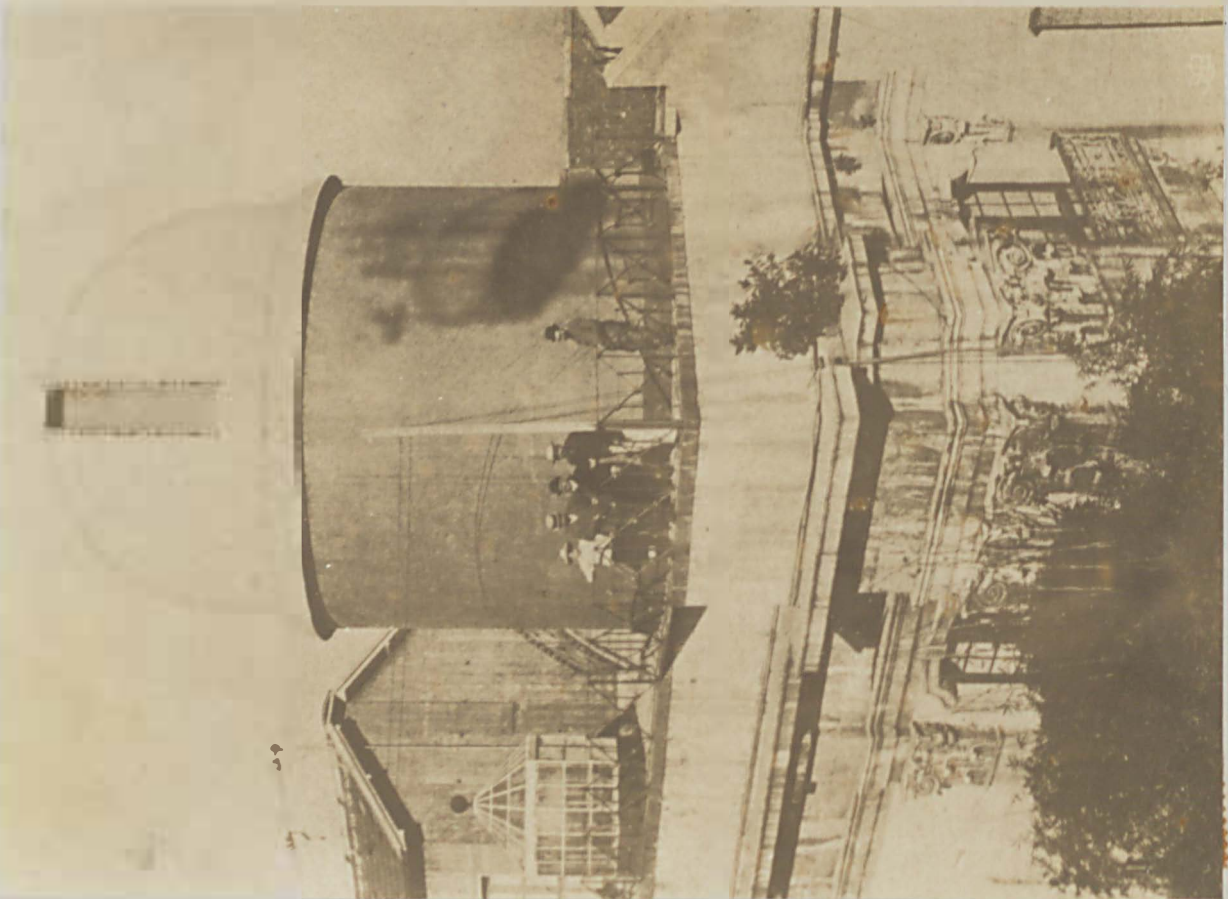
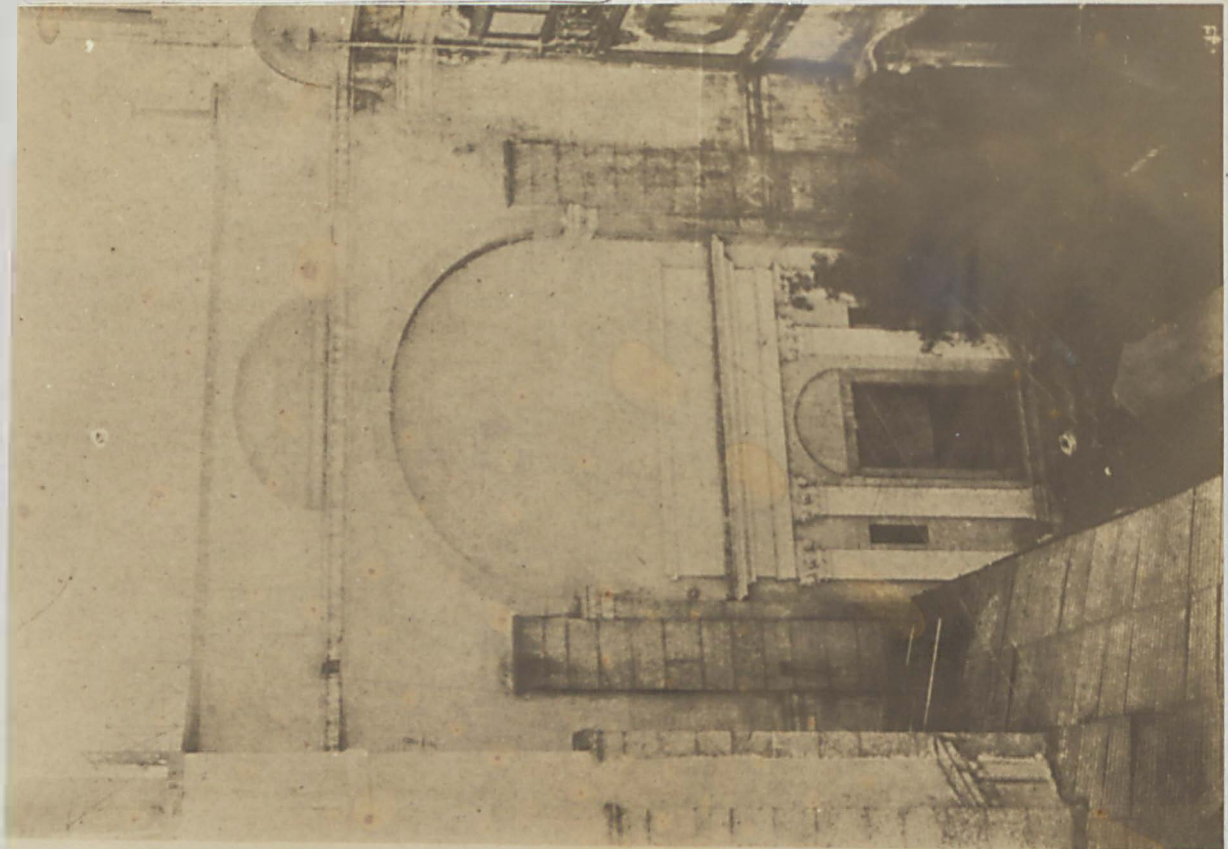


FIGURA Nº 97: Aspectos do Observatório Imperial do Rio Janeiro(1905).

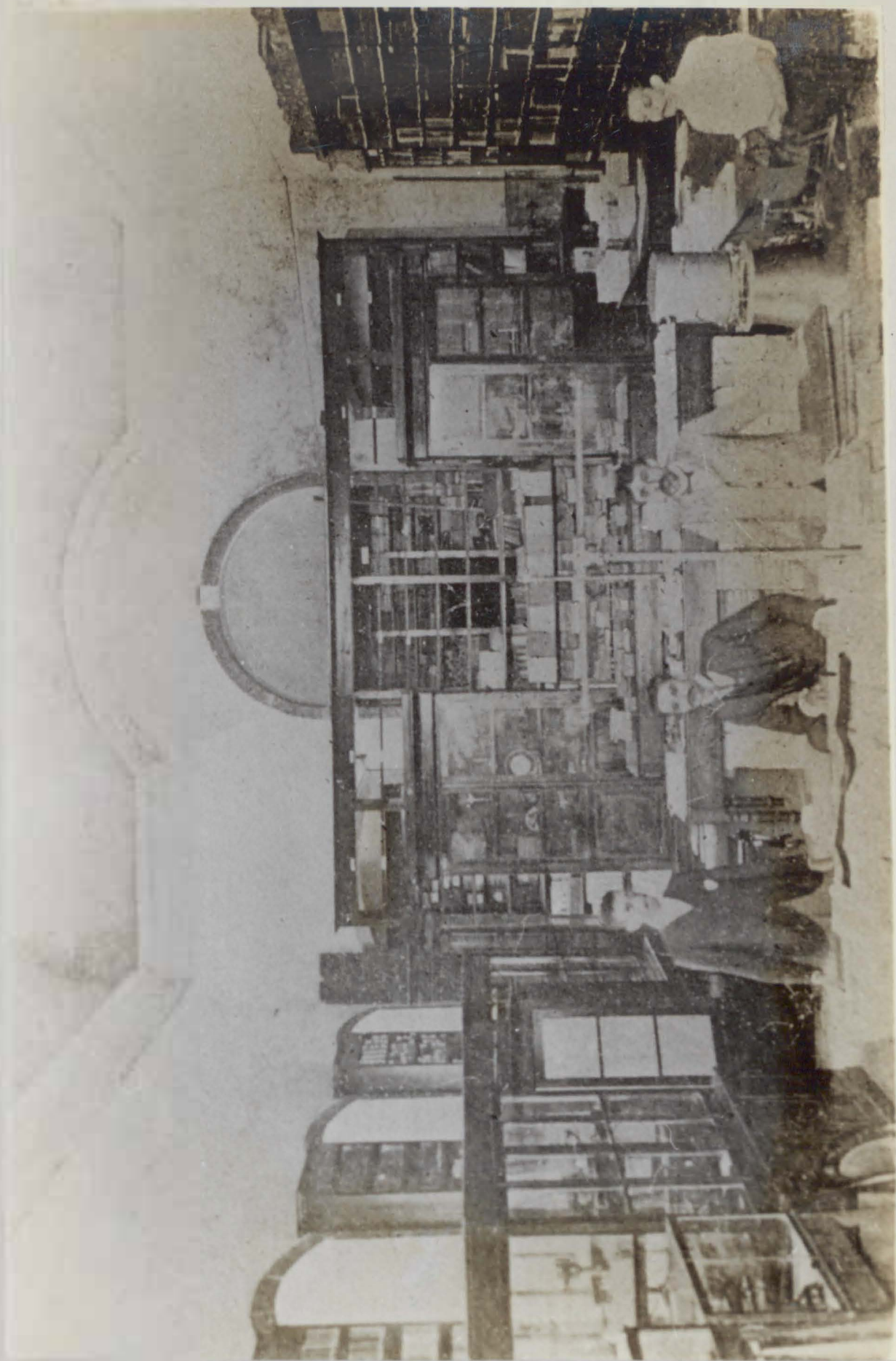
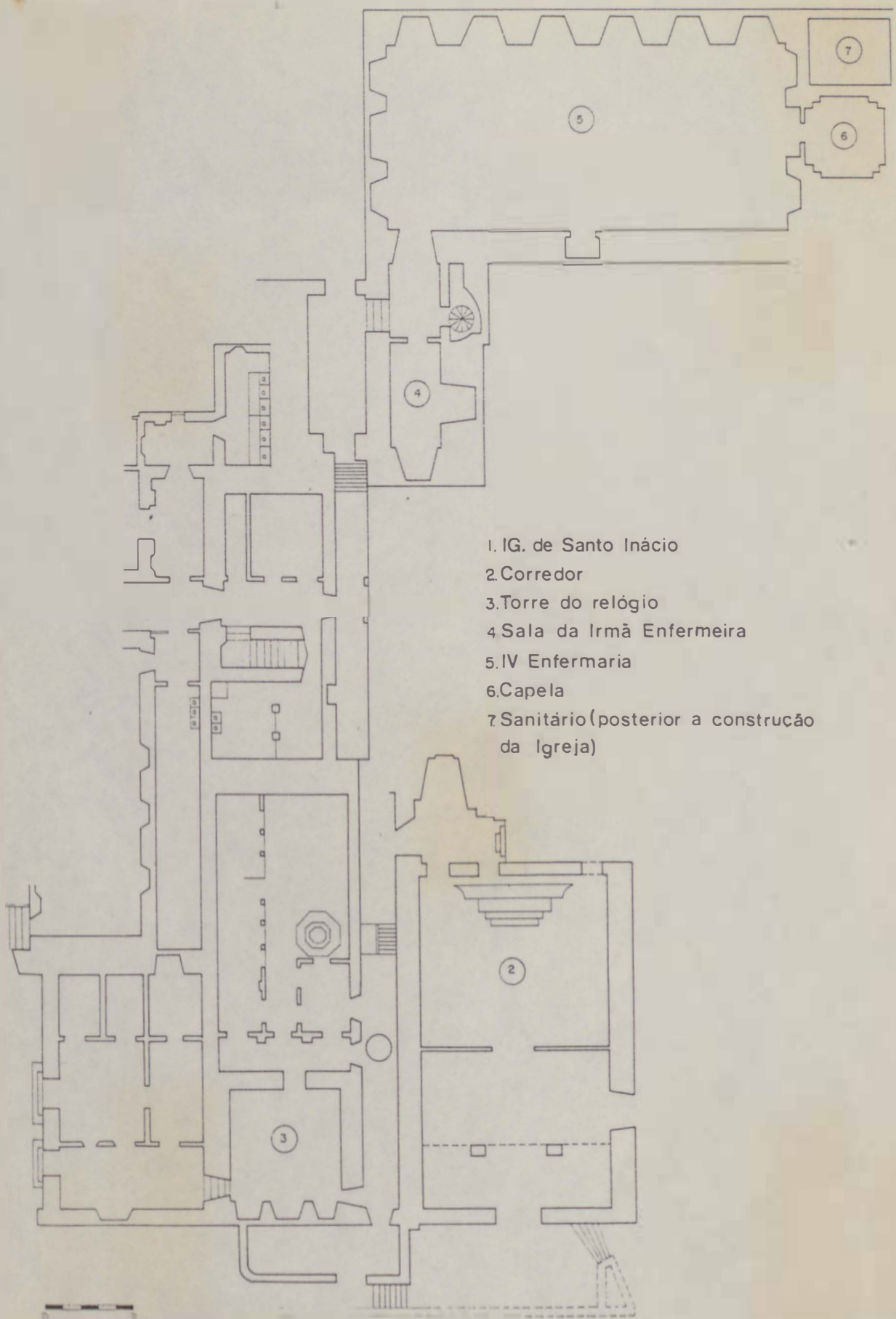


FIGURA N° 98: Biblioteca do Observatório Imperial do Rio Janeiro(1905).



FIGURA Nº 99: Oficina do Observatório Imperial do Rio Janeiro em uma capela da Nova Igreja (1905).



1. IG. de Santo Inácio
2. Corredor
3. Torre do relógio
4. Sala da Irmã Enfermeira
5. IV Enfermaria
6. Capela
7. Sanitário (posterior a construção da Igreja)

FIGURA Nº 100: Superposição dos pavimentos do Levantamento do Hospital Militar da Corte (figuras nº 47 a 50).



FIGURA N° 101: Demolição do Observatório Imperial do Rio Janeiro (1922).

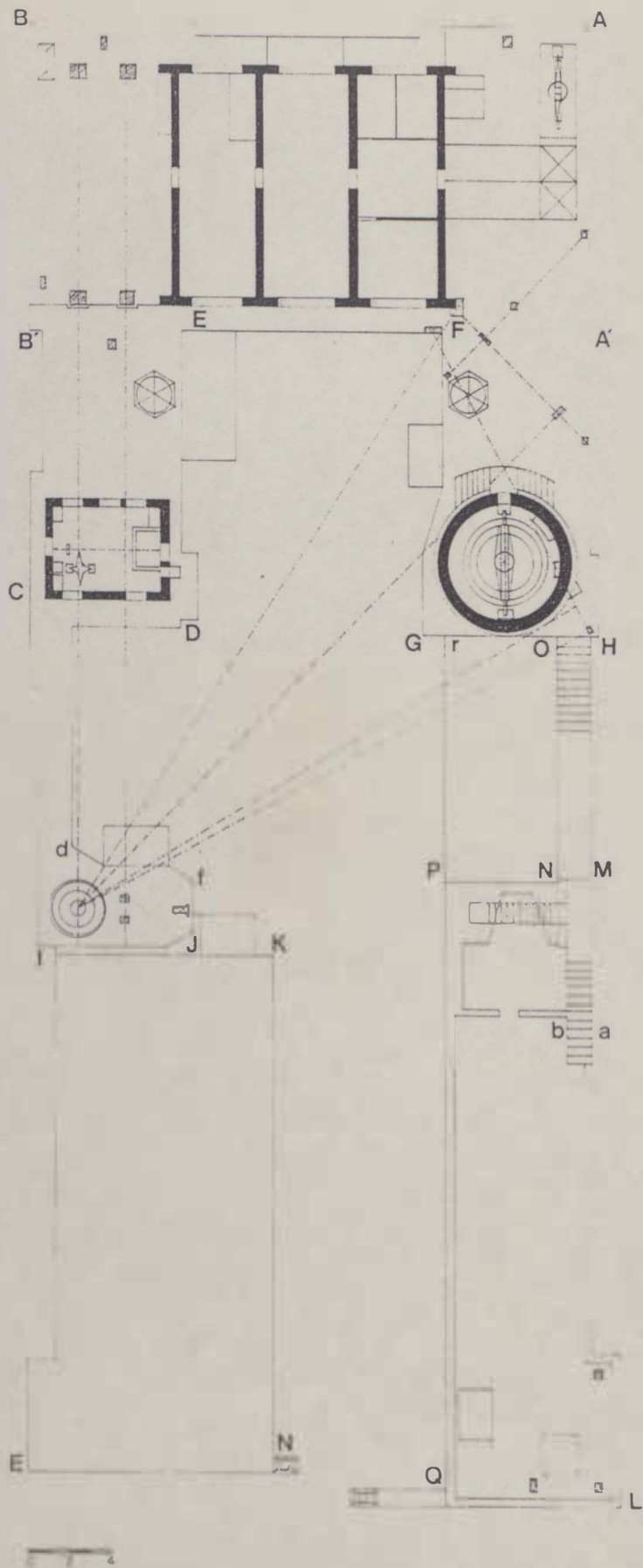


FIGURA N° 102: Planta do Imperial Observatório Astronômico.

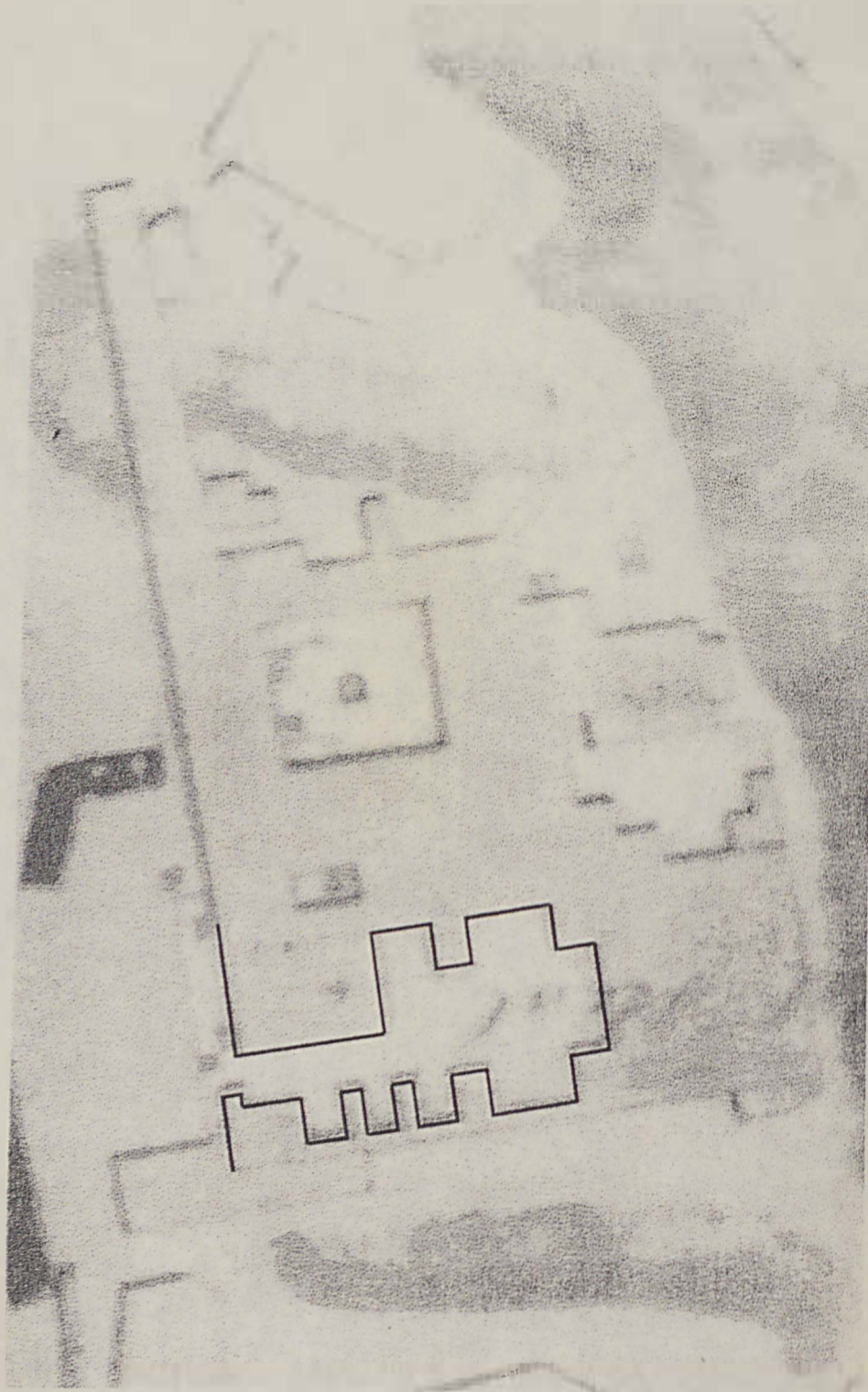
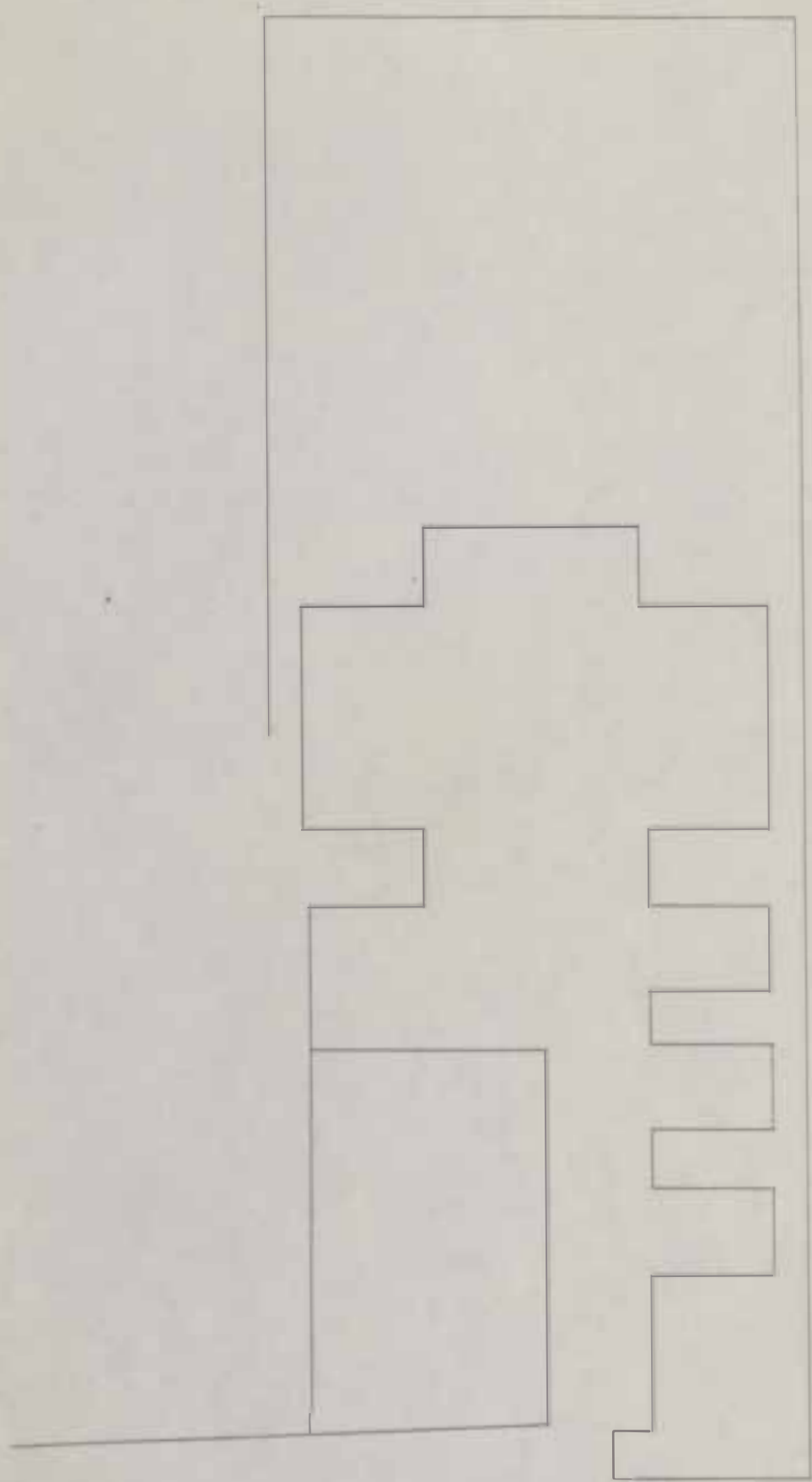


FIGURA N° 103: Detalhe da figura n° 74.



0 5

FIGURA N° 104: Estudo sobre figura n° 74.

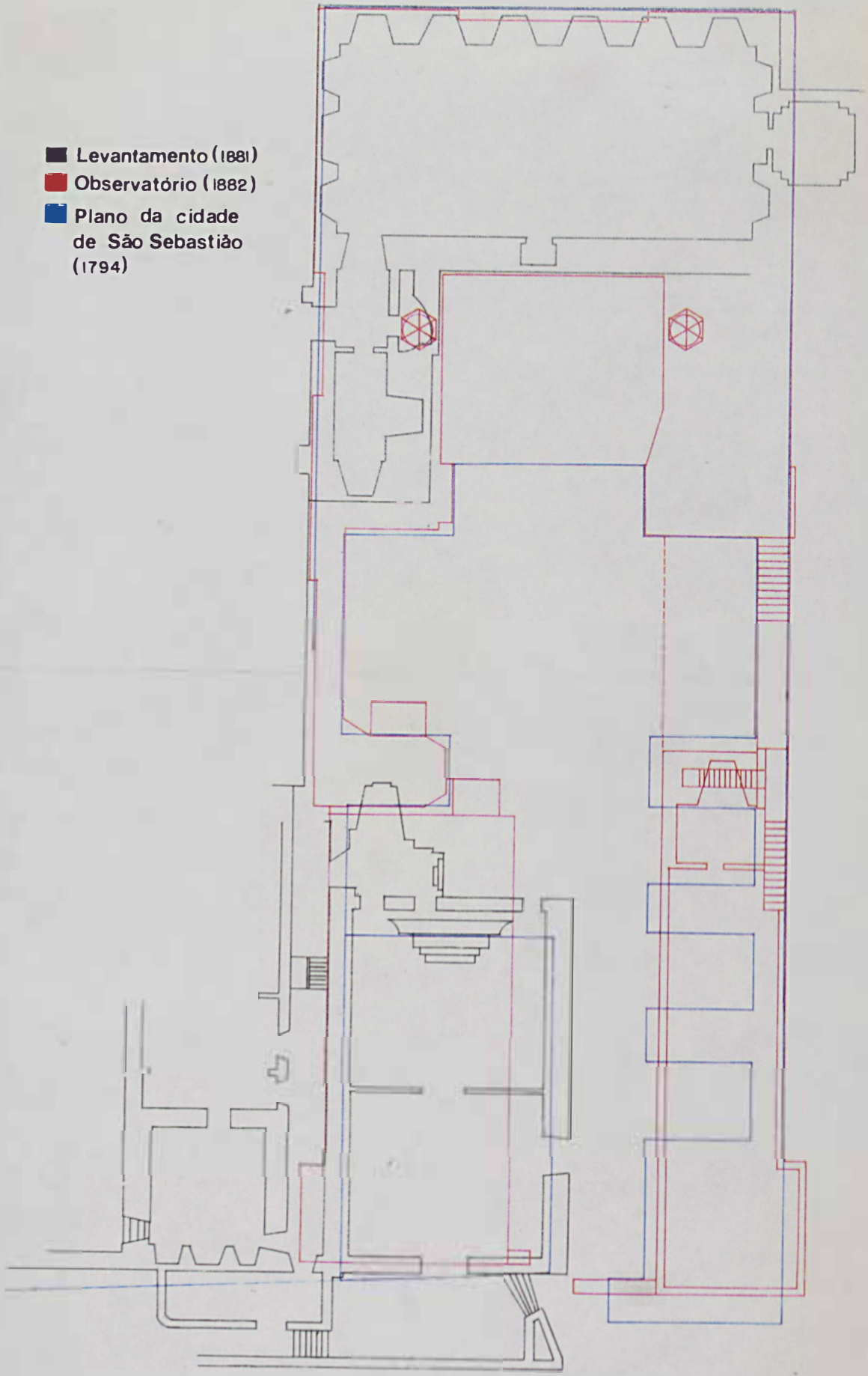


FIGURA Nº 105: Estudo para planta nº 1.

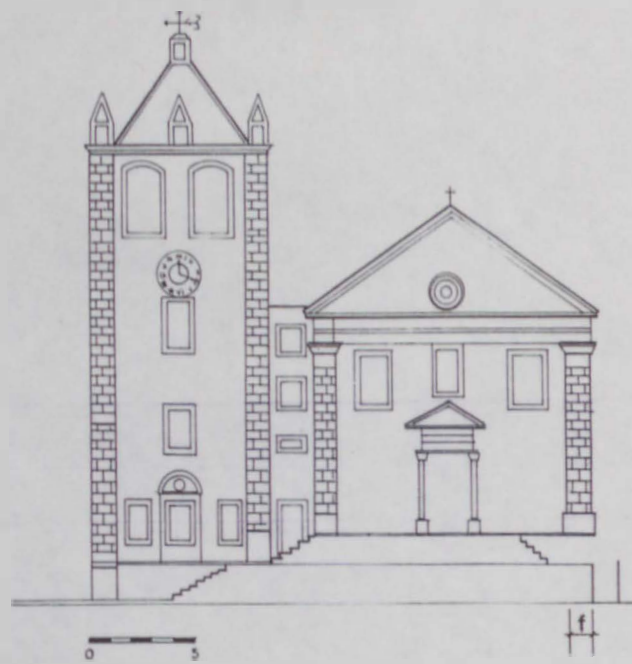
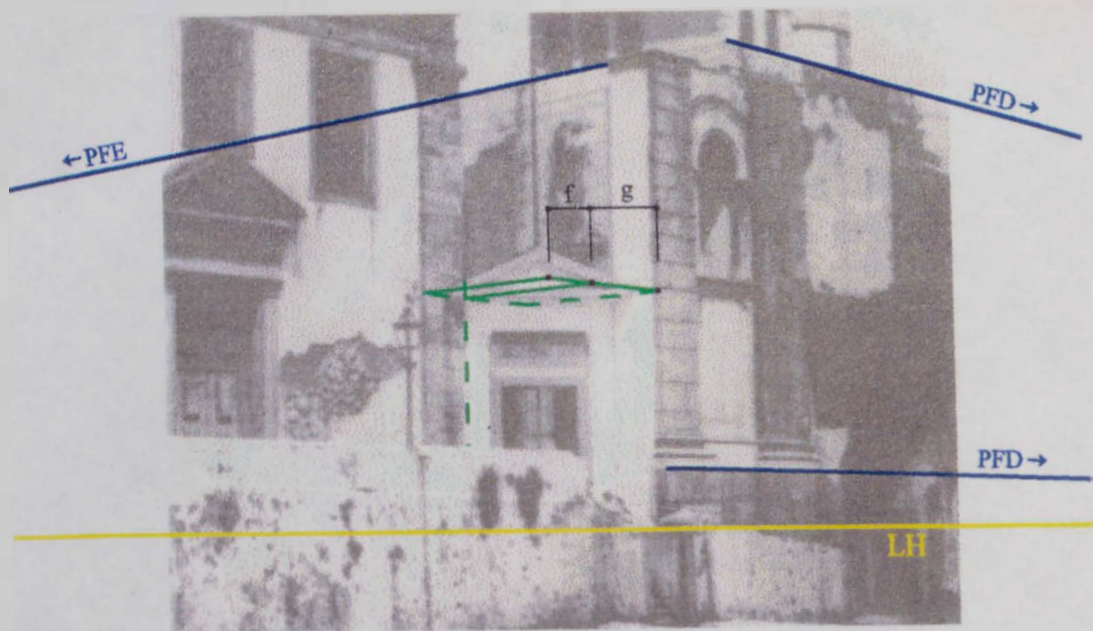


FIGURA N° 106: Perspectiva sobre figura n° 53.

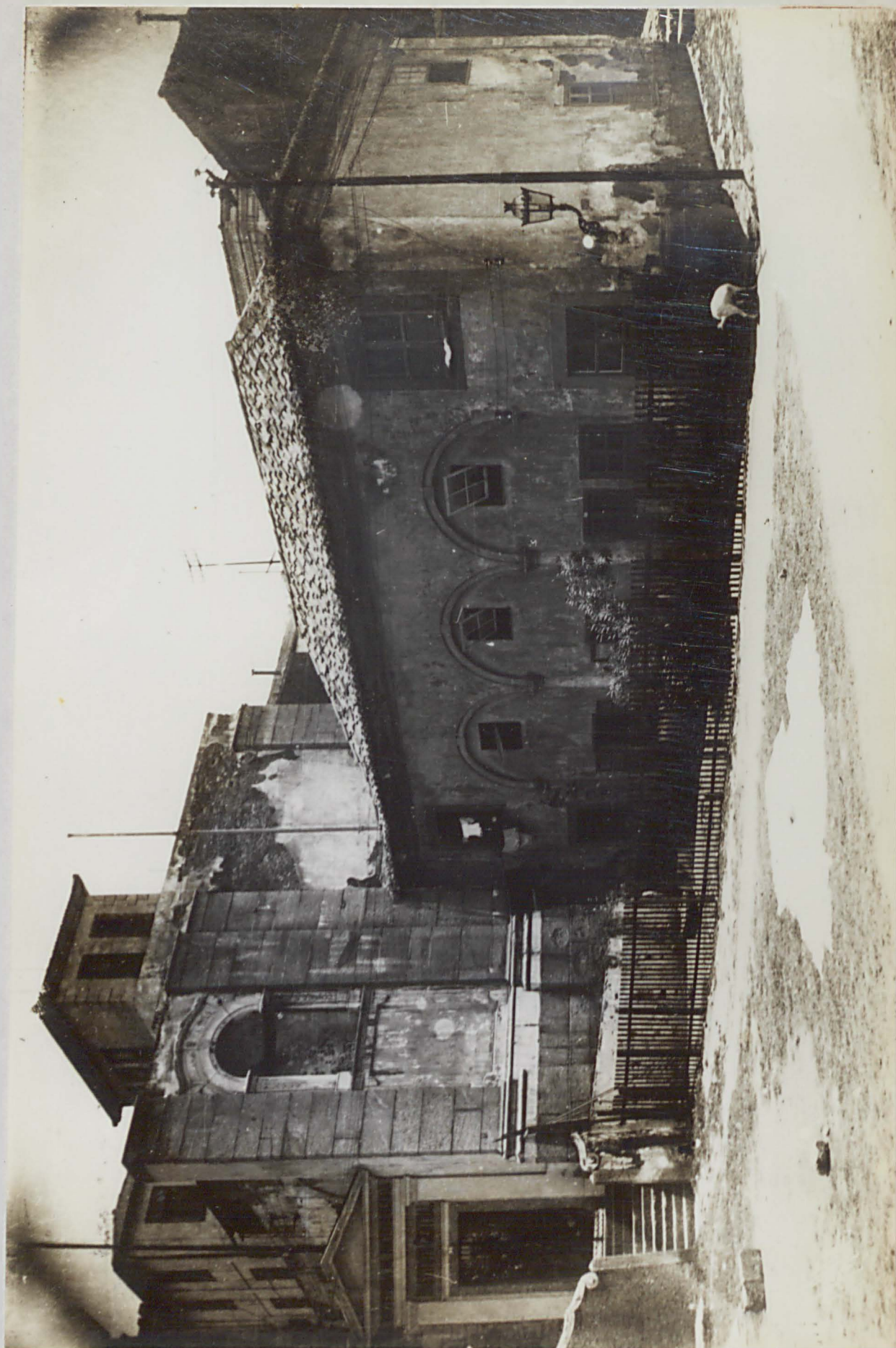


FIGURA Nº 107: Fachada principal do Observatório Imperial do Rio Janeiro(c. 1920).

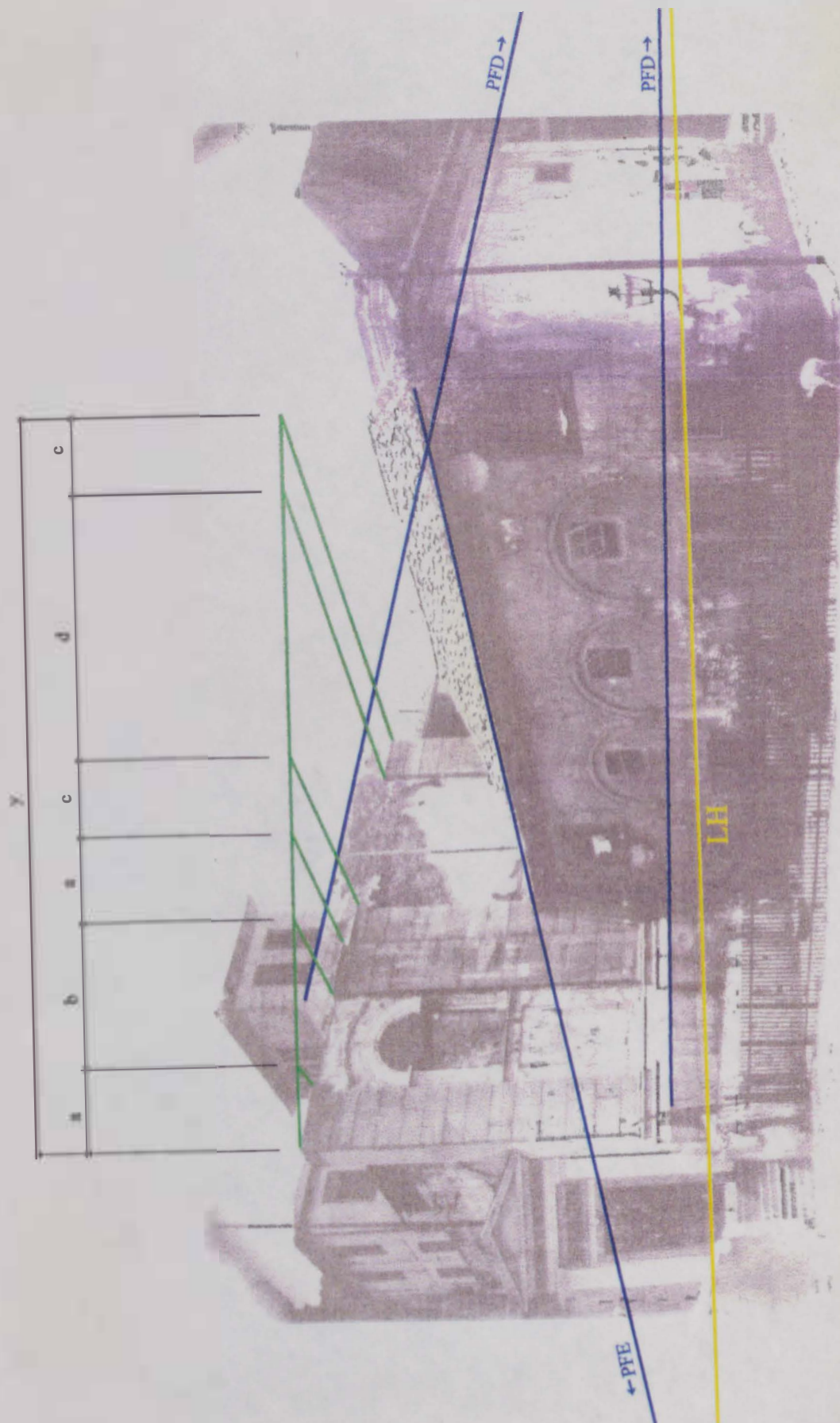


FIGURA N^o 108: Perspectiva sobre figura n^o 107.

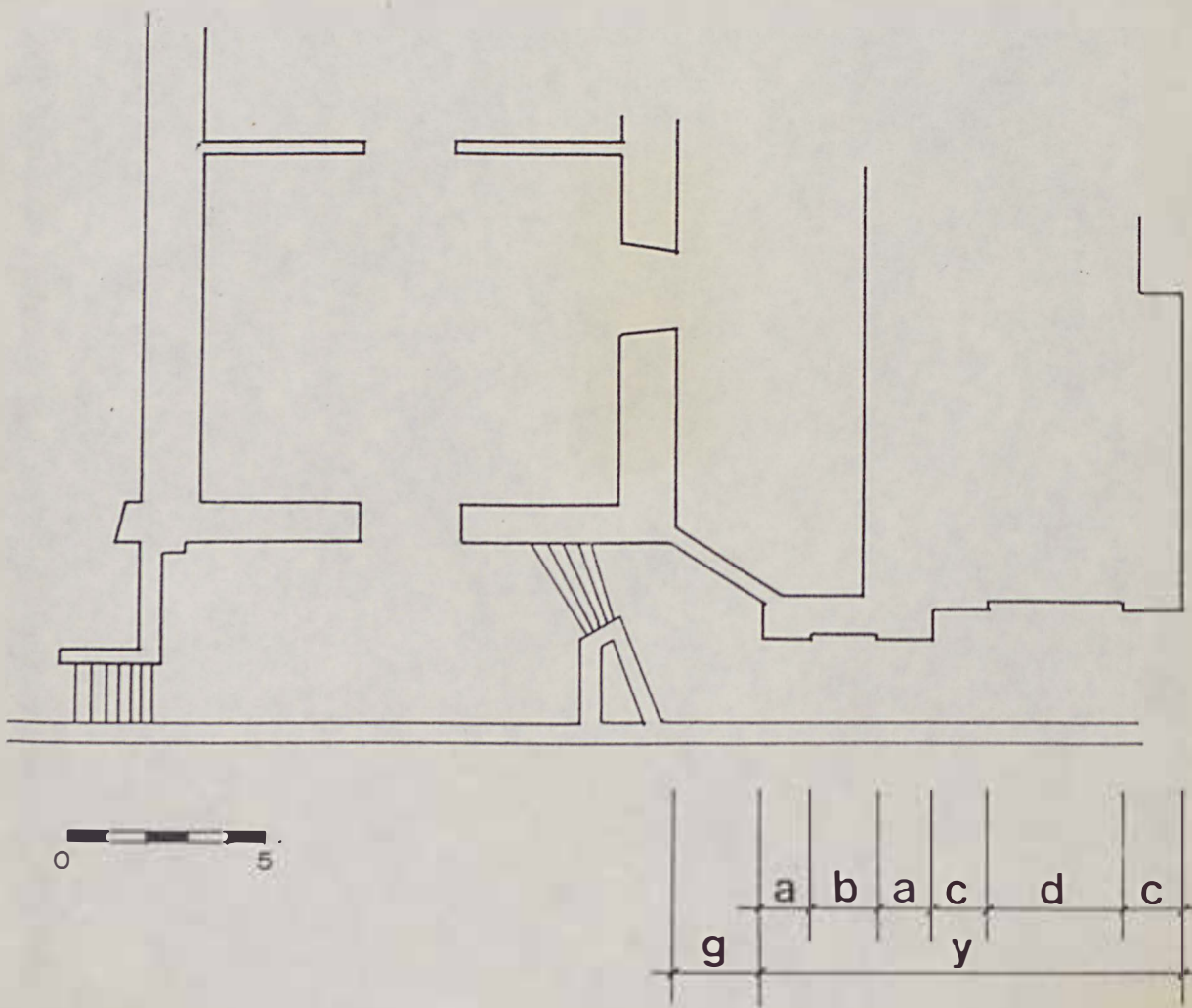


FIGURA Nº 109: Estudo do trecho da frente da Nova Igreja.



FIGURA Nº 110: Pátio interno do Observatório Imperial do Rio Janeiro - antiga nave do templo (1905).

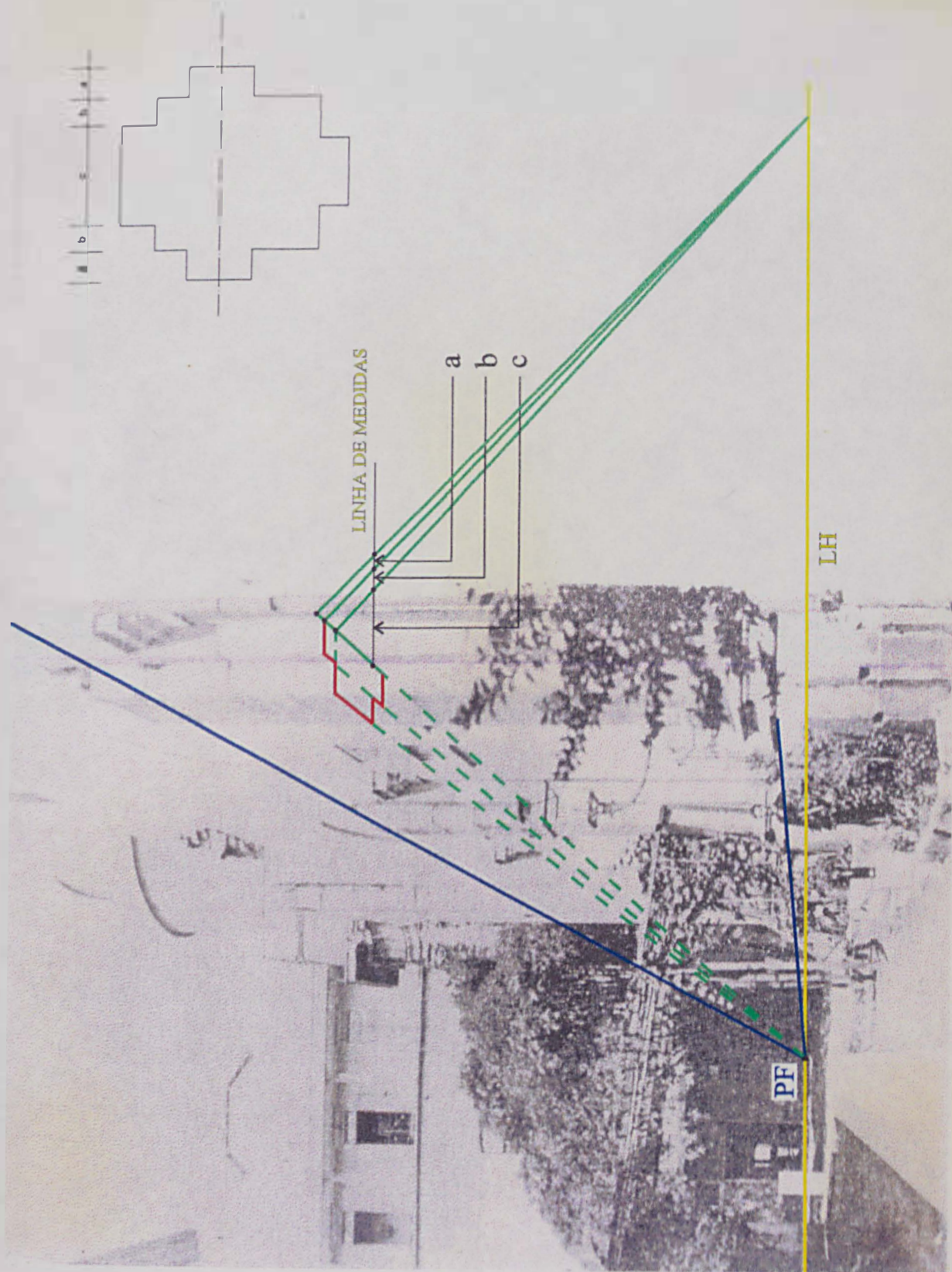


FIGURA Nº 111: Perspectiva sobre figura nº 110.



FIGURA Nº 112: Demolição do Observatório Imperial do Rio Janeiro(1922).

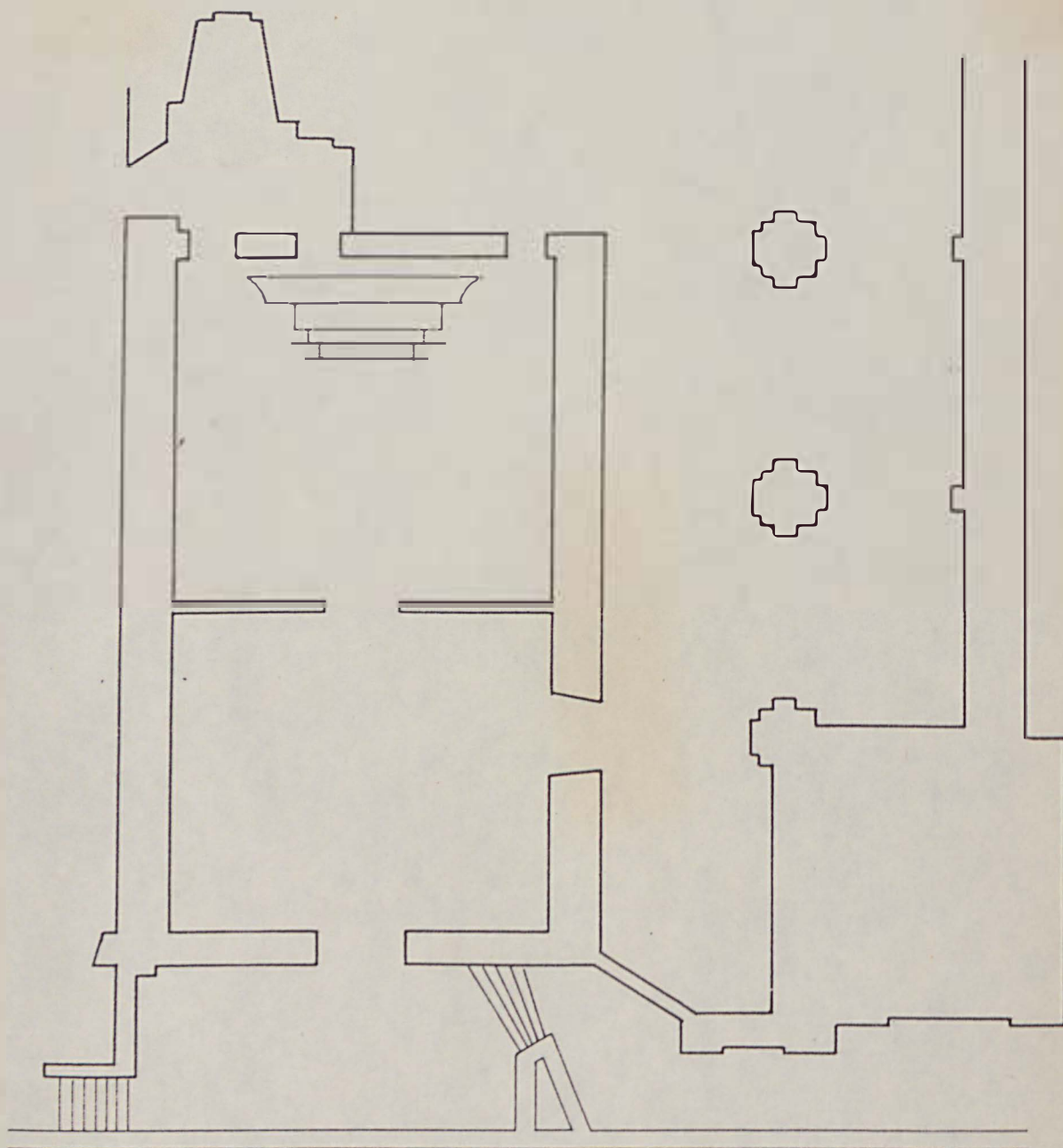


FIGURA Nº 113: Estudo das capelas laterais.

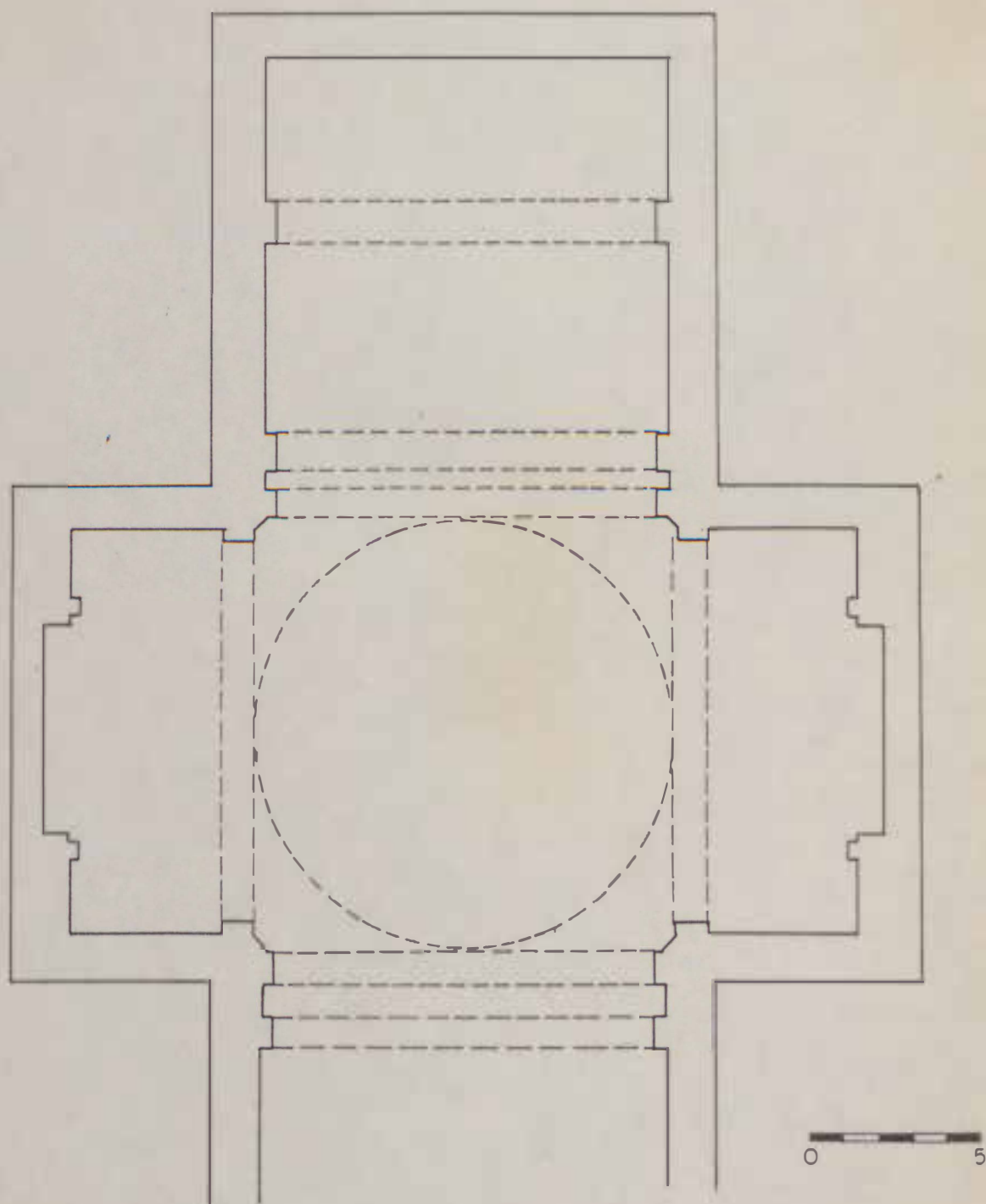


FIGURA Nº 114: Estudo de Germain Bazin (1983) - trecho do cruzeiro da Nova Igreja.



FIGURA Nº 115: Pátio interno do Observatório Imperial do Rio Janeiro(c.1920).

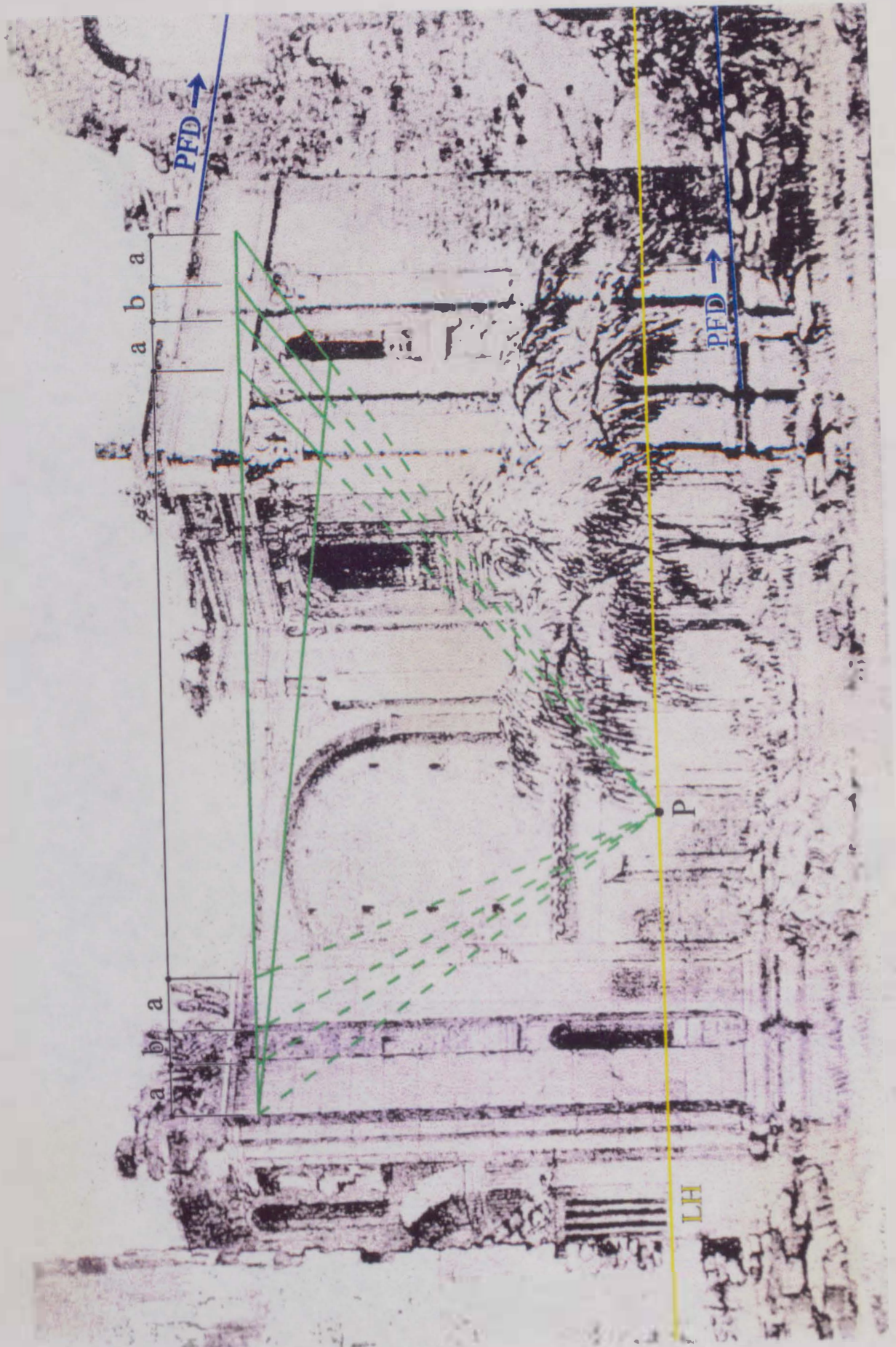


FIGURA N° 116: Perspectiva sobre figura n° 72

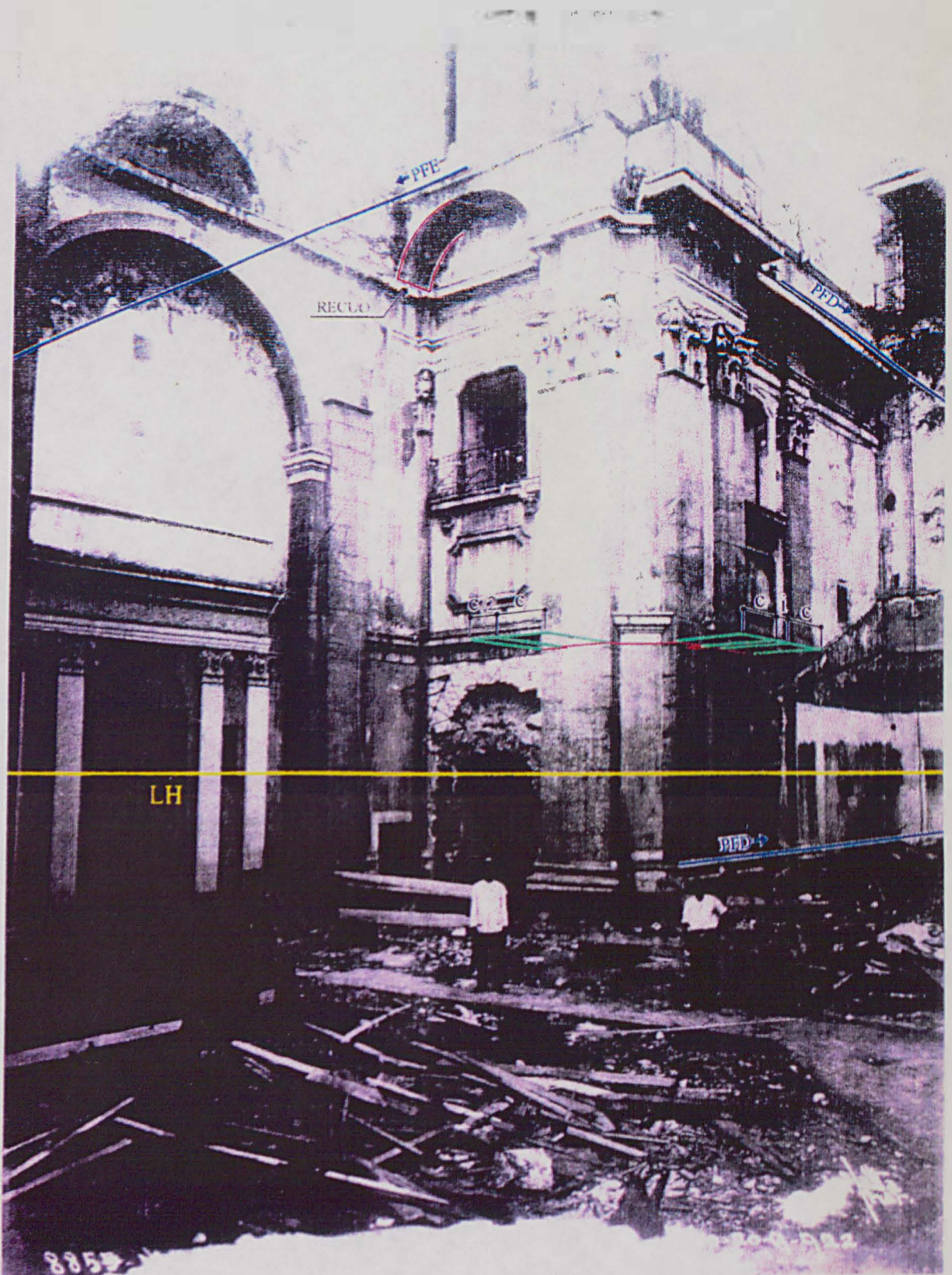


FIGURA N° 117: Perspectiva sobre figura nº 115

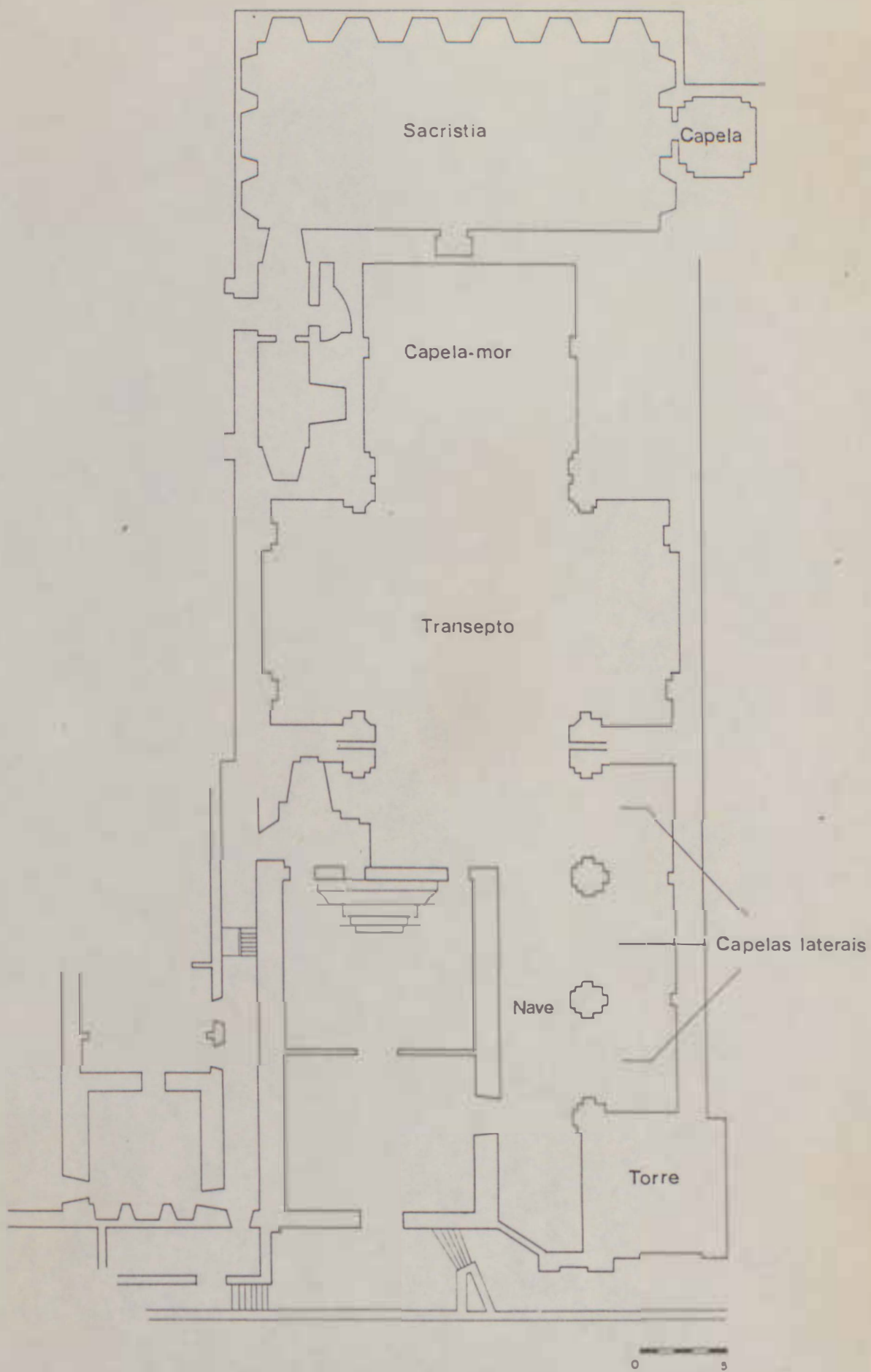


FIGURA Nº 118: Estudo para planta nº 2

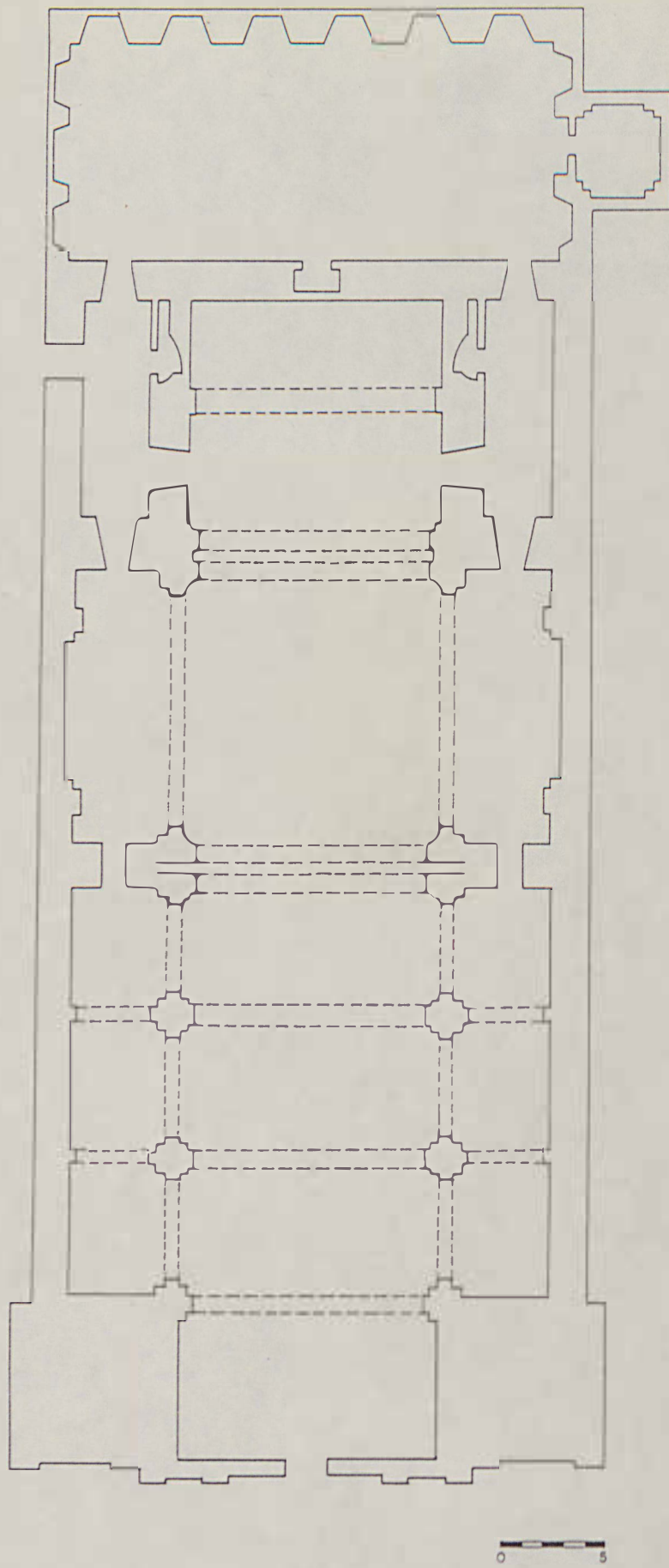


FIGURA N^o 119: Proposta para planta baixa da Nova Igreja

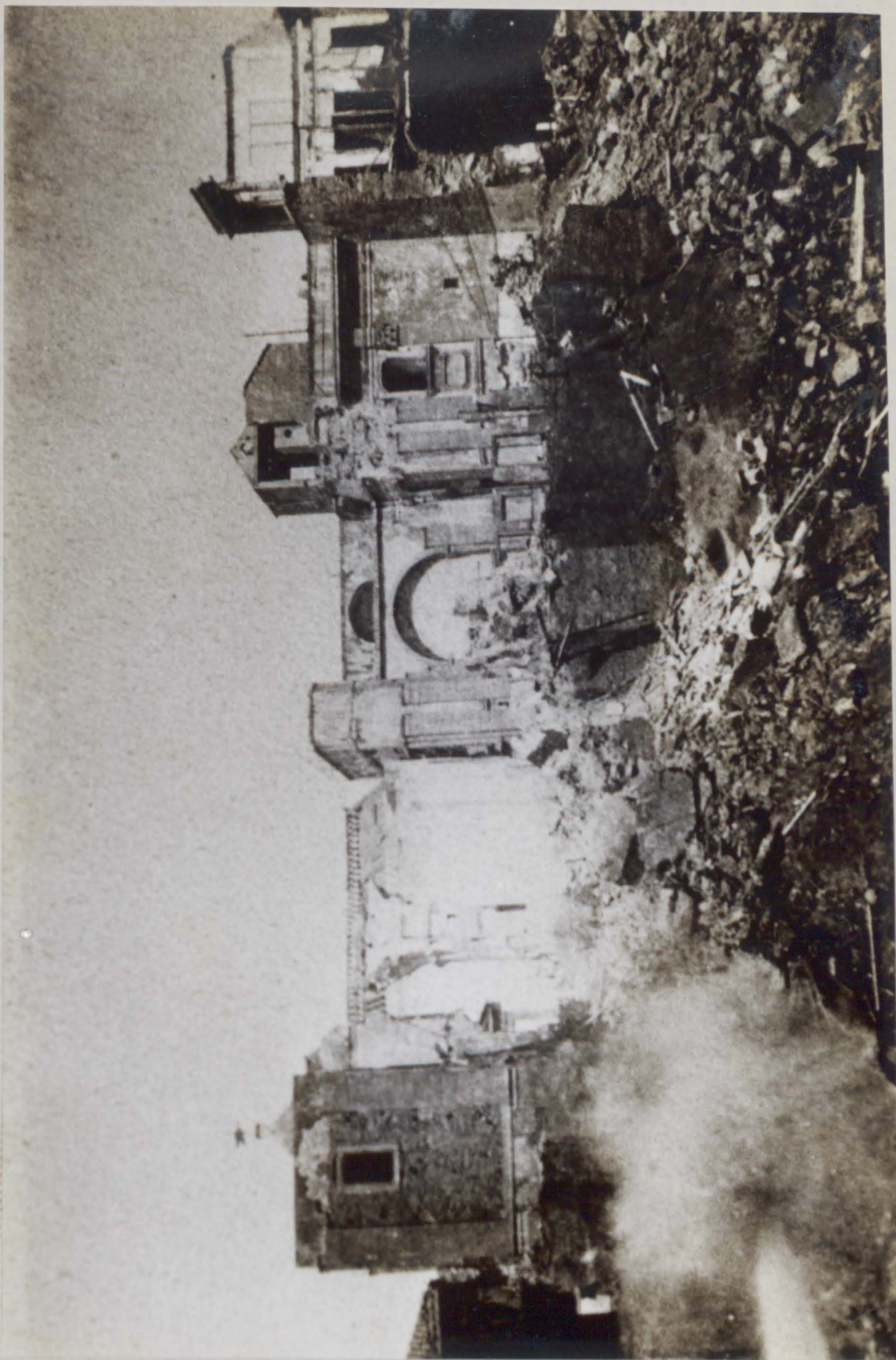


FIGURA N° 120: Demolição do Observatório Imperial do Rio Janeiro (1922).



FIGURA Nº 121: Demolição do Observatório Imperial do Rio Janeiro (1922).



FIGURA N° 122: Perspectiva sobre figura n° 115.

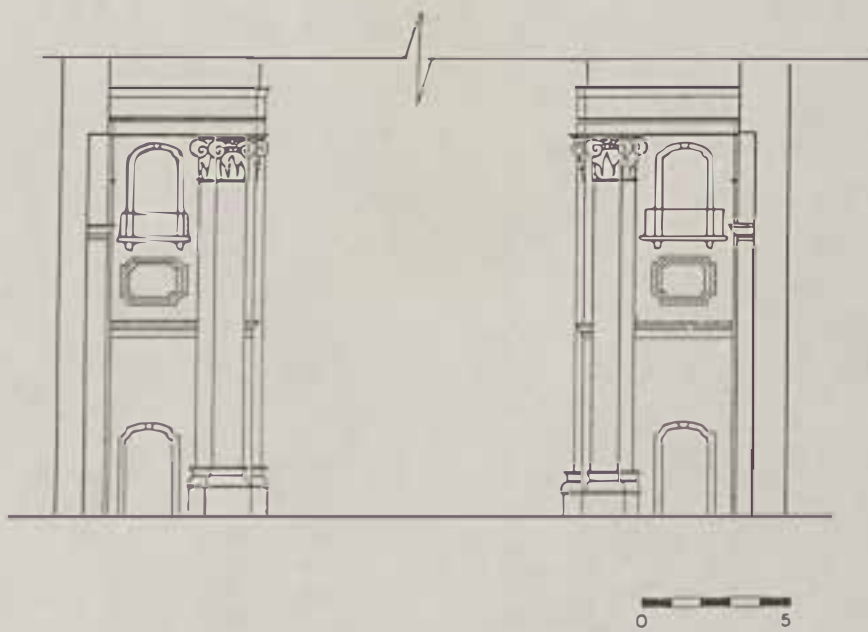


FIGURA N° 123: Estudo para corte transversal.

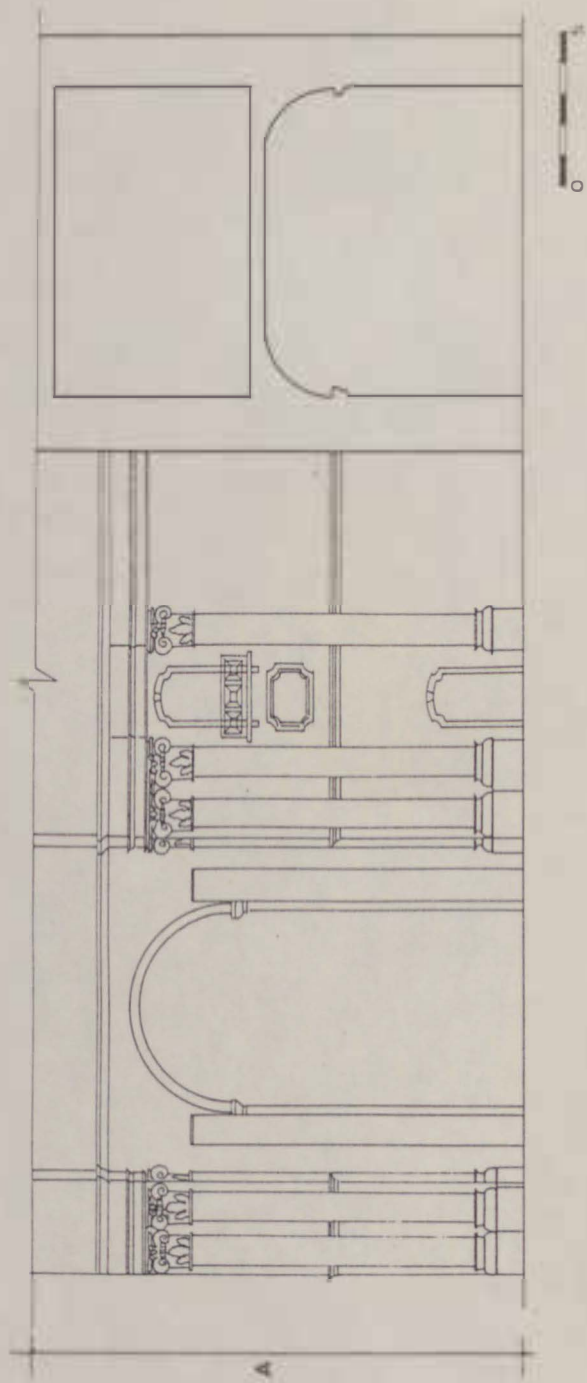


FIGURA Nº 124: Estudo para corte longitudinal - lado do Evangelho.

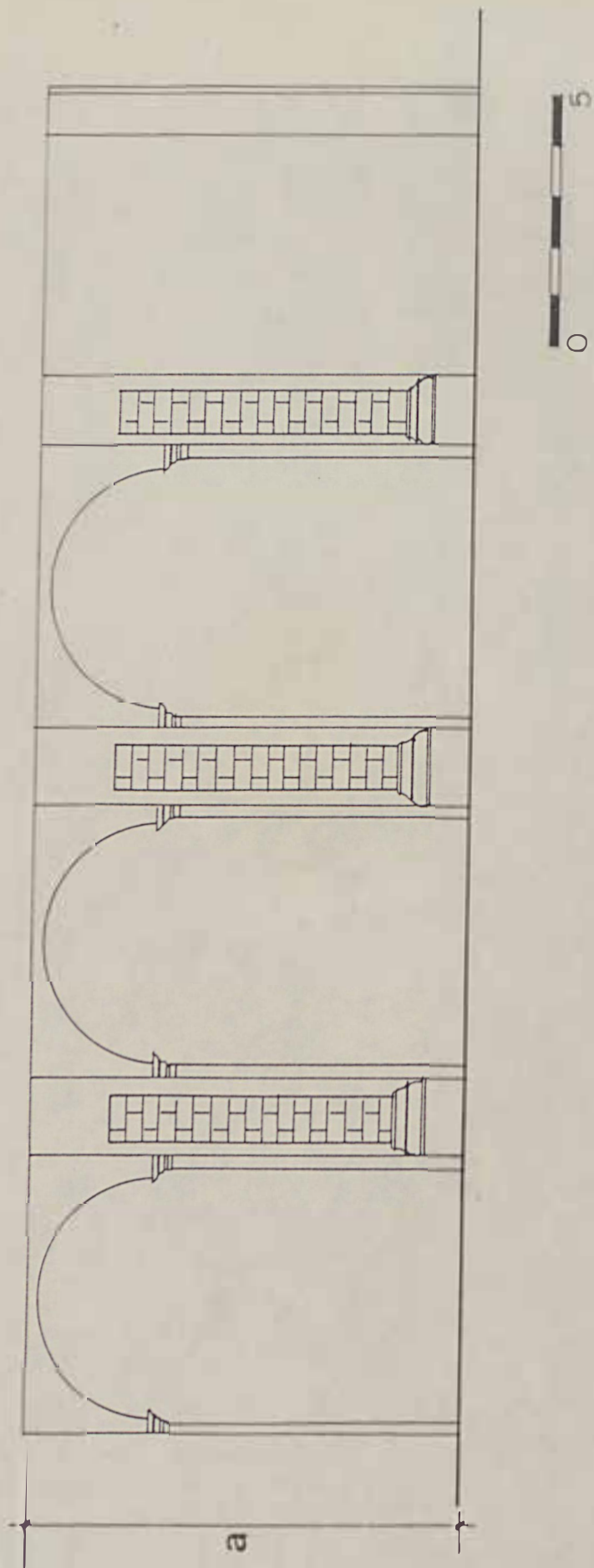


FIGURA N^o 125: Estudo para corte longitudinal - lado da Epistola.

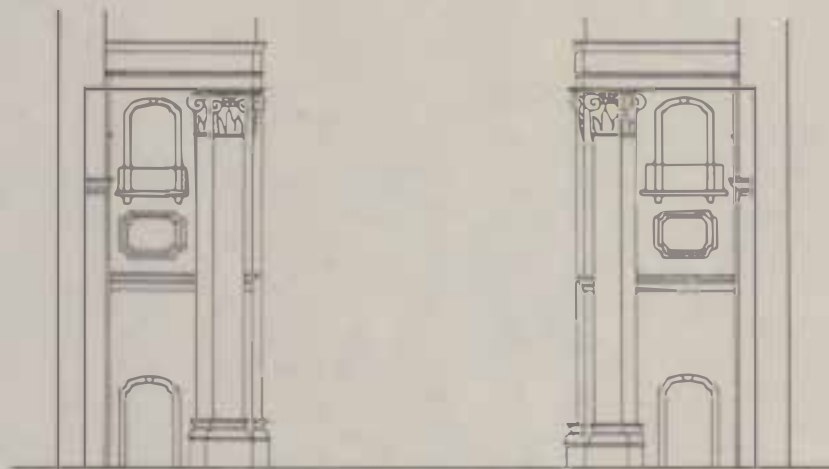


FIGURA N° 126: Proposta para corte transversal.

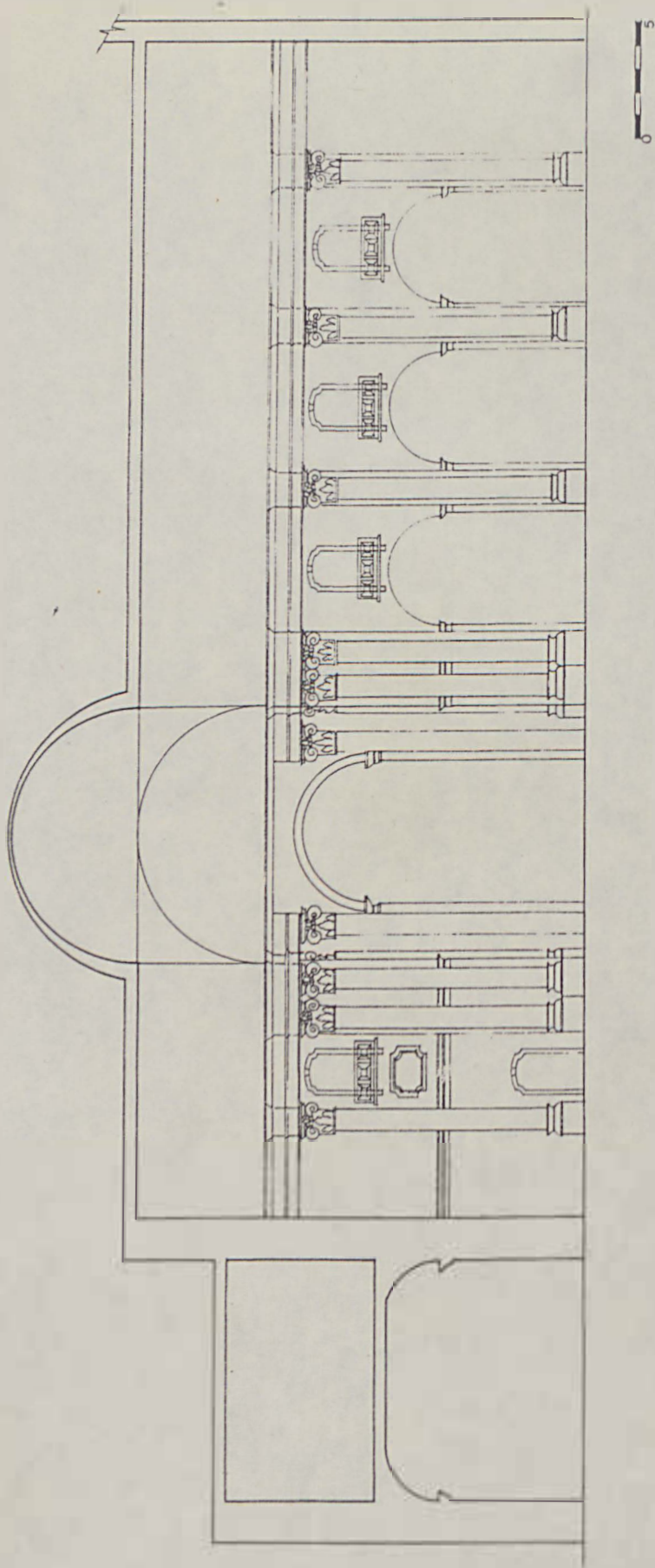


FIGURA Nº 127: Proposta para corte longitudinal.



FIGURA N° 128: Perspectiva sobre figura n° 53.

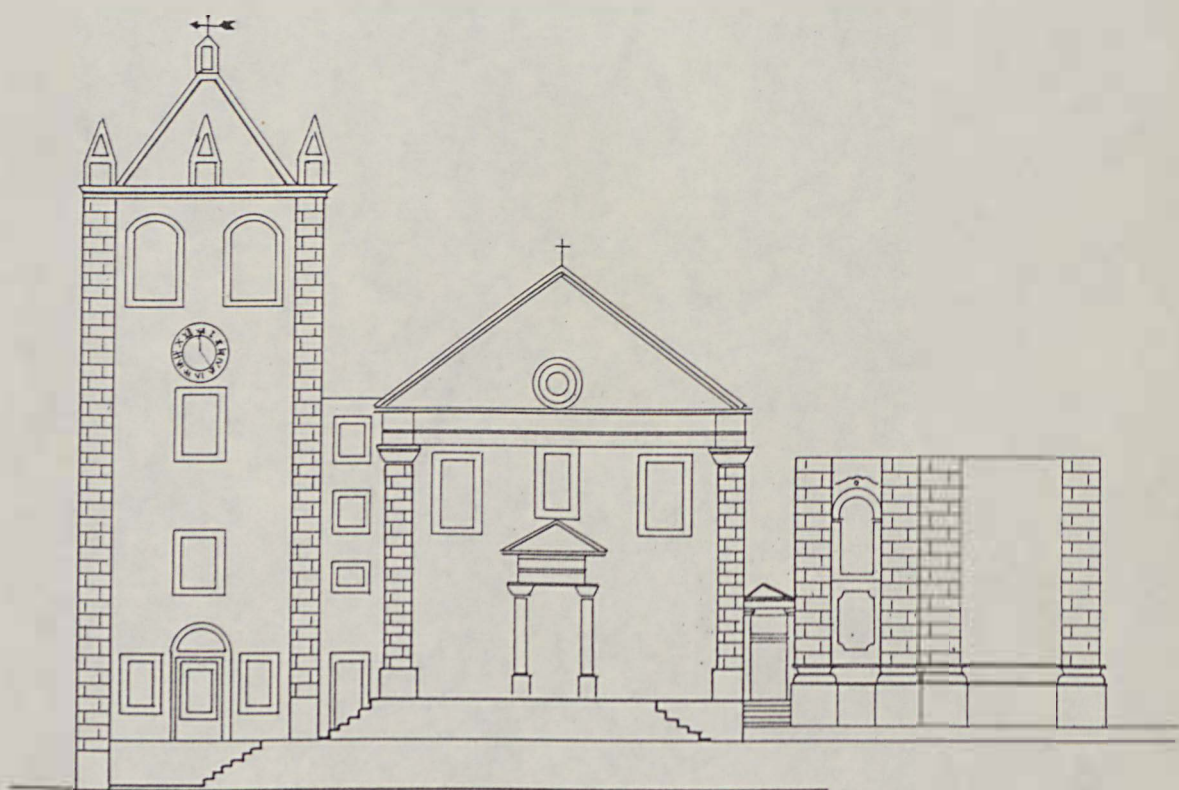


FIGURA Nº 129: Estudo para fachada sobre o Levantamento do Hospital Militar da Corte -
fig. nº 47.

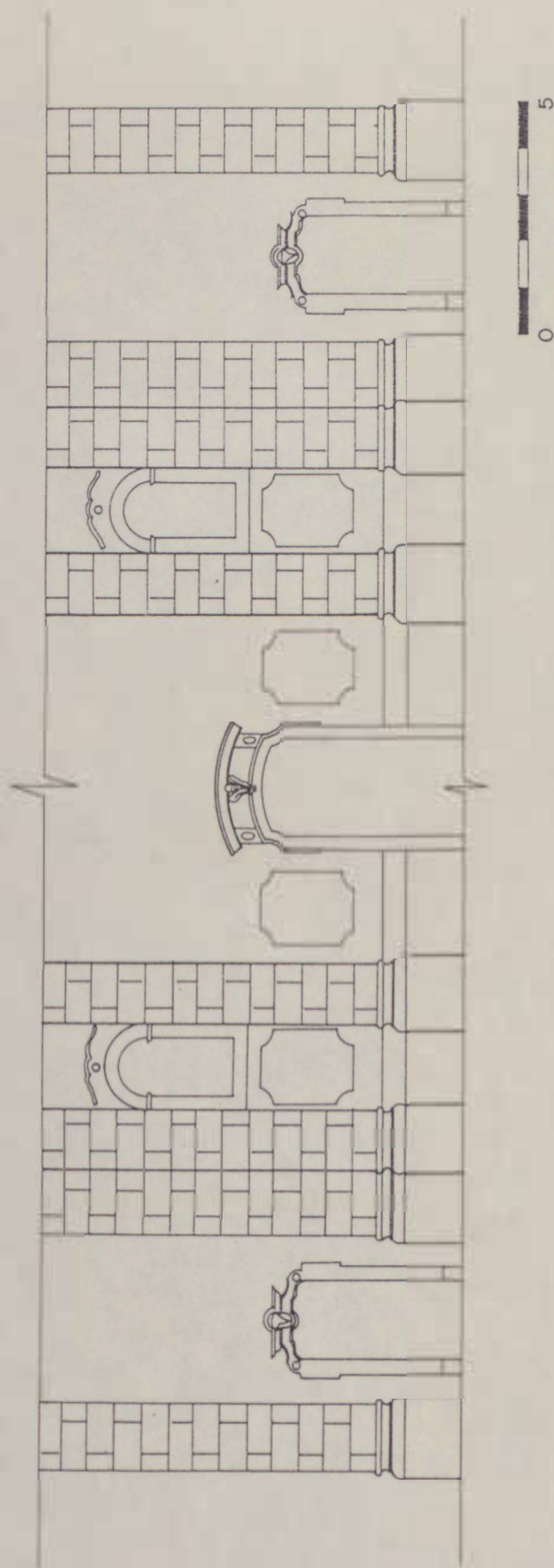


FIGURA Nº 130: Proposta para trecho da fachada principal.

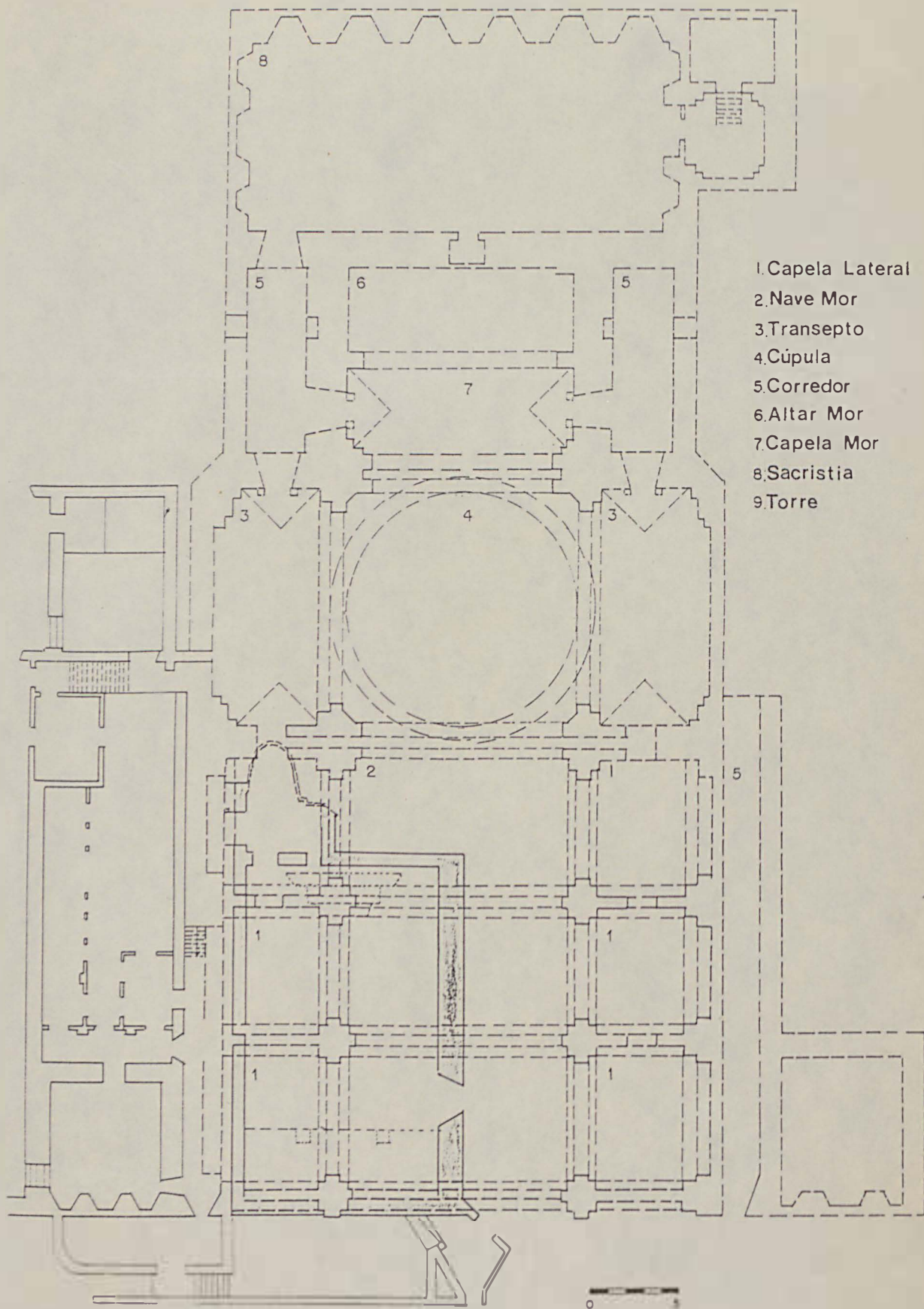


FIGURA N^o 131: Proposta da professora Anna Maria Monteiro de Carvalho.

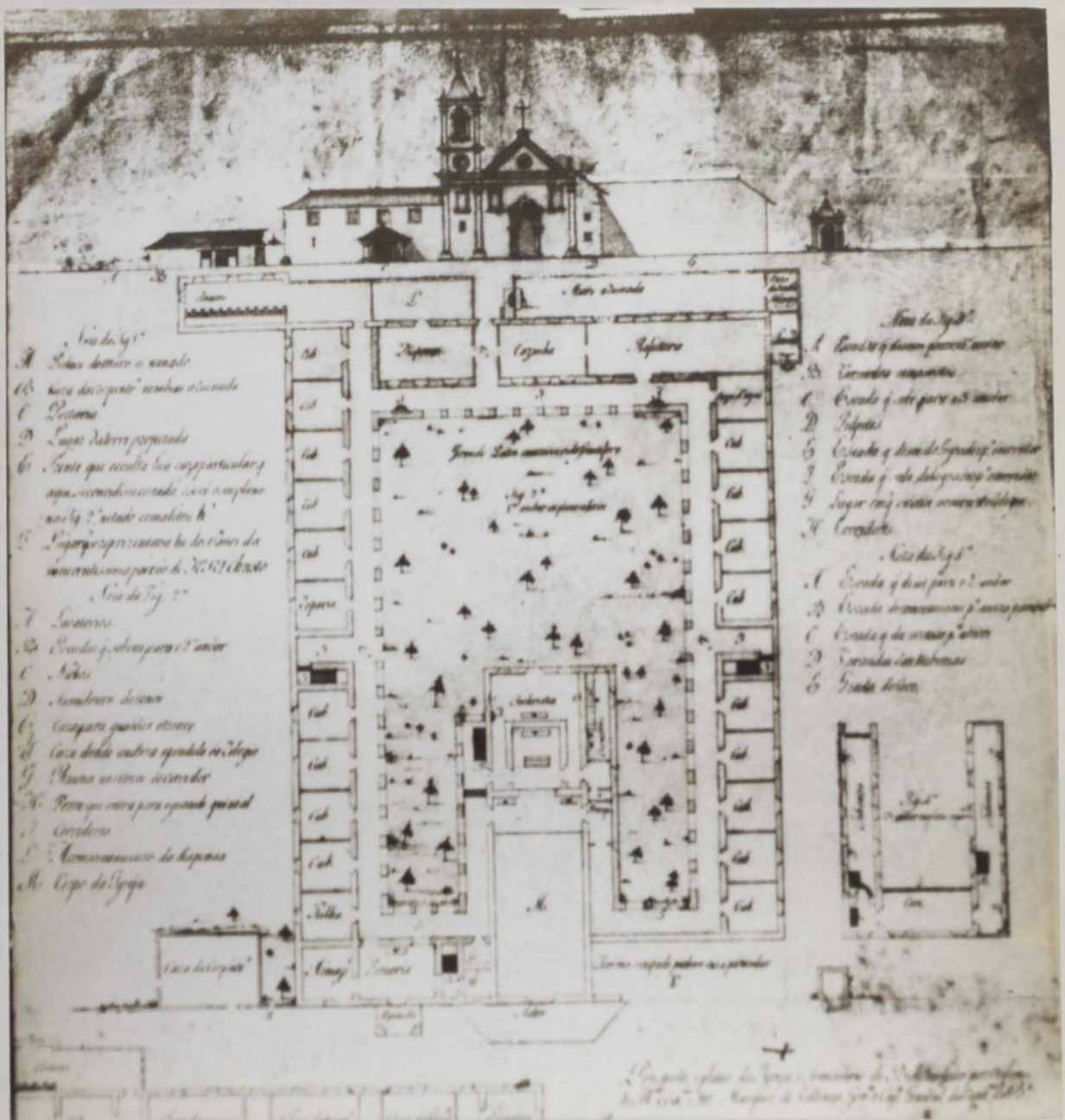


FIGURA N^o 132: Planta do Seminário de Belém da Cachoeira, Bahia (1726).

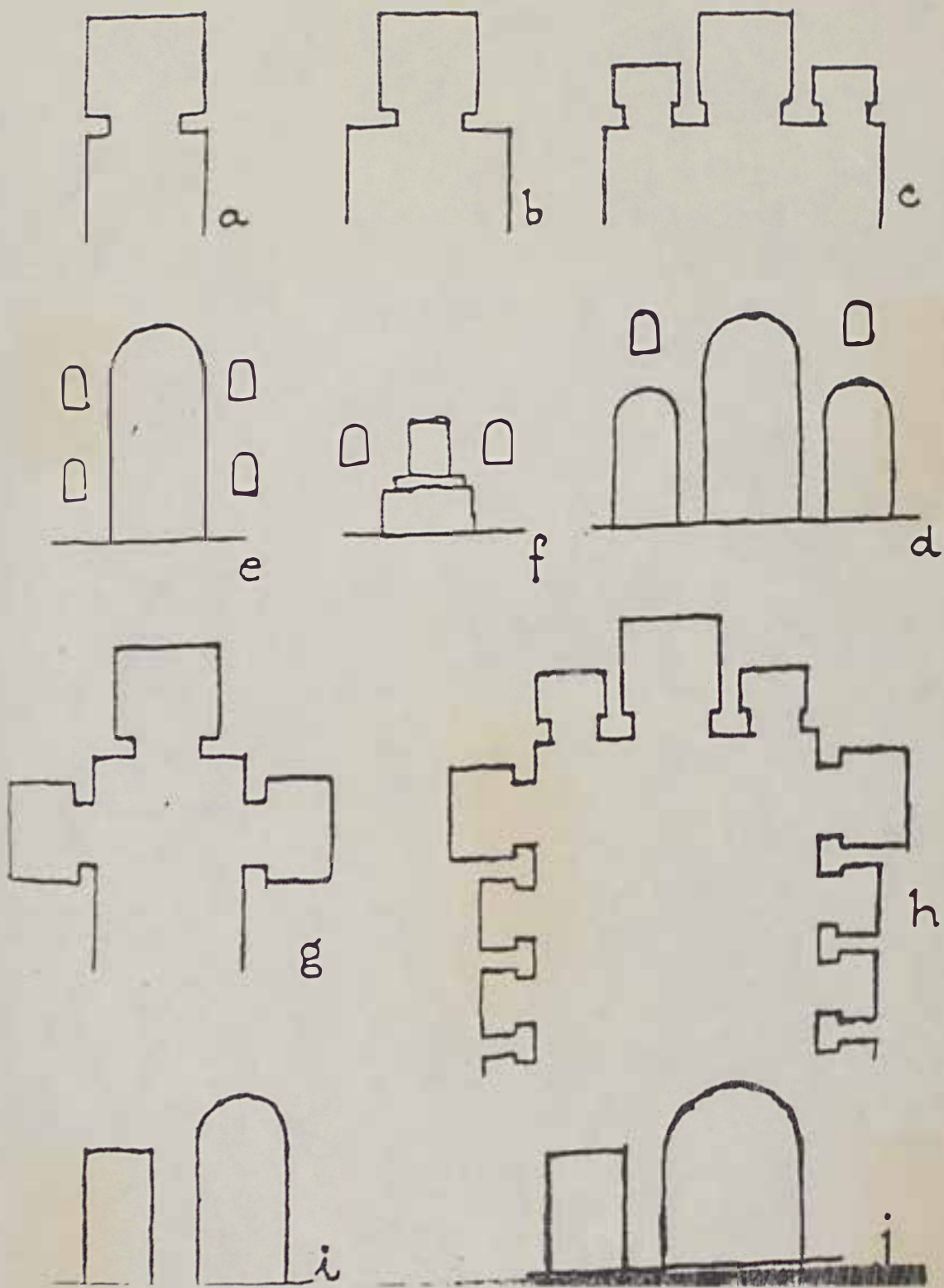


FIGURA Nº 133: Estudo sobre a evolução das plantas jesuíticas brasileiras elaborado por Lúcio Costa.

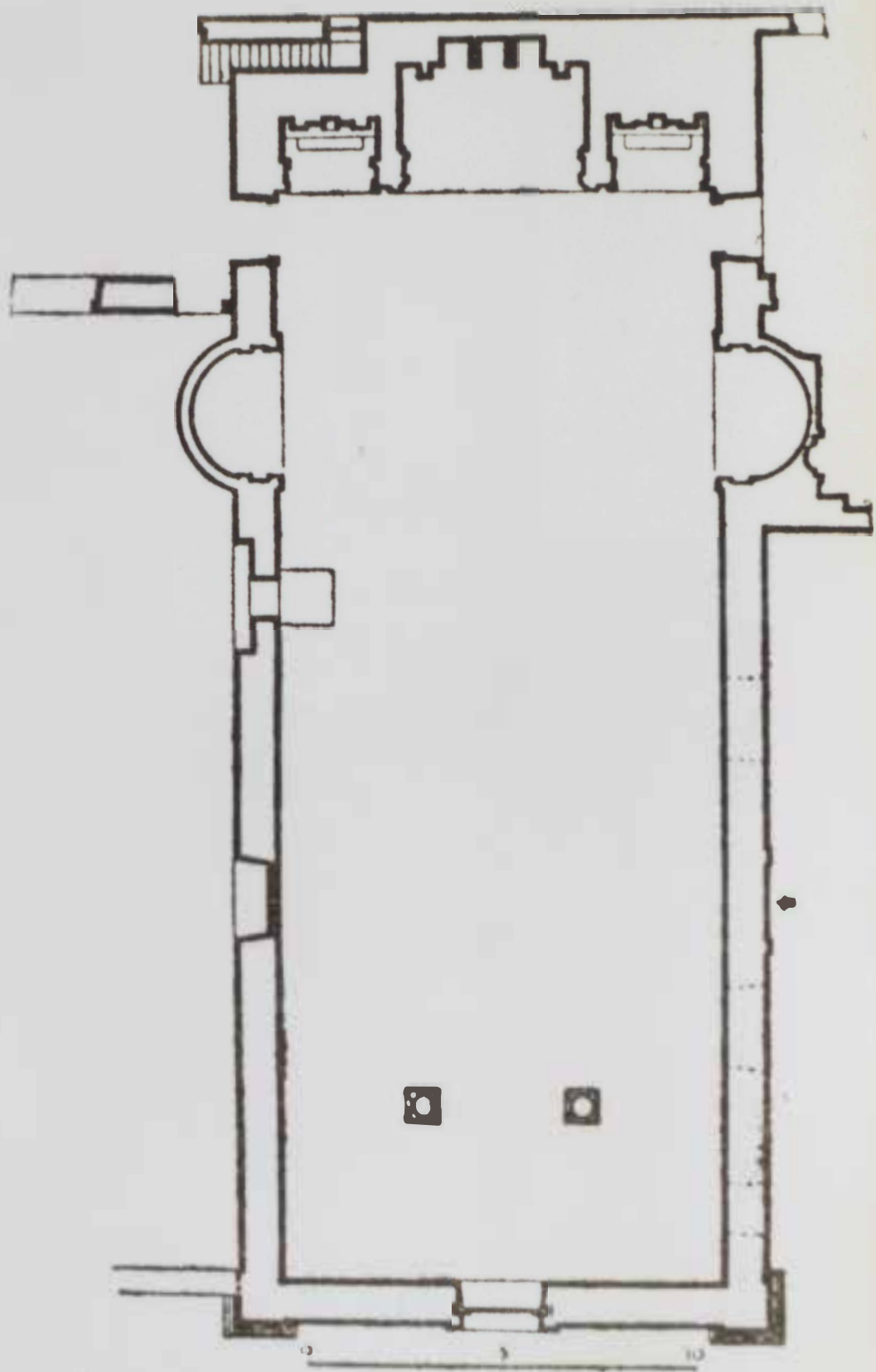


FIGURA N^o 134: Planta da Igreja de Nossa Senhora da Graça de Olinda, Pernambuco (1584).

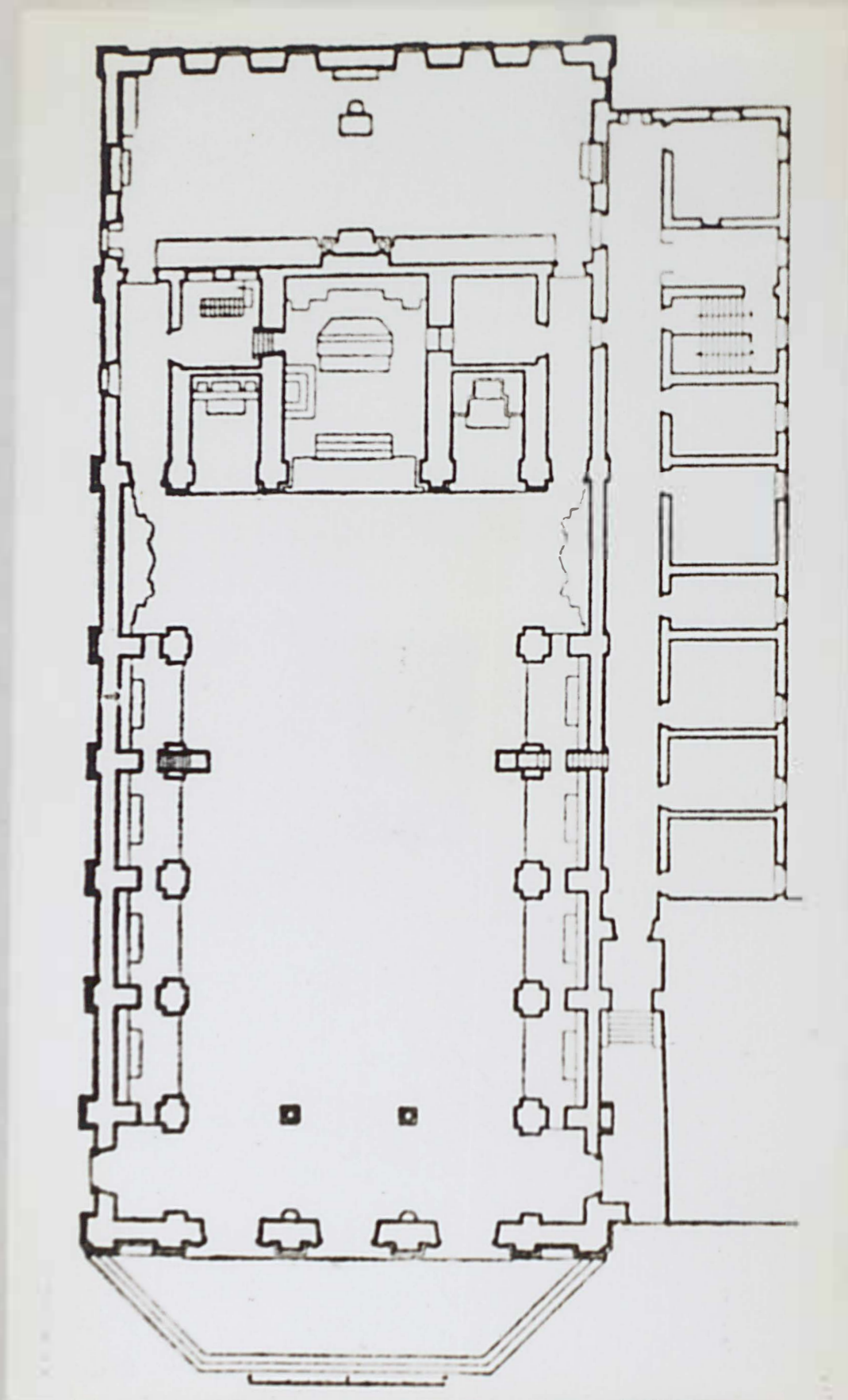


FIGURA N^o 135: Planta da Igreja do Colégio de Salvador (Sé), Bahia (1657-1672).

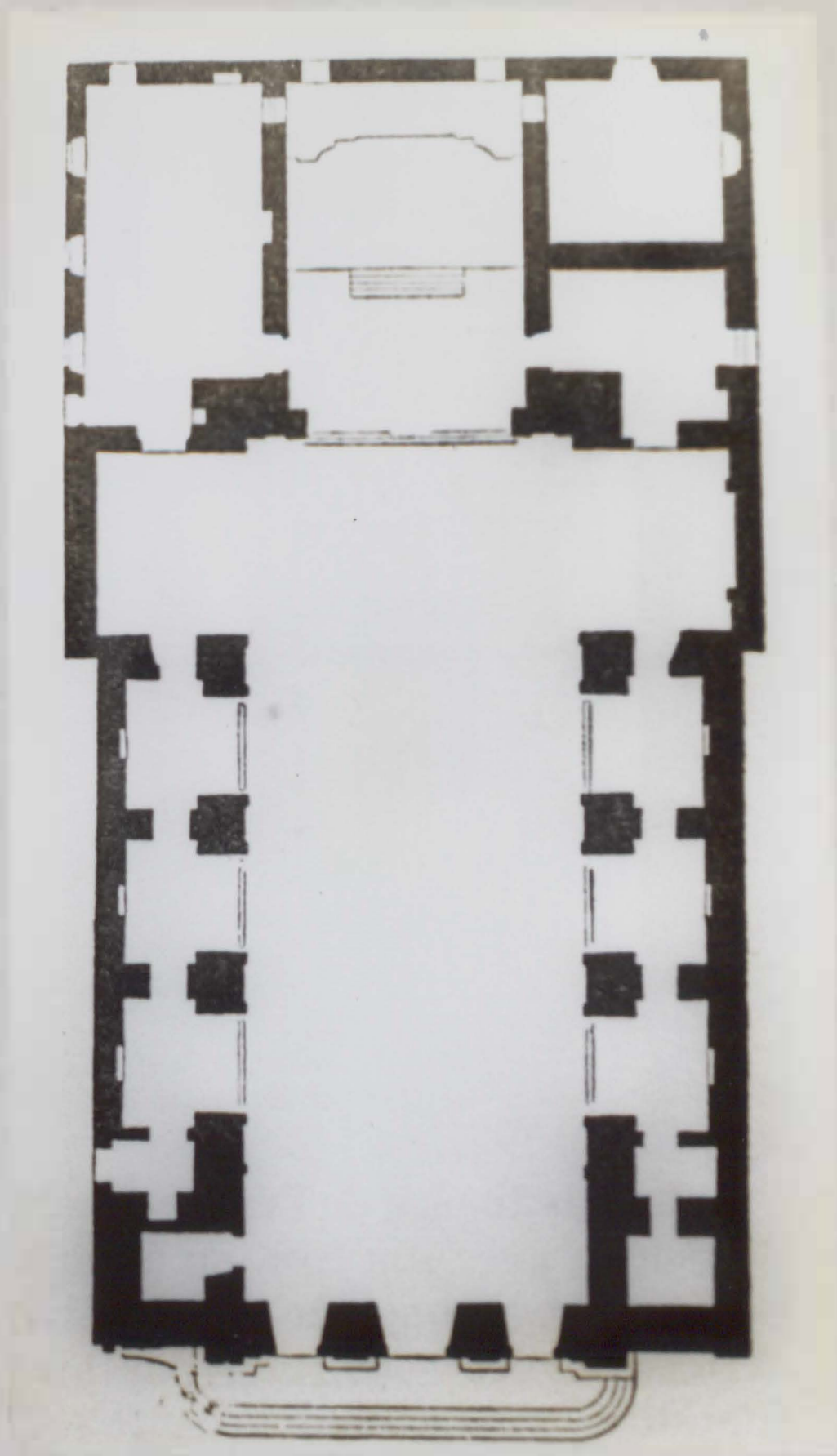


FIGURA N^o 136: Planta da Igreja do Colégio de Belém do Pará
(princípios do séc. XVII).

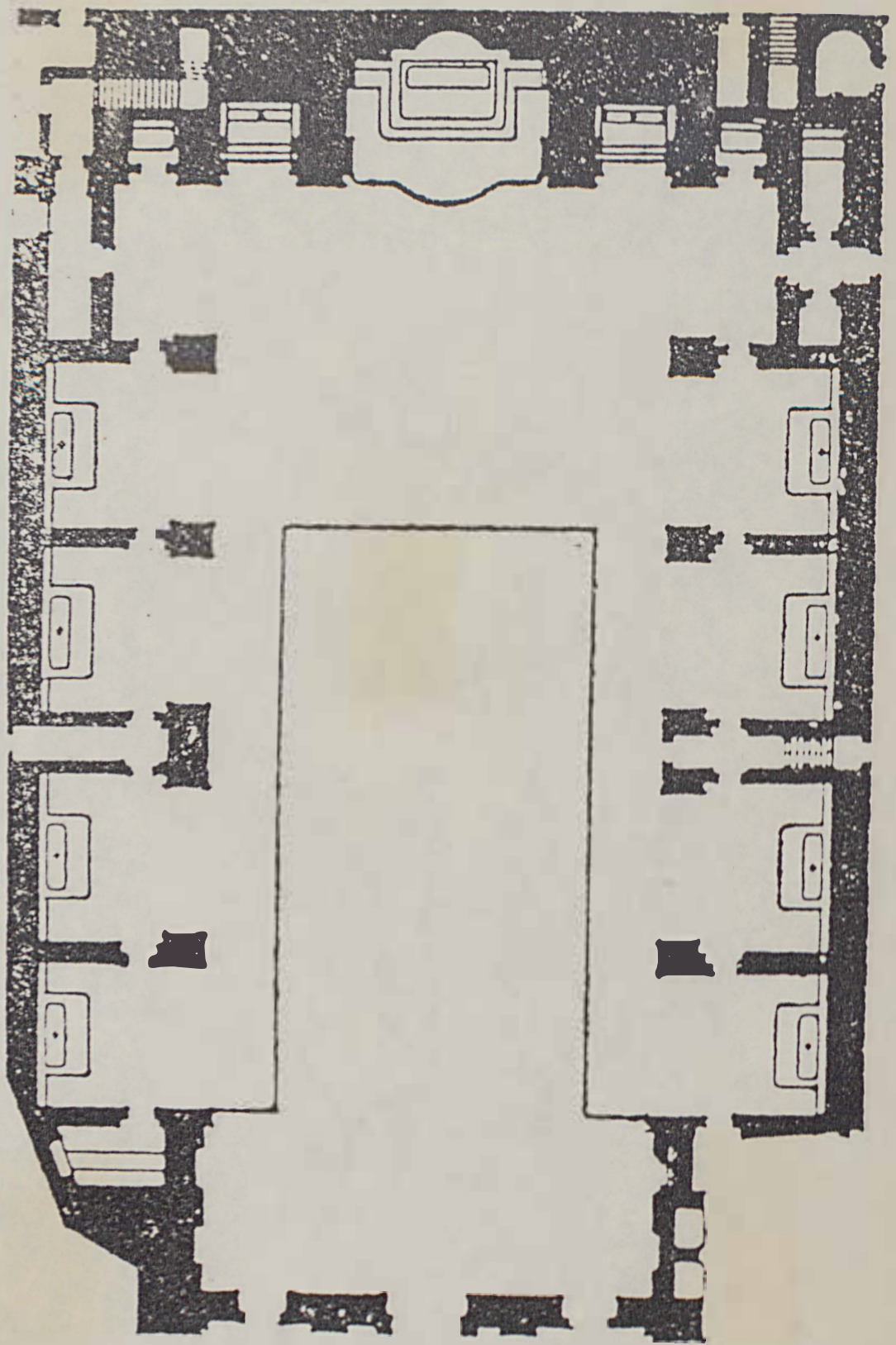


FIGURA Nº 137: Planta da Igreja de São Roque em Lisboa, Portugal (c. 1565).

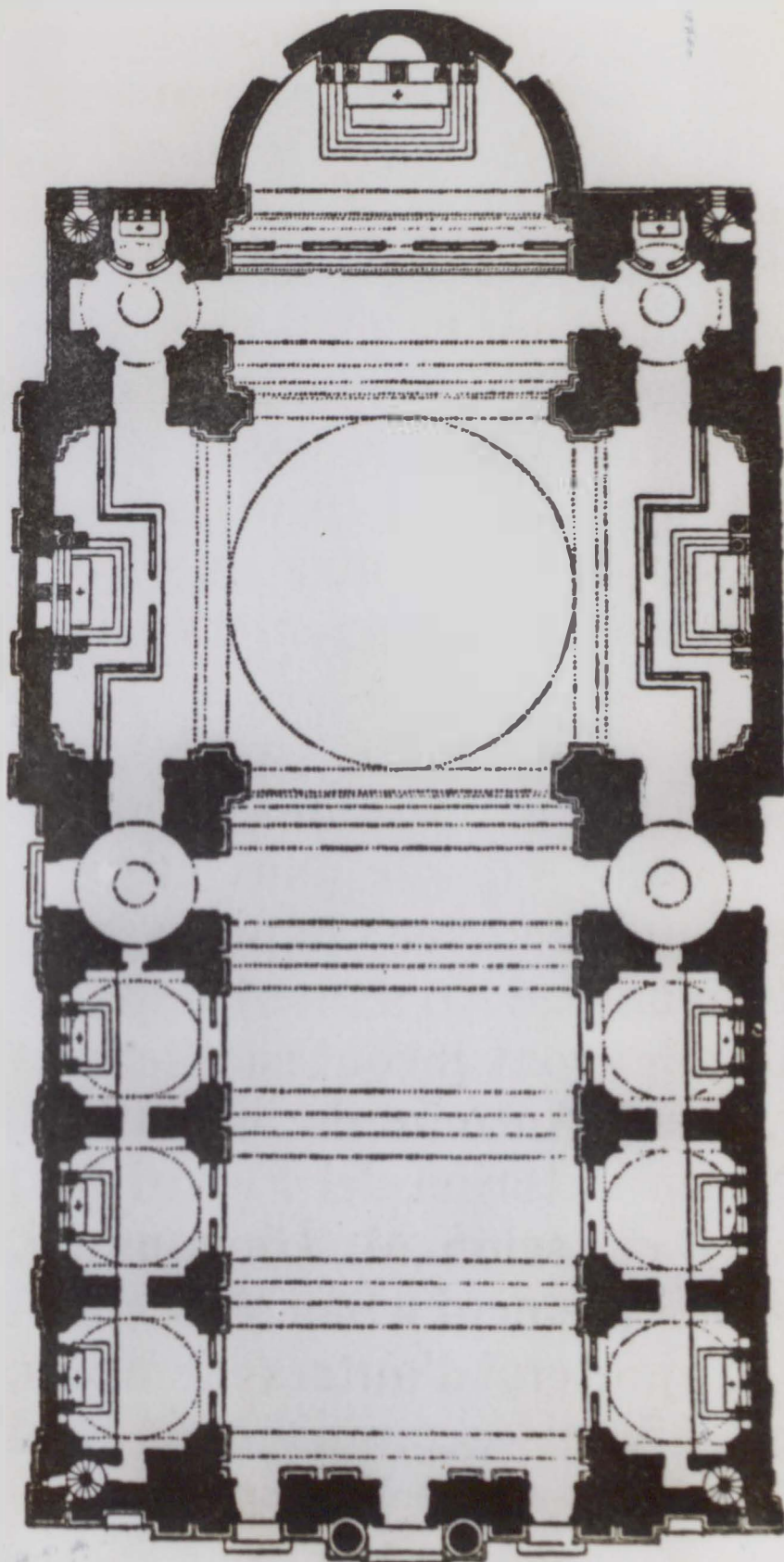


FIGURA N^o 138: Planta da Igreja de Gesù em Roma, Itália (1568).

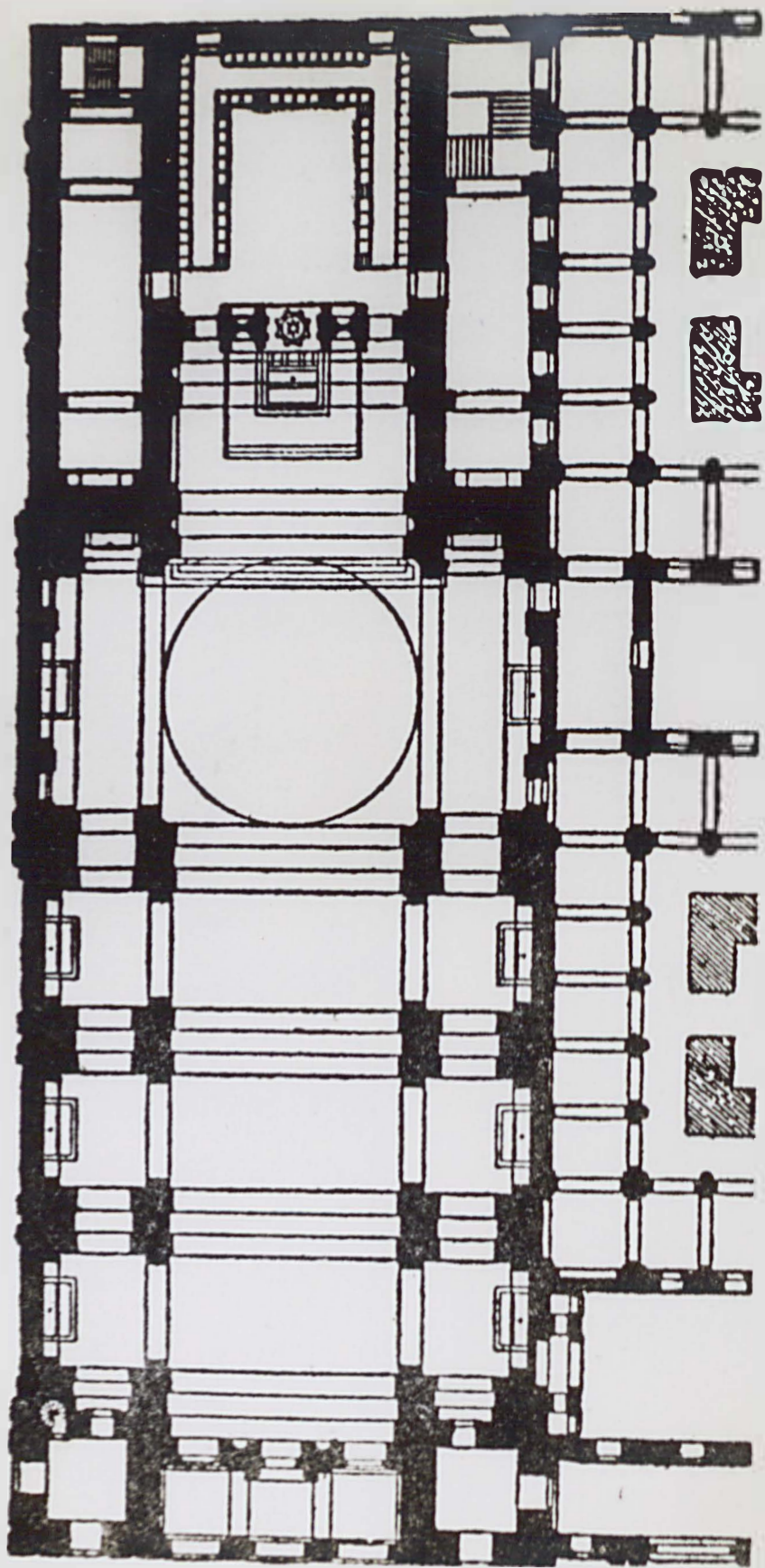


FIGURA Nº 139: Planta da Igreja de São Vicente de Fora em Lisboa, Portugal (1568-1620).

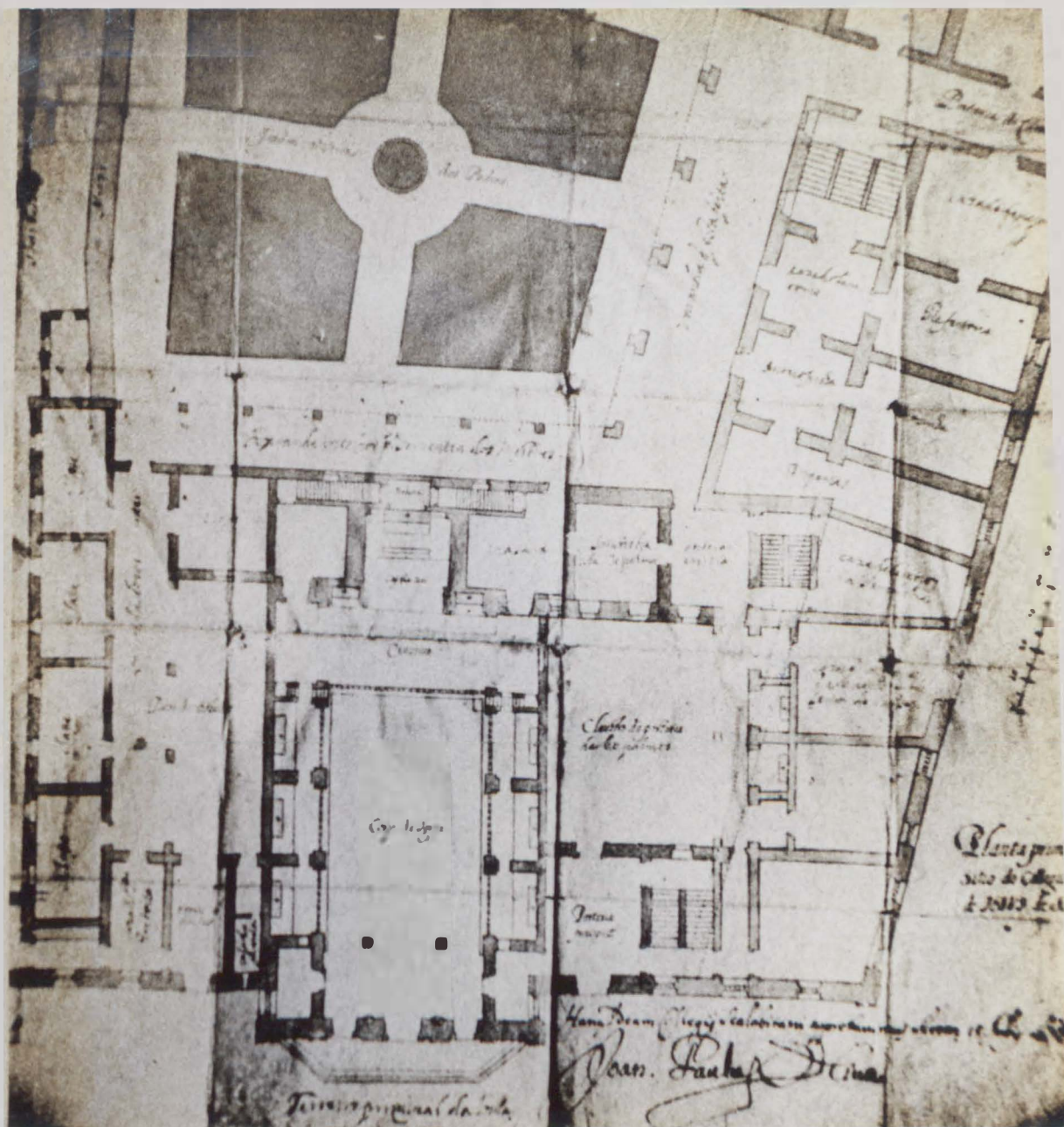


FIGURA Nº 141

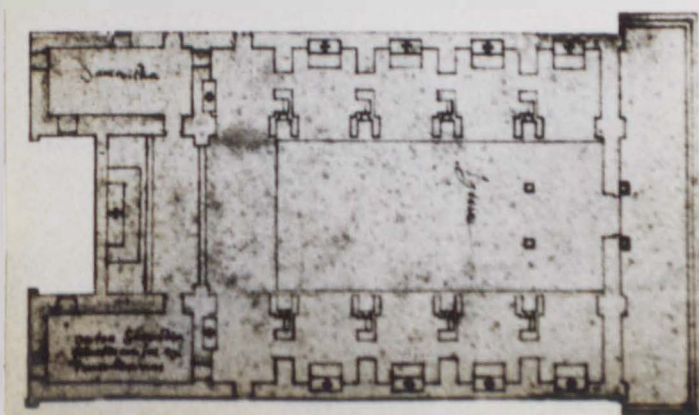


FIGURA Nº140

FIGURA Nº 140: Planta da Igreja do Colégio de Coimbra (Sé Nova), Portugal (princípio do séc. XVII).

FIGURA Nº 141: Planta da Igreja do Colégio de Santarém, Portugal (1673).

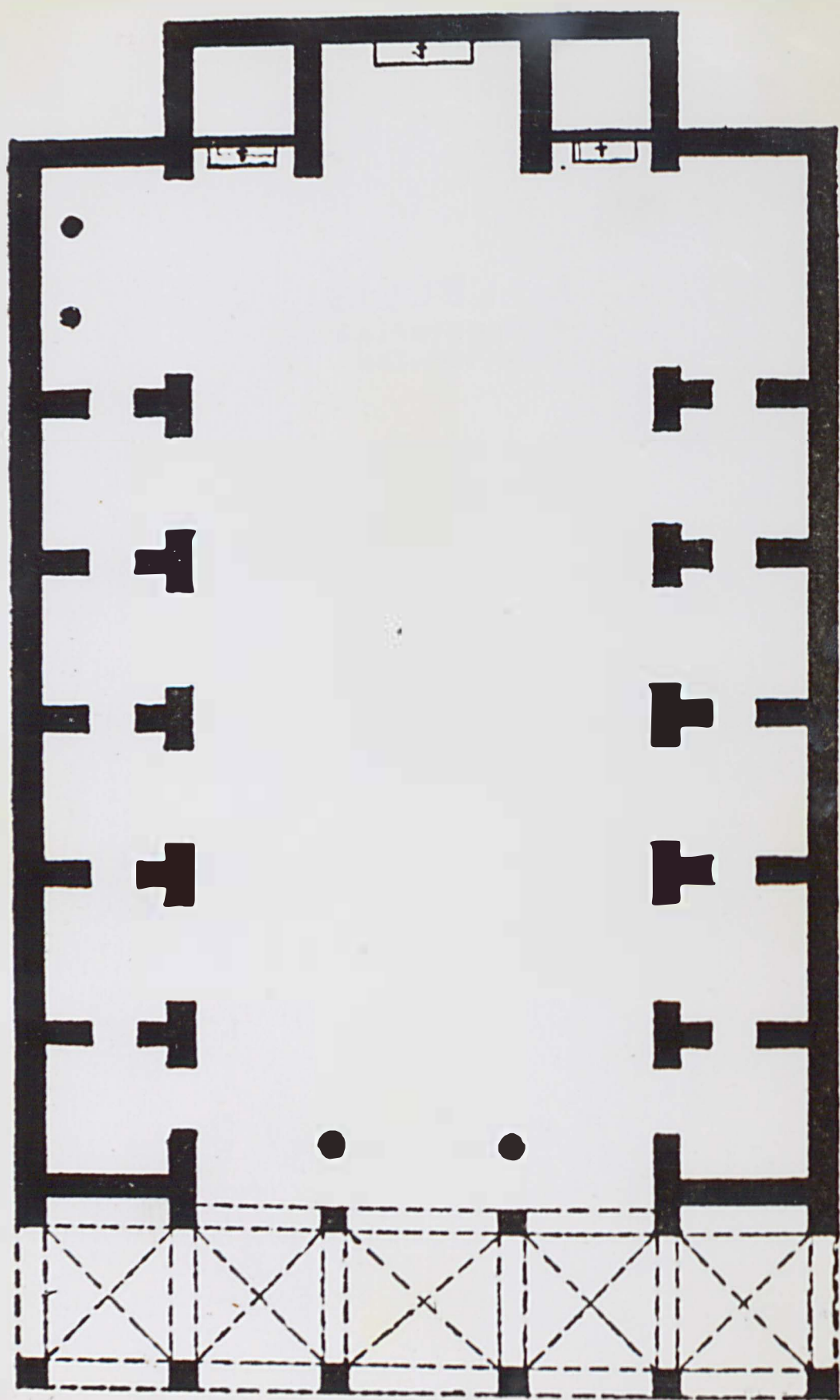


FIGURA N° 142: Igreja do Espírito Santo em Évora, Portugal (1567-1574).

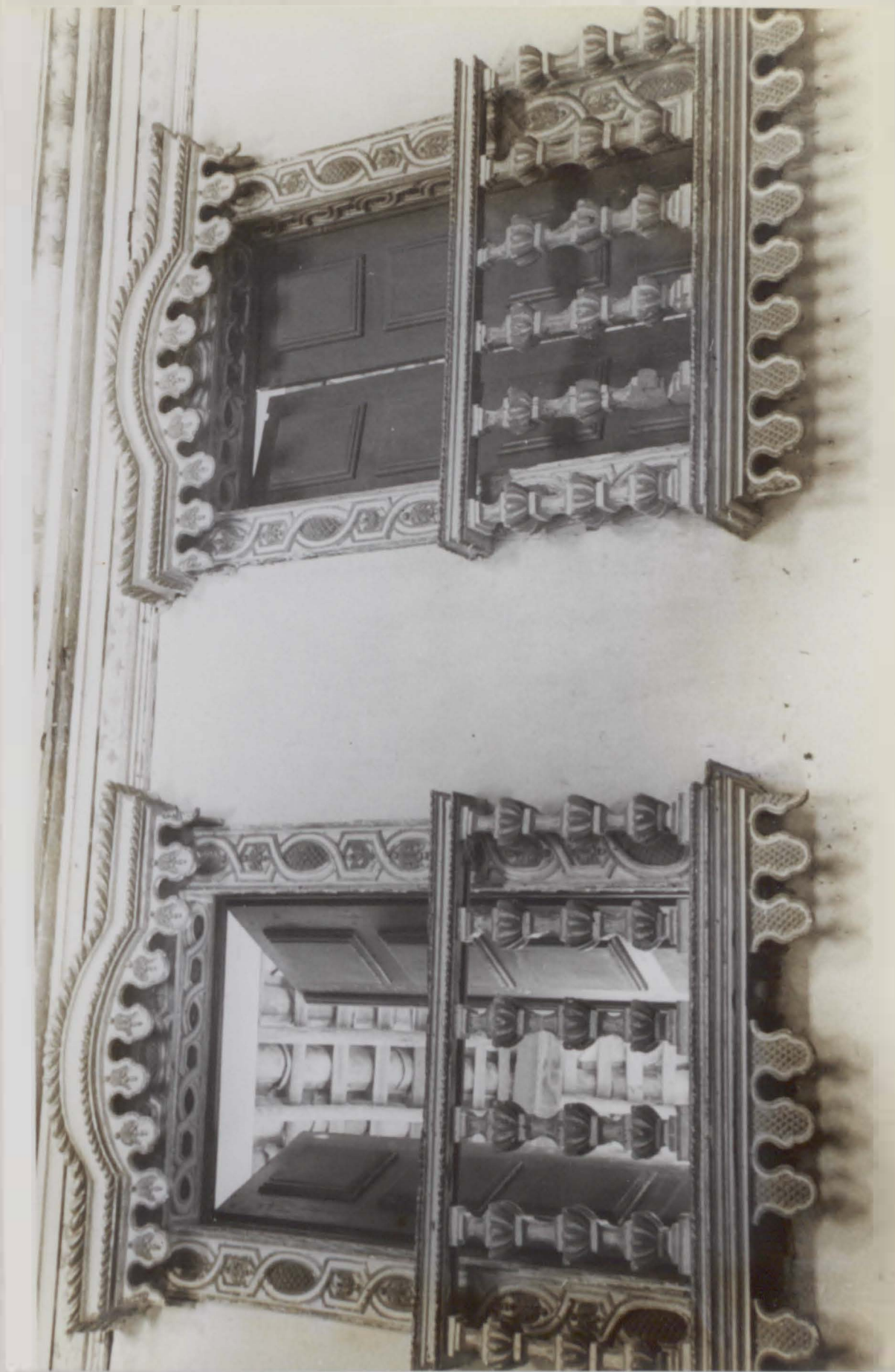


FIGURA Nº 143: Tribunas da Igreja do Seminário de Belém da Cachoeira, Bahia (1726).

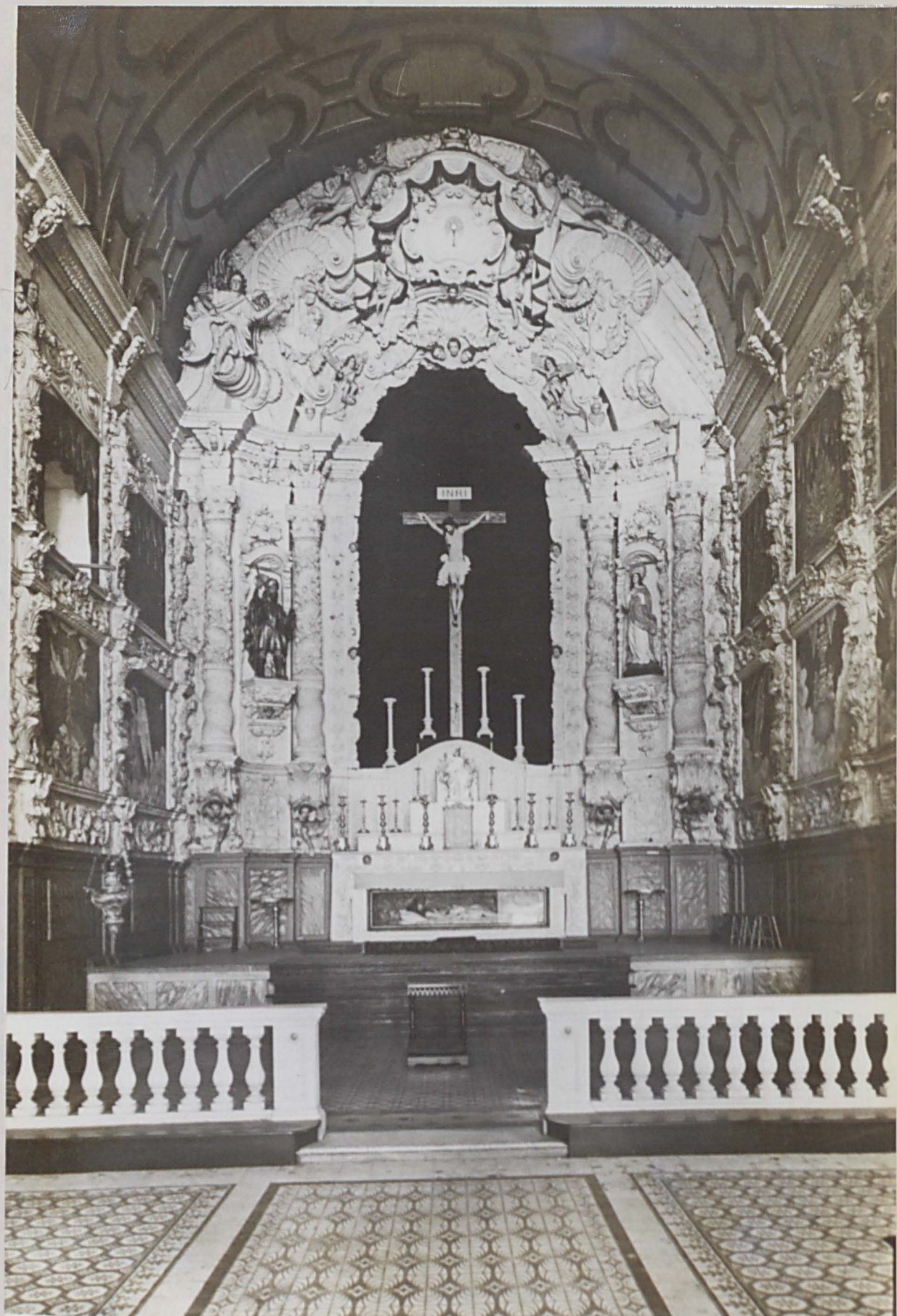


FIGURA Nº 144: Capela-mor da Igreja do Colégio de Belém do Pará
(princípios do séc. XVIII).

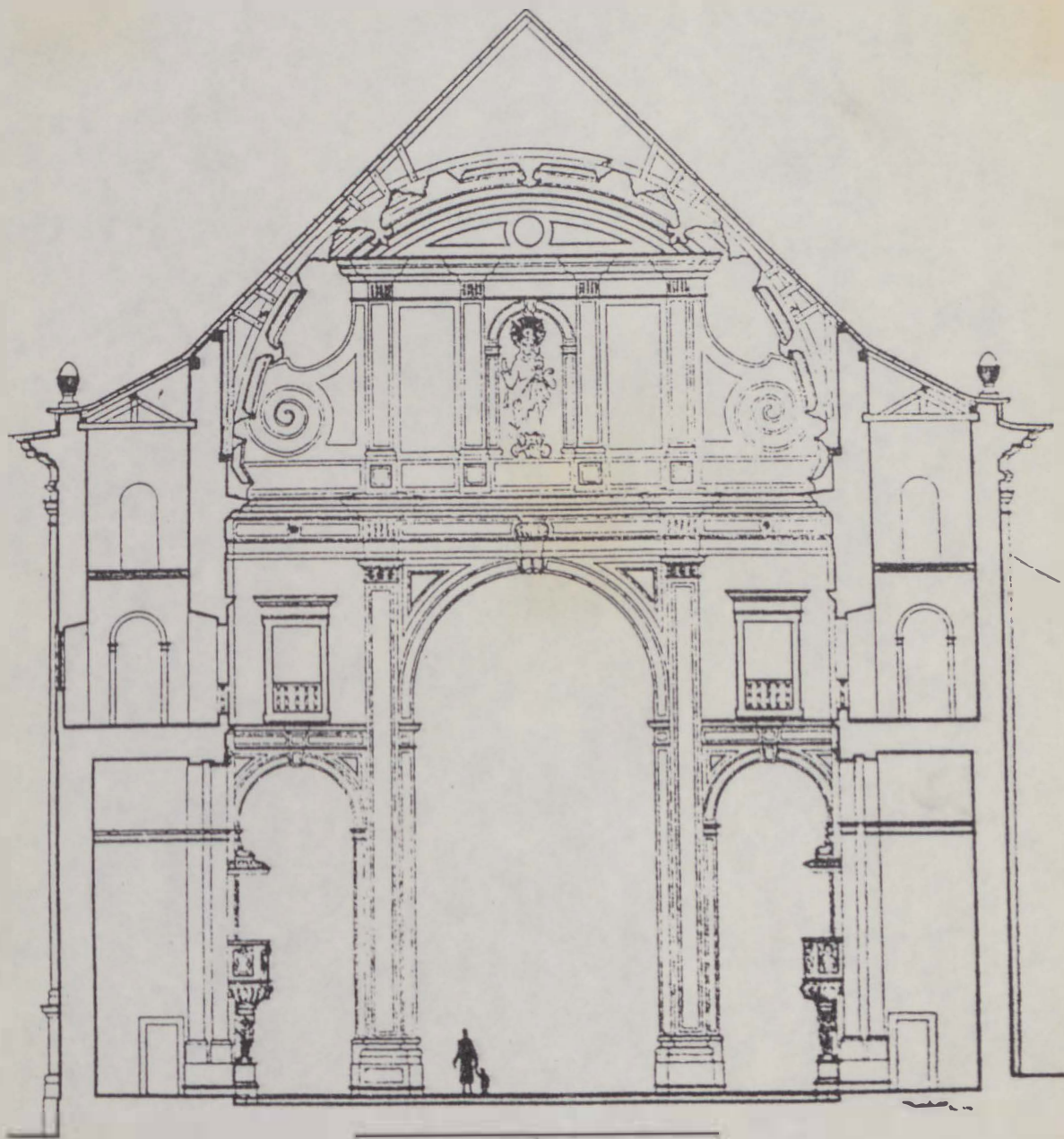


FIGURA Nº 145: Corte transversal da Igreja do Colégio de Salvador (Sé), Bahia (1657-1672).

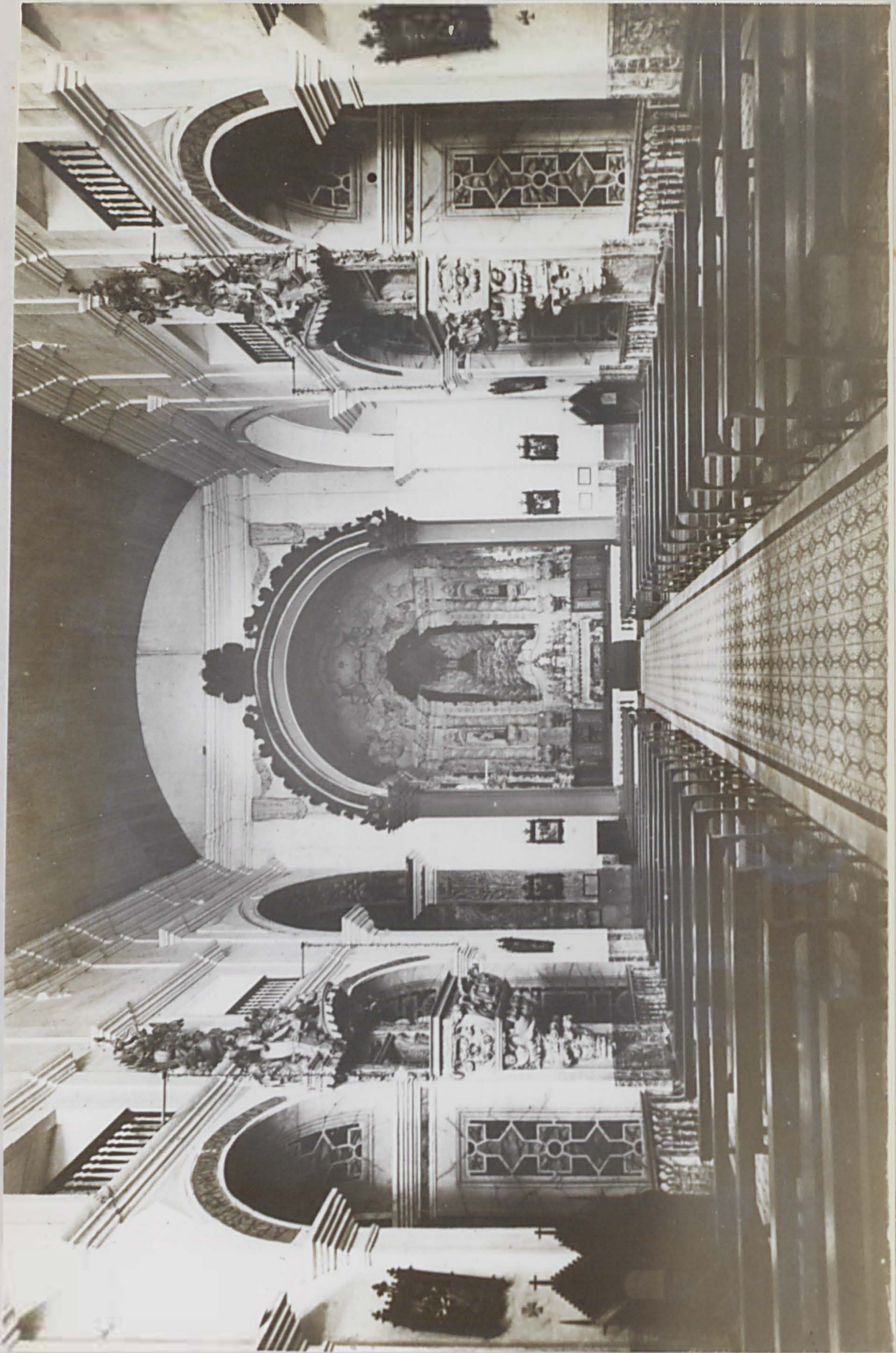


FIGURA Nº 146: Nave da Igreja do Colégio de Belém do Pará (princípios do séc. XVIII).



FIGURA Nº 147: Fachada da Igreja do Colégio de Belém do Pará (principios do séc. XVIII).



FIGURA Nº 148: Projeto de Vignola para a Igreja de Gesù em Roma, Itália (1568).



FIGURA Nº 149: Frontispício da Igreja de Gesù em Roma, Itália.

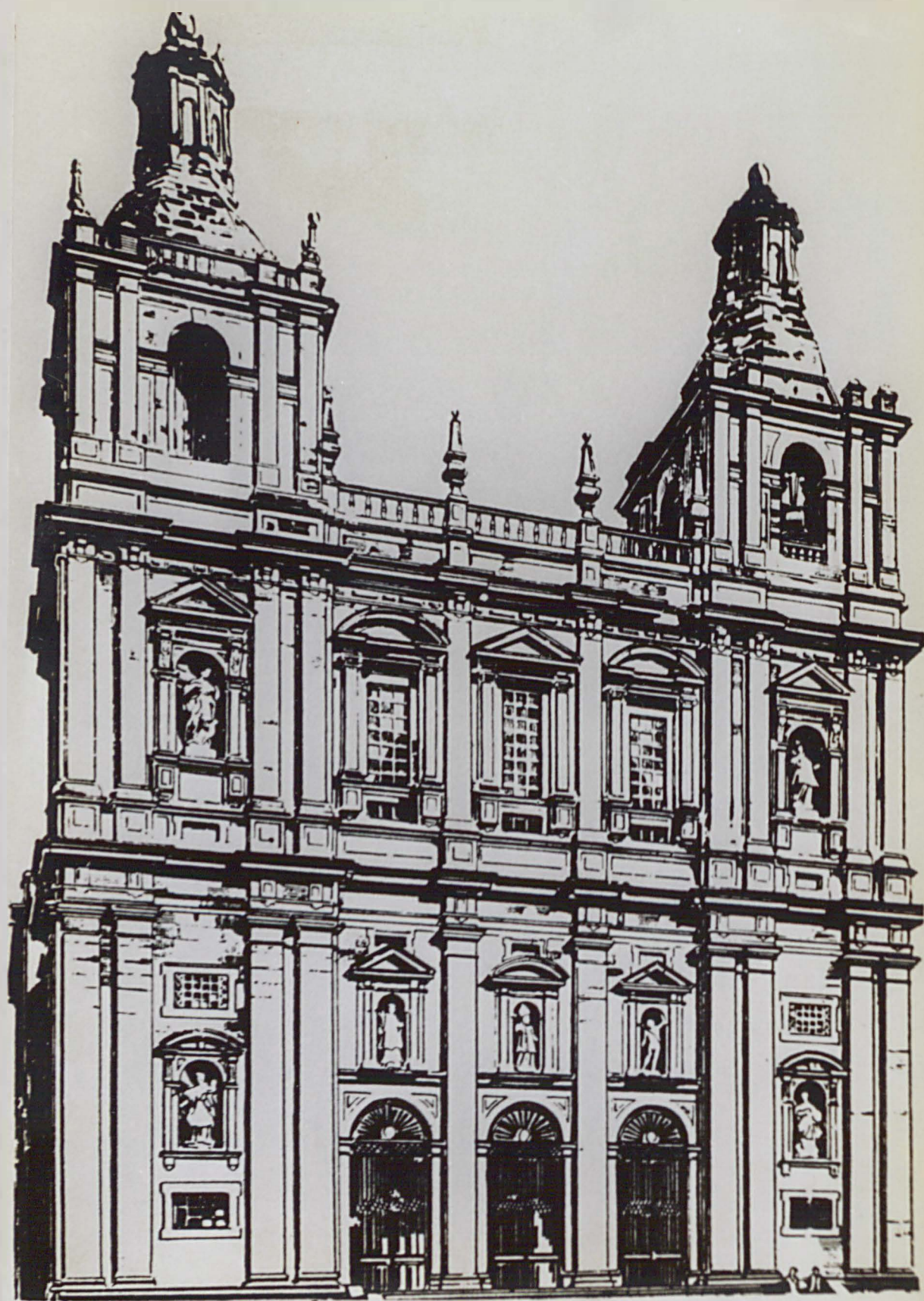


FIGURA Nº 150: Frontispício da Igreja de São Vicente de Fora em Lisboa, Portugal (1582-1620).

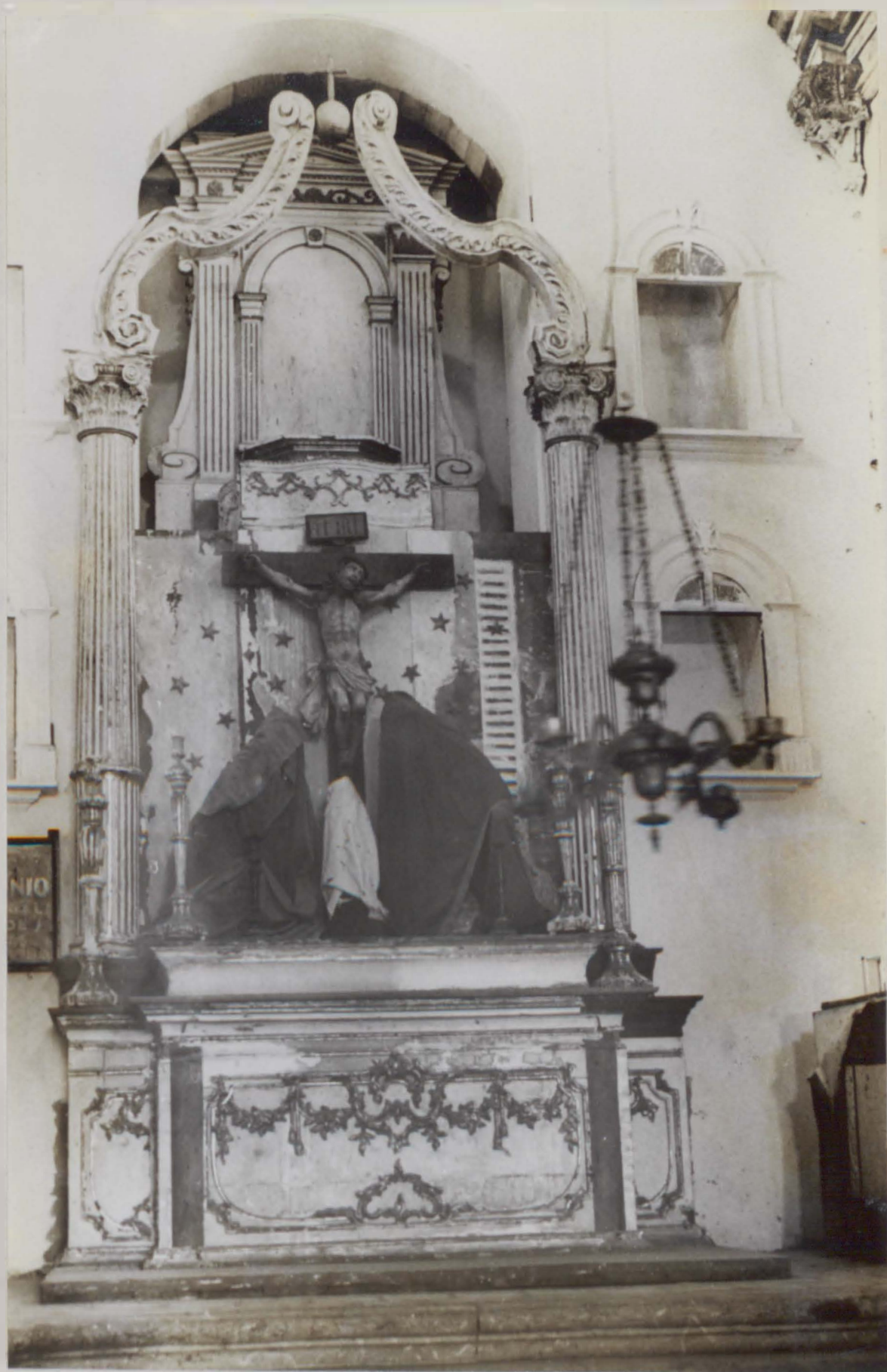
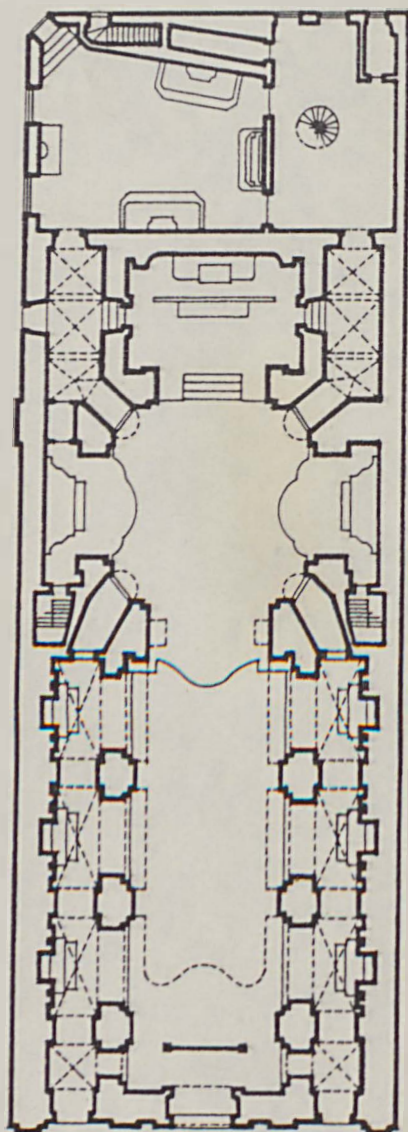


FIGURA Nº 151: Altar-mor da Igreja do Seminário de Belém da Cachoeira, Bahia (1726).



0 1 2 5 10

FIGURA Nº 152: Planta da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte, Rio de Janeiro (1735).

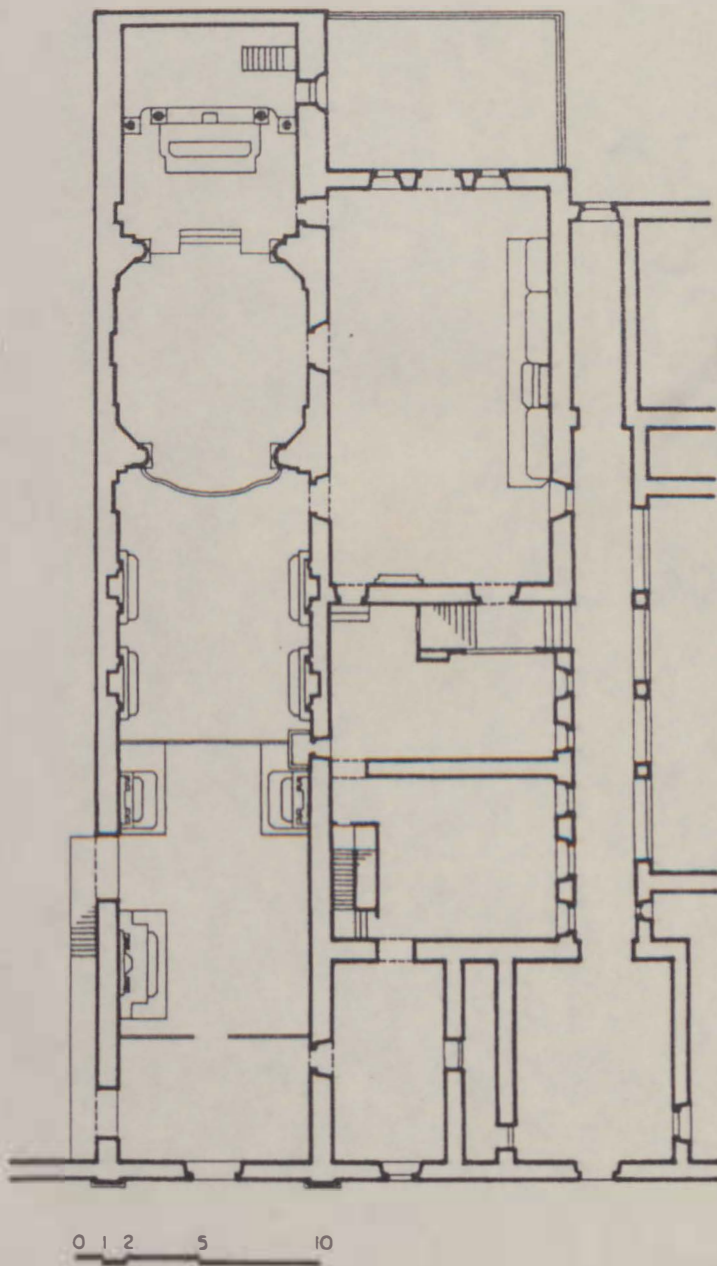


FIGURA Nº 153: Planta da Igreja de Nossa Senhora de Bonfuzo, Rio de Janeiro (1780).

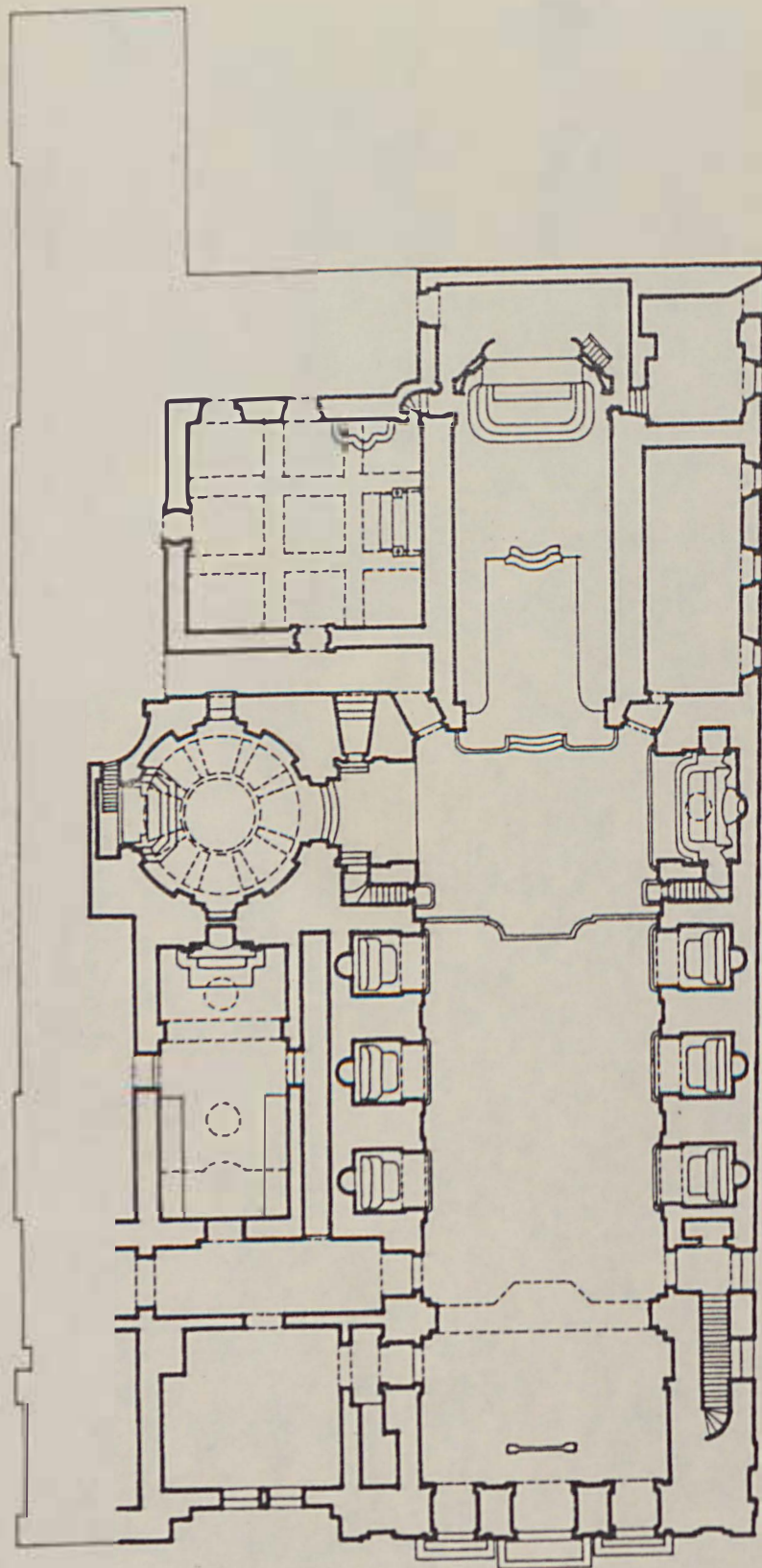


FIGURA N^o 154: Planta da Igreja da Ordem Primeira do Carmo, Rio de Janeiro (1761).

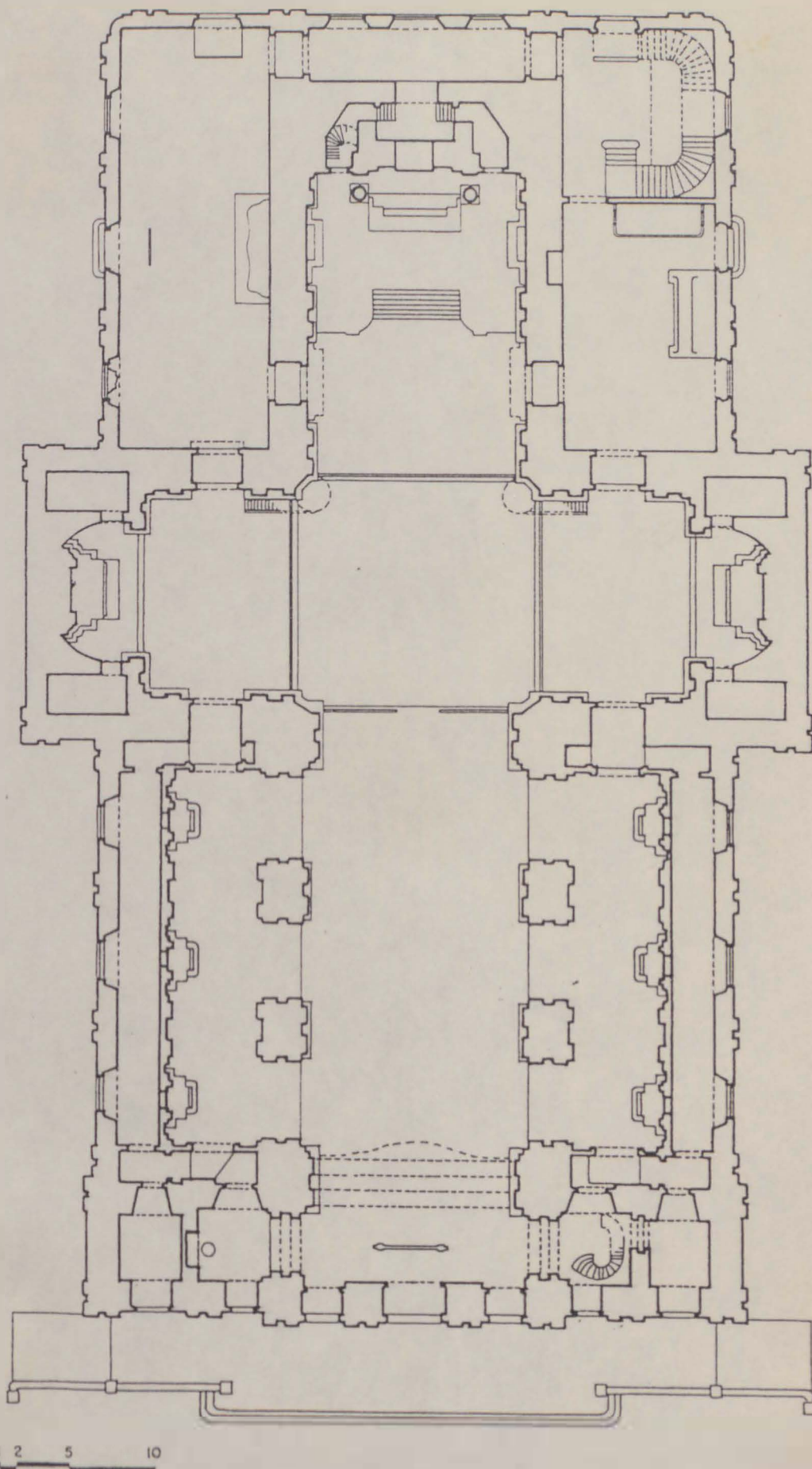


FIGURA Nº 155: Planta da Igreja de Nossa Senhora da Candelária, Rio de Janeiro (1775).

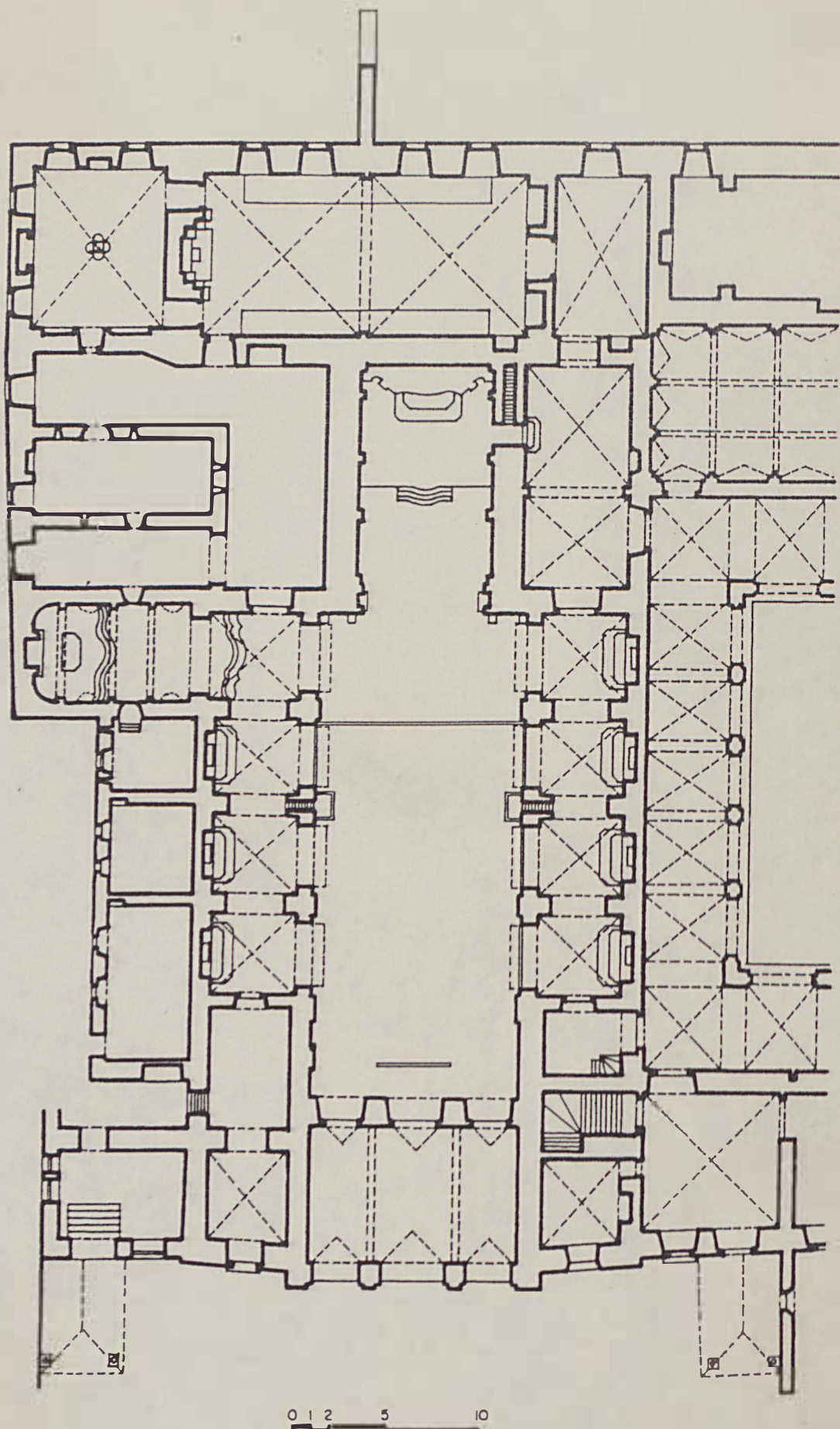


FIGURA Nº 156: Planta da Igreja de Nossa Senhora de Monserrate do Mosteiro de São Bento, Rio de Janeiro (1617-1690).

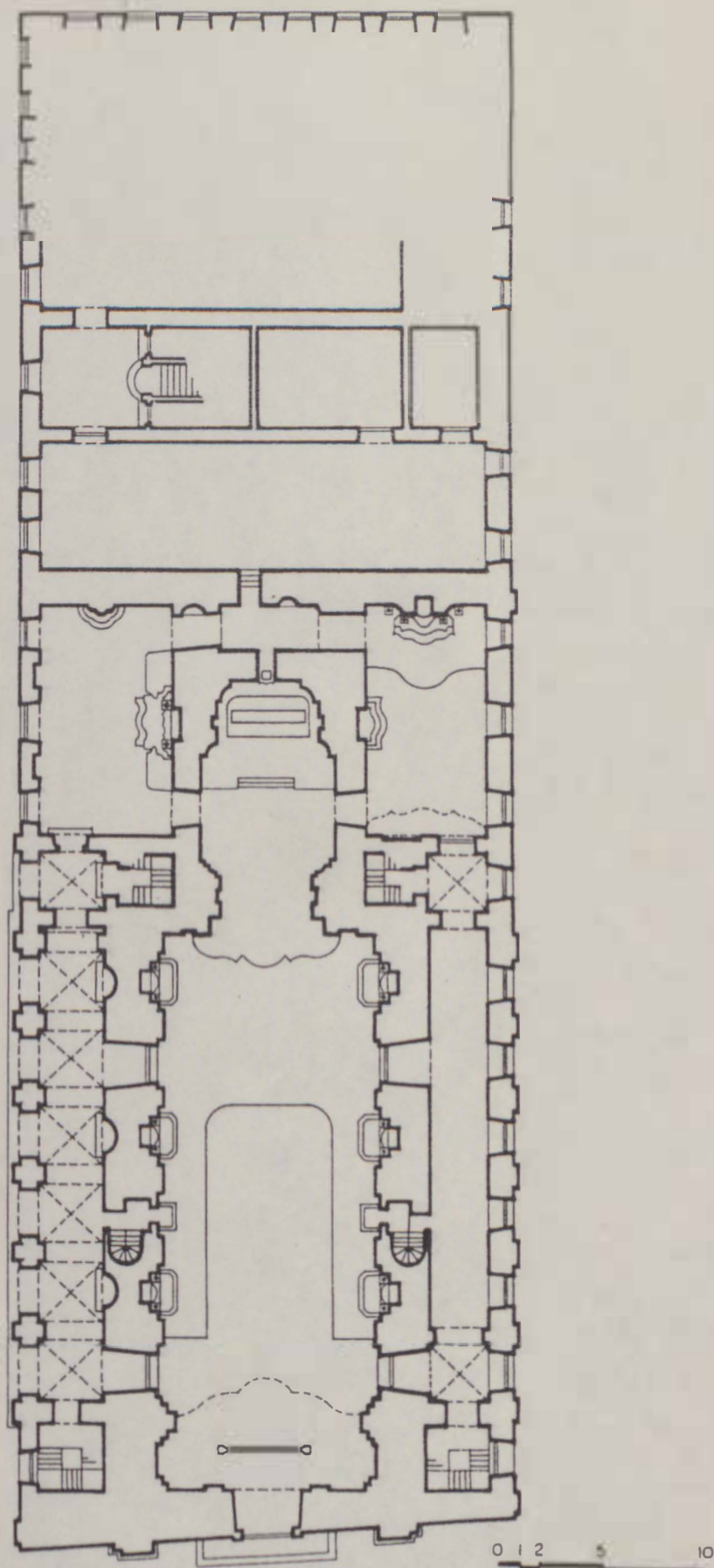


FIGURA N^o 157: Planta da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, Rio de Janeiro (1755).

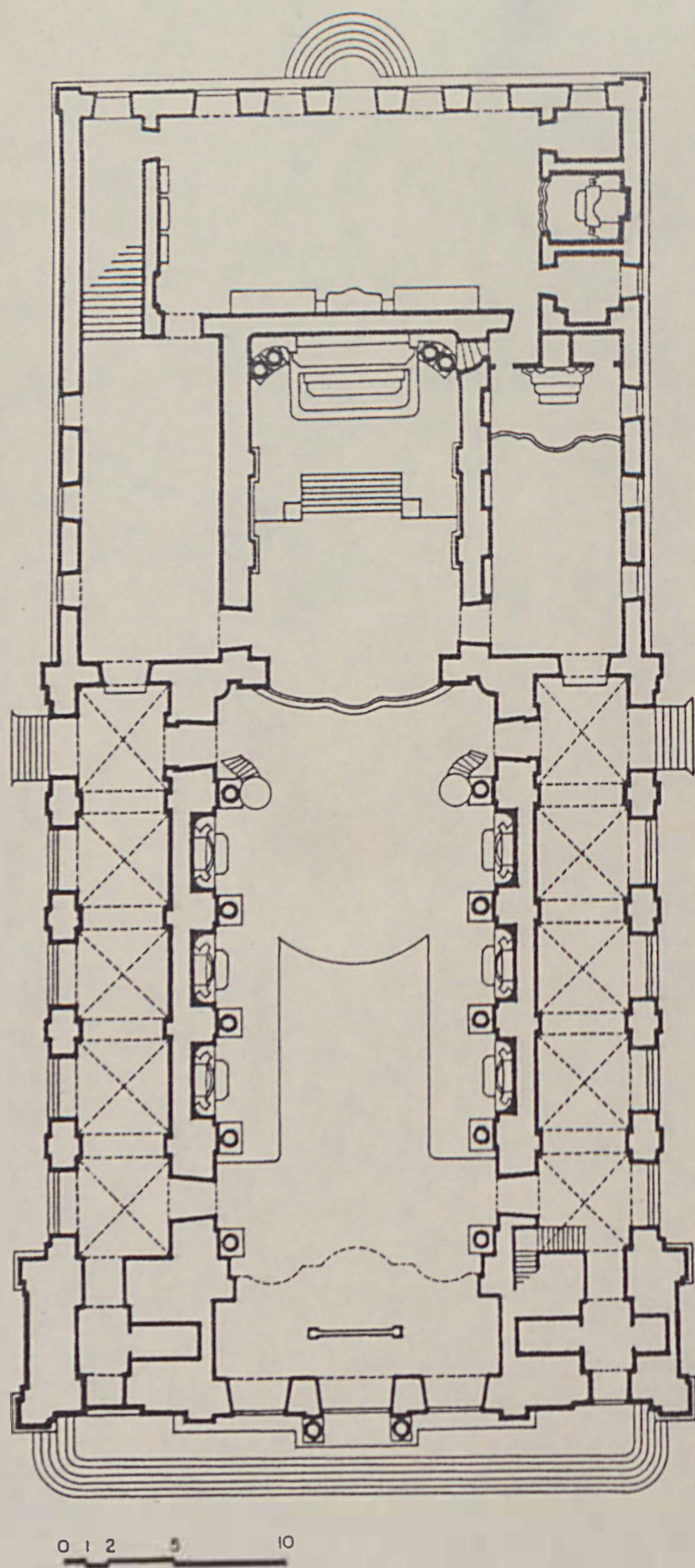


FIGURA N^o 158: Planta da Igreja de São Francisco de Paula, Rio de Janeiro (1759).

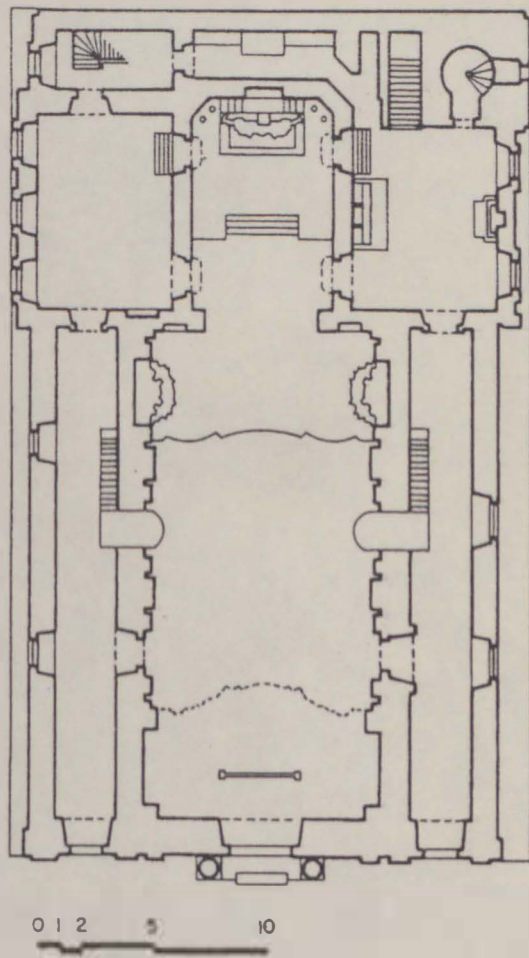


FIGURA N° 159: Planta da Igreja de Santa Cruz dos Militares, Rio de Janeiro (1780).

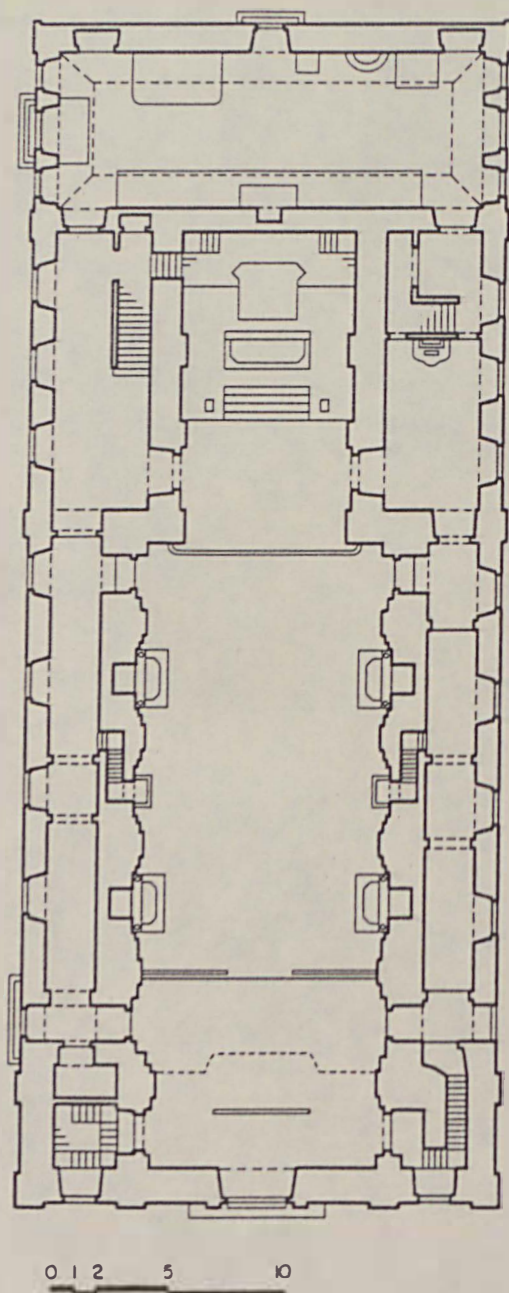


FIGURA Nº 160: Planta da Igreja de São José, Rio de Janeiro (1808).

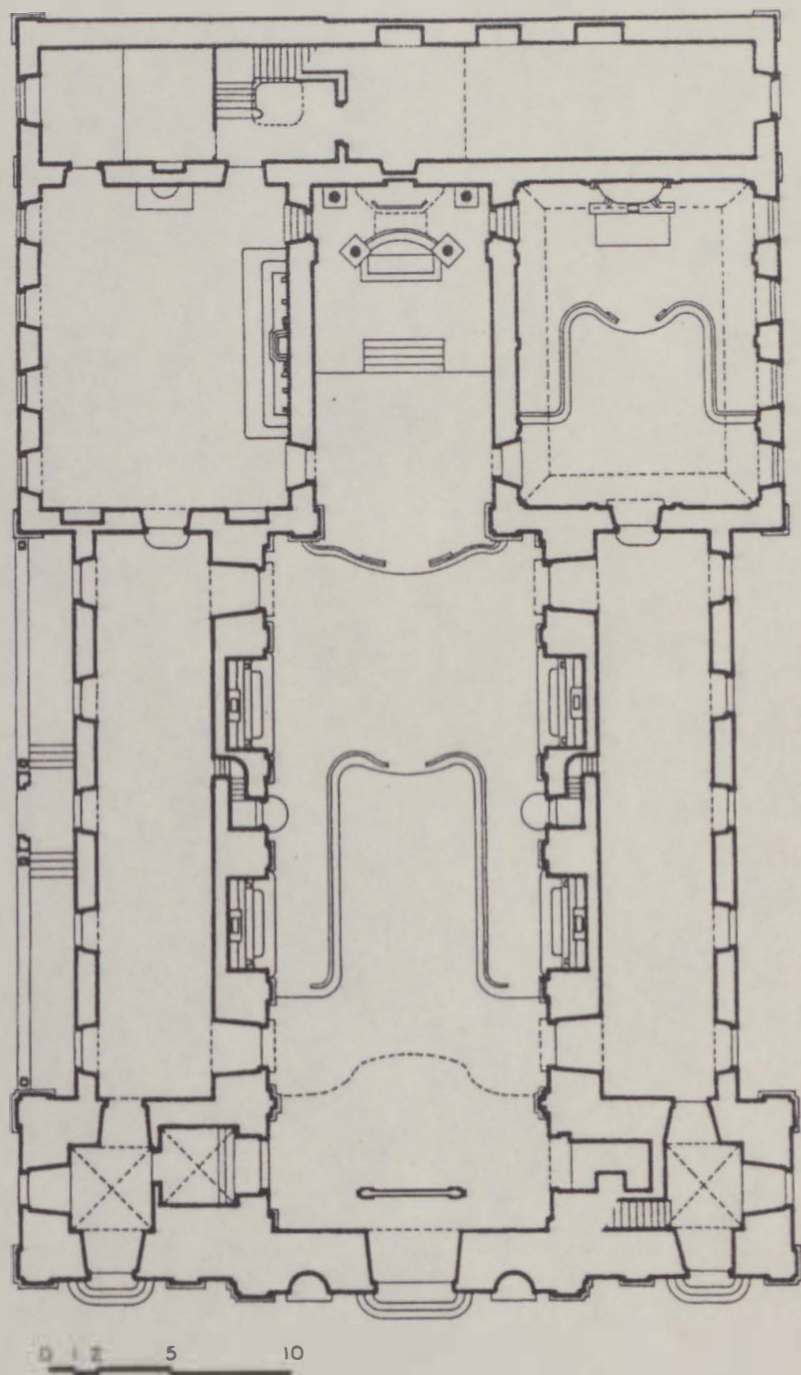


FIGURA Nº 161: Planta da Igreja do Santíssimo Sacramento, Rio de Janeiro (1816).

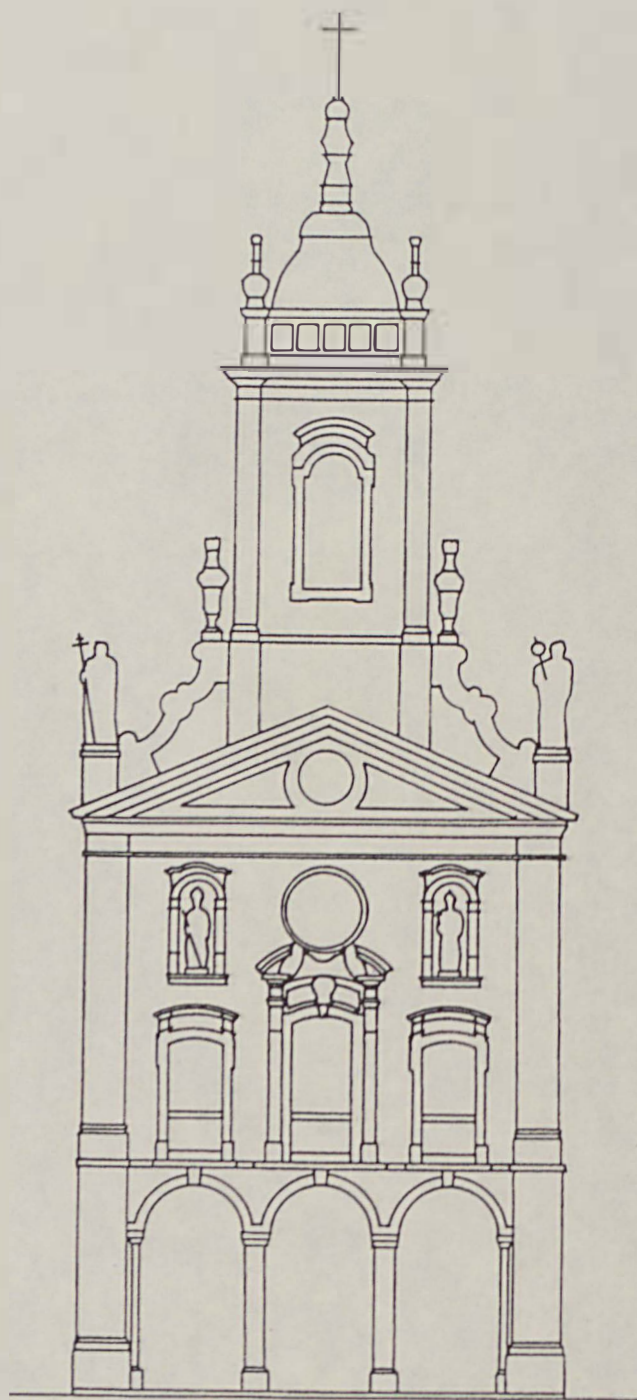


FIGURA Nº 162: Fachada da Igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores,
Rio de Janeiro (1747-1755)

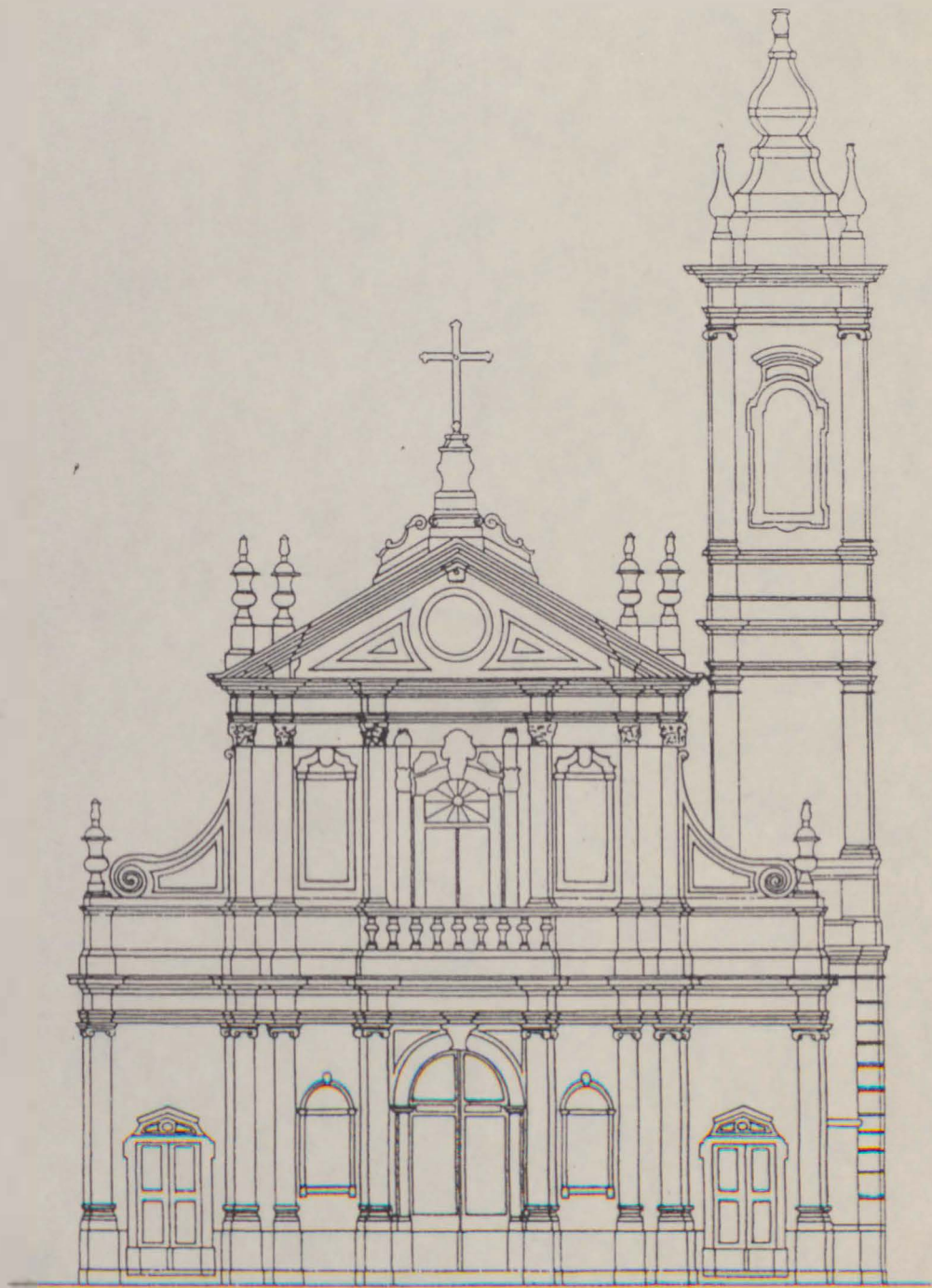


FIGURA Nº 163: Fachada da Igreja de Santa Cruz dos Militares, Rio de Janeiro (1780).

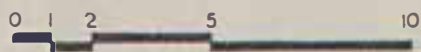
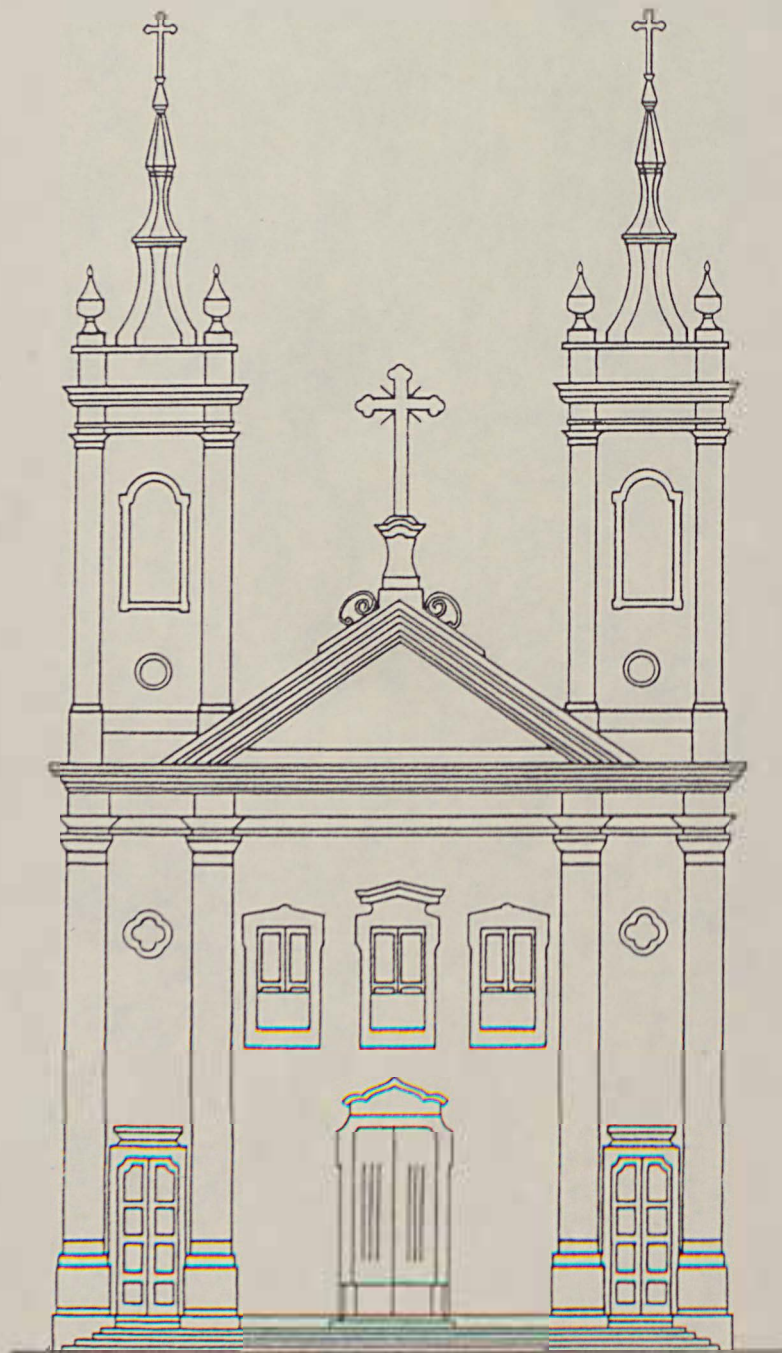


FIGURA Nº 164: Fachada da Igreja de Santa Luzia, Rio de Janeiro, (1752).



0 1 2 5 10

FIGURA N^o 165: Fachada da Igreja do Santíssimo Sacramento, Rio de Janeiro (1816).

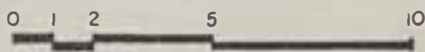
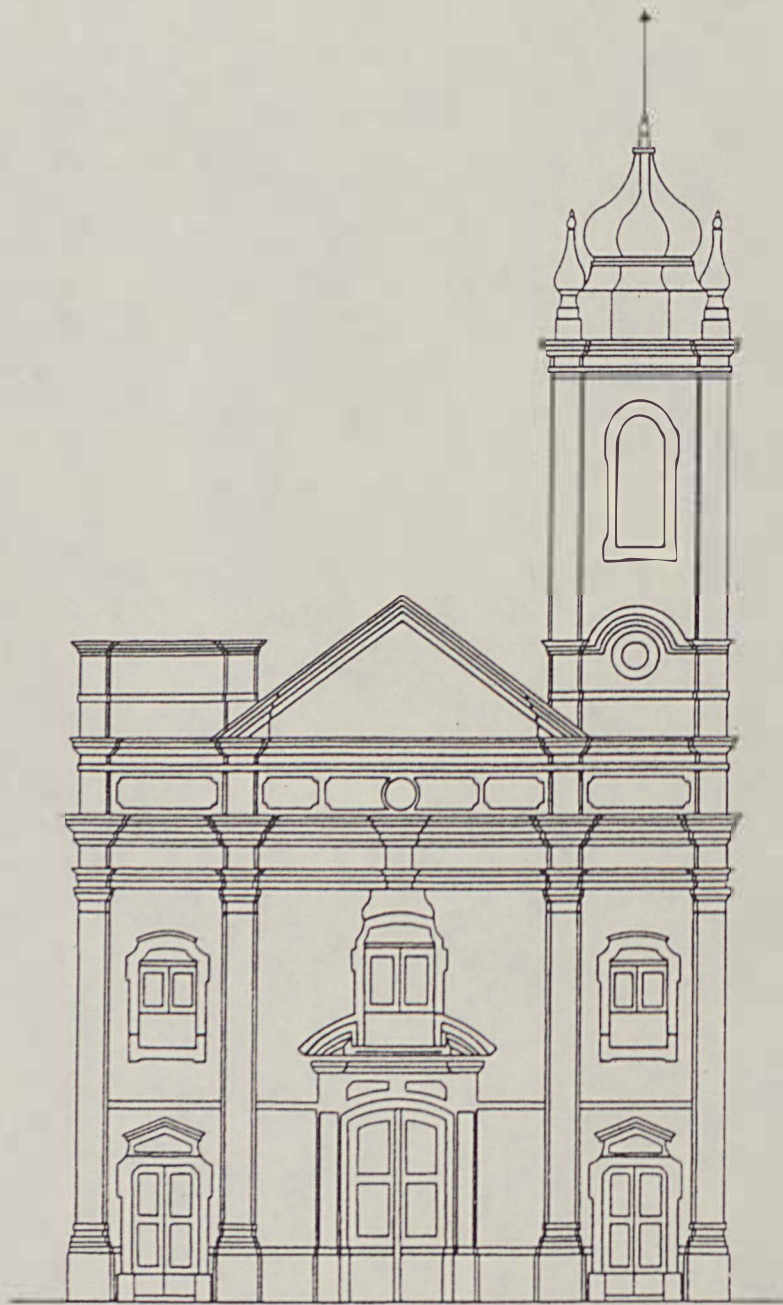


FIGURA N^o 166: Fachada da Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens, Rio de Janeiro (1758-1803)

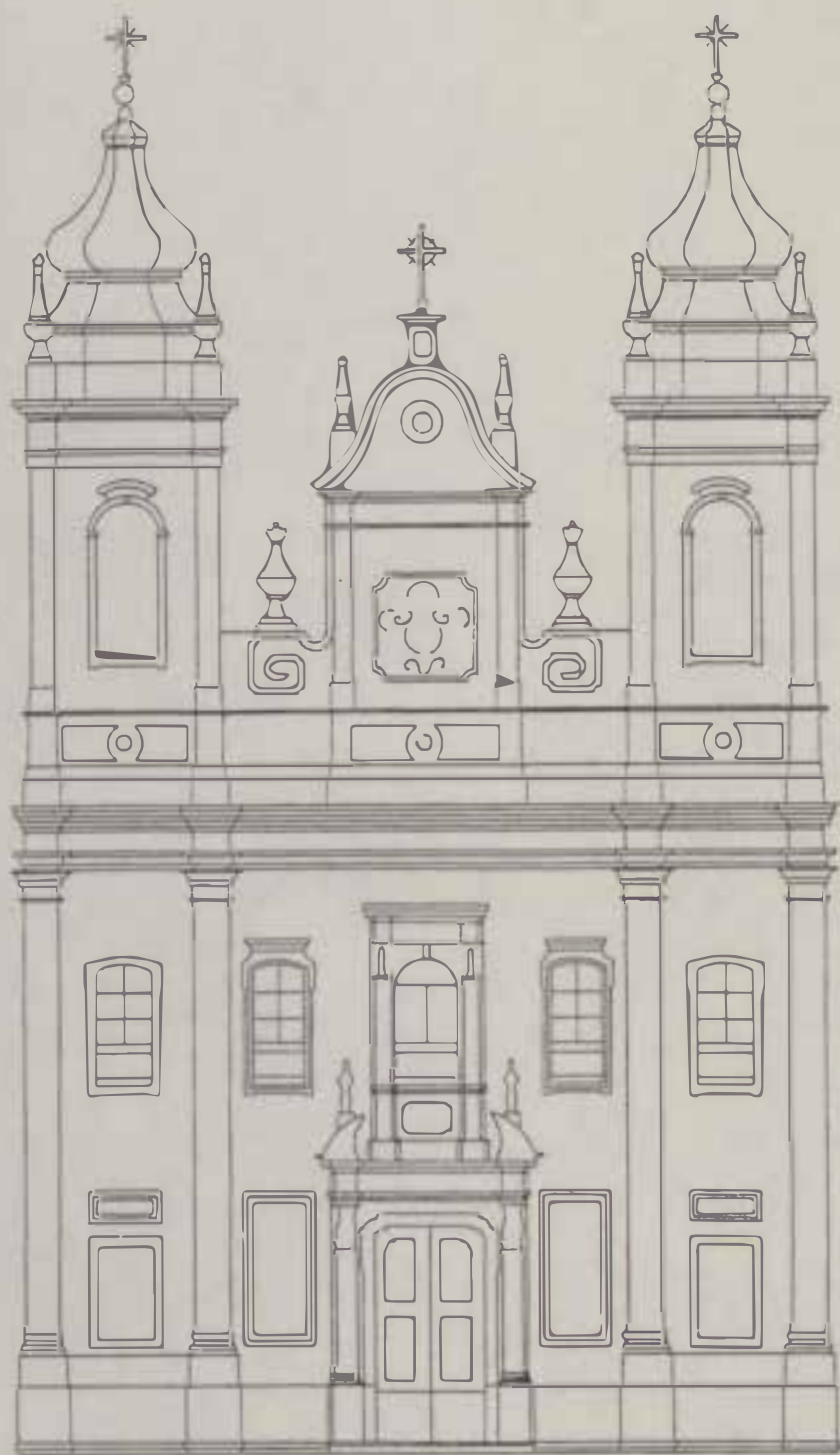


FIGURA Nº 167: Fachada da Igreja de São José, Rio de Janeiro (1808).

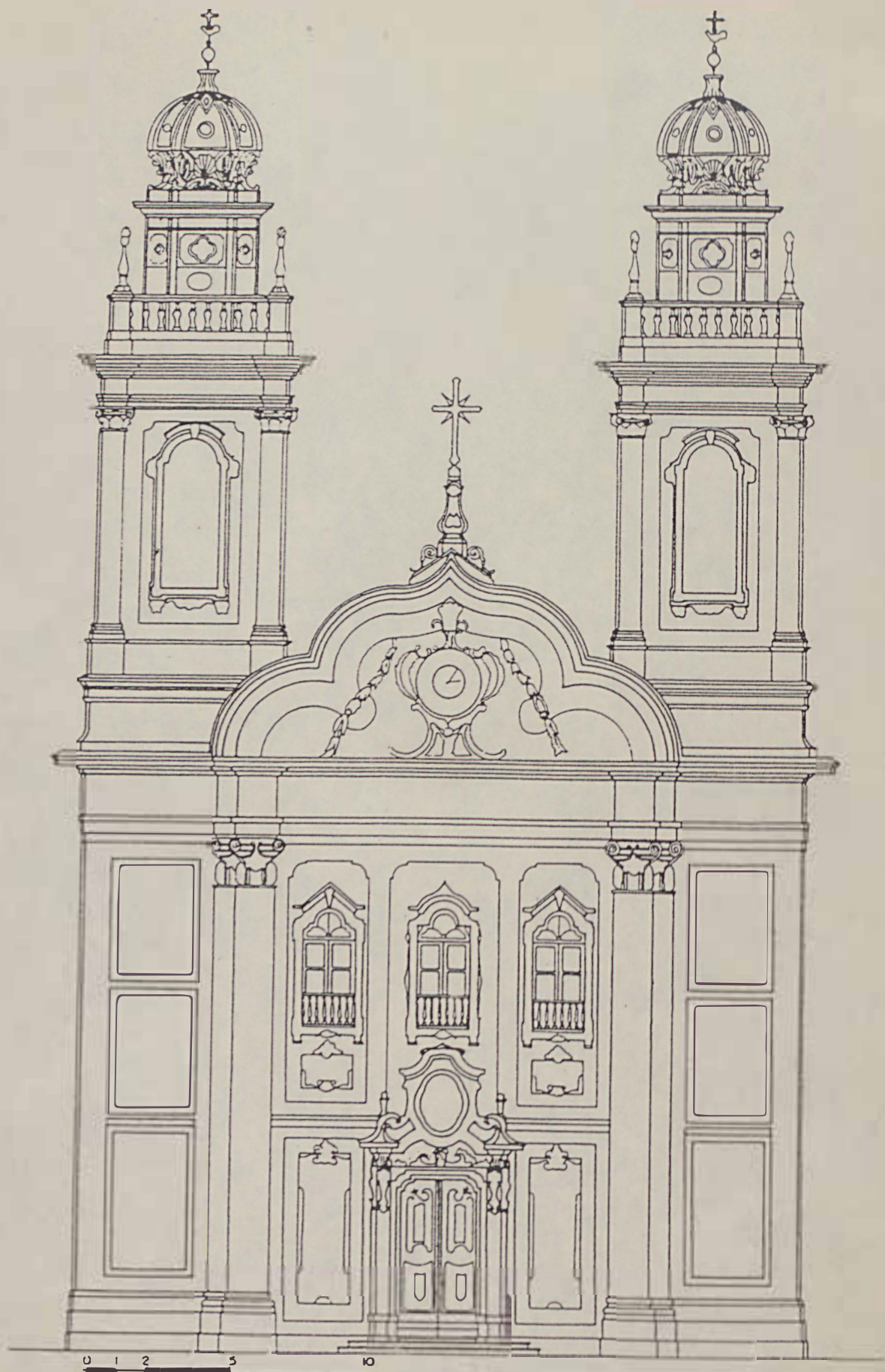


FIGURA N^o 168: Fachada da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, Rio de Janeiro (1755).

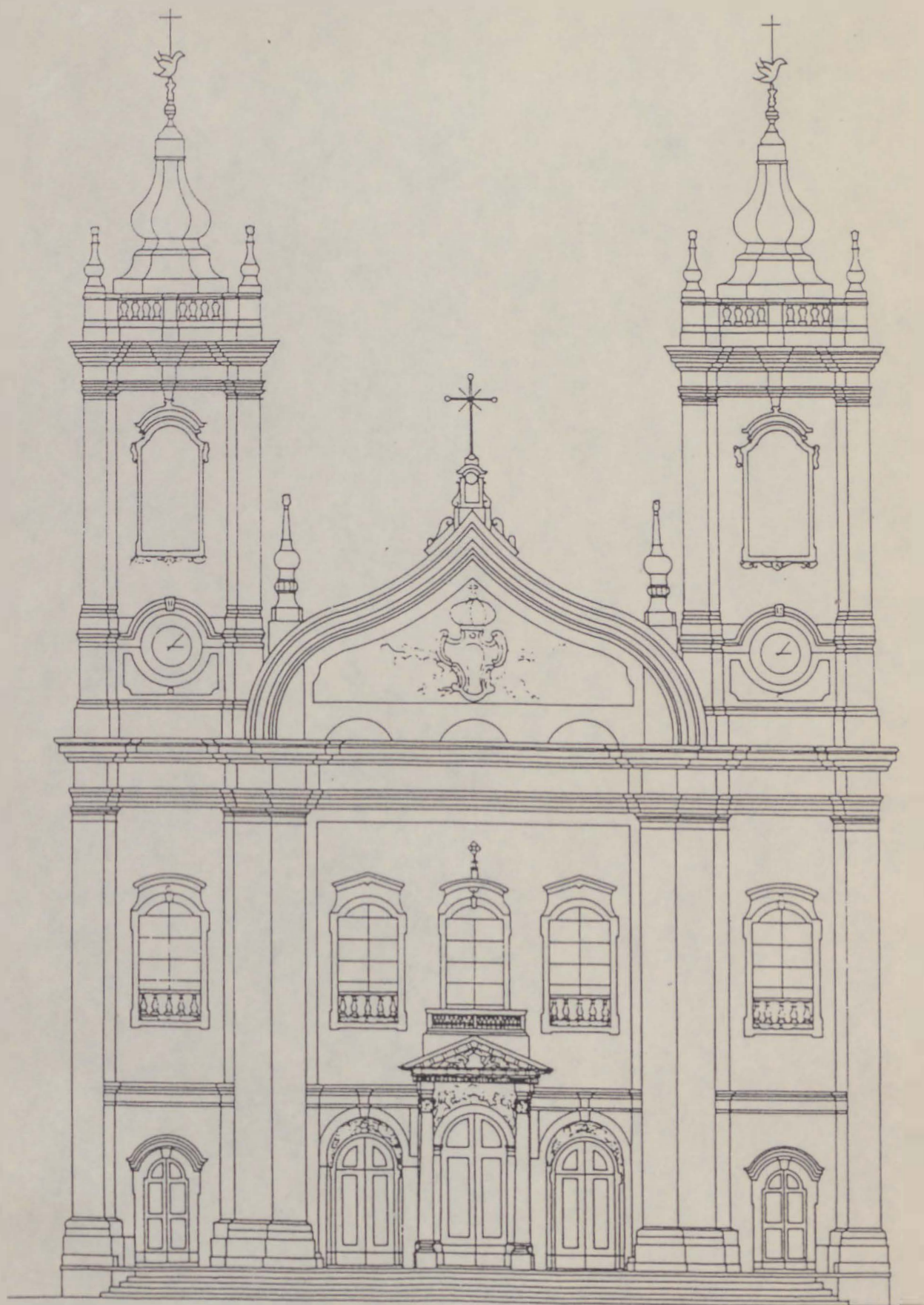


FIGURA Nº 169: Fachada da Igreja de São Francisco de Paula, Rio de Janeiro (1759).

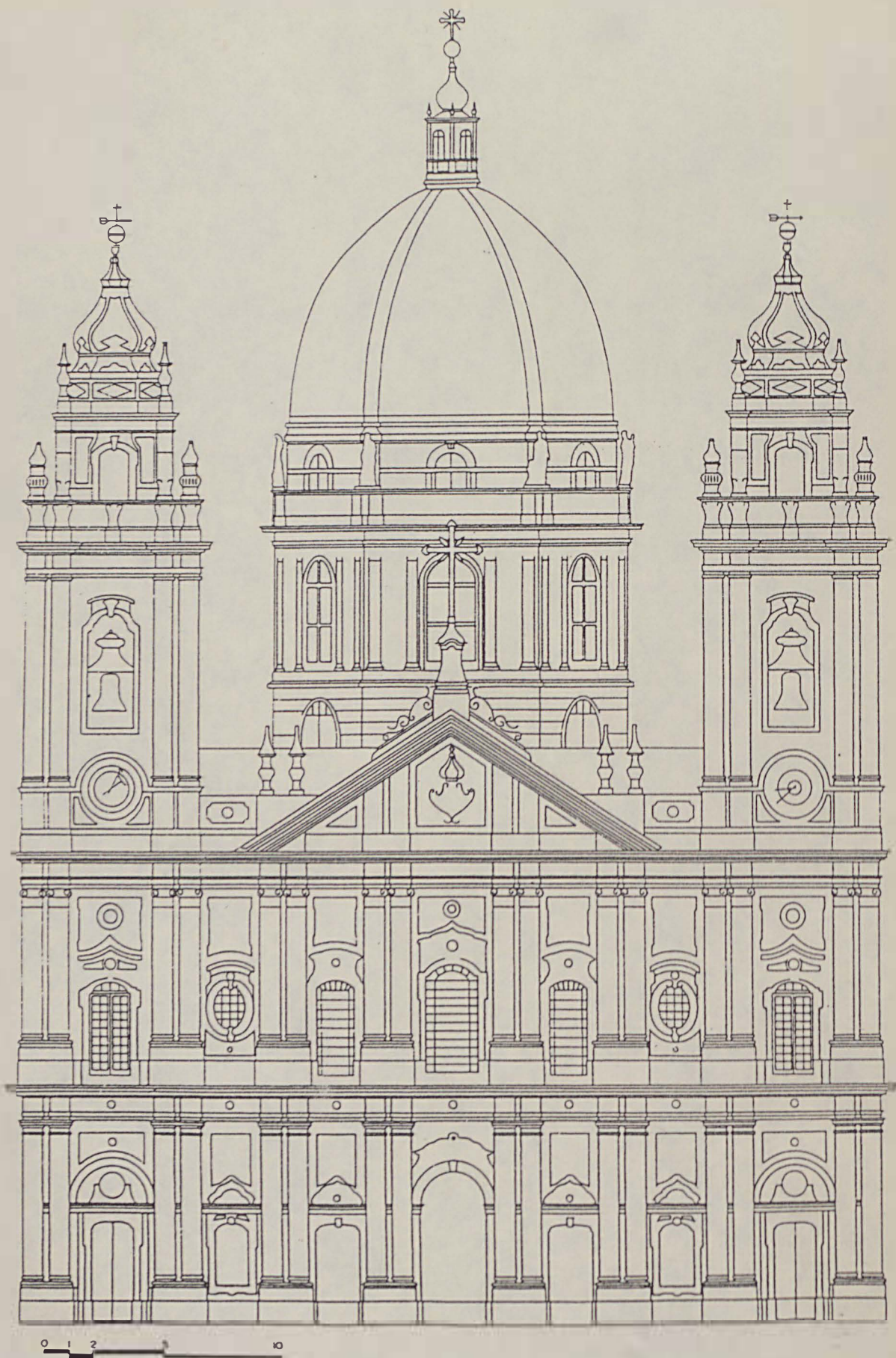


FIGURA N^o 170: Fachada da Igreja de Nossa Senhora da Candelária, Rio de Janeiro (1775).

**ÍNDICE DAS
FIGURAS**

ÍNDICE DAS FIGURAS

- FIGURA Nº 1: Vista do Cais Pharoux, tendo ao fundo o Morro do Castelo (c. 1877).**
 REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.
 ORIGINAL / FONTE: FERREZ, Gilberto. O Rio antigo do fotógrafo Marc Ferrez - paisagens e tipos humanos do Rio de Janeiro: 1865-1918. Prefácio de Pedro Nava. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia, Ex. Libris, 1984. p.35.
- FIGURA Nº 2: Vista aérea do Morro do Castelo (1918).**
 REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.
 ORIGINAL / FONTE: Foto: J. Kfuri. Vista aérea tirada de hidroplano em 1918. Acervo do Arquivo Permanente do Museu Histórico Nacional - MHN.
- FIGURA Nº 3: Reconstituição do centro da cidade do Rio de Janeiro por Gilberto Ferrez.**
 REPRODUÇÃO: Biblioteca Nacional - Seção de Iconografia - BN/Icon.
 ORIGINAL / FONTE: FERREZ, Gilberto. A muito leal e heróica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro:Raymundo de Castro Maia, Cândido Guinle de Paula Machado, Fernando Machado Portella, Banco Boavista S.A. 1965. p.286-237.
- FIGURA Nº 4:Portada lateral da Nova Igreja.**
 REPRODUÇÃO: --
 ORIGINAL / FONTE: Igreja de Sto. Inácio, situada à rua São Clemente, Botafogo, Rio de Janeiro. Foto: Murilo Leslie, out. 1995.
- FIGURA Nº 5: Portada central da Nova Igreja - 1995.**
 REPRODUÇÃO: --
 ORIGINAL / FONTE: Igreja de Sto. Inácio, situada à rua São Clemente, Botafogo, Rio de Janeiro. Foto: Murilo Leslie, out. 1995.
- FIGURA Nº 6: Portada lateral da Nova Igreja - 1995.**
 REPRODUÇÃO: --
 ORIGINAL / FONTE: Igreja de Sto. Inácio, situada à rua São Clemente, Botafogo, Rio de Janeiro. Foto: Murilo Leslie, out. 1995.
- FIGURA Nº 7: Conjunto escultórico que teria pertencido à Nova Igreja.**
 REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.
 ORIGINAL / FONTE: CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de (coord.). A Forma e a Imagem, arte e arquitetura Jesuíticas no Rio de Janeiro Colonial. Rio de Janeiro: PUC-RIO. 1993. p.78, fig. 20.
- FIGURA Nº 8: Imagem de Nossa Senhora do conjunto escultórico que teria pertencido à Nova Igreja.**
 REPRODUÇÃO: --
 ORIGINAL / FONTE: Imagem de Nossa Senhora situada na portaria do Colégio Sto. Inácio, rua São Clemente, Botafogo, Rio de Janeiro. Foto: Murilo Leslie, out. 1995.
- FIGURA Nº 9: Imagem de Nossa Senhora do conjunto escultórico que teria pertencido à Nova Igreja.**
 REPRODUÇÃO: --
 ORIGINAL / FONTE: Imagem de Nossa Senhora situada na portaria do Colégio Sto. Inácio, rua São Clemente, Botafogo, Rio de Janeiro. Foto: Murilo Leslie, out. 1995.
- FIGURA Nº 10: Imagem de São João Evangelista do conjunto escultórico que teria pertencido à Nova Igreja.** REPRODUÇÃO: --ORIGINAL / FONTE: Imagem de São João Evangelista situada na portaria do Colégio Sto. Inácio, rua São Clemente, Botafogo, Rio de Janeiro. Foto: Murilo Leslie, out. 1995.

FIGURA Nº 11: Imagem de São João Evangelista do Conjunto escultórico que teria pertencido à Nova Igreja.

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: Imagem de São João Evangelista situada na portaria do Colégio Sto. Inácio, rua São Clemente, Botafogo, Rio de Janeiro. Foto: Murilo Leslie, out. 1995.

FIGURA Nº 12: Imagem de Jesus do Conjunto escultórico que teria pertencido à Nova Igreja.

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: Imagem de Jesus situada na portaria do Colégio Sto. Inácio, rua São Clemente, Botafogo, Rio de Janeiro. Foto: Murilo Leslie, out. 1995.

FIGURA Nº 13: Imagem de Jesus do Conjunto escultórico que teria pertencido à Nova Igreja.

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: Imagem de Jesus situada na portaria do Colégio Sto. Inácio, rua São Clemente, Botafogo, Rio de Janeiro. Foto: Murilo Leslie, out. 1995.

FIGURA Nº 14: Capitel que teria pertencido à Nova Igreja.

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: Capitel situado nos jardins da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro - FAU/UFRJ. Foto: Murilo Leslie, jul. 95, acervo: Museu Dom João VI/UFRJ.

FIGURA Nº 15: Elemento arquitetônico que teria pertencido ao interior da Nova Igreja.

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: Elemento arquitetônico situado nos jardins da FAU/UFRJ. Foto: Murilo Leslie, jul. 95, acervo: Museu Dom João VI/UFRJ.

FIGURA Nº 16: Elemento arquitetônico que teria pertencido ao interior da Nova Igreja

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: Elemento arquitetônico situado nos jardins da FAU/UFRJ. Foto: Murilo Leslie, jul. 95, acervo: Museu Dom João VI/UFRJ.

FIGURA Nº 17: Elemento arquitetônico que teria pertencido ao interior da Nova Igreja.

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: Elemento arquitetônico situado nos jardins da FAU/UFRJ. Foto: Murilo Leslie, jul. 95, acervo do Museu Dom João VI/UFRJ.

FIGURA Nº 18: Trecho do entablamento da Nova Igreja.

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: Trecho do entablamento situado nos jardins da FAU/UFRJ. Foto: Murilo Leslie, jul. 95, acervo do Museu Dom João VI/UFRJ.

FIGURA Nº 19: Trecho do entablamento da Nova Igreja.

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: Trecho do entablamento situado nos jardins da FAU/UFRJ. Foto: Murilo Leslie, jul. 95, acervo do Museu Dom João VI/UFRJ.

FIGURA Nº 20: Emblema do Frontão da portada da antiga Igreja de Santo Inácio.

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: Peça: SIGA 006292. Foto: Murilo Leslie, jul. 95, acervo do MHN.

FIGURA Nº 21: Possível altar-mor da antiga Igreja de Santo Inácio.

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: Altar situado na Igreja de Nossa Senhora de Bonsucesso, Largo da Misericórdia, Rio de Janeiro. Foto: Autora, ago. 1992.

FIGURA Nº 22: Altar lateral da antiga Igreja de Santo Inácio - 1995.

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: Altar situado na Igreja de Nossa Senhora de Bonsucesso, Largo da Misericórdia, Rio de Janeiro. Foto: Murilo Leslie, set. 1995.

FIGURA Nº 23: Altar lateral da antiga Igreja de Santo Inácio - 1995.

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: Altar situado na Igreja de Nossa Senhora de Bonsucesso, Largo da Misericórdia, Rio de Janeiro. Foto: Murilo Leslie, set. 1995.

FIGURA Nº 24: Púlpito da antiga Igreja de Santo Inácio - 1995.

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: Púlpito situado na Igreja de Nossa Senhora de Bonsucesso, Largo da Misericórdia, Rio de Janeiro. Foto: Murilo Leslie, set. 1995.

FIGURA Nº 25: Quadro que teria pertencido à antiga Igreja de Santo Inácio.

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: Quadro situado na Igreja de Nossa Senhora de Bonsucesso, Largo da Misericórdia, Rio de Janeiro. Foto: Murilo Leslie, set. 1995.

FIGURA Nº 26: Quadro que teria pertencido à Igreja de Santo Inácio.

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: Quadro situado na sacristia da Igreja de Nossa Senhora de Bonsucesso, Largo da Misericórdia, Rio de Janeiro. Foto: Murilo Leslie, set. 1995.

FIGURA Nº 27: Mapa - Expansão da Companhia de Jesus no Brasil (século XVI).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: LEITE, Serafim S.J. História da Companhia de Jesus no Brasil. Lisboa ; Rio de Janeiro: Portugália; Civilização Brasileira. 1938. t.1. p.512.**FIGURA Nº 28: Estabelecimentos da Companhia de Jesus no Estado do Rio de Janeiro.**

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: LEITE, Serafim S.J. História da Companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro; Lisboa: Instituto Nacional do Livro; Portugália. 1945. t.6. p.73.**FIGURA Nº 29: Antiga Sé de São Sebastião / Morro do Castelo.**

REPRODUÇÃO: BN/SIcon.

ORIGINAL / FONTE: Augusto Malta. Última Missa, 1922. Acervo: BN/SIcon.

FIGURA Nº 30: Mapa da Cidade do RJ (1775).

REPRODUÇÃO: BN/SIcon.

ORIGINAL / FONTE: FERREZ, Gilberto. Um panorama do Rio de Janeiro de 1775. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, v.33, p. 3-23, out./dez. 1956. fig. 04.**FIGURA Nº 31: Vista da Cidade do Rio de Janeiro (1695).**

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: François Froger. St. Sebastiean Ville Épiscopale du Brésil, 1695. In: FERREZ, Gilberto. As cidades de Salvador e Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Sedegra, 1963. p. 5.**FIGURA Nº 32: Vista do Morro do Castelo com o Colégio dos Jesuitas e antiga Sé (1822).**

REPRODUÇÃO: BN/SIcon.

ORIGINAL / FONTE: Johannes Steinmann. Igreja de São Sebastião, 1822. STEINMANN, Johannes. Souvenirs de Rio de Janeiro. São Paulo: Martins, 1944. p. 33.

FIGURA Nº 33: Vista do Morro do Castelo tendo à frente a Sta. Casa de Misericórdia (1858).

REPRODUÇÃO: BN/SIcon.

ORIGINAL / FONTE: FERREZ. A muito leal e heróica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, p. 199.**FIGURA Nº 34: Detalhe da Planta da cidade do Rio de Janeiro (1711).**

REPRODUÇÃO: BN/SIcon.

ORIGINAL / FONTE: Planta da cidade do Rio de Janeiro e suas Fortalezas levantada após a tomada pela esquadra de Dugay - Trouin, 1711. In: BERGER et al. Pinturas e pintores do Rio antigo. Rio de Janeiro: Kosmos, 1990. contracapa.**FIGURA Nº 35: Esquadra Francesa de Dugay Trouin (1711).**

REPRODUÇÃO: BN/SIcon.

ORIGINAL / FONTE: Esquadra Francesa da Duguay - Trouin entrando na Baía de Guanabara, na invasão ocorrida em 12 de setembro de 1711. In: FERREZ. A muito leal e heróica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, p. 27.**FIGURA Nº 36: Planta da cidade do Rio de Janeiro (1713).**

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: João Massé. Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e suas fortificações, 1713. In: FERREZ. As cidades de Salvador e de São Sebastião do Rio de Janeiro no século XVIII, p.7.**FIGURA Nº 37: Vista da cidade do Rio de Janeiro (1765).**

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: James Forbes. A perspective view of the city of S. Sebastian at Rio de Janeiro, 1765. Reprodução do Arquivo Permanente do MHN.

FIGURA Nº 38: Ladeira do Castelo (1905).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: BARROS, João de. O morro do Castelo. Renascença, Rio de Janeiro, n. 17, p. 14-18, jul. 1905. p.16**FIGURA Nº 39: Ladeira do Castelo (c. 1920).**

REPRODUÇÃO: BN/SIcon.

ORIGINAL / FONTE: Augusto Malta. Ladeira do Castelo. Acervo: B N/Sicon.

FIGURA Nº 40: Ladeira da Misericórdia (1834).

REPRODUÇÃO: BN /SIcon.

ORIGINAL / FONTE: Eduard Hildebrant. Ladeira da Misericórdia, 1834. In: FERREZ. A muito leal e heróica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, p. 165.**FIGURA Nº 41: Ladeira da Misericórdia (c. 1920).**

REPRODUÇÃO: BN/SIcon.

ORIGINAL / FONTE: Augusto Malta. Ladeira da Misericórdia. Acervo: BN/SIcon.

FIGURA Nº 42: Ladeira do Seminário (c. 1920).

REPRODUÇÃO: BN/SIcon.

ORIGINAL / FONTE: Augusto Malta. Ladeira do Seminário. Acervo: BN/SIcon.

FIGURA Nº 43: Colégio dos Jesuítas do RJ (1728).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: Similigravura de lâmina do Arquivo da Companhia de Jesus. In: LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil, t.6, p.9.

FIGURA Nº 44: Detalhe da figura nº 43.

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: Similigravura de lâmina do Arquivo da Companhia de Jesus. In: LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil. t.6. p.9.**FIGURA Nº 45: Vista do Morro do Castelo (c. 1760).**

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: Detalhe da: Prospectiva da Cidade do Rio de Janeiro, vista da parte norte, na ilha das Cobras, no baluarte mais chegado a São Bento, da qual parte se vê diminuir em proporção o seu prospecto até a barra com o risco representa. Elevada por ordem do Ilmo. Exmo. Sr. Conde de Bobadela, a quem ad. Cid^e deve a mayor ppe. de sua prent. Grandeza Magncia. (c. 1760). Acervo: Palácio Duque de Caxias/Arquivo Histórico do Exército.**FIGURA Nº 46: Vista da cidade do Rio de Janeiro (1775).**

REPRODUÇÃO: BN/SIcon.

ORIGINAL / FONTE: FERREZ. Um panorama do Rio de Janeiro em 1775. fig. 02.

FIGURA Nº 47: Levantamento do Hospital Militar da Corte.

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: Francisco Gomes de Souza e José Francisco Coelho. Planta do Hospital Militar da Corte no Morro do Castelo, 1881. Planta M15 GB-377, acervo: Palácio Duque de Caxias/Arquivo Histórico do Exército.

FIGURA Nº 48: Levantamento do Hospital Militar da Corte.

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie

ORIGINAL / FONTE: Francisco Gomes de Souza e José Francisco Coelho. Planta do Hospital Militar da Corte no Morro do Castelo, 1881. Planta M15 GB-326, acervo: Palácio Duque de Caxias/Arquivo Histórico do Exército.

FIGURA Nº 49: Levantamento do Hospital Militar da Corte.

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie

ORIGINAL / FONTE: Francisco Gomes de Souza e José Francisco Coelho. Planta do Hospital Militar da Corte no Morro do Castelo, 1881. Planta M15 GB-329, acervo: Palácio Duque de Caxias/Arquivo Histórico do Exército.

FIGURA Nº 50: Levantamento do Hospital Militar da Corte.

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie

ORIGINAL / FONTE: Francisco Gomes de Souza e José Francisco Coelho. Planta do Hospital Militar da Corte no Morro do Castelo, 1881. Planta M15 GB-330, acervo: Palácio Duque de Caxias/Arquivo Histórico do Exército.

FIGURA Nº 51: Fachada do Hospital São Zacarias (c. 1920).

REPRODUÇÃO: BN/SIcon.

ORIGINAL / FONTE: Augusto Malta. Hospital São Zacarias. Acervo: BN/SIcon.

FIGURA Nº 52: Antigo Colégio dos Jesuítas / Hospital São Zacarias (c. 1920).

REPRODUÇÃO: BN/SIcon.

ORIGINAL / FONTE: Augusto Malta. Hospital São Zacarias. Acervo: BN/SIcon.

FIGURA Nº 53: Antiga Igreja de Santo Inácio (primeiras décadas do séc. XX).

REPRODUÇÃO: BN/SIcon.

ORIGINAL / FONTE: Augusto Malta. Igreja de Santo Inácio. Acervo: BN/SIcon.

FIGURA Nº 54: Demolição do prédio do Imperial Observatório Astronômico do Morro do Castelo (1922)

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie

ORIGINAL / FONTE: Augusto Malta. Morro do Castelo, 22 nov. 1922. nº 00887 - Pasta Centro - 12 F. Acervo: Museu da Imagem e do Som - MIS.

FIGURA Nº 55: Interior da antiga Igreja de Santo Inácio (1907).

REPRODUÇÃO: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - AGCRJ.

ORIGINAL / FONTE: SANTOS, Noronha. Tradição do bispado. Renascença, Rio de Janeiro, n. 38, p.187-194, abr.1907. p.190.

FIGURA Nº 56: Imagem de Sto. Inácio da antiga Igreja de Sto. Inácio.

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: Imagem de Santo Inácio situada em altar na Igreja de Nossa Senhora de Bonsucesso, Largo da Misericórdia, Rio de Janeiro. Foto: Murilo Leslie, set.1995.

FIGURA Nº 57: Sacrário da antiga Igreja de Sto. Inácio.

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: Sacrário situado em altar na Igreja de Nossa Senhora de Bonsucesso, Largo da Misericórdia, Rio de Janeiro. Foto: Murilo Leslie, set.1995.

FIGURA Nº 58: Imagem de São Francisco de Bórgia da antiga Igreja de Sto. Inácio.

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: Imagem de São Francisco de Bórgia situada em altar na Igreja de Nossa Senhora de Bonsucesso, Largo da Misericórdia, Rio de Janeiro. Foto: Murilo Leslie, set.1995.

FIGURA Nº 59: 2º Altar-Mor da antiga Igreja de Sto. Inácio (1907).

REPRODUÇÃO: AGCRJ.

ORIGINAL / FONTE: SANTOS, N., op. cit., p.191.

FIGURA Nº 60: Coroamento de um dos altares laterais da antiga Igreja de Sto. Inácio.

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: Altar situado na Igreja de Nossa Senhora de Bonsucesso, Largo da Misericórdia, Rio de Janeiro. Foto: Murilo Leslie, set.1995.

FIGURA Nº 61: Coroamento um dos altares laterais da antiga Igreja de Sto. Inácio.

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: Altar situado na Igreja de Nossa Senhora de Bonsucesso, Largo da Misericórdia, Rio de Janeiro. Foto: Murilo Leslie, set.1995.

FIGURA Nº 62: Antigo Colégio dos Jesuítas / Hospital São Zacarias (primeiras décadas do séc. XX).

REPRODUÇÃO: BN/SIcon

ORIGINAL / FONTE: Augusto Malta. Hospital São Zacarias. Acervo: BN/SIcon.

FIGURA Nº 63: Igreja de Nossa Senhora da Graça de Olinda (1584).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie

ORIGINAL / FONTE: BAZIN, Germain. A arquitetura religiosa barroca no Brasil. Traduzido por Glória Lúcia Nunes, revisado por Mário Barata. Rio de Janeiro: Record, 1983. 2v. v.2, Prancha 11a

FIGURA Nº 64: Igreja de São Roque de Lisboa (c.1565).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: BAZIN, op. cit., Prancha 10b.

FIGURA Nº 65: Igreja do Colégio de Salvador - Atual Sé de Salvador (1657-1672).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: BAZIN, op. cit., Prancha 12a.

FIGURA Nº 66: Croqui de Lúcio Costa.

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: COSTA, Lúcio. A arquitetura jesuítica no Brasil. Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Rio de Janeiro, nº 5, p.11-98, 1941. Fig. Id.**FIGURA Nº 67: Gravura da Igreja de Santo Inácio (c. 1918).**

REPRODUÇÃO: BN/SIcon.

ORIGINAL / FONTE: Vasco Lima. Igreja de S. Inácio de Loiola no Morro do Castelo. Acervo: BN/SIcon.

FIGURA Nº 68: Antiga Igreja de Santo Inácio (1905).

REPRODUÇÃO: AGCRJ.

ORIGINAL / FONTE: FAZENDA. Vieira. O morro do Castello e os jesuítas. Renascença, Rio de Janeiro, nº 16, p.256-263, jun.1905. p.257.**FIGURA Nº 69: Antigo Colégio dos Jesuítas / Hospital São Zacarias. Vista da Ladeira da Misericórdia (1921).**

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: Augusto Malta. Morro do Castelo, 22 set. 1921. nº 1375 - Pasta Centro - 12 A. Acervo: MIS.

FIGURA Nº 70: Antigo Colégio dos Jesuítas / Hospital São Zacarias. Vista do Forte de São Sebastião (1920).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: Augusto Malta. Morro do Castelo, 26 out. 1920. nº 00736 - Pasta Centro - 12. Acervo: MIS.

FIGURA Nº 71: Demolição do prédio do Hospital São Zacarias (1922).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: Augusto Malta. Morro do Castelo, 12 nov. 1922. nº 00880/2 - Pasta Centro - 12 F. Acervo: MIS.

FIGURA Nº 72: Ruínas da Nova Igreja (c. 1840).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: Litografia de Heaton e Rensburg. In: LEITE. História da Companhia de Jesus no Brasil. t.6. p.42.**FIGURA Nº 73: Mapa da cidade do Rio de Janeiro (1769).**

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: Francisco João Roscio. Planta da Cidade do Ryo de Janeiro Capital do Estado do Brazil, e Projeto com que pode ser Fortificada, 1769. In: FERREZ. As cidades de Salvador e Rio de Janeiro no século XVIII. p.33.**FIGURA Nº 74: Trecho de mapa da cidade do Rio de Janeiro (1794).**

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie

ORIGINAL / FONTE: Cap. Raym^{do} M. de S. Everaro. Cópia do Plano da Marinha do Sul na Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro com suas fortificações em 1794. Planta M11 G2-263, acervo: Palácio Duque de Caxias/Arquivo Histórico do Exército.

FIGURA Nº 75: Trecho de mapa da cidade do Rio de Janeiro (1808).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie

ORIGINAL / FONTE: Planta da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Planta M15 GB-388, acervo: Palácio Duque de Caxias/Arquivo Histórico do Exército.

FIGURA Nº 76: Planta da cidade do Rio de Janeiro (1817).

REPRODUÇÃO: BN/SIcon.

ORIGINAL / FONTE: Planta da Cidade de S. Sebastião, 1817. Acervo: BN/SIcon.

FIGURA Nº 77: Trecho de mapa da cidade do Rio de Janeiro (1820).

REPRODUÇÃO: BN/SIcon.

ORIGINAL / FONTE: Plan de la Ville de S. Sebastião, 1820. Acervo: BN/SIcon.

FIGURA Nº 78: Mapa do Morro do Castelo (1826-1835).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: J.C. Guillobel. Planta do Morro do Castelo. Planta M15 GB-415, acervo: Palácio Duque de Caxias/Arquivo Histórico do Exército.

FIGURA Nº 79: Vista da Praça XV tendo à esquerda o Morro do Castelo (1808).

REPRODUÇÃO: BN/SIcon.

ORIGINAL / FONTE: Richard Bate. Palace Square, 1808. In: FERREZ, Gilberto. Aquarelas de Richard Bate - O Rio de Janeiro de 1808 - 1848. Rio de Janeiro: Galeria Brasileira, 1965. p.36.**FIGURA Nº 80: Vista do Morro do Castelo tendo à direita o Antigo Colégio dos Jesuítas**

REPRODUÇÃO: BN/SIcon.

ORIGINAL / FONTE: Richard Bate. The Public Gardens, Convent da Ajuda, Hill of St. Sebastião, St. Luzia as seen from the Church of N.S. da Glória, 1809. In: FERREZ, Gilberto. Aquarelas de Richard Bate, p.55.**FIGURA Nº 81: Vista do Morro do Castelo (c. 1817).**

REPRODUÇÃO: BN/SIcon.

ORIGINAL / FONTE: Thomas Ender. O Campo do Comércio. ENDER, Thomas. O velho Rio de Janeiro através das gravuras de Thomas Ender. Texto e legendas por Gilberto Ferrez. São Paulo: Melhoramentos, 1956 p 17, gravura 679**FIGURA Nº 82: Rua Direita tendo ao fundo Morro do Castelo (c. 1817).**

REPRODUÇÃO: BN/SIcon.

ORIGINAL / FONTE: Thomas Ender. Ansicht der Hauptstrasse zu Rio de Janeiro. ENDER, op. cit., p.41, gravura 680.

FIGURA Nº 83: Fundos do antigo Colégio dos Jesuítas (c. 1817).

REPRODUÇÃO: BN/SIcon.

ORIGINAL / FONTE: Thomas Ender. Der Militan Spitel. ENDER, op. cit., p.28, gravura 706.

FIGURA Nº 84: Vista da cidade do Rio de Janeiro com Morro do Castelo à direita (1822).

REPRODUÇÃO: BN/SIcon.

ORIGINAL / FONTE: Johannes Steinmann. Morro do Castello & Praya D'Ajuda. STEINMANN, op. cit., p. 35.

FIGURA Nº 85: Vista do Morro do Castelo (1822).

REPRODUÇÃO: BN/SIcon.

ORIGINAL / FONTE: Johannes Steinmann. Igreja de São Sebastião, 1822. STEINMANN, op. cit., p. 33

FIGURA Nº 86: Vista da cidade do Rio de Janeiro tendo à esquerda o Morro do Castelo (1825).

REPRODUÇÃO: BN/SIcon.

ORIGINAL / FONTE: Charles Landseer. City of Rio de Janeiro from Villegaignon, 1825. In: FERREZ. A muito leal e heróica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, p.114-115.

FIGURA Nº 87: Praça XV tendo ao fundo o Morro do Castelo (1832).

REPRODUÇÃO: BN/SIcon.

ORIGINAL / FONTE: William Smyth. Il mercado do Largo do Paço, 1832. Acervo: BN/SIcon.

FIGURA Nº 88: Panorama da cidade do Rio de Janeiro tendo à esquerda o Morro do Castelo (1838).

REPRODUÇÃO: BN/SIcon.

ORIGINAL / FONTE: Friederick Pustkow. Vista do Rio de Janeiro. In: FERREZ. A muito leal e heróica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, p.170.

FIGURA Nº 89: Vista tomada da Baía da Guanabara tendo à esquerda o Morro do Castelo (1858).

REPRODUÇÃO: BN/SIcon.

ORIGINAL / FONTE: Vista da Baía de Guanabara, 1888. In: FERREZ. A muito leal e heróica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, p.267.

FIGURA Nº 90: Rua 1º de Março com a Igreja de Santo Inácio ao fundo (1907).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: Gustavo D'Allara. Rua 1º de Março, 1907. Acervo: Museu Nacional de Belas Artes - MNBA.

FIGURA Nº 91: Planta do Observatório Imperial do Rio de Janeiro (1882).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: Plan de L'Observatoire Imperial de Rio de Janeiro. OBSERVATÓRIO IMPERIAL DO RIO DE JANEIRO. Anais, 1882. Rio de Janeiro: Lombaerts. t.1. p. Prancha I.

FIGURA Nº 92: Aspectos do Observatório Imperial do Rio de Janeiro (1882).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: Vue de le Coupole du Grand Equatorial. OBSERVATÓRIO IMPERIAL DO RIO DE JANEIRO, op. cit., Prancha IV.

FIGURA Nº 93: Fachada posterior do Observatório Imperial do Rio de Janeiro.

REPRODUÇÃO: BN/SIcon.

ORIGINAL / FONTE: Augusto Malta. Observatório Imperial. Acervo: BN/SIcon.

FIGURA Nº 94: Logotipo do Observatório Imperial do Rio de Janeiro (1882).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: OBSERVATÓRIO IMPERIAL DO RIO DE JANEIRO, op. cit., contracapa.

FIGURA Nº 95: Detalhe de mapa da cidade do Rio de Janeiro (1903).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: Planta do Rio de Janeiro, mostrando os melhoramentos projetados pelo então prefeito Pereira Passos, incluindo aqueles projetados pelo Governo Federal, 1903. Acervo: Museu da República.

FIGURA Nº 96: Vista Lateral do Observatório Imperial do Rio de Janeiro.

REPRODUÇÃO: BN/SIcon.

ORIGINAL / FONTE: Augusto Malta. Observatório Imperial do Rio de Janeiro. Acervo: BN/SIcon.

FIGURA Nº 97: Aspectos do Observatório Imperial do Rio de Janeiro (1905).

REPRODUÇÃO: AGCRJ.

ORIGINAL / FONTE: BARROS, op. cit., p.15.

FIGURA Nº 98: Biblioteca do Observatório Imperial do Rio de Janeiro (1905).

REPRODUÇÃO: AGCRJ.

ORIGINAL / FONTE: BARROS, op. cit., p.16.

FIGURA Nº 99: Oficina do Observatório Imperial do Rio de Janeiro em uma capela da Nova Igreja (1905).

REPRODUÇÃO: AGCRJ.

ORIGINAL / FONTE: BARROS, op. cit., p.17.

FIGURA Nº 100: Superposição dos pavimentos do Levantamento do Hospital Militar da Corte (figuras nº 47 a 50).

ORIGINAL / FONTE: Desenho: Roberta Freitas.

FIGURA Nº 101: Demolição do Observatório Imperial do Rio de Janeiro (1922).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: Augusto Malta. Morro do Castelo, 20 nov. 1922. nº 00849/2 - Pasta Centro - 12 D Acervo: MIS.

FIGURA Nº 102: Planta do Observatório Imperial do Rio de Janeiro.

ORIGINAL / FONTE: Desenho: Celi Pará.

FIGURA Nº 103: Detalhe da figura nº 74.

ORIGINAL / FONTE: Estudo: Autora.

Desenho: Roberta Freitas.

FIGURA Nº 104: Estudo sobre figura nº 74.

ORIGINAL / FONTE: Estudo: Autora.

Desenho: Roberta Freitas.

FIGURA Nº 105: Estudo para planta nº 1.

ORIGINAL / FONTE: Estudo: Autora.

Desenho: Roberta Freitas.

FIGURA Nº 106: Perspectiva sobre figura nº 53.

ORIGINAL / FONTE: Estudo: Autora.

Desenho: Roberta Freitas.

FIGURA Nº 107: Fachada principal do Observatório Imperial do Rio de Janeiro (c. 1920).

REPRODUÇÃO: BN/Sicon.

ORIGINAL / FONTE: Augusto Malta. Observatório Imperial do Rio de Janeiro. Acervo: BN/Sicon.

FIGURA Nº 108: Perspectiva sobre figura nº 107.

ORIGINAL / FONTE: Estudo: Autora.

Desenho: Roberta Freitas.

FIGURA Nº 109: Estudo do trecho da frente da Nova Igreja.

ORIGINAL / FONTE: Estudo: Autora.

Desenho: Roberta Freitas.

FIGURA Nº 110: Pátio interno do Observatório Imperial do Rio de Janeiro - antiga nave do templo (1905).

REPRODUÇÃO: AGCRJ.

ORIGINAL / FONTE: BARROS, op. cit., p.16.

FIGURA Nº 111: Perspectiva sobre figura nº 110.

ORIGINAL / FONTE: Estudo: Autora.
Desenho: Roberta Freitas.

FIGURA Nº 112: Demolição do Observatório Imperial do Rio de Janeiro (1922).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.
ORIGINAL / FONTE: Augusto Malta. Morro do Castelo, 6 nov. 1922. nº 00878 - Pasta Centro - 12 F.
Acervo: MIS.

FIGURA Nº 113: Estudo das capelas laterais.

ORIGINAL / FONTE: Estudo: Autora.
Desenho: Roberta Freitas.

FIGURA Nº 114: Estudo de Germain Bazin - trecho do cruzeiro da Nova Igreja (1983).

ORIGINAL / FONTE: Desenho: Celi Pará, elaborado a partir de BAZIN, A arquitetura religiosa barroca no Brasil. v.1, p.108.

FIGURA Nº 115: Pátio interno do Observatório Imperial do Rio de Janeiro - cruzeiro da Nova Igreja (c. 1920).

REPRODUÇÃO: BN/Sicon.
ORIGINAL / FONTE: Augusto Malta. Pátio Interno do Observatório Imperial do Rio de Janeiro.
Acervo: BN/Sicon.

FIGURA Nº 116: Perspectiva sobre figura nº 72.

ORIGINAL / FONTE: Estudo: Autora.
Desenho: Roberta Freitas.

FIGURA Nº 117: Perspectiva sobre figura nº 115.

ORIGINAL / FONTE: Estudo: Autora.
Desenho: Roberta Freitas.

FIGURA Nº 118: Estudo para planta nº 2.

ORIGINAL / FONTE: Estudo: Autora.
Desenho: Roberta Freitas.

FIGURA Nº 119: Proposta para planta da Nova Igreja.

ORIGINAL / FONTE: Estudo: Autora.
Desenho: Roberta Freitas.

FIGURA Nº 120: Demolição do Observatório Imperial do Rio de Janeiro (1922).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.
ORIGINAL / FONTE: Augusto Malta. Morro do Castelo, 29 out. 1922. nº 00874/1 - Pasta Centro - 12 C.
Acervo: MIS.

FIGURA Nº 121: Demolição do Observatório Imperial do Rio de Janeiro (1922).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.
ORIGINAL / FONTE: Augusto Malta. Morro do Castelo, 24 out. 1922. nº 00866 - Pasta Centro - 12 D.
Acervo: MIS.

FIGURA Nº 122: Perspectiva sobre figura nº 115.

ORIGINAL / FONTE: Estudo: Autora.
Desenho: Roberta Freitas.

FIGURA Nº 123: Estudo para corte transversal.

ORIGINAL / FONTE: Estudo: Autora.
Desenho: Roberta Freitas.

FIGURA Nº 124: Estudo para corte longitudinal - lado do evangelho.

ORIGINAL / FONTE: Estudo: Autora.

Desenho: Roberta Freitas.

FIGURA Nº 125: Estudo para corte longitudinal - lado da Epistola.

ORIGINAL / FONTE: Estudo: Autora.

Desenho: Roberta Freitas.

FIGURA Nº 126: Proposta para corte transversal.

ORIGINAL / FONTE: Estudo: Autora.

Desenho: Roberta Freitas.

FIGURA Nº 127: Proposta para corte longitudinal.

ORIGINAL / FONTE: Estudo: Autora.

Desenho: Roberta Freitas.

FIGURA Nº 128: Perspectiva sobre figura nº 53.

ORIGINAL / FONTE: Estudo: Autora.

Desenho: Roberta Freitas.

**FIGURA Nº 129: Estudo para fachada sobre o Levantamento do Hospital Militar da Corte
figura nº 47.**

ORIGINAL / FONTE: Estudo: Autora.

Desenho: Roberta Freitas.

FIGURA Nº 130: Proposta para trecho da fachada principal.

ORIGINAL / FONTE: Estudo: Autora.

Desenho: Celi Pará.

FIGURA Nº 131: Proposta da professora Anna Maria Monteiro de Carvalho.

ORIGINAL / FONTE: Desenho: Celi Pará

FIGURA Nº 132: Planta do Seminário de Belém da Cachoeira, Bahia (1726).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: Planta do Seminário de Belém da Cachoeira - Bahia - nº 768 - Pasta M - BA - Cachoeira, Seminário. Acervo: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN/Arquivo Noronha Santos

**FIGURA Nº 133: Estudo sobre a evolução das plantas jesuíticas brasileiras elaborado por
Lúcio Costa.**

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: COSTA, op. cit., fig. II.

FIGURA Nº 134: Planta da Igreja de Nossa Senhora da Graça de Olinda, Pernambuco (1584).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: BAZIN, op. cit., v.1, p.90, fig.19.

FIGURA Nº 135: Planta da Igreja do Colégio de Salvador (Sé), Bahia (1657-1672).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie

ORIGINAL / FONTE: BAZIN, op. cit., v.1, p.101, fig.25.

**FIGURA Nº 136: Planta da Igreja do Colégio de Belém do Pará
(princípios do séc. XVII).**

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie

ORIGINAL / FONTE: BAZIN, op. cit., v.1, p.104, fig.27.

FIGURA Nº 137: Planta da Igreja de São Roque em Lisboa, Portugal (c. 1565).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: BAZIN, op. cit., v.1, p.83, fig.13.

FIGURA Nº 138: Planta da Igreja de Gesú em Roma, Itália (1568).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: BAZIN, op. cit., v.1, p.82, fig.12.

FIGURA Nº 139: Planta da Igreja de São Vicente de Fora em Lisboa, Portugal (1568-1620).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: BAZIN, op. cit., v.1, p.86, fig.17.

**FIGURA Nº 140: Planta da Igreja do Colégio de Coimbra (Sé Nova),
Portugal (princípios do séc. XVII).**

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: BAZIN, op. cit., v.2, Prancha 7a.

FIGURA Nº 141: Planta da Igreja do Colégio de Santarém, Portugal (1673).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: BAZIN, op. cit., v.2, Prancha 7b.

FIGURA Nº 142: Igreja do Espírito Santo em Évora, Portugal (1567-1574).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: BAZIN, op. cit., v.1, p.83, fig.14.

**FIGURA Nº 143: Tribunais da Igreja do Seminário de Belém da Cachoeira,
Bahia (1726).**

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: Tribunais da Igreja do Seminário de Belém da Cachoeira - Bahia - nº 741 - Pasta M-BA - Cachoeira, Seminário. Acervo: IPHAN/Arquivo Noronha Santos.

**FIGURA Nº 144: Capela-mor da Igreja do Colégio de Belém do Pará
(princípios do séc. XVIII).**

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: Capela-mor da Igreja do Colégio de St. Alexandre - Belém do Pará - nº 17.134 - Pasta M-PA - Belém do Pará, Santo Alexandre II. Acervo: IPHAN/Arquivo Noronha Santos.

FIGURA Nº 145: Corte transversal da Igreja do Colégio de Salvador (Sé), Bahia (1657-1672).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: BAZIN, op. cit., v.1, p.102, fig.26.

FIGURA Nº 146: Nave da Igreja do Colégio de Belém do Pará (princípios do séc. XVIII).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: Nave da Igreja do Colégio de Sto. Alexandre - Belém do Pará - nº 53196 - Pasta M-BA - Belém do Pará, Santo Alexandre II. Acervo: IPHAN/Arquivo Noronha Santos.

FIGURA Nº 147: Fachada da Igreja do Colégio de Belém do Pará (princípios do séc. XVIII).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: Fachada da Igreja do Colégio de Sto. Alexandre - Belém do Pará - nº 60851 - Pasta M-PA - Belém do Pará, Santo Alexandre II. Acervo: IPHAN/Arquivo Noronha Santos.

FIGURA Nº 148: Projeto de Vignola para a Igreja de Gesú em Roma, Itália (1568).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: BURY, John. *Arquitetura e arte no Brasil colonial*. Organizado por Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira. São Paulo: Nobel, 1991. p.51.

FIGURA Nº 149: Frontispício da Igreja de Gesú em Roma, Itália.

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: HISTÓRIA da Arte. São Paulo: Salvat, 1979. v.6..p.72.

FIGURA Nº 150: Frontispício da Igreja de São Vicente de Fora em Lisboa, Portugal (1582-1620).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: BURY. op. cit., p.51.

FIGURA Nº 151: Altar-mor da Igreja do Seminário de Belém da Cachoeira, Bahia (1726).

REPRODUÇÃO: Murilo Leslie.

ORIGINAL / FONTE: Altar-mor do Seminário de Belém da Cachoeira - Bahia - nº 752 - Pasta M - BA - Cachoeira, Seminário. Acervo: IPHAN/ Arquivo Noronha Santos.

FIGURA Nº 152: Planta da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte, Rio de Janeiro (1735).

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: ALVIM, Sandra. *ARQUITETURA RELIGIOSA COLONIAL NO RIO DE JANEIRO: plantas, fachadas e volumes*. fig. 153a.

FIGURA Nº 153: Planta da Igreja de Nossa Senhora de Bonsucesso, Rio de Janeiro (1780).

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: ALVIM, op. cit., fig. 171a.

FIGURA Nº 154: Planta da Igreja da Ordem Primeira do Carmo, Rio de Janeiro (1761).

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: ALVIM, op. cit., fig. 169a.

FIGURA Nº 155: Planta da Igreja de Nossa Senhora da Candelária, Rio de Janeiro (1775).

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: ALVIM, op. cit., fig. 170a.

FIGURA Nº 156: Planta da Igreja de Nossa Senhora de Monserrate do Mosteiro de São Bento, Rio de Janeiro (1617-1690).

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: ALVIM, op. cit., fig. 141a.

FIGURA Nº 157: Planta da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, Rio de Janeiro (1755).

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: ALVIM, op. cit., fig. 166a.

FIGURA Nº 158: Planta da Igreja de São Francisco de Paula, Rio de Janeiro (1759).

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: ALVIM, op. cit., fig. 168a.

FIGURA Nº 159: Planta da Igreja de Santa Cruz dos Militares, Rio de Janeiro (1780).

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: ALVIM, op. cit., fig. 172a.

FIGURA Nº 160: Planta da Igreja de São José, Rio de Janeiro (1808).

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: ALVIM, op. cit., fig. 175a.

FIGURA Nº 161: Planta da Igreja do Santíssimo Sacramento, Rio de Janeiro (1816).

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: ALVIM, op. cit., fig. 176a.

**FIGURA Nº 162: Fachada da Igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores,
Rio de Janeiro (1747-1755)**

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: ALVIM, op. cit., fig. 158c.

FIGURA Nº 163: Fachada da Igreja de Santa Cruz dos Militares, Rio de Janeiro (1780).

REPRODUÇÃO:

ORIGINAL / FONTE: ALVIM, op. cit., fig. 172c.

FIGURA Nº 164: Fachada da Igreja de Santa Luzia, Rio de Janeiro, (1752).

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: ALVIM, op. cit., fig. 165c.

FIGURA Nº 165: Fachada da Igreja do Santíssimo Sacramento, Rio de Janeiro (1816).

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: ALVIM, op. cit., fig. 176c.

**FIGURA Nº 166: Fachada da Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens,
Rio de Janeiro (1758-1803)**

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: ALVIM, op. cit., fig. 167c.

FIGURA Nº 167: Fachada da Igreja de São José, Rio de Janeiro (1808).

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: ALVIM, op. cit., fig. 175c.

**FIGURA Nº 168: Fachada da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo,
Rio de Janeiro (1755).**

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: ALVIM, op. cit., fig. 166c.

FIGURA Nº 169: Fachada da Igreja de São Francisco de Paula, Rio de Janeiro (1759).

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: ALVIM, op. cit., fig. 168c.

FIGURA Nº 170: Fachada da Igreja de Nossa Senhora da Candelária, Rio de Janeiro (1775).

REPRODUÇÃO: --

ORIGINAL / FONTE: ALVIM, op. cit., fig. 170c.

CRONOLOGIA

CRONOLOGIA DOS DADOS SOBRE A EDIFICAÇÃO DO COLÉGIO E DAS IGREJAS DE SANTO INÁCIO E NOVA IGREJA

- . 15 JAN .1565 - Provisão do rei de Portugal ordenando a Mem de Sá que procurasse um local adequado, entre as capitanias do sul, para um colégio destinado a 50 religiosos.
- . 1565 - O Pe.Gonçalo de Oliveira fundou uma "casa-igreja " dedicada a S. Sebastião, no primitivo núcleo da cidade do Rio de Janeiro.
- . 20 FEV. 1567 - Escrevia o Pe. Visitador B. Inácio de Azevedo a São Francisco de Borja, indicando o Rio de Janeiro como sendo o melhor local para o Colégio da Companhia de Jesus nas capitanias ao sul do Brasil.
- . 1º JUL. 1567 - Foram doadas pelo capitão-mor Estácio de Sá as primeiras terras do Colégio do Rio de Janeiro.
- . 24 JUL. DE 1567 - Chegavam ao Rio de Janeiro o Pe. Visitador B. Inácio de Azevedo e o Pe. Manuel da Nóbrega, que assumiria o reitorado do futuro do colégio.
- . 28 AGO. 1567 - Descrição do sítio doado na "Escritura do sítio e cerca do Colégio do Rio de Janeiro ".
- . AGO. 1567 - O Pe. Visitador Inácio de Azevedo toma posse oficialmente da Igreja de São Sebastião. Junto a essa igreja, iniciaram a construção de uma casa para que os padres e irmãos residissem e depois servisse de colégio.
- . 11 JAN .1568 - Provisão definitiva do Rei D. Sebastião para a fundação do colégio jesuíta no Rio de Janeiro.
- . 20 FEV.1569 - Nomeação do primeiro pároco para a Igreja de São Sebastião no Morro do Castelo. Até a nomeação do pároco, os jesuítas ficaram responsáveis por este templo e todos os ministérios correram por conta dos mesmos.
- . 1570 - Afirmou Mem de Sá ter construído uma igreja para os jesuítas e a Sé.

Relatório do Pe.Gonçalo Oliveira sobre as precárias condições em que se encontravam os padres jesuítas instalados no Rio de Janeiro.
- . 1572 - Assume o reitorado do colégio o Pe. Braz Lourenço e o Pe. Afonso Braz é encarregado das obras do colégio como carpinteiro.
- . 20 FEV. 1575 - O Rei D. Sebastião expediu dois alvarás ordenando que o Ouvidor Geral e o Governador do Rio de Janeiro fornecessem todo o material e mão-de-obra necessária para a construção do colégio.
- . 1577 - Chegada ao Brasil do Ir. Francisco Dias, a quem se atribuem os projetos das igrejas dos colégios do Rio de Janeiro, Salvador e Olinda.
- . 1579 - Jesuítas adquiriram um terreno que se destinaria ao terreiro da " Nova Igreja ".

Pede-se ao Geral que deixe o Ir. Francisco Dias (arquiteto) no Brasil para encaminhar as obras de três colégios, sendo um destes o do Rio de Janeiro.

- . 1584 - Toma-se necessário a construção de um novo colégio, aproveitando o que fosse possível da edificação anterior.
- . FINS 1584 - O Visitador Cristóvão de Gouveia reduz o projeto do colégio praticamente à metade e decide construir uma nova igreja para o colégio (Igreja de Santo Inácio).
- . 25 DEZ. 1588 - Inaugurada a Igreja de Santo Inácio.

-
- . 1601 E 1602 - Segundo Serafim Leite, foram construídos mais quartos no colégio.
 - . 1604 - Foram feitas pinturas na parede da entrada da igreja.
 - . 1607 - Concluíam-se algumas dependências do colégio, como a despensa, a cozinha e o refeitório, formando assim o colégio uma quadra, com um pátio no meio. Pouco depois a portaria teria sido transferida para o espaço sobre o qual ergueu-se a Torre do Relógio.

Foram comprados uma lâmpada e um tabernáculo para as relíquias da Igreja.

- . APÓS 1619 - Chegaram de Lisboa 17 (dezesete) estátuas de santos.
- . 1622 - Canonização de Santo Inácio. A Igreja de Santo Inácio só assume essa invocação após a canonização deste.
- . 1691 - De acordo com Serafim Leite, o colégio do Rio de Janeiro era considerado amplo e cômodo, possuindo um quintal anexo, duas capelas interiores, farmácia, enfermaria com sua Capela de Nossa Senhora e biblioteca.
- . 1693 - Inicia-se a construção da " parte nova " do colégio, durante o reitorado do Pe. Francisco de Matos.

-
- . INÍCIO DO SÉC. XVIII - Reforma na biblioteca do colégio.

Segundo Serafim Leite o Colégio do Rio de Janeiro havia adquirido "magnificência e luxo". Como sua igreja não correspondia a tal luxo, tomou-se a decisão de construir uma nova.

- . 1701 - Conclusão das obras iniciadas em 1693.
- . 1706 - Descrição do passageiro anônimo da fragata L'Aigle afirmando que o colégio ainda não estava terminado.
- . 1707 - Conclui-se a quadra do colégio e uma outra enfermaria, além da enfermaria privativa dos padres, é construída.

Compra de 22 castiçais de prata para a Igreja, segundo Serafim Leite.

- . 1717 - Omou-se a Igreja com custódia e tabernáculo novo.
 - . 1722 - A Igreja recebeu uma imagem de São Francisco Xavier e um novo púlpito.
 - . 1724 - Durante o reitorado do Pe. Luiz de Carvalho realizaram-se novas obras e a Igreja de Santo Inácio ganhou um adro.
 - . 1725 - A Igreja teria recebido uma imagem de Santo Inácio lavrada no Brasil e dois grandes tocheiros de prata.
 - . 1728 - Data do projeto (em similigravura) que aumentava ainda mais as dependências do colégio, reproduzido por Serafim Leite.
 - . 1732 - A Igreja de Santo Inácio adquiriu uma coroa para a imagem de Nossa Senhora da Paz e um diadema para a imagem de Cristo Crucificado.
 - . 1744 - Lançada a pedra fundamental da Nova Igreja.
 - . 1746 - Inicia-se o reitorado do Pe. Thomas Lynch, durante o qual é construído um altar dedicado a Nossa Senhora da Anunciação para a Capela da Congregação dos Estudantes.
 - . 1748 - Sabe-se que o Ir. Inácio da Silva e o arquiteto Ir. Francisco do Rego estavam encarregados das obras da Nova Igreja.
 - . 1759 - Jesuítas são expulsos do Brasil.
 - . 10 JAN. 1763 - Primeira tentativa de ocupação do prédio por parte do Bispo do Rio de Janeiro, Francisco Xavier de Mendonça, que sugeriu que se transferisse o Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo para o colégio.
 - . 1766 - O Vice-Rei Conde da Cunha transfere a residência dos Vice-reis para o antigo colégio dos jesuítas.

 Constrói-se uma tribuna na Igreja de Santo Inácio, sendo esta a única interferência na Igreja de Santo Inácio e na Nova igreja (na parte construída).
 - . 23 JUL. 1766 - Carta-régia que estabelece oficialmente a residência dos vice-reis no colégio dos jesuítas e determina que sejam feitas as adaptações necessárias.
 - . ENTRE 1767 E 1769 - No vice-reinado do Conde de Azambuja, o colégio transformou-se em Hospital Militar em 1767.
-
- . 1846-1850 - Instalação do Imperial Observatório Astronômico sobre as construções da Nova Igreja.
 - . 1895 - A sacristia da Nova Igreja, antes ocupada por uma das enfermarias do Hospital Militar, é cedida ao Observatório, sendo transformada em biblioteca.

-
- . INÍCIO DO SÉC. XX - O prédio foi cedido à Santa Casa da Misericórdia, permanecendo até 1922 como Hospital infantil São Zacarias.
 - . JAN. .921 - Transferência do Observatório para as novas instalações em São Cristóvão.
 - . 1922 - Demolição do Morro do Castelo.